UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

A NOBREZA TOGADA
AS ELITES JURÍDICAS E A POLÍTICA DA JUSTIÇA NO BRASIL

Frederico Normanha Ribeiro de Almeida

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em
Ciência Política

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Tereza Aina Sadek

São Paulo
2010

À memória de

*meu avô Ugo Alves de Almeida,
bacharel sem diploma,*

*e de Gildo Marçal Brandão,
exemplo de professor, intelectual,
homem político.*

Mas, se é permitido ao sociólogo, ao menos uma vez, fazer previsões, é sem dúvida na relação cada vez mais tensa entre a grande e a pequena nobreza de Estado que reside o princípio dos grandes conflitos do futuro...

Pierre Bourdieu

Agradecimentos

Atribuir ao autor toda a responsabilidade pelas incorreções e pelos erros ainda presentes numa tese é uma praxe do protocolo acadêmico que faz todo sentido quando tantas e tão importantes pessoas e instituições são citadas numa nota de agradecimentos que, ao mesmo tempo em que mostra a gratidão, refaz um percurso de vida. Seria injusto compartilhar com essas pessoas as minhas imperfeições como pesquisador, mas se posso dizer que minha trajetória até a conclusão do doutorado me trouxe a algum lugar, seria ainda mais injusto se eu não reconhecesse a importância de amigos, familiares, parceiros e colaboradores.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Maria Inêz Normanha e João Thomaz Ribeiro de Almeida, cujos investimentos na educação dos filhos não foram feitos sem a dose necessária de carinho e compromisso ético com o mundo e a formação da prole. Cientes de que ascenderam por meio da educação, quiseram que seus quatro filhos alcançassem o mesmo – e fossem além. Estou certo de que, com razão, se sentem satisfeitos e orgulhosos dos filhos e dos netos que têm.

Ainda em família, agradeço a Ricardo Normanha Ribeiro de Almeida, sociólogo e irmão caçula, que me ajudou com a tabulação dos dados sobre os desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Agradeço também à minha orientadora Maria Tereza Sadek. A autonomia e a liberdade que sempre me concedeu na condução de minhas pesquisas e de meus estudos não foram capazes de afastar o aprendizado rigoroso da pesquisa e da visão científica do mundo, ao qual ela me submeteu com respeito e generosidade. Em uma resenha dos estudos sobre o sistema de justiça no Brasil, ela atribui aos bacharéis em direito que se aventuraram pelas ciências sociais uma espécie de crise de identidade, decorrente do deslocamento e da falta de lugar em um e em outro mundo. Se hoje superei esse deslocamento, e me arrisco a dizer que sou um cientista político, é porque ela me deu os meios e a segurança para me afirmar como tal.

Foram minhas mestras, também, Eneida Gonçalves de Macedo Haddad e Jacqueline Sinhoretto. Antes mesmo de meu ingresso no mestrado em ciência política, elas foram as primeiras a me apresentar e a me treinar na pesquisa sociológica, no Núcleo de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, e nesse aprender-fazendo surgiu uma gostosa amizade. À Jacqueline, devo dizer,

agradecendo: como nas relações entre irmãos mais velhos e mais novos, muito do que me tornei como cientista social foi buscando me distanciar dela, ao mesmo tempo em que me espelhava em sua postura como socióloga, uma das mais competentes que conheci.

Ainda no IBCCRIM, agradeço ao Alberto Silva Franco, pelo apoio às nossas pesquisas. Agradeço também ao Renato Sérgio de Lima e à Liana de Paula, com quem aprendi muito sobre o trabalho científico.

Aos amigos que fiz ou reencontrei na Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas: Adriana Ancona de Faria, Alessandro Octaviani, Emerson Ribeiro Fabiani, Flávia Scabin, José Garcez Ghirardi (que me ajudou com o *abstract* desta tese), Luciana Gross Cunha, Maíra Machado, Mario Gomes Schapiro, Marta Machado, Oscar Vilhena Vieira, Paulo Eduardo Alves da Silva. O convívio agradável com esses e outros companheiros de trabalho num ambiente de produção intelectual tão intensa e criativa foi sem dúvida um grande aprendizado. Aos diretores da Escola, professores Ary Oswaldo Mattos Filho, Antonio Angarita e Paulo Goldschmidt, e a toda a equipe de professores, funcionários e estagiárias da Coordenadoria de Prática Jurídica, agradeço o apoio e a oportunidade de realizar um dos trabalhos pelos quais eu mais me orgulho, e cuja influência nesta tese é visível.

Minha mudança para Brasília, para assumir funções no Ministério da Educação, foi fundamental para que eu adquirisse outro ponto de vista sobre a atividade de governo e sobre as políticas de educação superior, tema importante de minha pesquisa. Além disso, essa mudança me deu a disciplina e a paz de espírito que eu precisava para concluir esta tese. A vida um tanto solitária nessa cidade, que até hoje me impressiona pela beleza, não foi um sofrimento porque fui bem acolhido por velhos amigos, alguns dos quais companheiros de Ministério: Ademir Picanço, Carolina Stuchi, Cristina Nunes, Demian Calça, Diogo Santana, Fábio Sá e Silva, João Paulo Bachur, Livia Sobota, Maria Aparecida Abreu, Vinícius Carvalho.

A Fernando Haddad e a Maria Paula Dallari Bucci, agradeço pelo convite para compor sua equipe na Secretaria de Educação Superior do MEC, pelo incentivo durante a elaboração desta tese, e pela oportunidade de desenvolver um trabalho de governo tão importante, sob sua orientação tão competente. Certamente, essa foi a experiência da minha vida profissional que mais me realizou, e devo isso ao apoio, ao comprometimento e à confiança de uma equipe engajada na democratização e

na qualidade do ensino, e na construção de uma verdadeira política pública para a educação superior: Claudio Mendonça Braga, Cleunice Rehem, Gustavo Henrique Moraes, Leila Moraes, Maria Neusa Lima Pereira, Paulo Roberto Wollinger, Rubia Baptista, Samuel Martins Feliciano. A toda equipe da Coordenação-Geral de Supervisão da Educação Superior, agradeço a paciência e o comprometimento.

Aos professores, funcionários e colegas do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que contribuíram decisivamente para minha formação. À Maria Raimunda dos Santos (Rai) e à Vivian, especialmente, agradeço por todo o apoio e a paciência com um estudante que, mesmo após seis anos e meio, ainda é um tanto desorientado nas burocracias e rotinas do Departamento. Aos professores Matthew Taylor e Rogério Bastos Arantes, em especial, agradeço pelo aprendizado que tive durante o doutorado, e pelo exemplo como pesquisadores e docentes. Embora já tenha dedicado esta tese à memória de Gildo Marçal Brandão, não é demais afirmar: foi ele certamente o professor e o intelectual que mais me impressionou desde que migrei para as ciências sociais, e sinto-me privilegiado por ter sido seu aluno.

Aos professores Sérgio Adorno e Sérgio Miceli, do Departamento de Sociologia da FFLCH/USP, pelos comentários e orientações feitas por ocasião de meu exame de qualificação, e que muito contribuíram para o resultado final desta tese.

Ao Augusto Iriarte, pela revisão da versão final da tese.

Durante a elaboração deste trabalho, especialmente no ano de 2009, tive a oportunidade de apresentar resultados preliminares e capítulos em desenvolvimento em diversos eventos científicos, e os comentários e debates que se seguiram me ajudaram a aperfeiçoar minha pesquisa. Agradeço a Maria da Glória Bonelli e a Jacqueline Sinhoretto pelos debates e comentários feitos no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia; a Renato Perissinotto, Adriano Codato e Miguel Serna, que coordenaram e comentaram a sessão do 33º Encontro Anual da ANPOCS, na qual apresentei meu *paper*; a Ernani Carvalho, que comentou meu trabalho no I Fórum Brasileiro de Pós-graduação em Ciência Política; a Christian Lynch, que comentou meu trabalho no II Seminário de História das Instituições, da UNIRIO; a Adolfo Queiroz, coordenador da sessão na qual apresentei trabalho no III Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política

(COMPOLÍTICA); e a todos os pesquisadores presentes nesses eventos, e que me deram a oportunidade de uma proveitosa troca de ideias.

Por fim, mas não por último na escala de importância das pessoas que fizeram parte desse percurso, agradeço à minha querida Juliana, com quem aprendo a amar e a ser amado, de um jeito que sempre me comove. Nas noites e madrugadas e nos fins de semana de trabalho solitário nesta tese, sua presença à distância me reconfortava e me dava ânimo para seguir em frente. *Não sei se eu saberia chegar até o final do dia sem você.*

Resumo

O objetivo deste trabalho é a compreensão das relações entre direito e política, a partir do estudo da posição dos juristas no Estado e de suas lutas concretas pelo controle da administração do sistema de justiça. A principal hipótese que orientou a pesquisa foi a de que há um campo político da justiça, representado pelo espaço social de posições, capitais e relações delimitado pela ação de grupos e instituições em disputa pelo controle do direito processual e da burocracia judiciária. No interior desse campo político da justiça, a pesquisa buscou identificar, ainda, as posições dominantes das elites jurídicas – lideranças institucionais e associativas, e intelectuais especializados em determinadas áreas de conhecimento – cuja influência sobre a administração da justiça estatal e as estruturas de seus capitais sociais, políticos e profissionais os diferenciam dos demais agentes do campo jurídico.

Palavras-chave: sistema de justiça; campo jurídico; elites jurídicas; profissões jurídicas; reformas judiciais

Abstract

This dissertation examines the relationship between Law and Politics by studying the position of lawyers within the State and their struggle for the control of the administration of the judicial system. The main hypothesis is that there is a political field of Justice, represented by a social space of positions, capitals and relationships, and defined by the actions by groups and institutions vying for the control both of procedural law and of the judicial bureaucracy. Additionally, this dissertation aims also, within this political field of Justice, at identifying the dominant position of legal elites – institutional and union leaders and scholars from different fields – who are distinguished from other agents in juridical field by their influence on the administration of the judicial system and by the structure of its social, political and professional capitals.

Key words: judicial system; juridical field; legal elites; legal professions; judicial reforms

Sumário

INTRODUÇÃO

<i>Introdução. Por uma sociologia política da administração da justiça estatal</i>	11
--	----

PARTE I. A POLÍTICA DA JUSTIÇA

<i>Capítulo 1. Campo político, campo jurídico e campo político da justiça</i>	37
<i>Capítulo 2. Fontes para o estudo das elites jurídicas</i>	49

PARTE II. CAMPO JURÍDICO E CAMPO ACADÊMICO

<i>Capítulo 3. Dignidade e competência</i>	78
<i>Capítulo 4. A produção escolar da nobreza togada</i>	98
<i>Capítulo 5. O poder dos especialistas</i>	126

PARTE III. CAMPO JURÍDICO E CAMPO PROFISSIONAL

<i>Capítulo 6. Do bacharelismo à profissionalização</i>	179
<i>Capítulo 7. O poder das profissões</i>	200
<i>Capítulo 8. Nacionalização, estadualização e centralização</i>	235

PARTE IV. O CAMPO POLÍTICO DA JUSTIÇA

<i>Capítulo 9. As lutas do campo político da justiça</i>	266
<i>Considerações finais. A produção social da nobreza togada e a constituição de um campo político da justiça</i>	288

FONTES E BIBLIOGRAFIA

<i>Fontes</i>	308
<i>Bibliografia</i>	313

INTRODUÇÃO

Introdução. Por uma sociologia política da administração da justiça estatal

Este estudo busca avançar na compreensão das relações entre direito e política, a partir, contudo, da compreensão do papel dos juristas em suas lutas concretas pelo controle da administração da justiça estatal. Diferencia-se, nesse sentido, tanto das abordagens mais “estruturalistas”, como o marxismo e a teoria dos sistemas, que tendem a ignorar a ação de indivíduos e grupos no interior de estruturas com lógicas próprias e predeterminadas (o direito burguês ou o sistema jurídico autopoietico), quanto de muitas das análises institucionalistas do fenômeno da judicialização da política, que tendem a valorizar a interação lateral entre direito e política a partir do esquema formal e normativo da separação de poderes e do processo decisório constitucional, sem atentar para as imbricações mais sutis e constitutivas que unem o direito à política, o aparato estatal de justiça à atividade propriamente política e de governo.¹ Buscando uma distinção em relação a essas abordagens, com a finalidade de alcançar a compreensão de outros padrões de interação entre direito e política, tratarei os juristas² como elites e a administração da justiça como uma dimensão da organização burocrática do Estado. Procurarei, em outras palavras, identificar o que poderia ser definido como a *política da justiça*, dando ao termo “política” sentido equivalente ao de *politics*, usado pela ciência política norte-americana em contraposição ao termo *policy*, correspondente, por sua vez, ao uso que fazemos, em português, da expressão “política pública”.

¹ Para um exemplo da análise marxista do direito, veja-se Friedrich Engels e Karl Kautsky (1991); para uma análise das relações entre direito e política a partir da abordagem da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann, ver Celso Fernandes Campilongo (2000). Para um mapeamento da produção acadêmica brasileira sobre a judicialização da política, ver Débora Alves Maciel e Andrei Koerner (2003), Ernani Rodrigues de Carvalho (2004) e Vanessa Elias de Oliveira (2005).

² Utilizarei a expressão *juristas* para me referir, de maneira geral, aos bacharéis em direito com atuação profissional ou acadêmica especificamente jurídica, buscando equivalência conceitual com a expressão *operadores do direito*, corrente tanto no direito como nas ciências sociais. No senso comum, e especialmente no senso comum jurídico, a palavra *jurista* busca designar especificamente o profissional ou acadêmico de grande prestígio no campo, em geral por sua contribuição à doutrina, mas também à definição de modelos de conduta a serem seguidos na prática profissional; entretanto, a fim de garantir fidelidade à terminologia empregada nos estudos de Pierre Bourdieu (2007a), Yves Dezalay (Dezalay, 1991; Dezalay; Trubek, 1996; Dezalay; Garth, 2000) e Fabiano Engelman (2006a, b), que orientam meu trabalho (ao menos em suas traduções para a língua portuguesa), darei sentido genérico ao termo *juristas*, como já informado, reservando aos juristas de maior prestígio o conceito de *notáveis*. Além disso, o uso da palavra *juristas* em seu sentido mais amplo busca interlocução com o conceito genérico de *lawyers*, presente na literatura em língua inglesa sobre profissões jurídicas. Sobre as diferenças conceituais e empíricas, em cada contexto nacional, das designações dadas aos praticantes do direito, ver Dietrich Rueschemeyer (1986). Sobre a posição dos *notáveis* nos campos jurídicos, ver Yves Dezalay e David Trubek (1996).

O argumento do meu estudo é o de que a compreensão das posições e relações políticas entre agentes e instituições do campo jurídico depende da reconstrução do processo de institucionalização dessas posições no processo de formação do Estado nacional; do processo de divisão do trabalho e institucionalização profissional dos grupos ocupacionais que atuam na administração da justiça pública; e das mediações realizadas pelo sistema de ensino jurídico nos efeitos, internos ao campo jurídico, das divisões sociais de classe, reproduzidos nas trajetórias de mobilidade social e diferenciação interna do campo jurídico. Segundo a explicação que apresento nesta tese, esses processos estão na base da constituição do que chamo de *campo político da justiça*, um espaço de poder relacionado ao controle político das organizações profissionais e burocráticas de administração do sistema de justiça estatal. Nesse sentido, busco contribuir para a análise social e política do direito, do ponto de vista de uma abordagem que destaca o *interesse específico dos juristas* (Bourdieu, 2007b) na apropriação dos meios (materiais, inclusive) de produção do direito, evitando, contudo, cair no reducionismo de se identificar automática e linearmente o *direito ao interesse* dos juristas (ou de sua *posição na classe dominante*):

Para romper com a ideologia da independência do direito e do corpo judicial, sem se cair na visão oposta, é preciso levar em linha de conta aquilo que as duas visões antagonistas, internalista e externalista, ignoram uma e outra, quer dizer, a existência de um universo social relativamente independente em relação às pressões externas, no interior do qual se produz e se exerce a autoridade jurídica, forma por excelência da violência simbólica legítima cujo monopólio pertence ao Estado e que se pode combinar com o exercício da força física. As práticas e os discursos jurídicos são, com efeito, produto do funcionamento de um campo cuja lógica específica está duplamente determinada: por um lado, pelas relações de força específicas que lhe conferem a sua estrutura e que orientam as lutas de concorrência ou, mais precisamente, os conflitos de competência que nele têm lugar e, por outro lado, pela lógica interna das obras jurídicas que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis e, deste modo, o universo das soluções propriamente jurídicas. (Bourdieu, 2007a, p. 211)

Para demonstrar a existência de um campo político da administração da justiça estatal, procurei reconstruir os processos históricos de institucionalização das divisões e hierarquias, formais e informais, que delimitam aquele campo. Também analisei as trajetórias pessoais, profissionais e acadêmicas de três tipos de elites de juristas: as *elites institucionais*, representadas pelas posições de cúpula das instituições da administração da justiça estatal (o Supremo Tribunal Federal, o

Superior Tribunal de Justiça, os tribunais de justiça estaduais e federais, as chefias dos Ministérios Públicos estaduais e federais, os conselhos seccionais e federal da Ordem dos Advogados do Brasil, os Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público); as *elites profissionais*, representadas pelas lideranças corporativas dos grupos de profissionais do direito atuantes na administração da justiça estatal (entidades de classe como a Associação dos Magistrados Brasileiros, a Confederação Nacional do Ministério Público e a própria Ordem dos Advogados); e as *elites intelectuais*, representadas pelos grupos de especialistas em temas relacionados à administração da justiça estatal (especialmente os especialistas em direito processual, mas também constitucionalistas, sociólogos e cientistas políticos). A identificação das posições ocupadas por essas elites e de seus recursos de poder se dará, ainda, pela reconstrução dos processos históricos de institucionalização burocrática da justiça estatal, de diferenciação profissional dos grupos ocupacionais responsáveis por sua administração e de consolidação e diferenciação do espaço acadêmico representado pelas faculdades de direito.

Creio que uma sociologia política da administração da justiça estatal brasileira, a qual considere as especificidades de nosso sistema de justiça, deva ser composta de quatro elementos principais: uma teoria do poder e da ação política; uma compreensão acerca do papel do profissionalismo e da ideologia profissional dos juristas na administração da justiça estatal; uma compreensão acerca da relação entre elites, poder e bases profissionais na administração da justiça; e, por fim, uma compreensão abrangente acerca da organização do sistema de justiça brasileiro, e de suas múltiplas dimensões em termos de composição social, aparatos burocráticos, regras constitucionais e de procedimento, e lógicas de funcionamento na prática.

Uma teoria do poder e da ação

Para cada um desses elementos do que considero que deva ser uma sociologia política da administração da justiça estatal brasileira, escolhi uma perspectiva teórica que orientasse meu trabalho de pesquisa e a construção de seu objeto. A primeira delas, que serve de moldura teórica mais ampla para a articulação

das demais perspectivas, é a sociologia política de Pierre Bourdieu. A opção por um autor com projeto epistemológico tão ambicioso quanto o de Bourdieu não é simples e traz uma série de implicações e consequências, negativas e positivas.

Começando pelas implicações negativas, cito o caráter contra-intuitivo, contra-hegemônico (ao menos em alguns contextos acadêmicos e ao menos no momento de sua gênese e afirmação no campo acadêmico francês e internacional) e um tanto provocativo de sua proposta para as ciências sociais (Bourdieu, 2005c); os flancos, abertos à crítica, por conta de sua tentativa de enfrentar, ao mesmo tempo, os principais problemas epistemológicos das ciências sociais, em especial a explicação da ação social, o que faz por meio dos conceitos de *campos* e *habitus* (Vandenbergue, 2006); e a estigmatização de Bourdieu como um autor próprio de certos campos do saber, resultado de seu uso mais frequente por certas áreas, como a sociologia da educação e da cultura (Wacquant, 2005), o que se torna ainda mais problemático quando busco incorporá-lo a um estudo de ciência política, em relação à qual, ao menos no Brasil, é um autor certamente marginal.

Por outro lado, entre as implicações positivas da opção por Bourdieu como um autor central nesta tese, eu mencionaria justamente o desafio de enfrentamento de questões controversas das ciências sociais, bem como o grande repertório de “sociologias” específicas que sua ambição intelectual e sua trajetória de pesquisa, assim como de seus seguidores, produziram no que se refere à análise das classes sociais, da representação política, dos sistemas de educação formal, das elites, da cultura e do direito.

Creio que os quatro conjuntos de escolhas metodológicas (ou “encruzilhadas”) apresentados por Charles Tilly (2004) fornecem um panorama ao mesmo tempo sintético e elucidativo do tipo de controvérsia que se coloca no debate de fundo das ciências sociais e que busquei enfrentar, em minha pesquisa, ao adotar o conceito de campo, associado ao conceito de *habitus*, ambos extraídos das pesquisas de Bourdieu. Tratando cada uma dessas “encruzilhadas” como escolhas do tipo *sim-ou-não*, mas apenas para fins de exposição simplificada, Tilly denomina-as *passado versus presente*, *ação versus contexto*, *poder versus vulnerabilidade*, e *prescrição versus explicação*.

Em relação ao primeiro tipo de escolha, Tilly (2004) afirma que,

alguns analistas se concentram nas questões humanas atuais, outros buscam identificar conexões entre passado e presente, e outros ainda fixam seu olhar em eventos e pessoas de tempos remotos. Os argumentos em favor do presente sugerem que as pessoas se preocupam sobretudo com o que está acontecendo agora, que as interações em curso estão moldando o futuro humano e que os investigadores do presente podem se fiar em suas próprias observações e intervenções, em vez de padecer das distorções da documentação e das falhas da memória. Os argumentos em favor do passado afirmam que o presente opera dentro de limites legados pelo passado, que alguns processos levam um tempo para se definir, demandando portanto análises de longo prazo, e que a interação humana passada oferece um vasto laboratório para a identificação de regularidades persistentes nos processos sociais. (p. 300)

Em outras palavras, o debate subjacente ao dilema *passado versus presente* é o que coloca a questão da *história* na análise social. No âmbito da ciência política, especificamente, é no interior desse debate que se dá a retomada da sociologia histórica weberiana pelos chamados neoinstitucionalistas históricos e sua oposição a modelos estáticos associados tanto ao behaviorismo como ao neoinstitucionalismo da escolha racional (Immergut, 1998; Rocha, 2005). Na historiografia, a questão se inverte e passa a ser se “pode haver inteligibilidade na história sem referência ao universo político” (Borges, 1996, p. 3), ou mesmo a questão de definir as fronteiras da história com as ciências sociais no interior de um campo abrangente de “estudos políticos”, de forte viés historiográfico (Gomes, 1996).

Para Bourdieu (2007a), o processo de *institucionalização* (ou simplesmente *instituição*) é caracterizado como um acúmulo lento de conquistas históricas, fruto da ação de agentes em disputa por princípios de divisão e organização do mundo social, capaz de restringir as possibilidades de ação e transformação do mundo pela *incorporação e reificação* contínua da história. Segundo o autor,

O processo de instituição, de estabelecimento, quer dizer, a objetivação e a incorporação como acumulação nas coisas e nos corpos de um conjunto de conquistas históricas, que trazem a marca das suas condições de produção e que tendem a gerar as condições da sua própria reprodução (quanto mais não pelo efeito de demonstração e imposição das necessidades que um bem exerce unicamente pela sua existência), aniquila continuamente possíveis laterais. À medida que a história avança, estes possíveis tornam-se cada vez mais improváveis, mais difíceis de realizar, porque a sua passagem à existência suporia a destruição, a neutralização ou a reconversão de uma parte maior ou menor da herança histórica – que é também um capital –, e mesmo mais difíceis de pensar, porque os esquemas de pensamento e de percepção são, em cada momento, produto das opções anteriores transformadas em coisas. (p. 101)

A compreensão conjunta de processos formais/estatais e informais/societais de institucionalização para a construção do campo e do objeto de estudo não só é possível – a partir da ideia de que as estruturas do campo têm diferentes pesos relativos (Bourdieu, 2007a), tendo o Estado um papel especial na legitimação e oficialização de divisões e hierarquias social e politicamente construídas (Bourdieu, 1989) – como deve, segundo Bourdieu (2007a), constituir-se no foco de análise do cientista social, apesar de muitas vezes reproduzirem-se em tempos históricos diversos:

Para passar mais além e romper com as filosofias da história que, ao situarem o processo histórico muito alto (ou muito profundo), produzem o efeito de pôr fora de jogo os agentes e os seus desprendimentos insensíveis e freqüentemente imperceptíveis, seria preciso analisar ao mesmo tempo as mudanças estruturais [...] e a série infinita dos diferenciais sociais que, ao acumularem-se imperceptivelmente, dão origem a um estado totalmente novo do campo... (p. 92, nota 23)

Isso nos leva à segunda “encruzilhada” colocada por Tilly (2004), que se refere à escolha *ação versus contexto*. De maneira bastante esquemática, o dilema colocado por Tilly é o clássico debate entre *ação* e *estrutura* como focos da análise social, e é no âmbito dessa controvérsia que deve ser entendida a “descentralização do sujeito” no estruturalismo e no pós-estruturalismo (Giddens, 1999), em oposição à defesa do individualismo metodológico e da racionalidade da ação humana (Elster, 1994). Segundo Ira J. Cohen (1999), “[s]e fosse uma questão simples reconciliar ação e coletividades numa teoria social única, então a discriminação entre esses temas jamais seria alcançada” (p. 394). Segundo Tilly (2004),

Os economistas, por exemplo, comumente presumem que podem produzir explicações adequadas do comportamento humano identificando as oportunidades, as preferências e os recursos que caracterizam os indivíduos imediatamente antes de comprarem, venderem, produzirem ou consumirem. Os antropólogos, em contraste, costumam argumentar que o comportamento humano depende fortemente da localização dos indivíduos e grupos em redes específicas de relações sociais, cultura e meio ambiente. Ação equivale a aproximar-se da vida social tal como os indivíduos a vivenciam, um a um; contexto, a aproximar-se do nosso reconhecimento ocasional de que as conexões importam. (p. 300)

Bourdieu é um dos autores da teoria social contemporânea dedicados ao esforço teórico de conciliação entre ação e estrutura na explicação dos fenômenos sociais (Cohen, 1999; Vandenbergue, 2006). Seu conceito de *habitus* – uma visão

de mundo compartilhada por indivíduos com características sociais comuns, produzida pela ação de mecanismos como a educação formal e familiar, ritos de passagem e práticas de sociabilidade que incutem nos indivíduos as estruturas objetivas de poder no campo e na sociedade e que definem suas próprias posições (e posturas, práticas, gestual etc.) nesse campo (Bourdieu, 2007a, b) –, associado ao conceito de *campo* – um espaço social de estruturas e agentes com características comuns e que disputam um tipo de capital próprio desse espaço, como o capital político ou o capital jurídico (Bourdieu, 2007a, b) –, fornece uma importante teoria da ação e, ao mesmo tempo, uma interessante solução para o aparente dilema *ação versus estrutura* na teoria social, em geral, e para a análise institucional, especificamente. O aprofundamento da análise do *habitus* confere dinâmica e substância ao campo como objeto de pesquisa ao identificar na ação dos agentes tanto a *história incorporada* em suas trajetórias individuais como a *história reificada* nas instituições, ou seja, ao revelar a presença de elementos subjetivos e objetivos que determinam as *estratégias*, concebidas como o *senso prático* dessa ação, empiricamente verificado no caso concreto em estudo (Lamaison; Bourdieu, 1986). Segundo Bourdieu (2007b),

A teoria da ação que proponho (com a noção de *habitus*) implica em dizer que a maior parte das ações humanas tem por base algo diferente da intenção, isto é, disposições adquiridas que fazem com que a ação possa e deva ser interpretada como orientada em direção a tal ou qual fim, sem que se possa, entretanto, dizer que ela tenha por princípio a busca consciente desse objetivo [...]. O melhor exemplo de disposição é, sem dúvida, o sentido do jogo: o jogador, tendo interiorizado profundamente as regularidades de um jogo, faz o que faz no momento em que é preciso fazê-lo, sem ter a necessidade de colocar explicitamente como finalidade o que deve fazer. Ele não tem necessidade de saber conscientemente o que faz para fazê-lo, e menos ainda de se perguntar explicitamente (a não ser em algumas situações críticas) o que os outros podem fazer em resposta, como faz crer a visão do jogo de xadrez ou de bridge que alguns economistas (especialmente quando aderem à teoria dos jogos) atribuem aos agentes. (p. 164)

A terceira encruzilhada sugerida por Tilly (2004) – *poder versus vulnerabilidade* – diz respeito, de maneira genérica, ao problema da *dominação*, embora o autor alerte que “[a] escolha se torna complicada porque não envolve simplesmente alinhar-se com o poderoso ou com o fraco” (p. 301). O problema da dominação está na base dos estudos de Weber sobre a burocracia (Tragtenberg, 1974; Giddens, 1998) e também da análise marxista de classes (Miliband, 1999); o

trabalho de Bourdieu (2007a), no que se refere à dominação, pode ser considerado uma forma de conciliação entre essas duas tradições, síntese possível por meio de sua teoria dos campos do poder e pela análise do poder a partir das estruturas e dos volumes de diversos capitais, que resultam em diferentes posições de poder, incluindo a de classe, e na produção cultural como meio de violência e dominação simbólica:

O campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção. (p. 12)

Tecerei algumas considerações, na sequência, sobre minha opção pela abordagem das elites, mas no que se refere à encruzilhada *poder versus vulnerabilidade*, mais do que optar por um desses lados (o que seria uma postura mais política do que científica), é importante deixar claro que, para Bourdieu, o papel da sociologia é o romper com o senso comum (Bourdieu, 2007a), a fim de desvelar a dissimulação das formas de dominação (Vasconcellos, 2002). Nesse aspecto, com o intuito de corrigir eventuais determinismos no deslocamento objetivista presente na teoria dos campos e do *habitus*, é preciso ressaltar o papel libertador do conhecimento, sugerido por Bourdieu, sobre as relações objetivas de dominação e as possibilidade de interação entre ciência e senso comum para a transformação das práticas e das ações (Vandenbergue, 2006).

Por fim, a quarta “encruzilhada” colocada por Tilly (2004) é a que opõe *prescrição versus explicação*. Jon Elster (1994), por exemplo, busca estabelecer uma clara distinção entre a *explicação causal* – aquela que explicita o *mecanismo causal*, o *porquê* e o *como* aconteceu um evento social – e a *predição* – que, segundo o autor, independe da explicitação do mecanismo causal, desde que se baseie em uma *correlação* consistente; ainda segundo Elster (1994), “uma só e mesma teoria irá capacitar-nos a ambas as coisas, mas acredito que nas ciências sociais isso é mais exceção que a regra” (p. 23).

Tilly (2004), contudo, considera uma inevitável interdependência entre prescrição e explicação:

Num sentido, as preferências acerca de estados de coisas desejáveis e indesejáveis inevitavelmente influenciam o modo como os

analistas sociais elegem, concebem e justificam suas investigações. Noutro sentido, todo programa político e moral invariavelmente associa sua identificação de resultados desejáveis a três outras ordens de afirmações: afirmações sobre fatos, relativas ao que existe atualmente no mundo; afirmações sobre possibilidades, relativas a formas alternativas de existência, e afirmações de causa e efeito, explicando como o mundo social poderia passar da sua indesejável condição presente para outra mais desejável. Afirmações sobre fatos, possibilidades e relações de causa e efeito empurram todo programa prescritivo para o terreno da explicação. (p. 301)

Para Bourdieu, ao menos em uma etapa inicial do projeto científico, a construção de um campo como objeto de pesquisa deve se dar como construção prévia do esquema de relações dos agentes e instituições objeto do estudo, ou seja, entre as *posições do campo*. Essa etapa define a problemática do campo a partir de um modelo, não no sentido de regularidades pré-definidas como “leis” ou formalizadas matematicamente, mas sim no sentido de proposições a serem testadas, que antecedem a experimentação, “um sistema coerente de relações, que deve ser posto à prova como tal” (Bourdieu, 2007a, p. 32). Após a reconstrução da *lógica do campo*, por meio de uma “interpretação das causas estruturais que escapam à consciência” dos agentes (Thiry-Cherques, 2006, p. 45), obedecendo a um trabalho de dedução e indução que corrige permanentemente o esquema inicial de análise, conferindo-lhe “substância” com a incorporação dos resultados de pesquisa empírica, e do *habitus do campo*, ou seja, a congruência de elementos subjetivos e objetivos que determinam as *estratégias* dessa ação, a matriz relacional inicial de análise deve ser corrigida, buscando-se o que Hermano Thiry-Cherques (2006) denomina *síntese da problemática geral do campo* (p. 50).

Essa etapa final encaminha o trabalho de pesquisa para suas conclusões em termos de recolocar os problemas iniciais, buscando respostas às questões por ele colocadas, teorias que o expliquem e novos desdobramentos e hipóteses de pesquisa futura a partir desse novo estado de conhecimento do campo. O conhecimento da problemática do campo orienta o analista para a identificação do “senso do jogo” que estrutura as práticas naquele campo e do próprio trabalho de codificação e normatização social que produz as regras e as regularidades imediatamente apreensíveis pelo cientista social. Em outras palavras, a aparente oposição entre explicação e predição “resolve-se”, na epistemologia de Bourdieu, pelo deslocamento do foco da análise, das regras e regularidades, para o trabalho de produção social e de codificação simbólica dessas regras e regularidades:

A regra como simples regularidade que pode ser capturada estatisticamente não necessariamente deriva da regra como regra jurídica ou prejurídica, um costume, máxima, provérbio ou fórmula estabelecendo uma regularidade, então formatado como um 'fato normativo'. [...] Restando clara essa distinção, vê-se que não é suficiente apenas registrar a regra, de um lado, e estabelecer a regularidade, de outro. É preciso construir uma teoria do trabalho de formulação e codificação dos efeitos propriamente simbólicos que a codificação produz. (Lamaison; Bourdieu, 1986, p. 115)³

Não foi meu objetivo, com essa breve digressão, esgotar o inconcluso debate no âmbito das ciências sociais no que se refere às “encruzilhadas” sintetizadas por Tilly, ou mesmo filiar meu trabalho a uma ou outra escola teórica. Busquei apenas situar meu próprio conjunto de escolhas teóricas e metodológicas, feitas em estreita relação com a escolha de um objeto que se quer conhecer melhor, em relação a debates mais amplos existentes nas ciências sociais, na ciência política, especificamente, e nos estudos sócio-jurídicos, inclusive.

Ainda assim, creio serem necessárias duas últimas observações sobre minha opção por Bourdieu. A primeira é a de que, obviamente, uma teoria social de tamanha abrangência e pretensão como é a dele está infalivelmente sujeita a críticas, especialmente quanto a um suposto desvio objetivista da teoria do *habitus* (Vandenbergue, 2006) e às limitações do conceito de campo para a explicação da ação coletiva ou da ação individual fora do campo (Peters, 2009). A segunda observação (que serve também para me precaver em relação às críticas que coloquei como observação anterior) é de que toda a teoria de Bourdieu só faz sentido se associada e empregada em esforços de pesquisa empírica, que, ao final, devem ser capazes de concluir o processo de correção e ajuste do desenho inicial do campo-objeto aos resultados de pesquisa empírica e aos desenvolvimentos de uma análise dedutiva-indutiva, tendo por referência para o término desse processo o alcance de resultados suficientes para a compreensão do objeto de pesquisa e para se responder às questões centrais colocadas pelo estudo. Em outras palavras, a teoria dos campos tem caráter mais metodológico do que normativo, e, nas palavras de Bourdieu (2007a), “o limite de um campo é o limite de seus efeitos, ou, em outro

³ Traduzido livremente do original: *The rule as a simple regularity that can be captured statistically does not necessary derive from the rule qua rule of law or 'pre-law', a custom, maxim, proverb, or formula stating a regularity, thus formed into a 'normative fact'. [...] This distinction being clearly drawn, one sees that it is not enough just to record the explicit rules on the one hand, and to establish the regularities on the other. One needs to construct a theory of the work of formulation and codification of the properly symbolic effect which the codification produces.*

sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou nele os produz” (p. 31) – o que, de acordo com o programa de pesquisa escolhido, só se define ao final da pesquisa.

Nesse sentido, minha opção por mesclar a análise de processos históricos de longo prazo – relacionados com a institucionalização do campo acadêmico em direito e das estruturas burocráticas e profissionais da justiça estatal – com a reconstrução de processos históricos conjunturais –, mais especificamente o primeiro ciclo da Reforma do Judiciário (2003-4) e os conflitos conjunturais entre profissões e posições hierárquicas do campo jurídico –, tem por objetivo justamente compreender a interação entre indivíduos, e entre eles e a estrutura social em dois contextos diversos, nos quais os horizontes das estratégias e tomadas de decisão diferem no tempo e no grau de consciência da ação. Assim, não acredito ser descabido afirmar que *estratégias*, no sentido dado por Bourdieu – ou seja, de ações semiconscientes ou inconscientes, adotadas conforme o “senso do jogo” ou o *habitus* da posição social do agente –, sejam melhor apreensíveis, na análise social, na reconstrução das trajetórias de longo prazo que definem as posições dos agentes no campo jurídico e dos padrões de conflito e interação entre os diversos grupos profissionais de juristas, principalmente quando se analisam os deslocamentos intergeracionais de um mesmo grupo de elite. Por outro lado, também não parece equivocado afirmar que, na análise da ação dos grupos de elites jurídicas no processo político conjuntural da Reforma do Judiciário e dos conflitos interprofissionais e hierárquicos que analisarei nos capítulos finais da tese, estejam presentes outras *estratégias*, no sentido dado pelos adeptos da escolha racional, ou seja, de cálculos conscientes e racionais. Sobre esse ponto, em especial, tecerei mais algumas considerações no tópico seguinte, ao discorrer sobre o papel das elites em processos conjunturais.

Mais uma vez, afirmo que não é meu objetivo esgotar esse debate, ou encontrar a solução final para o dilema *ação versus estrutura* (que, de certa forma, resume toda a problemática por trás das quatro encruzilhadas de Tilly), mas, ao adotar uma estratégia metodológica de análise política de dois tempos históricos distintos, acredito atender a um duplo objetivo. Em primeiro lugar, colocar meu desenho preliminar do campo político da justiça à prova, em face de resultados empíricos de pesquisa sobre meu objeto específico, e considerando as controvérsias metodológicas que envolvem a análise social; e, em segundo lugar, seguir o

conselho do próprio Bourdieu (2007b), no prefácio à edição brasileira de *Razões Práticas*:

Se posso fazer um voto, é o de que meus leitores, especialmente os mais jovens, que começam a se envolver em pesquisas, não leiam este livro como um simples instrumento de reflexão, um simples suporte da especulação teórica e da discussão abstrata, mas como uma espécie de manual de ginástica intelectual, um guia prático que é preciso aplicar a uma prática, isto é, a uma pesquisa prazenteira, liberta de proibições e de divisões e desejosa de trazer a todos a compreensão rigorosa do mundo que, estou convencido, é um dos instrumentos de liberação mais poderosos com que contamos. (p. 8)

Uma sociologia das profissões jurídicas

A segunda perspectiva que orienta este trabalho de pesquisa é a da sociologia das profissões, especialmente da maneira como está nos estudos de Eliot Freidson (1996, 1998) e de Dietrich Rueschemeyer (1964, 1977, 1986). Embora eu não ignore a multiplicidade de abordagens sociológicas sobre as profissões e o profissionalismo (Diniz, 1996; Coelho, 1999; Bonelli, 1999a), creio que os autores escolhidos, em especial Freidson, enfrentam temas que são comuns ao debate mais amplo da sociologia das profissões, ao mesmo tempo em que incluem, em suas análises, elementos relativamente consensuais na caracterização sociológica das profissões: sua constituição como grupo social e político a partir de um projeto político de autogoverno; a exigência de diploma de nível superior, o credencialismo e o controle sobre o exercício profissional monopolizado pelo grupo; o papel da liderança profissional na condução daquele projeto político e na interação com o Estado, o mercado e a sociedade na conquista e manutenção de seu monopólio profissional; a diferenciação em relação a outras formas de organização do trabalho, como a burocracia e a livre concorrência do mercado.

Entendida, portanto, em perspectiva dinâmica, a *profissionalização* pode ser definida então como o *processo pelo qual uma ocupação empreende um projeto político de conquista de um abrigo estável no mercado de trabalho, caracterizado por negociações e conflitos com consumidores, ocupações correlatas e principalmente o Estado na legitimação social e política de sua expertise, na definição de competências e títulos distintivos de seu conhecimento especializado e*

de sua jurisdição e na construção de artifícios institucionais de autogoverno e credencialismo dos pares (Rueschemeyer, 1986; Freidson, 1996, 1998).

Todas essas características estão presentes, em maior ou menor grau, na organização dos juristas brasileiros que analisarei ao longo da tese, mesmo de magistrados e membros do Ministério Público, que, ao contrário da advocacia (mais próxima do tipo-ideal de “profissão liberal”), organizam-se como carreiras de Estado. Aliás, creio que é a partir da dinâmica dos conflitos entre sua organização burocrática (ligada ao Estado e sujeita a algum grau de controle hierárquico administrativo) e suas características propriamente profissionais (a autonomia de suas funções e o grau de controle próprio sobre o recrutamento e o exercício profissional) que se pode compreender a constituição da magistratura e do Ministério Público, bem como de suas associações representativas, como atores políticos relevantes no campo político da justiça. Da mesma forma, mesmo a advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, mais próximas do modelo de organização profissional “pura”, não podem ter seu poder e sua atuação política explicadas sem recurso à sua relação com o Estado, seja por sua origem corporativa, seja pelos trânsitos de suas elites pelo campo político e pelo campo jurídico. Assim, busquei seguir a agenda de pesquisa proposta por Maria da Glória Bonelli (1999a) em sua revisão dos estudos sobre profissões no Brasil:

Neste sentido, é fundamental que se investigue as relações entre profissionalismo, Estado e sociedade utilizando os instrumentais que a Sociologia das Profissões já desenvolveu, e o conhecimento acumulado pelos trabalhos que focalizaram a temática sob outras perspectivas. Esta alternativa representa uma mudança substantiva para a Sociologia das Profissões no Brasil, na virada do século. (p. 316)

Embora nem sempre na chave teórica de autores consagrados e propriamente identificados à sociologia das profissões (como Freidson, Terence Halliday e Magali Larson), mas especialmente no que se refere à sociologia das profissões jurídicas, merecem destaque – além dos trabalhos já citados de Freidson e Rueschemeyer, que têm nos advogados (ou *lawyers*) objetos preferenciais de estudo – o trabalho comparativo de Richard L. Abel (1982); o estudo de Stephen Ellmann (1992) sobre os advogados de interesse público e a mobilização de causas coletivas nos Estados Unidos; e a pesquisa de John P. Heinz e outros (2001) sobre a diversificação das práticas jurídicas de advogados e escritórios de Chicago.

Estabelecendo uma articulação entre a sociologia do campo jurídico de Bourdieu e uma sociologia das profissões jurídicas (ou dos juristas), é possível citar, ainda, os trabalhos de Yves Dezalay (Dezalay, 1991; Dezalay; Trubek, 1996; Dezalay; Garth, 2000, 2002), que enfocam o papel do conhecimento especializado dos juristas nas transformações do Estado e do poder na Europa e na América Latina.

No que se refere à sociologia das profissões jurídicas no Brasil, a principal referência do presente trabalho serão os estudos coordenados ou com participação de Maria da Glória Bonelli (Bonelli, 1999b; Bonelli, 2002; Bonelli, 2003; Bonelli e outros, 2006; Cunha e outros, 2007; Bonelli, 2008; Bonelli e outros, 2008). Nesses estudos, a autora busca reconstruir o percurso por meio do qual magistrados, membros do Ministério Público, advogados e delegados de polícia construíram seus projetos políticos de autonomia profissional e suas próprias ideologias do profissionalismo, em conflitos e negociações com o Estado, o mercado e os demais grupos profissionais; identifica, ainda, as clivagens internas que, em muitos casos, marcam as trajetórias de institucionalização e construção dos projetos profissionais desses grupos.

Por fim, na mesma linha dos trabalhos de Yves Dezalay, já citados, terei por referência importante para minha pesquisa também os estudos de Fabiano Engelmann (2006a, b) sobre a institucionalização e a diversificação das carreiras jurídicas e as lutas entre grupos profissionais no campo jurídico brasileiro.

Uma sociologia das elites

A terceira perspectiva que orienta o presente trabalho é a da sociologia das elites. Ao estabelecer interlocução com a sociologia das elites, busco situar o presente estudo no esforço de retomada desse tema pelas ciências sociais brasileiras e identificar bases para a comparação das elites jurídicas, por mim estudadas, com outras elites sociais, econômicas, intelectuais, políticas e administrativas no Brasil. Essa retomada do tema das elites pode ser verificada na existência do grupo de trabalho “Elites e instituições políticas” nos Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) dos anos de 2007 a 2009, e do seminário temático “Grupos dirigentes e

estruturas de poder”, que compõe a programação do Encontro Anual da Anpocs no ano 2010.

Em sua maioria, as sessões daqueles grupos de trabalho aglutinaram a produção recente de alguns pólos de investigação acerca das elites brasileiras: as pesquisas desenvolvidas na área de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (Perissinotto; Codato, 2008, 2009; Codato, 2008, 2009; Codato; Leite, 2009; Leite; Codato, 2009; Braga; Nicolás, 2008), entre as quais destaco: o estudo de Renato M. Perissinotto e outros (2008) sobre as elites judiciárias do Tribunal de Justiça do Paraná, com o qual dialogarei no presente trabalho; os estudos desenvolvidos por professores, alunos e ex-alunos do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Grill, 2003; Coradini, 2007; Grill; Aragão, 2009; Oliveira, 2009; Seidl, 2009), entre os quais destaco a pesquisa de André Marengo dos Santos e Luciano Da Ros (2008) sobre a composição do Supremo Tribunal Federal, bem como os trabalhos de Fabiano Engelmann (2006a, b), já citados, todos eles com importantes pontos de contato com o meu próprio objeto de estudo; e, por fim, as pesquisas desenvolvidas, já há alguns anos, no âmbito do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) a respeito de elites sindicais, políticas e administrativas brasileiras (D’Araújo; Lameirão, 2008; D’Araújo, 2009; Lameirão; D’Araújo, 2009).

A esse conjunto de estudos, mais ou menos reunidos em certos centros de produção científica sobre as elites brasileiras, é possível acrescentar os trabalhos de autores que, a exemplo de Maria Celina D’Araújo e do CPDOC/FGV, sempre mantiveram dedicação ao tema das elites, mesmo antes da mencionada retomada dessa produção nas ciências sociais brasileiras; refiro-me, nesse sentido, aos trabalhos de Luís Carlos Bresser-Pereira (1974, 2005, 2007) sobre empresários e administradores e sobre a burocracia pública brasileira; de Leôncio Martins Rodrigues (2002) sobre as elites políticas; e de Sérgio Miceli (1979, 1988, 2001a, b) sobre as elites intelectuais, alguns dos quais constituindo-se em importantes referências para a minha própria pesquisa.

A opção pela abordagem das elites justifica-se, segundo José Murilo de Carvalho (2007), porque “uma das vantagens das abordagens clássicas do fenômeno das elites políticas é a vinculação que fazem entre elite e dinâmica social” (p. 25). O autor identifica dois métodos de análise das elites desenvolvidos pela

literatura: o primeiro, de *posição*, identifica a elite nas posições formais de poder, o que incluiria os cargos eletivos e burocráticos do Estado e das organizações econômicas e profissionais; o segundo, de *decisão*, identifica a elite nos grupos e nas pessoas que exercem poder real, mais do que institucional-formal, na estrutura social, podendo a fonte desse poder ser de natureza diversa da estatal, ou seja, pode ser de natureza social, econômica e cultural. Nesse aspecto, a opção adotada em minha pesquisa pode se localizar entre aqueles estudos que, segundo Carvalho, buscam articular os dois métodos na definição das elites, já que, de acordo com Pierre Bourdieu (2007b), as posições de elite são determinadas pela combinação cumulativa de capitais econômicos, culturais, e dos capitais próprios de cada campo (como o jurídico, por exemplo), que deve ser analisada em três dimensões: a distribuição dos agentes no campo de acordo com o volume global do capital possuído, de qualquer modalidade; o peso relativo de um ou outro capital na estrutura do capital global (com destaque para as relações entre capitais econômicos e culturais); e a evolução no tempo do volume e da estrutura desses capitais, perceptível na reconstrução das trajetórias dos agentes no campo.

A perspectiva escolhida neste estudo, entretanto, não é capaz de afastar a contribuição extraída do acúmulo de conhecimento por outras perspectivas analíticas das elites. A leitura de trabalhos diversos sobre diferentes aspectos ou grupos de elite expõe elementos comuns dessa tradição de estudos, que ajudam na orientação de minha pesquisa. O primeiro deles, como já sugerido acima, é a articulação necessária que se deve buscar, na análise dos grupos de elites, entre esses indivíduos e grupos e a própria estrutura social, a partir da verificação das divisões sociais que permitem o destacamento e a identificação de um ou mais grupos como elites. Essa orientação serve para advertir o analista das elites sobre os riscos do radicalismo do método prosopográfico⁴ e para forçá-lo a considerar, na identificação dos atributos comuns de grupos sociais de elites, a partir das trajetórias individuais, a incidência de elementos estruturais e da relação entre agentes e estruturas na constituição das relações de poder e dominação, e de legitimação

⁴ Miceli (2001a) diz que: “Essa metodologia requer a construção da biografia coletiva de um determinado setor de classe dirigente, com base numa estratégia de exposição e análise que se vale do exame detido de casos exemplares, alçados à condição de tipos ideais, e, com base nesse *corpus* de evidências, de inferências qualificadas acerca do grupo ou do setor de classe na mira do pesquisador”.

dessas relações num dado contexto (campo) social (Montagner, 2007; Perissinotto; Codato, 2008).

Em outras palavras, o risco do método estritamente prosopográfico, que a metodologia do campo previne, é o da ênfase excessiva que se possa dar aos atributos individuais como sendo efetivamente pessoais, essencialmente ligados aos sujeitos, sejam esses atributos naturais ou adquiridos. O que a análise sociológica da trajetória dos indivíduos deve revelar, ao contrário, é a *incorporação das estruturas objetivas nos indivíduos e nos esquemas subjetivos de percepção e representação, de construção de identidades e de ação social* (Bourdieu, 2007a). Segundo Flávio M. Heinz (2006),

trata-se de compreender, através da análise mais 'fina' dos atores situados no topo da hierarquia social, a complexidade de suas relações e de seus laços objetivos com o conjunto ou com setores da sociedade. (p. 8)

Nesse sentido, para ser completado, esse tipo de análise deve também relacionar a compreensão dessa história incorporada nos sujeitos à compreensão da *história reificada nas estruturas*, ou seja, *da objetividade das estruturas sociais, em perspectiva histórica* (Bourdieu, 2007a). No caso do presente estudo, busca-se compreender não só como os juristas se inserem e são produzidos a partir da estrutura social brasileira, mas também como uma minoria de juristas domina os demais, no interior do campo jurídico e a partir do que chamo de campo político da justiça; esse esforço me obriga a considerar, portanto, os desenvolvimentos da estrutura social e das instituições políticas brasileiras e a incidência de fatores relacionados a classes sociais, raças, gênero, burocratização etc. nas trajetórias desses agentes e na estruturação do campo de poder jurídico.

Uma segunda orientação que decorre da leitura de diversos trabalhos sobre elites, e que está associada à anterior, diz respeito às *divisões e hierarquias* presentes no interior da própria elite (Bottomore, 1965), para além da clássica distinção entre *elites* e *não elites* formulada por Vilfredo Pareto (1966). No meu estudo, buscarei identificar conflitos entre subgrupos de elites jurídicas na composição das instâncias superiores de liderança da administração da justiça estatal, sejam esses conflitos estabelecidos entre bases e cúpulas de organizações profissionais, sejam eles deflagrados entre diferentes grupos profissionais que vivenciam situações de dominação entre ocupações correlatas (Freidson, 1998).

Essas considerações sobre divisão entre elite e não elite e sobre as hierarquias e divisões no interior das elites nos levam à terceira contribuição dos estudos de elite para meu próprio trabalho, qual seja a questão da *circulação* e *permeabilidade* das elites (Bottomore, 1965; Ferreira, 2001). Nesse sentido, buscarei identificar como determinados espaços e estruturas institucionais permitem certo grau de circulação de grupos de juristas entre posições de elite, e como os conflitos intraprofissionais e interprofissionais do campo político da justiça brasileira podem ser em grande parte entendidos a partir da diversificação social das bases profissionais das carreiras jurídicas, em oposição à menor variação na composição do pólo dominante do campo jurídico, ainda bastante associado às estruturas tradicionais e aos processos de longo prazo que definiram as relações de poder entre instituições e profissões jurídicas.

Entre as divisões no interior das elites jurídicas, uma em especial será de fundamental importância para análise e refere-se a uma quarta orientação dada pela revisão de estudos de elite, concernente à relação entre *intelectuais* e *grupos dirigentes* e à própria caracterização dos *intelectuais como grupos de poder* (Gramsci, s.d.; Mannheim, 1957, 1986; Bottomore, 1965; Miceli, 1979, 1999). Quanto a esse aspecto, buscarei identificar e analisar o papel dos intelectuais-juristas e de outros especialistas diretamente relacionados à administração da justiça estatal e sua contribuição para a definição de um discurso e de uma ideologia legítimos para as formas oficiais de oferta de justiça, além de uma agenda para sua reforma.

Uma quinta orientação que vem da tradição dos estudos de elite diz respeito à sua *escolarização* e ao papel das instituições de ensino no recrutamento, na socialização e na reprodução dos grupos de elite (Gramsci, s.d.; Bourdieu, 1996, 2007b; Almeida; Nogueira, 2002; Brandão; Lellis, 2003; Bourdieu; Passeron, 2008; Almeida, 2009). Considerando-se os diferentes volumes e estruturas de capitais que definem as posições de elite, originalmente derivados da posição social inicial dos agentes do campo (que dessa forma ingressam e se posicionam nos campos, a princípio, apenas pela força de suas heranças familiares, entendidas em sentido amplo), estas podem, contudo, ser alteradas em sua composição interna pelo efeito da entrada de novos grupos no interior do campo, mediada pelo sistema escolar, que passam a disputar com as posições dominantes os recursos próprios de cada campo de poder. De acordo com essa perspectiva, portanto, a diversificação social e

política dos campos de poder seria resultado da mediação exercida pelo sistema escolar sobre processos de diferenciação de classe produzidos no âmbito do modo de produção e dos processos de estratificação social decorrentes (Bourdieu, 1996; Bourdieu; Passeron, 2008).

Nesse sentido, escolas prestigiadas, voltadas para a instrução de membros das elites sociais, políticas e econômicas, teriam seus diplomas muito valorizados no mercado de especialistas, ao passo que a expansão do mercado de diplomas nas sociedades capitalistas pode ser capaz de reduzir o valor relativo desses diplomas e criar tensões na composição do campo e nas formas de reprodução das estruturas e dos agentes de dominação ao permitir o acesso a esse mercado de grupos socialmente inferiores nas hierarquias e divisões de classes. Da mesma forma, o diploma de uma escola de prestígio pode ser, para um agente socialmente marginal no campo, um importante capital que permita sua ascensão num campo, independente da rede de relações familiares e de seus capitais herdados. Essa seria a chave de análise para se entender as mudanças no interior das elites sociais e políticas (basicamente, as mudanças associadas à sua permeabilidade e à sua composição interna) e, dessa forma, para se compreender a conservação e a mudança na ordem social moderna (Bourdieu, 2007b).

Por fim, ainda no que se refere à sociologia das elites, a opção pelo foco em um processo político conjuntural bastante delimitado no tempo e no espaço – a Reforma do Judiciário, especialmente seu ciclo político de 2003 a 2004 – justifica-se a partir da diferenciação entre *períodos históricos cruciais*, caracterizados por mudanças políticas abruptas (guerras, revoluções, transições de regime etc.), e *períodos históricos rotineiros*, nos quais as decisões das lideranças políticas ocorrem de acordo com regras ou rotinas estabelecidas, em um contexto de alta previsibilidade (Perissinotto; Codato, 2008). De acordo com essa diferenciação, bastante útil para se dimensionar o papel das elites em processos políticos,

a natureza da elite política é tanto mais importante quanto mais crucial for o período histórico analisado: em momentos de mudança social há mais decisões a tomar, mais opções a fazer, mais alternativas a legitimar. (Perissinotto; Codato, 2008, p. 10)

Meu argumento é o de que a obtenção de consensos mínimos para a aprovação da Reforma do Judiciário, no período entre 2003 e 2004, após treze anos

de tramitação da Proposta de Emenda Constitucional nº 96/1992 no Congresso Nacional, deveu-se à articulação, pela liderança executiva da Reforma, de grupos de elites jurídicas associados a trajetórias e posições bastante consolidadas no campo jurídico,⁵ em torno de uma agenda reformista que acabou por fortalecer as posições do pólo dominante do campo da administração da justiça estatal; nesse sentido, a prevalência da agenda “racionalizadora” (central no resultado final da Reforma e voltada para a centralização do sistema e o aumento de sua eficiência decisória) sobre a agenda “democratizante” (associada à ampliação do acesso à justiça e presente em medidas marginais aprovadas no conjunto das mudanças introduzidas) pode ser explicada pelo protagonismo desses grupos de juristas, cujas trajetórias se associam a processos políticos de longo prazo na estruturação do campo jurídico.⁶

Uma sociologia da administração da justiça

Por fim, a quarta perspectiva analítica que orienta este estudo é a da sociologia da administração da justiça, concebida como o conjunto de estudos e pesquisas sobre as instituições e os profissionais da justiça, seus procedimentos de resolução de conflitos, suas demandas e sua clientela, sua reforma e sua gestão (Sousa Santos, 1996). Como referência central para a organização de um campo tão abrangente de objetos de estudos, alimentado por pesquisas oriundas de diferentes ciências sociais, do próprio direito e da história, parto do conceito, já consagrado na literatura brasileira, de *sistema de justiça*, para a construção de outro conceito, operacional para os fins de minha pesquisa, de *campo político da justiça*.

Com maior ou menor rigor, com maior ou menor definição conceitual, as noções de *campo jurídico* e *sistema de justiça* vêm sendo utilizadas em diversos estudos de ciências sociais sobre o funcionamento da justiça no Brasil, seus agentes e suas instituições. De uma maneira bastante esquemática – e, consequentemente,

⁵ Nesse ponto, busco desenvolver hipótese já apresentada por Joaquim Falcão (2005), quem, embora atribua o sucesso da Reforma à aliança entre o Ministério da Justiça e o Supremo Tribunal Federal e ao consenso mínimo entre as “forças políticas relevantes” (p. 14), não associa expressamente esse consenso ao conteúdo e aos interesses específicos dessas forças na proposta aprovada.

⁶ Sobre a oposição entre essas duas agendas da Reforma do Judiciário, ver Fabiano Engelmann (2006a) e Jacqueline Sinhoretto (2007); sobre o desenvolvimento dessa mesma oposição no panorama geral das reformas judiciais na América Latina, sob influência externa do programa reformista do Banco Mundial, ver Joseph R. Thome (2000).

um tanto imprecisa –, é possível dizer que a noção de *campo jurídico* é mais comum em estudos de viés sociológico ou antropológico, ao passo que a de *sistema de justiça* é característica dos estudos político-institucionais. Isso não quer dizer que não se verifique, na realidade, o uso combinado das duas expressões, ora tidas como sinônimos, ora como noções complementares – tal qual se percebe, por exemplo, nos estudos de Maria da Glória Bonelli (1999b, 2002) e Jacqueline Sinhoretto (2007). Ainda que sob risco de certo preciosismo, dedicarei algumas considerações, neste tópico, a fim de esclarecer de que maneira, a partir do conceito institucional de *sistema de justiça*, desenvolvi o conceito de *campo político da justiça*, como desdobramento daquele, e com o objetivo de criar um modelo de análise política do sistema de justiça no qual variáveis tradicionalmente associadas à abordagem sociológica (como gênero, classe e prestígio) possam se integrar, desde os primeiros momentos da pesquisa (ou seja, desde a formulação de suas hipóteses iniciais), àquelas variáveis institucionais decorrentes do desenho constitucional do sistema de justiça.

Segundo Maria Tereza Sadek (2002), cientista política e uma das principais mobilizadoras, no Brasil, da noção corrente de sistema de justiça⁷ nos trabalhos de orientação político-institucional,

A constituição e o desenvolvimento de uma área temática centrada nas instituições que compõem o sistema de justiça correlacionam-se fortemente com o Estado de Direito, com a democracia formal e sua consolidação. [...] A agenda da Ciência Política como das demais Ciências Sociais só passou a incorporar estudos sobre o Judiciário e sobre as outras instituições que compõem o sistema de justiça nos anos de 1990, quando o regime democrático passou a ser considerado um valor em si mesmo e quando os efeitos da Constituição de 1988 tornaram-se visíveis. (p. 236)

Prossegue a autora:

Entendemos por sistema de justiça o conjunto de instituições estatais encarregadas de garantir os preceitos constitucionais, de aplicar a lei e de distribuir justiça. [...] [A]o se constituir como uma área relativamente autônoma, tem invocado e chamado para si questões anteriormente tratadas por outras sociologias especializadas e outras disciplinas, quer do Direito quer das Ciências Sociais e da História. Mas, ao incorporar essas questões, transforma-as, examinando-as sob uma ótica distinta. Isto é, propõe que as análises sobre aqueles temas tenham por eixo ou fio condutor as instituições judiciais. (p. 237)

⁷ Não se poder ignorar, também, a influência da expressão *judicial system*, utilizada em língua inglesa, e especialmente no Estados Unidos, como equivalente a “Poder Judiciário”, não só pelos cientistas políticas, como também pelos operadores do sistema.

Em outra passagem do mesmo artigo, Sadek (2002) reforça dois aspectos sugeridos nas passagens transcritas acima, os quais considero centrais na formulação do conceito de sistema de justiça: seu caráter institucional-formal e sua vinculação à organização jurídico-constitucional do poder. Afirmar a autora:

A Constituição de 1988 e os papéis atribuídos ao Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública, à Procuradoria da República, à Advocacia Geral da União, às polícias, aos advogados, enfim aos operadores do Direito, representam uma mudança radical, não apenas no perfil destas instituições e de seus integrantes, mas também em suas possibilidades de atuação na arena política e de envolvimento com questões públicas. [...] Esse Judiciário, com baixíssima realidade política, ganhou vitalidade na ordem democrática ou, ao menos, foram-lhe propiciadas condições de romper com o encapsulamento em que vinha vivendo desde suas origens. No que se refere às demais instituições do sistema de justiça, a conversão foi ainda maior: conquistaram recursos de poder e um espaço que extrapola (em excesso, diriam alguns) os limites de funções exclusivamente judiciais. (p. 253-4)

De fato, uma análise formal do modelo institucional-constitucional do sistema de justiça seria, do ponto de vista de qualquer análise política, um passo importante, se não o primeiro, de uma investigação sobre a justiça estatal de qualquer país. Meu objetivo, como já dito, é o de agregar à análise da organização da justiça brasileira, a partir de seu desenho constitucional, considerações relacionadas a outras formas de estruturação e organização do poder que não somente aquelas previstas nos desenhos institucionais e nas constituições políticas, e que buscarei, justamente, na teoria dos campos de poder, de Bourdieu, e na sociologia das elites.

Essas considerações não são de todo ausentes nas análises institucionais, já que, como afirma Sadek (2002), a delimitação do chamado *sistema de justiça* tem por objetivo constituir-se em uma *linha de análise*, um parâmetro de organização de uma vasta produção de ciência social sobre o funcionamento da justiça estatal em torno de um objeto comum, qual seja, a qualidade de nossa democracia, aferível também por seu desempenho judicial – ou, em outras palavras, pelo desempenho de suas instituições de justiça. Daí, conforme Sadek sugere na transcrição acima, a ideia de sistema de justiça como *eixo*, ou *fio condutor*, de análises desenvolvidas por diferentes disciplinas das ciências sociais, bem como da história e do direito, em torno de um objeto que “é mais amplo do que o poder judiciário” (Sadek, 1999, p. 11).

Buscarei avançar, portanto, na construção de um *modelo de análise* abrangente, que possa ser aplicado a outros objetos de pesquisa e que permita essa integração de variáveis sociológicas à análise institucional, possibilitando um diálogo metodologicamente estruturado de diferentes vertentes da produção da ciência social brasileira sobre o funcionamento da justiça estatal.⁸ Segundo o modelo de análise proposto no presente estudo, portanto, variáveis sociológicas e institucionais articulam-se desde o primeiro momento do trabalho de pesquisa, ou seja, desde o momento inicial de formulação das primeiras hipóteses de investigação, nas quais a origem, o exercício e a distribuição do poder no interior do sistema de justiça devem necessariamente considerar processos e fenômenos de origem social e simbólica (mais especificamente, aqueles relacionados às divisões de classe, gênero e prestígio), bem como aqueles decorrentes das funções e divisões político-institucionais (mais especificamente aqueles relacionados ao desenho constitucional formal e às funções e denominações oficiais das instituições e dos agentes do sistema). Para tanto, parto dos estudos de Sadek e seus colaboradores sobre o sistema de justiça (Sadek, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004a, b, 2006; Sadek; Arantes, 2001; Sadek; Dantas, 2001; Sadek; Cavalcante, 2003), para, por meio de um diálogo com uma ampla literatura sobre o funcionamento das instituições de justiça no Brasil, construir um objeto (o campo político da justiça) que permita compreender as origens, a organização e a distribuição do poder de direção e controle da administração da justiça estatal.

Na Parte I, apresentarei os referenciais teóricos e metodológicos de minha pesquisa. Basicamente, procurarei articular a perspectiva da sociologia política e do campo jurídico de Pierre Bourdieu com outros estudos sobre elites, profissões jurídicas e instituições de justiça, buscando construir, a partir do conceito institucional de sistema de justiça, meu conceito de campo político da administração

⁸ Para importantes revisões da literatura de ciências sociais sobre o funcionamento da justiça no Brasil, seus desenvolvimentos e divisões disciplinares, ver Eliane Botelho Junqueira (1996) e Maria Tereza Sadek (2002). Por fim, importante mencionar o esforço de sistematização da literatura levado a cabo por Jacqueline Sinhoretto (2007), em capítulo introdutório de sua tese de doutoramento, no qual a autora faz uma crítica das revisões feitas por Junqueira e Sadek, citadas acima, e busca superá-las, ao introduzir a revisão dos estudos sobre violência e justiça criminal e explorar as relações entre sistema de justiça e sistema de justiça criminal, concluindo pela existência de duas tendências de estudos sobre a justiça no Brasil, conforme seus autores enfatizam mudanças ou continuidades nos padrões de seu funcionamento, em termos de democratização, perfil social e ideológico e garantia de direitos; o esforço feito por Sinhoretto, nesse sentido, tem o mesmo objetivo de meu estudo de articulação de explicações sociológicas (chamadas por ela de *microsociológicas*) e político-institucionais (classificadas pela autora como *macrosociológicas*).

da justiça estatal. Tecerei, ainda, algumas considerações acerca das fontes utilizadas em minha pesquisa sobre as elites jurídicas, tentando demonstrar suas funções específicas na constituição de um campo de poder associado à administração da justiça estatal.

Na Parte II, explorarei as relações entre o campo jurídico e o campo acadêmico do direito, ou, mais especificamente, a diferenciação entre a oferta de ensino jurídico pelas faculdades de direito e a constituição de um campo de poder da administração da justiça estatal. Nesse sentido, buscarei enfatizar o papel do sistema de ensino superior na reprodução de estruturas de poder e da divisão social do trabalho jurídico e a hierarquia dos diplomas vigentes no campo político da justiça estatal, capaz de diferenciar as elites dos juristas de suas bases profissionais. Destacarei, ainda, o papel da institucionalização de um campo acadêmico relacionado ao direito e à justiça na produção de um tipo de capital simbólico bastante específico, representado pelos investimentos dos membros da elite jurídica em pesquisa, docência e produção bibliográfica em temas relacionados à administração da justiça estatal, perceptível especialmente, mas não somente, nas trajetórias das elites intelectuais da administração da justiça estatal.

Na Parte III, buscarei demonstrar como o processo de institucionalização burocrática e diferenciação profissional do sistema de justiça brasileiro permitiu o surgimento de posições e capitais diversos nas estruturas de poder do campo jurídico e do campo político da justiça estatal. Além disso, darei destaque ao papel das clivagens profissionais na composição das elites jurídicas, especialmente por meio da análise de suas trajetórias e seus trânsitos interprofissionais e da concorrência entre grupos profissionais pelo controle da administração da justiça estatal. Analisarei também os efeitos dos processos de estadualização administrativa e centralização política do sistema de justiça na concentração geográfica do pólo de poder da justiça estatal em âmbito nacional, bem como a influência das clivagens hierárquicas internas às instituições de justiça na delimitação do campo político da justiça.

Na Parte IV, avançarei na delimitação do campo político da administração da justiça, sintetizando os resultados de pesquisa das partes anteriores no que se refere às estruturas de capitais que explicam as posições dominantes no campo político da justiça, às estratégias de ascensão, por parte dos agentes do campo jurídico, às posições de elite e às dinâmicas das relações políticas entre as posições

de elites jurídicas. Para tanto, farei uma breve análise do processo de reformulação institucional do sistema de justiça promovido pela Reforma do Judiciário de 2004, buscando demonstrar como ele pode ser entendido a partir das lutas, internas ao campo político da administração da justiça, entre as elites jurídicas, pelo controle da justiça estatal.

Nas Considerações Finais, apresentarei as conclusões deste trabalho, ponderando os ganhos em conhecimento trazidos por ele acerca do funcionamento do sistema de justiça e das dinâmicas políticas internas à sua administração, além de tecer algumas considerações sobre a reforma e a democratização da justiça estatal.

PARTE I
A POLÍTICA DA JUSTIÇA

Capítulo 1. Campo político, campo jurídico e campo político da justiça

Seguindo a interpretação weberiana da concentração do poder na sociedade ocidental moderna, Bourdieu define o campo de poder como a estrutura resultante da concentração de capitais sociais de diversas origens, realizada especialmente *em torno do e pelo Estado* (Bourdieu, 2005b, 2007a, b). Nesse sentido, embora, como objeto, *campo do poder* não se confunda com *Estado*, o conceito de Bourdieu busca demonstrar como a concentração de poder nas sociedades modernas está diretamente relacionada à gênese do Estado, ainda que as lutas travadas pelos detentores desses recursos de poder não se deem diretamente *no interior* do Estado – em termos de *arenas, regras* ou *aparatos burocráticos*, no sentido dado pelos chamados *neoinstitucionalistas* (Immergut, 1998; Hall; Taylor, 2003) –, mas sempre *em torno do poder do Estado* de oficializar divisões de poder e hierarquias social ou economicamente produzidas:

O Estado é resultante de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, capital de força física ou de instrumentos de coerção (exército, polícia), capital econômico, capital cultural, ou melhor de informação, capital simbólico, concentração que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital, com poder sobre os outros tipos de capital e sobre seus detentores. A concentração de diferentes tipos de capital (que vai junto com a construção dos diversos campos correspondentes) leva, de fato, à emergência de um capital específico, propriamente estatal, que permite ao Estado exercer um poder sobre os diversos campos e sobre os diferentes tipos de capital, especialmente sobre as taxas de câmbio entre eles (e, concomitantemente, sobre as relações de força entre seus detentores). Segue-se que a construção do Estado está em pé de igualdade com a construção do campo do poder, entendido como o espaço de jogo no interior do qual os detentores (de diferentes tipos) lutam particularmente pelo poder sobre o Estado, isto é, sobre o capital e sobre sua reprodução (notadamente por meio da instituição escolar). (Bourdieu, 2007b, p. 99-100)

Dessa forma, a diferenciação do campo e a concentração do capital especificamente jurídicos coloca o direito e os juristas em uma posição de protagonistas nesse processo (Bourdieu, 2005b). A adequação moderna da técnica processual do direito romano às demandas de racionalização do Estado moderno em torno do príncipe, obra cultural dos juristas medievais, é apontada, desde Weber (1979), como condição para o sucesso do processo de burocratização e construção da dominação racional-legal. Nesse processo, em que os juristas produzem o

discurso sobre o Estado (especificamente o discurso da *soberania* do príncipe sobre os interesses particulares e o discurso do *Estado de Direito*), o campo jurídico também ganha autonomia relativa, produzindo uma espécie própria de capital simbólico – o *capital jurídico*, consistente numa competência técnica e social de se dizer o direito, que significa, em última análise, o poder de se interpretar e afirmar a visão oficialmente justa ou legítima da ordem social (Bourdieu, 2007a, b).

A diferenciação dos campos de poder, em especial a do campo jurídico em relação às demais esferas de dominação (militar, econômica, cultural), está na base da constituição do poder nos demais campos, mas dá condições, com a progressiva burocratização e divisão do trabalho nas sociedades ocidentais avançadas, de posicionar os juristas, e seus interesses específicos, como partícipes dos esquemas de dominação, de forma relativamente imune às lutas travadas em outros domínios, que só adentram ao “mundo do direito” pelos seus próprios termos, ou seja, como um conflito juridicamente classificado e juridicamente solucionável por um processo e uma decisão levados a cabo por juristas. Essa diferenciação de campos do poder, que como se viu está diretamente ligada à construção do Estado burocrático moderno, se deu em tempos diferentes, a depender das circunstâncias específicas dos processos de construção nacional em cada sociedade política, o que pode afetar diferencialmente a posição dos juristas no Estado e na sociedade.⁹

Nesse sentido, a participação dos juristas nos processos de formação tardia de Estados nacionais modernos é evidente na posição direta de elite social e política ocupada por esse grupo social em diversos países. Essa participação se deu por meio dos advogados, em processos políticos liberais, como a revolução americana, e pelos juristas de Estado e magistrados, em Estados absolutistas formados em torno de uma forte burocracia, como foi o caso da Prússia, de Portugal e do Brasil (Carvalho, 2007).¹⁰

Aquilo que se consagrou chamar na ciência social brasileira de *bacharelismo* (a composição social e ideológica das elites políticas a partir da formação superior jurídica) demonstra, portanto, baixa autonomia relativa do campo jurídico em relação

⁹ Para uma análise comparativa das profissões jurídicas em relação a diferentes processos de formação do Estado nacional, ver Rueschemeyer (1986) e Abel (1982).

¹⁰ Sobre as diferenças entre os advogados (*lawyers*) da tradição anglo-saxônica e os *juristas* de Estado da tradição continental, ver Rueschemeyer (1986); sobre as posições de elite dos juristas na América Latina, ver Dezalay e Garth (2000, 2002). Sobre a alternância entre magistrados de Estado e advogados liberais na composição da elite política em diferentes momentos da formação do Estado imperial brasileiro, ver Carvalho (2007).

a outras esferas do poder. Daí ser possível entender a centralidade dos debates sobre o ensino jurídico, o direito público e a própria organização judiciária nas primeiras fases do Estado brasileiro independente (Lima Lopes, 2004; Mota, 2006; Wolkmer, 2009): esses temas, centrais na agenda política das elites nacionais do período, indicavam ao mesmo tempo a centralidade do direito na organização política do país e o esforço daqueles *políticos-juristas* em encontrar linhas claras de divisão entre direito e política num contexto de pouca diferenciação estrutural entre essas esferas de dominação.

Profissionalismo e política

Isso passa a mudar especialmente a partir da Revolução de 1930, quando uma nova divisão do poder entre classes dominantes e em torno de um processo de construção institucional colocou o Estado brasileiro como principal agente organizador dos campos de produção cultural (Miceli, 1979). A diferenciação de campos de produção cultural naquele período reposicionou os juristas em relação a outros grupos intelectuais nas relações com a classe dominante, surgidos da diversificação e descentralização geográfica do ensino superior na Primeira República e da formação de novos saberes tecnocráticos para a gestão do Estado (originários das escolas de engenharia, economia e ciências sociais, especialmente) (Santos, 1978; Miceli, 1979). Esse processo de diferenciação e autonomização de campos de poder é, na ótica do campo jurídico, centrado na diferenciação institucional das carreiras jurídicas, o que se dá pela intensificação da burocratização e da racionalização de suas funções em relação ao Estado – o que, por sua vez, só vai se definir com as conquistas institucionais e corporativas na Constituição de 1988 (Engelmann, 2006a), baseado em projetos políticos de *autonomia profissional* dos operadores do direito e suas lideranças (Bonelli, 2002).

Portanto, dizer que a justiça brasileira organiza-se em bases profissionais significa dizer que a institucionalização dos principais grupos que a operam – e que têm suas funções definidas processualmente – permitiu-lhes considerável grau de autonomia na determinação do conteúdo de seu trabalho e dos critérios de ingresso e seleção, nos mecanismos de disciplina e sociabilidade e na construção de uma

ideologia de superioridade técnica e relevância social de suas funções. Os graus de autonomia efetivos são variáveis entre as profissões jurídicas e, certamente, em cada estado ou região onde atuam, ainda mais quando se considera que, embora os parâmetros formais da autonomia profissional sejam dados por leis nacionais (as garantias constitucionais, as Leis Orgânicas da Magistratura e do Ministério Público e o Estatuto da Advocacia), ao menos a construção de uma ideologia de autonomia, profissionalismo e relevância social depende em grande parte da composição social das comunidades profissionais locais e da capacidade de suas lideranças em obter conquistas políticas, manter a coesão dos grupos e imprimir valores comuns (Freidson, 1998; Bonelli, 2002). Ainda assim, creio que a combinação das *garantias formais de autogoverno profissional* conquistadas especialmente na Constituição de 1988, com a *ideologia de função pública*, presente especialmente na ideia corrente do Judiciário como *poder republicano* (mas não como *serviço público*, emblematicamente), expandidas para o Ministério Público e a advocacia, confere as bases institucionais e ideológicas para a construção dos projetos políticos de autonomia profissional por parte das lideranças políticas desses grupos.

Como já dito, as evidências indicam que foi na Constituição de 1988 que esse processo encontrou sua definição institucional atual, com desdobramentos na Reforma do Judiciário de 2004 (Engelmann, 2006a) – ainda que a posição institucional afaste as profissões jurídicas de um modelo ideal-típico de profissão liberal, dados seus contornos burocráticos (sendo a mesma ressalva válida para o caráter corporativo estatal da Ordem dos Advogados do Brasil). Profissionalismo e burocracia são, do ponto de vista da sociologia das profissões, modos concorrentes de organização do trabalho (Freidson, 1998; Bonelli, 2002). Diferenciam-se, basicamente, pelos processos históricos diversos por meio dos quais se formam a *autoridade profissional* – baseada em hierarquias de conhecimento, mas também de prestígio, que buscam contudo preservar o monopólio, a autonomia do controle e o arbítrio individual sobre o trabalho (Freidson, 1996, 1998) – e a *autoridade administrativa* – baseada, no tipo-ideal da organização burocrática, na cadeia hierárquica de comando e divisão de tarefas e rotinas determinadas previamente (Weber, 1979; Bendix, 1996).

Diferenciação e autonomia

De qualquer forma, o discurso de autonomia profissional combina-se com o discurso da separação de poderes das funções públicas das carreiras jurídicas, para formar a base do discurso da autonomia plena do campo jurídico em relação ao domínio da política no Brasil. Foi esse discurso ideologicamente complexo, que combina os liberalismos da ideologia profissional e da separação de poderes, que esteve na base de muitas resistências à Reforma do Judiciário, seja para demarcar as fronteiras entre o campo jurídico e o campo político (mais especificamente entre o Judiciário e o Executivo), seja para justificar as resistências ao controle externo de um grupo profissional pelos demais (Sadek, 2001, 2004a). Por outro lado, as polêmicas em torno do que vem se nomeando como *judicialização da política*, ou seja, a interferência do Poder Judiciário no âmbito das decisões políticas, por meio das decisões de juízes e tribunais sobre questões próprias da competição político-partidária ou da produção e implementação de políticas públicas, demonstram as sutis e tensas conexões entre campo jurídico e campo político – e, nesse sentido, os discursos de políticos e juristas contrários ao ativismo judiciário buscam reforçar uma autonomia que é, estruturalmente, apenas relativa.

A diferenciação de um campo propriamente jurídico, concebido como

lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, [...] na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de interpretar (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um *corpus* de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social [...] (Bourdieu, 2007a, p.212)

se intensifica, portanto, com a burocratização do Estado e da sociedade, com a especialização e a profissionalização da divisão do trabalho, com a expansão da litigiosidade e da procura pelos tribunais e, mais recentemente, com a internacionalização da economia e das redes de conhecimento especializado.¹¹

Nesse aspecto, minha pesquisa buscou identificar as principais estruturas do campo jurídico brasileiro e de seu subcampo que chamei de *campo político da*

¹¹ Para análises do impacto desses processos sobre as profissões jurídicas, em perspectiva comparada, ver os artigos de Abel (1982), Rueschemeyer (1986) e Dezalay (Dezalay, 1991; Dezalay; Trubek, 1996; Dezalay; Garth, 2000).

justiça, a partir da reconstrução de seu processo de institucionalização e diferenciação, cuja compreensão depende da análise de processos mais específicos relacionados à formação da burocracia judiciária, à diferenciação e à institucionalização de grupos profissionais de juristas, ao destacamento de posições de liderança institucional e simbólica, às trajetórias individuais e coletivas de notáveis e de grupos de juristas de elite, à formação de visões de mundo e discursos dominantes sobre a administração da justiça e o papel dos juristas e aos padrões de interação entre os juristas, no interior desse campo. O que chamo de campo político da administração da justiça estatal corresponde, portanto, a um subcampo do campo jurídico representado pelo *espaço social de posições, capitais e relações delimitado pela ação de grupos e instituições profissionais pelo controle da organização jurisdicional (as competências constitucionais e as regras procedimentais que compõem o direito processual) e da organização judiciária (a burocracia que aplica o direito processual na resolução de conflitos) e, assim, o poder de direção da administração da justiça estatal.*

O campo político da justiça

O Poder Judiciário, estrutura nuclear do sistema de justiça brasileiro, compreende funções de justiças especializadas (trabalhista, militar, eleitoral) e comum (voltada para a litigiosidade civil e criminal em geral), cada qual com estruturas burocráticas (tribunais, carreiras, hierarquias) próprias. Embora a Constituição e a Lei Orgânica da Magistratura estabeleçam as bases nacionais para a organização da carreira judiciária, cada tribunal comum ou especializado tem considerável grau de autonomia administrativa e financeira, contando com regimentos próprios. Além disso, em termos jurisdicionais, os juízes de primeira instância, ou seja, os magistrados que individualmente processam os conflitos na “entrada” do sistema, detêm autonomia decisória praticamente absoluta, se sujeitando apenas às suas cúpulas em termos administrativos e de organização da carreira.¹²

¹² Para uma detalhada descrição da estrutura formal do sistema de justiça e suas instituições, ver Sadek (1999; 2004a); para uma descrição mais esquemática e bastante didática, vinculada às

Além dessa divisão, o Poder Judiciário no Brasil é dual, ou seja, há uma justiça federal (comum e especializada)¹³ e uma justiça estadual (comum e militar). O processamento de conflitos nas justiças especializadas obedece a regras processuais próprias (direito processual do trabalho, militar, eleitoral), de caráter nacional e, portanto, válidas para todas as agências e operadores desses ramos da justiça; a justiça comum, civil e criminal, seja ela exercida no âmbito federal ou estadual, também obedece a uma só legislação processual de caráter nacional, representada pelos Códigos de Processo Civil e Criminal e pela legislação esparsa relacionada a eles – e é importante observar que a legislação processual comum também é aplicada subsidiariamente no âmbito das justiças especializadas.

Cada um desses ramos da justiça possui, como já dito, sua própria organização burocrática, composta pelas carreiras de magistrados e por tribunais de cúpulas que organizam essas carreiras e administram ainda toda a estrutura de apoio à função jurisdicional, incluindo o trabalho de ocupações correlatas, como os peritos, escreventes, analistas e técnicos judiciais. Cada justiça estadual tem seu Tribunal de Justiça local, ao passo que a justiça federal comum é organizada em cinco Tribunais Regionais Federais (TRF); e a justiça federal especializada também possui tribunais regionais para cada ramo de atuação. Acima desses tribunais, há os chamados tribunais superiores, sediados em Brasília: o Superior Tribunal de Justiça (STJ), que serve de tribunal superior das justiças comuns estaduais e federal, além de exercer funções de controle administrativo sobre a justiça federal, por meio do Conselho da Justiça Federal (CJF); o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Supremo Tribunal Militar (STM) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que exercem as funções de última instância de recurso das justiças especializadas.

Acima de todos eles, está o Supremo Tribunal Federal (STF), chamado pela doutrina jurídica de *tribunal de superposição*,¹⁴ pois pode se caracterizar como última e definitiva instância de recurso das causas processadas nas justiças comuns e especializadas, além de deter algumas competências originárias, não recursais,

disposições legais, sem pretensões de análise político-institucional, ver Luiz Guilherme da Costa Wagner Júnior e outros (2006). Sobre a evolução histórica da estrutura formal do Poder Judiciário, ver Ives Gandra da Silva Martins Filho (1999). As disposições constitucionais sobre o sistema de justiça estão contidas nos Capítulos III e IV da Constituição Federal.

¹³ Ao longo desta tese, e especialmente quando apresentar dados de trajetórias de membros das elites jurídicas, utilizarei a expressão “federal” (ou “federais”) para me referir, de maneira genérica às justiças comum e especializadas de nível federal.

¹⁴ Embora não seja essa uma posição consensual na doutrina jurídica; nesse sentido, ver Wagner Júnior e outros (2006, p. 73).

integralmente processadas naquela corte. O STF não possui autoridade administrativa sobre os tribunais e juízes abaixo dele posicionados (Falcão, 2005); ao contrário, sua posição de cúpula decorre mais de sua função jurisdicional, de última instância recursal em matéria constitucional, do que de seu poder administrativo sobre toda a pirâmide da justiça abaixo dele. Além disso, a composição do STF não se vincula à progressão de carreira da magistratura, sendo seus membros indicados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado. Por outro lado, a Reforma do Judiciário de 2004 criou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para exercer controle externo da atividade jurisdicional, em termos disciplinares, e para estabelecer alguma forma de controle, padronização e planejamento administrativo de âmbito nacional em relação à dispersa organização administrativa até agora descrita; a composição desse órgão é predominantemente de magistrados, embora haja participação da advocacia e do Ministério Público e algum equilíbrio entre conselheiros vindos das bases profissionais, embora indicados por suas cúpulas organizacionais, e membros de instâncias superiores.

Porém, como se viu, o sistema de justiça não é apenas o Poder Judiciário. O Ministério Público, parte do sistema, organiza-se de forma estruturalmente correlata à organização do Poder Judiciário, havendo um Ministério Público para cada ramo de justiça especializada, um Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos dos estados da federação. Apesar desse paralelismo estrutural com o Poder Judiciário, que inclui a existência de uma Lei Orgânica própria, o Ministério Público adquiriu nas últimas décadas um campo de ação extrajudicial considerável, que exerce na defesa de direitos difusos, além de sua função constitucional de controle externo da polícia. A Reforma do Judiciário de 2004 também criou um órgão de controle externo e planejamento nacional do Ministério Público, que é o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com composição semelhante à do CNJ e predominância de membros da própria carreira.

A advocacia, por sua vez, também integra formalmente o sistema de justiça, uma vez que o artigo 133 da Constituição prevê que o advogado é indispensável à administração da justiça, e que o Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/1994) estabelece que, mesmo exercida em caráter privado, a advocacia constitui-se como função pública. A advocacia é organizada por uma corporação oficial paraestatal, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), organizada, por sua vez, em bases federativas, havendo Conselhos Seccionais nos estados (as OAB estaduais) e um

Conselho Federal (a OAB nacional); as OAB estaduais têm elevado grau de autonomia em relação à OAB nacional, e é a partir dos Conselhos Seccionais, cujas direções são compostas por chapas diretamente eleitas pelos advogados inscritos, que se compõe politicamente o Conselho Federal, com a indicação de conselheiros federais pelas instâncias estaduais, que por sua vez elegerão o presidente nacional da entidade.¹⁵

Além disso, em termos de oferta de serviços, os advogados privados, apesar de necessariamente serem inscritos nos quadros da OAB, podem atuar como profissionais liberais autônomos, associados ou empregados em escritórios e departamentos jurídicos de empresas. Há também a chamada advocacia pública, constituída pelos defensores públicos, que prestam assessoria jurídica gratuita à população, e pelos procuradores de autarquias e da administração direta do Estado; apesar de em geral estarem organizados em carreiras públicas próprias, os advogados públicos também são inscritos na OAB e a ela se submetem em termos disciplinares e de regras gerais para o exercício profissional. Assim como ocorre em relação ao Ministério Público, a atuação da advocacia pública e privada não é necessariamente atrelada à atividade jurisdicional do Estado, podendo haver atividades de consultoria e assessoria extrajudiciais, além da representação de interesses no âmbito administrativo.

Percebe-se, portanto, que a expressão *sistema de justiça* busca abarcar uma realidade complexa, caracterizada por um sistema de partes, ou seja, o conjunto de instituições estatais e profissionais responsáveis pela oferta de serviços de justiça pelo Estado. Daí porque, segundo Joaquim Falcão (2005),

Entender o Poder Judiciário como um sistema significa também abandonar a visão de um poder unitário, para percebê-lo como um conjunto integrado por diversos 'poderes'. O que aparentemente era uno revela-se múltiplo. O que era integração aparece como fragmentação. O que era Poder Judiciário surge como vários 'poderes judiciários'. No fundo, um sistema integrado de vários subsistemas. E isto coloca problemas e conseqüências graves para se posicionar diante da reforma. (p. 23)

Portanto, para os fins de minha pesquisa, que busca entender menos o funcionamento da justiça estatal como prestador de serviços de justiça, e mais sua

¹⁵ Sobre a institucionalização e a organização do Ministério Público, ver Cátia Aida Silva (2001), Rogério Bastos Arantes (2002) e Fábio Kerche (2007); a respeito da advocacia e da OAB, ver Maria da Glória Bonelli (2002), Rennê Martins (2005), Frederico N. R. de Almeida (2006) e Matthew MacLeod Taylor (2008).

constituição como um espaço de poder relacionado à organização burocrática do Estado e às suas relações com as profissões jurídicas, o ensino superior e a produção acadêmica em direito, optei pelo uso predominante da noção de *campo jurídico*, ainda que com ênfase em suas estruturas político-institucionais; afinal, a noção de campo pressupõe não apenas a existência das instituições e das leis também consideradas pela expressão *sistema de justiça*, como também as relações de poder e prestígio que permeiam a estrutura formal, as lutas internas e a mobilização de símbolos, hierarquias informais e recursos de poder não descritos ou previstos no texto constitucional ou nas regras processuais que, formalmente, unificam as partes do sistema. Dessa perspectiva, a noção de campo jurídico torna-se particularmente útil para se entender algumas características da organização do poder da administração da justiça verificadas em minha pesquisa empírica, e que se colocam além da estrutura formal-constitucional do sistema de justiça, como se verá na análise que apresentarei nesta tese.

A primeira dessas características da organização do poder no sistema de justiça diz respeito ao papel das faculdades de direito na formação das elites jurídicas e na hierarquização dos grupos profissionais no interior das instituições do sistema. Embora possa ser dito que a exigência legal de diploma de bacharel em direito seja um componente formal do sistema de justiça, a constituição de relações de poder que decorre dessa exigência é uma característica do campo jurídico que não se depreende diretamente do desenho constitucional do sistema de justiça, sendo perceptível somente por meio da reconstrução das estruturas de capitais simbólicos empiricamente verificáveis nas trajetórias dos agentes desse campo.

A segunda característica diz respeito ao papel dos intelectuais-juristas na constituição de uma ideologia dominante da administração da justiça estatal, que se verifica nas disposições normativas resultantes do trabalho desses doutrinadores acerca do funcionamento do sistema de justiça (a legislação e as doutrinas constitucionais e processuais), na constituição de uma agenda e de um discurso específico para a reforma do sistema, mas também no seu próprio posicionamento nas hierarquias de poder relacionadas – mas não formalmente associadas – às instituições do sistema de justiça.

A terceira característica que justifica o emprego predominante do conceito de campo para explicar as relações de poder na administração da justiça estatal verificadas em minha pesquisa diz respeito à estruturação de hierarquias objetivas

de poder envolvendo instituições de justiça e organizações profissionais de juristas que formalmente gozam de autonomias, ainda que relativas, em aspectos profissionais, administrativos e financeiros. Refiro-me às relações hierárquicas que se estabelecem entre juízes de primeiro grau, promotores públicos e advogados liberais (formalmente soberanos em suas práticas profissionais) e as cúpulas de suas respectivas organizações profissionais; entre tribunais estaduais e regionais federais (com autonomia formal administrativa, financeira e jurisdicional) em relação aos tribunais superiores sediados em Brasília; e especialmente entre o STF e toda a estrutura judiciária localizada abaixo dele, à qual se conecta, formalmente, apenas por conta da trilha jurisdicional que um litígio percorre ao longo do sistema de justiça em diferentes graus de decisão e recurso. Refiro-me também às relações de poder que se estabelecem entre as profissões jurídicas no intrincado jogo de poder e competições interprofissionais que se estendem da prática cotidiana da justiça até a composição dos tribunais superiores e outros círculos superiores das elites jurídicas, nos quais os critérios mais ou menos objetivos dos concursos públicos e de progressão em carreiras burocráticas são substituídos pelo requisito genérico do “notável saber jurídico” e pela indicação política de membros dos poderes Executivo e Legislativo.

Em outras palavras, a minha opção pelo conceito de campo jurídico decorre menos de limitações do conceito de sistema de justiça em si, e mais da vantagem explicativa proporcionada pelo conceito de Bourdieu, *para os fins específicos de meu trabalho e no que se refere especificamente ao meu objeto de pesquisa, ou seja, as elites da administração da justiça*. Essa opção tem por objetivo, como já assinalado, a construção de um modelo de análise no qual variáveis sociológicas e institucionais estejam articuladas desde o momento inicial da formulação das primeiras hipóteses de pesquisa. É por meio desse modelo de análise que sou capaz de compreender, por exemplo: a ascendência de notáveis da doutrina jurídica que, independente de suas posições institucionais formais, podem ser capazes de maior influência e liderança sobre os operadores da justiça do que o próprio Supremo Tribunal Federal, cujos ministros não têm nenhuma autoridade administrativa formal sobre os juízes de primeira instância das justiças estaduais; a liderança simbólica do STF, existente apesar da ausência de hierarquia administrativa; o poder da OAB em relação à magistratura e ao Ministério Público, participando do controle externo dessas organizações, ao mesmo tempo em que

repudia qualquer proposta de sua própria submissão a controle externo; os fatores de coesão e de conflitos ideológicos e políticos que existem ao longo da autonomia federativa e profissional das diversas agências da justiça estatal; a força do capital político-associativo produzido pela atividade de organizações de representação de interesses corporativos das profissões jurídicas; o valor das redes de relações sociais, familiares e políticas na progressão de carreiras supostamente racionalizadas e livres da interferência desses fatores; o papel das instituições de ensino e o peso dos diplomas de certas faculdades nas hierarquias formais e informais que se estabelecem entre e no interior das diferentes carreiras jurídicas.

Como já disse anteriormente, esses aspectos não são completamente ausentes das análises institucionais do sistema de justiça; porém, ao propor sua integração no conceito de campo e, mais especificamente, de campo político da administração da justiça, proponho um modelo de análise abrangente, que possa servir de ponto de partida para outras pesquisas sobre o sistema de justiça e sua administração pelo Estado e que possa jogar luz sobre os processos sociais por meio dos quais o poder se origina, se reproduz e circula no interior e entre as instituições estatais de justiça.

Capítulo 2. Fontes para o estudo das elites jurídicas

Segundo Bourdieu (2007a), o exercício do poder simbólico, como sucedâneo e complemento ao exercício da dominação física, depende de *reconhecimento* – base, em sua sociologia política, para o desenvolvimento do problema weberiano da *legitimidade da dominação*:

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos ‘sistemas simbólicos’ em forma de uma ‘*illocutionary force*’ mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. (p. 14-5)

A partir dessa concepção do poder, as fontes para estudo das elites jurídicas utilizadas receberam, em meu trabalho de pesquisa, dois tipos de tratamento analítico, os quais não podem ser dissociados. A primeira forma de utilização das fontes selecionadas é a de mero manancial de dados objetivos sobre as trajetórias de vida dos membros da elite jurídica analisados. Nesse sentido, busco identificar, para os objetivos mais amplos de minha pesquisa, dados relativos às origens familiares, à formação acadêmica e às trajetórias políticas e profissionais daqueles agentes, de modo a reconstruir seus percursos de vida e situá-los em posições do espaço social e do campo política da justiça, especialmente.

A segunda forma de tratar as fontes selecionadas para o estudo das elites jurídicas consiste em reconhecê-las como elementos simbólicos, constitutivos de discursos produzidos e utilizados com a finalidade justamente de nomear e sacramentar os agentes identificados naquelas fontes como membros de uma *nobreza togada*,¹⁶ dignos de admiração e reverência – ou seja, como elementos do

¹⁶ De acordo com Bourdieu (2007b): “A autonomização do campo burocrático e a multiplicação de posições independentes dos poderes temporais e espirituais estabelecidos é acompanhada pelo desenvolvimento de uma burguesia e de uma nobreza togada cujos interesses, particularmente no caso da reprodução, estão intimamente ligados à escola; seja na sua arte de viver, na qual as

próprio processo de construção social de um campo político da justiça e de suas posições dominantes. Segundo esse tratamento empregado, importam para a análise não só os dados objetivos contidos na fonte analisada, como também a relevância ou a insignificância conferida a determinadas informações das trajetórias descritas, bem como a função específica e os interesses por trás da produção daquelas fontes. Em outras palavras, de acordo com esse enfoque sobre as fontes, procurei identificar *a trajetória, o que se fala da trajetória, quem fala da trajetória e porque se fala da trajetória* descrita na fonte analisada.¹⁷

Homenagem, biografia e jornalismo especializado

No que se refere à evolução e diversificação, no tempo, das bases materiais que constituem os mananciais para identificação de dados objetivos e de discursos performativos sobre as elites jurídicas, é possível constatar a adesão do campo jurídico às inovações na comunicação social e política, ao lado da persistência de elementos tradicionais de simbologia e construção de imagens públicas. A partir dessa consideração, monumentos e placas comemorativas convivem, no universo simbólico no qual se produz e se impõe o *sentido de nobreza* das elites jurídicas, lado a lado com investimentos dos grupos de juristas dominantes em sítios institucionais na internet e em um crescente jornalismo especializado da área jurídica, cujo crescimento acompanhou o uso das mídias eletrônicas pelos agentes do campo jurídico, passando pela manutenção de padrões de publicação impressa que servem ao fim de construção de imagens públicas de notabilidade.

A incrustação de dizeres e imagens apologéticas em prédios é talvez uma das formas mais antigas e tradicionais de comunicação política; exemplos recorrentes em nossa tradição ocidental são os afrescos e as inscrições da antiguidade greco-romana, a iconolatria católica presente em igrejas e catedrais e a arquitetura de prédios e espaços públicos em regimes autoritários e totalitários, dos quais o nazismo alemão tenha sido talvez a manifestação mais extrema. Assim como

práticas culturais têm grande importância, seja em seu sistema de valores [...] que se define, por um lado, por oposição ao clero e, por outro, à nobreza de espada, cuja ideologia hereditária ela critica, em nome do mérito e do que mais tarde chamaremos de competência" (p. 40).

¹⁷ A análise que faço, nesse ponto, foi inspirada pelos trabalhos de Sérgio Miceli (1988, 2001a, b).

nesses casos extremos, a presença de placas e monumentos em prédios públicos, em geral, e nos espaços especialmente destinados à reprodução das elites jurídicas – fóruns, tribunais, escritórios e faculdades de direito – tem por finalidade criar um ambiente de reverência e culto dos antepassados ou dos valores compartilhados pelo grupo ou pela instituição que ocupa aquele espaço físico. Assim, no caso específico das elites jurídicas, são manifestações recorrentes, ainda atuais e constantemente atualizadas, as placas de homenagem e os bustos de notáveis presentes em fóruns e sedes de tribunais (Figura 1); as placas por meio das quais alunos de faculdades tradicionais de direito homenageiam seus patronos ou antecessores do mesmo espaço de formação (Figuras 2 e 3); e os quadros por meio dos quais a própria instituição homenageia seus antigos diretores e mestres (Figura 4); e mesmo a identidade visual de modernos escritórios de advocacia que, em suas logomarcas, mantêm os nomes de seus sócios-fundadores, mesmo quando já falecidos (Figura 5).

Figura 1

Busto do Desembargador José Murta Ribeiro, na sede do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, tendo ao lado seu filho, o também Desembargador e então Presidente do Tribunal José Carlos Schmidt Murta Ribeiro (Brasil, 2009)

Fonte: TJRJ (2009)

Figura 2

Placas de homenagens no prédio da Faculdade Nacional de Direito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil, 2009)

Fonte: fotografia do autor

Figura 3

Placa de homenagem a Hermes Lima, no prédio da Faculdade Nacional de Direito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil, 2009)

Fonte: fotografia do autor

Figura 4

Retratos de ex-diretores da Faculdade Nacional de Direito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Salão Nobre da instituição (Brasil, 2009)

Fonte: fotografia do autor

Figura 5

Logomarca da sociedade de advogados Demarest e Almeida Advogados (Brasil, 2009)

Fonte: Demarest e Almeida Advogados (2009)

Outro importante meio de comunicação política utilizado pelos agentes do campo jurídico para produção e reprodução do sentido de nobreza de suas elites está presente em publicações com conteúdo laudatório ou apologético. Refiro-me a tipos específicos de textos e publicações, de caráter laudatório mais evidente, que permitem um compartilhamento vertical de capitais simbólicos entre homenageados e homenageantes, representado pelos discursos e artigos de homenagem e, principalmente, por obras de reverência de memória, em ambos os casos escritos por juristas em homenagens a colegas ou antecessores em posição relativa de maior prestígio, seja pelo critério de antiguidade, seja pela notabilidade alcançada em área de doutrina ou exercício profissional jurídicos. No primeiro caso, são exemplos os discursos de homenagem utilizados por Maria da Glória Bonelli (2002) em seu estudo das profissões jurídicas no Brasil, em geral publicados nas revistas oficiais das instituições judiciais pesquisadas. No segundo caso, é possível citar como exemplos inúmeros “estudos em homenagem” aos especialistas de determinada área do direito, coletâneas que misturam artigos “técnicos” da área de atuação dos homenageados com relatos biográficos e depoimentos sobre eles;¹⁸ o livro *Juristas Philosophos*, no qual Clóvis Beviláqua (1897), ele mesmo um “notável” do direito, homenageia autores clássicos (Cícero, Montesquieu, Von Jhering, Post) e os colegas da Escola do Recife¹⁹ Tobias Barreto e Silvio Romero; além da obra *Grandes juristas brasileiros*, de Almir Rufino e Jacques Penteado (2003, 2006), editada, ao lado de clássicos da Filosofia e da Teoria do Direito, em importante coleção Justiça e Direito, da Editora Martins Fontes.

Em todos os exemplos citados, de forma semelhante à identificada por Sérgio Miceli (1988) em sua análise das fontes para estudo da elite eclesiástica brasileira, em especial dos relatos biográficos de membros superiores escritos por seus auxiliares e subordinados, “(n)as condições então vigentes da divisão do trabalho [...], as posições e funções intelectuais incluíam a disposição ao trabalho de

¹⁸ Nesse sentido, ver, como exemplos, Luís Jimenez de Asúa e outros (1962), em homenagem a Nelson Hungria; Paulo Bonavides e outros (1976), em homenagem a Afonso Arinos de Melo Franco; Teófilo Cavalcanti Filho (1977), em homenagem a Miguel Reale; Arion Sayão Romita (1991), em homenagem a Amauri Mascaro do Nascimento; Sérgio Salomão Shecaira (2001), em homenagem a Evandro Lins e Silva; e Sérgio Sérulo da Cunha e Eros Roberto Grau (2003), em homenagem a José Afonso da Silva; além das homenagens aos especialistas em direito processual José Frederico Marques (Grinover, 1982) e Ada Pellegrini Grinover (Yarshell; Moraes, 2005), que serão melhor analisadas posteriormente.

¹⁹ Movimento intelectual do século XIX, com manifestações literárias, jurídicas e filosóficas, localizado na Faculdade de Direito do Recife, com forte influência da filosofia e da poesia romântica alemã; nesse sentido, ver Alberto Venâncio Filho (2004) e Ana Paula Araújo de Holanda (2008).

‘canonização’ antecipada das lideranças hierárquicas” (p. 50). Esse tipo de relação, por meio da qual os homenageantes buscam explicitar as conexões, ainda que indiretas, que os vinculam às trajetórias dos homenageados – permitindo-lhes, dessa forma, compartilhar do capital simbólico e das redes de relações dos homenageados e, assim, aspirarem às suas posições e ao mesmo tratamento reverencial –, fica evidente na análise de interrelações entre biógrafos e biografados selecionados nos dois livros da obra *Grandes juristas brasileiros* (Quadros 1 e 2):

Quadro 1

Interrelações entre homenageados e homenageantes no primeiro livro da obra *Grandes juristas brasileiros* (Rufino; Penteado, 2003)

(H) (h)	Alcântara Machado	Alfredo Buzaid	Antonio Joaquim Ribas	Carvalho de Mendonça	Hely Lopes Meirelles	José Frederico Marques	Nélson Hungria	Roberto Lyra	Teixeira de Freitas
Jacques de Camargo Penteado	Membros de famílias tradicionais paulistas; especialistas em direito criminal; membros da Academia Paulista de Direito								
José Carlos Moreira Alves		Ministros do Supremo Tribunal Federal							
José Rogério Cruz e Tucci			Professores da Faculdade de Direito de São Paulo (USP); especialistas em direito processual; advogados						
César Mecchi Morales				Promotores de justiça					
Eurico de Andrade Azevedo					Trabalham juntos na comarca de São Carlos-SP e na Secretaria de Estado do Interior, do Governo de São Paulo				
José Renato Nalini						Juizes e desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo			
René Ariel Dotti							Especialistas em direito penal; membros de comissões de reforma legislativa		
Edílson Mougnot Bonfim								Promotores de justiça, atuantes no Tribunal do Júri; especialistas em direito criminal	
Antonio Jeová da Silva Santos									Juizes de Direito; especialistas em direito civil

Fonte: Rufino e Penteado (2003). *Legenda: (H) homenageados; (h) homenageantes*

Quadro 2

Interrelações entre homenageados e homenageantes no segundo livro da obra *Grandes juristas brasileiros* (Rufino; Penteado, 2006)

(H) (h)	Agostinho Alvim	Amílcar de Castro	Clóvis Bevilaqua	Clóvis do Couto e Silva	Luiz Machado Guimarães	Magalhães Noronha	Moacyr Amaral Santos	Oscar Tenório	Oswaldo Aranha Bandeira de Mello
Carlos Alberto Ferriani e Renan Lotufo	Especialistas em direito civil; professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; advogados								
Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza		O homenageante foi aluno e colaborador do homenageado, e seu servidor no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais							
Nelson Nery Júnior			Especialistas em direito privado; promotores de justiça						
Vêra Maria Jacob de Fradera				Especialistas em direito civil; professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul					
José Carlos Barbosa Moreira					Especialistas em direito processual				
Jacques de Camargo Penteado						Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo			
Rogério Lauria Tucci							Advogados; professores da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo		
Jacob Dolinger								Especialistas em direito internacional privado	
Maria Helena Diniz									Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Fonte: Rufino e Penteado (2006). *Legenda: (H) homenageados; (h) homenageantes*

Outro tipo de compartilhamento de capitais simbólicos por meio de publicações impressas, semelhante à homenagem direta, pode ser encontrado nos prefácios a livros “técnicos” da área jurídica, por meio dos quais um jurista, em geral já consagrado e melhor posicionado nas estruturas de poder do campo jurídico, introduz o autor prefaciado naquele universo e, conseqüentemente, em suas próprias redes de relações, efetivamente ordenando-o e consagrando-o. A introdução à obra de outro jurista pode se dar entre membros de gerações diferentes de uma mesma linhagem, como, por exemplo, no prefácio de Luís Eulálio de Bueno Vidigal (1998 [1974]) (professor de direito processual e representante de uma primeira geração da chamada Escola Processual Paulista, a ser analisada mais adiante) à primeira edição de livro que se tornaria uma referência na área, escrito por então “jovens mestres”, que viriam, com o passar dos anos, suceder o autor do prefácio na liderança daquele grupo intelectual; também pode se dar entre contemporâneos e colegas, mas com trajetórias diferentes, que possibilitam transmissão e compartilhamento horizontal de diferentes formas de capitais simbólicos, como no caso do prefácio de Celso Lafer (1994 [1987]) (teórico do direito, com trânsitos pela academia e por altos cargos de governo) ao livro referencial de Tércio Sampaio Ferraz Jr. (também teórico do direito, com trânsitos entre a academia e a advocacia); ou mesmo postumamente, quando, por exemplo, Miguel Reale (1993) (importante filósofo do direito, com trajetória por consideráveis posições da política e da carreira acadêmica) introduz publicação póstuma de pareceres de José Frederico Marques (especialista em direito processual e um dos fundadores da Escola Processual Paulista). Em qualquer dos casos, contudo, o importante é o discurso de consagração, que busca evidenciar os laços que unem o autor do prefácio ao prefaciado e transmitir parte dos capitais acumulados por um ao outro, como em:

O que podemos todos declarar, todavia, é que jamais se fecharam, nem se fecharão as portas dos pretórios e das universidades à lembrança de um mestre e jurisconsulto do porte de José Frederico Marques. (Reale, 1993 citado por Nalini, 2003, p. 103)

Ou em:

Seja-me permitido concluir com uma nota pessoal. A amizade, como ensina Aristóteles, é uma relação privilegiada entre duas pessoas, baseada na confiança e na igualdade de estima recíproca. A amizade que me liga a Tércio Sampaio Ferraz Jr. teve início quando nos conhecemos, em 1960, no primeiro ano da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Desde aquela época, o mistério do Direito foi um dos temas básicos do nosso ininterrupto diálogo. É, portanto, com especial prazer que dou este testemunho público da importância, da originalidade e da relevância de sua Introdução ao Estudo do Direito. (Lafer, 1994 [1987], p. 20)

Por fim, é importante citar a ampla utilização dos meios eletrônicos para a comunicação e a construção da imagem pública dos agentes de elites jurídicas. Num universo associado à tradição, à resistência à inovação e ao arcaico – como é, ao menos para o senso comum, o mundo do direito – a introdução dos meios eletrônicos, especialmente da internet, para a comunicação entre agentes do campo jurídico e entre eles e o público leigo pode ser considerada ampla e relativamente bem-sucedida, se levarmos em conta não só a variedade de formas e de usuários desse tipo de comunicação, mas também o alcance efetivo de formas mais sofisticadas e profissionalizadas para a reprodução da imagem pública dos grupos dominantes entre os juristas.

Mais do que isso, o uso da internet pelos agentes jurídicos, com a finalidade de construção de imagens públicas, é capaz de articular diversas manifestações simbólicas e discursivas de reprodução da imagem das elites jurídicas, sejam as tradicionais homenagens e o culto aos antepassados, sejam as modernas e sutis formas de apologia por meio do jornalismo especializado, passando pela manutenção de um mercado de obras escritas de cunho laudatório, publicadas em meio impresso ou eletrônico, e pelo estabelecimento de novas formas de linguagem e comunicação com o público, que buscam demonstrar o caráter de serviço público das instituições de justiça e sua vinculação aos direitos de cidadania.

Uma primeira e mais evidente manifestação do uso da internet para a comunicação política com intenção de reprodução do sentido de nobreza de elites jurídicas está na transferência, para o ambiente virtual, das imagens e dos discursos apologéticos antes expressos por meios mais “rudimentares”, como as placas de homenagem incrustadas nos prédios, as galerias de retratos e as biografias de seus notáveis. Assim, a grande maioria das instituições de justiça (tribunais, Ministérios Públicos, Ordens dos Advogados, escritórios privados de advocacia) contém *links* para sessões de seus sítios institucionais na internet com conteúdos específicos

para sua história, suas galerias de ex-presidentes ou fundadores e os currículos de seus membros, atuais ou passados.

Contudo, a forma de utilização da internet como meio de comunicação política e construção da imagem pública das elites jurídicas que merece mais atenção, pela inovação e capacidade de articulação de diferentes tipos de discursos e simbologias do sentido de nobreza, é aquela que se dá em torno da atividade de editoras e sítios especializados, que mesclam a atividade propriamente de jornalismo informativo especializado às atividades de difusão da produção cultural dos juristas, de assessoria de imprensa e de divulgação comercial de sua imagem. São diversas as editoras e páginas eletrônicas especializadas de grande prestígio e difusão no campo jurídico (*Ultima Instância*, *Migalhas*, *Jus Navigandi*, *Consultor Jurídico*), as quais abrangem atividades de editoração e comercialização de publicações impressas, jornalismo informativo especializado, difusão e circulação de opinião “técnica”, além de se associar, especialmente pela comercialização de espaços publicitários em suas páginas eletrônicas, a assessorias de comunicação especializadas, escritórios de advocacia e cursos jurídicos.

O tipo de empreendimento editorial que melhor sintetiza as diversas formas de investimentos desse modelo de agente na construção e na reprodução da imagem pública das elites jurídicas são os anuários especializados, que possuem conteúdo misto de levantamentos biográficos e estatísticos, reportagens especializadas e publicidade dirigida, tendo por objeto os grandes escritórios de advocacia (Análise Editorial, 2007, 2008), e os tribunais de cúpula do Judiciário brasileiro (Consultor Jurídico, 2007, 2008a, b), publicados em meio impresso, mas disponibilizados ou comercializados nos sítios eletrônicos especializados. Os títulos e subtítulos dessas publicações demonstram os tipos de investimentos e os mecanismos simbólicos utilizados para a construção das imagens públicas das elites jurídicas, descritas e detalhadas por meio de amplas pesquisas biográficas, institucionais e de mapeamento de mercado e jurisprudencial, como se vê em:

Os mais admirados do Direito [...]. Os departamentos jurídicos de 600 das mil maiores empresas brasileiras apontam em pesquisa quais são os escritórios e os advogados de sua preferência em onze especialidades. (Análise Editorial, 2007, capa)

Ou em:

Nasce um novo Judiciário no Brasil. (Consultor Jurídico, 2008a, capa)

Ou, ainda, em:

O maior tribunal do mundo [...]. Os julgadores que definem os direitos dos paulistas. (Consultor Jurídico, 2008b, capa)

Para as publicações especializadas, o retorno desse tipo de investimento parece estar associado ao acesso às fontes para o exercício de seu jornalismo, à produção de conteúdo jurídico para suas revistas eletrônicas e à comercialização de seus espaços publicitários, praticamente dominados, como já se disse, por anúncios de escritórios, cursos jurídicos e serviços de suporte e apoio à atividade jurídica (*softwares* de controle de processos, bancos de dados jurisprudenciais, assessorias de comunicação, peritos etc.). Representativo do tipo de relação mantida entre as elites jurídicas e esse tipo de empreendimento editorial é o fato, por exemplo, de que o *Anuário da Justiça*, produzido anualmente pela revista eletrônica especializada *Consultor Jurídico*, tem seu lançamento comercial feito no prédio do Supremo Tribunal Federal, com direito a participação de ministros deste e de outros tribunais da cúpula do Judiciário e a discurso do presidente daquela corte.²⁰

As vantagens, para seus editores, trazidas por esse tipo de empreendimento editorial ficam mais evidentes quando se leva em conta que, com as iniciativas das instituições de justiça na criação de canais de comunicação e de conteúdos próprios, tendo a internet como meio prioritário de comunicação, o papel da imprensa tende a ser diminuído – assim também o do jornalista externo como intermediário entre a fonte e o público. Conforme reportagem feita pela própria revista eletrônica *Consultor Jurídico* acerca das assessorias de imprensa e dos canais de comunicação das instituições de justiça, percebe-se que os veículos que não estabelecem vínculos mais próximos com aquelas instituições, reforçando suas estratégias de legitimação política e institucional junto aos agentes do campo e à

²⁰ Tive a oportunidade de presenciar a cerimônia de lançamento comercial do *Anuário da Justiça 2010* (Consultor Jurídico, 2010a) na sede do STF, no dia 10 de março de 2010. O evento contou com a participação dos ministros do Supremo Enrique Lewandowski, Antonio César Peluso, Celso de Mello, Ayres Britto e Antonio Dias Toffoli, além do presidente Gilmar Mendes, que discursou após Márcio Chaer, editor da Consultor Jurídico; e com a presença de presidentes e representantes do Superior Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Militar, do Tribunal Superior do Trabalho e da Ordem dos Advogados do Brasil.

opinião pública, tendem a ser deslocados de suas funções de intermediários privilegiados entre a fonte e o público:

Outro correspondente, este de um jornal do Rio de Janeiro, concorda que houve melhora no nível de informação, mas lamenta exageros por parte das assessorias, que segundo ele, querem concorrer com a imprensa privada. “Isso tirou o aspecto mais formal que devem ter as assessorias, que visam agora, diretamente, aos navegadores da rede, e não aos jornalistas, prioritariamente.” Para ele, as assessorias dos tribunais em Brasília continuam acessíveis, “mas estão mais preocupadas em comemorar o número de consultas aos seus sites”.

Um jornalista que faz a cobertura dos tribunais para um jornal de Brasília também reclama do que ele considera exageros, como o uso do Twitter pelas assessorias, ferramenta que permite aos jornalistas na redação saber das novidades antes mesmo que os repórteres no tribunal. (Consultor Jurídico, 2010b)

Ou seja: num espaço de produção simbólica no qual as próprias posições dominantes do campo jurídico investem na profissionalização da comunicação institucional, tendem a ser valorizados aqueles agentes externos (jornalistas) que compartilham do padrão de comunicação estabelecido pelas instituições jurídicas nesse espaço, e que colaboram para o reforço da imagem pública de notabilidade das elites jurídicas – como é o caso da revista *Consultor Jurídico*.

Trajetórias ocultas e imagens construídas

Além da questão do interesse de quem evidencia a trajetória, e da forma (material, especialmente) como o faz, uma análise crítica das fontes para o estudo das elites jurídicas depende, como já dito, de uma reflexão sobre a seleção de elementos de trajetórias individuais, bem como da linguagem discursiva empregada para a construção das biografias e das imagens públicas dos membros daquelas elites.

Assim, a partir da análise dos currículos institucionais de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), bem como dos relatos biográficos de juristas ilustres, é possível perceber uma interessante seleção de elementos de biografias aptos a construir certa imagem daqueles

agentes.²¹ Uma primeira característica perceptível é a ausência, na maior parte dos casos, de informações sobre origens familiares; considerando que na maior parte dos casos há apenas menções indiretas a posições medianas ou superiores dos pais dos biografados (perceptíveis nos títulos de “doutor” ou nas patentes de oficiais militares), sintomaticamente as exceções estão nos casos extremos de filiações notáveis, ou, ao contrário, de origens humildes, expressamente identificadas nesses currículos como forma de demonstrar a suposta acessibilidade do círculo das elites jurídicas a todos os segmentos sociais. Isso pode ser observado no currículo do ministro do STF Godofredo Xavier da Cunha (1860-1936):

Descendia, pela linha paterna, de Felix da Cunha, notável político, reorganizador do Partido Liberal Rio-Grandense, em cuja chefia foi substituído pelo grande tribuno Gaspar Silveira Martins, e, pelo lado materno, da família Pinto Bandeira, cujo chefe teve parte saliente na expulsão dos castelhanos da antiga Colônia do Sacramento. (Supremo Tribunal Federal, 2009)

Ou na biografia do desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e especialista em direito processual José Frederico Marques (1912-1993):

Nasceu junto ao mar, na heráldica cidade de Santos, terra natal de sua mãe e de sua avó materna, prima-irmã de Vicente de Carvalho, em 14/12/1912. Seus pais foram D. Nanci Novaes Marques e o ministro Frederico José Marques, este natural de Guaratinguetá, e pertencente, pelo lado materno, à tradicional família Marcondes. (Nalini, 2003, p. 99-100)

Ou no currículo do ministro do STF Edmundo Pereira Lins (1863-1944):

Perdeu o pai, quando tinha quatro anos e um mês de idade, e sua mãe, antes de completar quatorze. Ficou paupérrimo, e sem ter pessoa alguma que o auxiliasse.

Ao sair da escola primária, começou a aprender o ofício de ourives e, em seguida, o de ferreiro. Como não tivesse força, nem habilidade, passou a ser caixeiro em uma vendinha de gêneros alimentícios, no arraial de Milho Verde, distrito de sua cidade natal.

Deixando esse emprego, que nada lhe rendia além da alimentação, começou a estudar Latim com o vigário da freguesia — Padre José Alves de Mesquita. Esse mantinha uma aula remunerada, mas o admitiu gratuitamente, por caridade. (Supremo Tribunal Federal, 2009)

²¹ Nesse sentido, veja-se a análise dos currículos de parlamentares disponíveis na internet feita por Sérgio Soares Braga e Maria Alejandra Nicolás (2008), na qual busquei inspiração para minha própria análise e cujos resultados indicam importantes coincidências com os currículos das elites jurídicas.

Ou então no currículo do ministro do STF Uladislau Herculano de Freitas (1865-1926):

Órfão de pai e sem recursos, empregou-se no comércio, em Pelotas, e, com a maior força de vontade, aproveitava suas horas de folga no estudo de preparatórios, que terminou em Porto Alegre. (Supremo Tribunal Federal, 2009)

Entre as filiações ilustres, merece especial destaque a identificação do recrutamento endógeno e da reprodução de famílias dedicadas ao direito, nas biografias construídas dos membros das elites jurídicas, como podemos ver no currículo do ministro do STF José Soriano de Souza Filho (1863-1938):

[...] filho do Dr. José Soriano de Souza, que foi Lente Catedrático da Faculdade de Direito de Recife, nasceu nessa cidade, a 8 de dezembro de 1863. (Supremo Tribunal Federal, 2009)

Ou na biografia do desembargador do TJSP e especialista em direito civil Washington de Barros Monteiro (1910-1999):

[...] foi promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, na vaga aberta com a aposentadoria do Senhor Desembargador Justino Maria Pinheiro, mas entrou em disponibilidade e não pôde exercer o alto cargo, porque havia empecilho e de ordem regimental em decorrência do fato de um irmão seu, o eminente Senhor Desembargador Rafael de Barros Monteiro, ocupar também uma das cátedras da mais alta Corte de Justiça Bandeirante. [...]

Teve seu nome indicado, entre outros juristas de mérito excepcional, para compor o Supremo Tribunal Federal e aposentou-se da Magistratura Paulista, por ato do Senhor Secretário de Justiça, de 10 de fevereiro de 1965, quando seu irmão foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal. (Nery, 2006, p. 426)

Menções a laços sociais construídos ao longo das trajetórias pessoais, profissionais e acadêmicas também permitem a identificação de filiações em sentido amplo, capazes de viabilizar a reprodução de capitais familiares (no caso dos bem-nascidos) ou sua substituição por capitais sociais compartilhados entre contemporâneos e colegas. Podemos observar isso no currículo do ministro do STF João Martins de Carvalho Mourão (1872-1951):

Foi redator, com Edmundo Lins (mais tarde Presidente do Supremo Tribunal Federal), Afonso de Carvalho (Desembargador aposentado do Tribunal de Apelação de São Paulo, do qual foi Presidente), Rodrigo Brêtas (peregrina inteligência, prematuramente falecido), Teodoro Machado

(depois conceituado advogado nos auditórios do Distrito Federal) e Francisco Brant (depois Diretor da Faculdade de Direito de Belo Horizonte), da Folha Acadêmica, jornal literário que fez época na Faculdade. (Supremo Tribunal Federal, 2009)

Ou no currículo do ministro do STF Antonio Martins Vilas Boas (1896-1987):

Durante o seu curso universitário, serviu à Repartição Geral dos Telégrafos, tendo como companheiros de trabalho o ex-Presidente da República, Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, que assinou o decreto de sua nomeação para o Supremo Tribunal Federal, e o ex-Vice-Presidente da República, Dr. José Maria de Alckmin. (Supremo Tribunal Federal, 2009)

Ou, ainda, na biografia do desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e especialista em direito internacional privado Oscar Tenório (1904-1979):

Sua turma na faculdade incluía Afonso Arinos de Melo Franco, Adauto Lúcio Cardoso, José Bonifácio, Artur César Reis, Francisco Baldessarini, Milton Barbosa, Idelfonso Mascarenhas, Helvécio Xavier Lopes, João Cabral e Vicente Faria Coelho, que se tornaram figuras importantes da vida carioca ou do cenário nacional. (Dolinger, 2006, p. 195-6)

Ainda no que se refere à estrutura familiar, é importante frisar que, em oposição à ausência de informações mais detalhadas sobre origens familiares, há em grande parte dos casos menção expressa a matrimônio e descendência do biografado, revelando o valor social dado à organização familiar tradicional, por menos importante que seja essa informação para a reconstrução da trajetória propriamente jurídica do indivíduo – embora não se menospreze o valor dessa informação para os próprios familiares do biografado, ainda que atuantes fora do meio jurídico. No caso dos currículos dos ministros do STJ, constantes da página de internet deste tribunal, importante dizer que as informações sobre cônjuges e filhos constam da própria organização do formulário que estrutura o currículo dos ministros, assim como ocorre nas informações disponíveis nos *Anuários da Justiça* utilizados como fontes da pesquisa – ao contrário dos currículos dos ministros do STF, organizados em texto biográfico contínuo, como se vê no currículo do ministro do STF João Pedro Belfort Vieira (1846-1910):

Era casado com D. Maria Estefânia de Araújo... (Supremo Tribunal Federal, 2009)

Ou no currículo do ministro do STF Sydney Sanches (1933-):

É casado com a Professora Eucides Paro Rodrigues Sanches, com quem tem as filhas Cristina Maura Rodrigues Sanches Marçal Ferreira, Luciana Rodrigues Sanches Endo, Renata Rodrigues Sanches Falco, Márcia Rodrigues Sanches e os netos Carolina Sanches de Rezende, Adriana Sanches de Rezende, Isabela Cristina Sanches Ferreira, Matheus Sanches Endo, Bruno Sanches Falco, Gabriela Sanches Falco e Lucas Sanches Endo.

São seus genros: Ricardo Luiz Marçal Ferreira, Marcos Endo, Marcelo Falco e Hélio de Lima Saraiva Júnior. (Supremo Tribunal Federal, 2009)

A simples menção ao nome da esposa, sem maiores informações sobre sua vida (e, nos currículos e biografias de juristas mais antigos, precedido da expressão “Dona”), sugere a reprodução de papéis secundários da mulher nessa estrutura familiar e, em contraste, a configuração do campo jurídico, em especial do campo das elites jurídicas, como espaços essencialmente masculinos, nos quais a mulher aparece simplesmente como esposa. Tratarei dessa questão mais à frente, quando analisar a participação das mulheres na composição das carreiras jurídicas e dos círculos de elite dessas carreiras, mas é importante desde já ilustrar o argumento com o exemplo de algumas biografias de notáveis do direito, nas quais o papel secundário da mulher-esposa é expressamente indicado – e valorizado por suas características de discrição, dedicação ao marido e abnegação –, como a do promotor, juiz, advogado e especialista em direito comercial Carvalho de Mendonça (1861-1930):

Formada na Escola Normal de São Paulo, abdicou da carreira de professora para dedicar-se ao lar e assumir as funções de secretária do marido, ajudando-o na pesquisa de dados, organização de arquivos e datilografia de pareceres. (Morales, 2003, p. 56-7)

Ou a do advogado, juiz, secretário do Interior e da Segurança Pública do Estado de São Paulo e especialista em direito administrativo Hely Lopes Meirelles (1917-1990):

No âmbito familiar, Hely sempre teve ao seu lado D. Consuelo Celidônio Meirelles, a quem dedicou seu principal livro, de forma comovedora: ‘À minha dedicada esposa, Consuelo, pelas infindáveis horas de estudo roubadas ao seu convívio’. Sempre discreta, prestativa, amorosa, companheira, Consuelo propiciou ao marido o clima necessário para que pudesse realizar o seu trabalho. (Azevedo, 2003, p. 96)

Em alguns casos, a nomeação da descendência serve para informar a inauguração de uma linhagem familiar de juristas, a partir da geração do biografado, reforçando a característica de recrutamento endógeno entre elites jurídicas, que será analisada posteriormente, como se vê no currículo do ministro do STF Francisco de Paula Ferreira de Resende (1832-1893):

Dois dos seus filhos alcançaram altos cargos na administração e magistratura do Brasil: Francisco Barbosa de Resende, Advogado e Presidente do Conselho Nacional do Trabalho e Flaminio Barbosa de Resende, Desembargador do Tribunal de Apelação do Distrito Federal. (Supremo Tribunal Federal, 2009)

Ou do ministro do STF Octavio Kelly (1878-1948):

Foi casado com D. Angelina do Prado Kelly, havendo do enlace dois filhos: o Dr. José Eduardo do Prado Kelly, que se destacou como advogado, político e jurista, ascendendo, também, ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, e o Dr. Celso Kelly, que se dedicou ao magistério, jornalismo e literatura. (Supremo Tribunal Federal, 2009)

Ou, então, do ministro do STF Eros Roberto Grau (1940-):

É casado com Tania Marina Stolle Jalowski Grau, formada em Filosofia pela PUC de Campinas, autora de verbetes publicados na Enciclopédia Saraiva do Direito. Tem dois filhos, Karin Grau-Kuntz, casada com Andreas Kuntz, e Werner Grau Neto, casado com Ana Beatriz Marchetto Grau. Três netos. Os dois primeiros, Ana Christina e Roberto, filhos de Karin e Andreas, nasceram em München, na Alemanha, onde vivem com os pais. Beatriz, sua outra neta, filha de Werner e Ana Beatriz, nasceu em São Paulo. Karin, sua filha, formada em Direito, foi pesquisadora junto ao Max Planck Institut, em München, é tradutora de textos jurídicos e autora de vários artigos publicados em revistas jurídicas na Alemanha e no Brasil, bem assim de O nome da pessoa jurídica, publicado pela Malheiros Editores, tradução para o português de capítulos de sua dissertação de Magister Legum na Ludwig Maximilian Universität de München [Der Familienname als Marke unter Berücksichtigung des deutschen, brasilianischen und französischen Rechts]. Karin é Doutora em Direito (Dr. jur.) pela Juristische Fakultät der LMU (Ludwig-Maximilian Universität), em Munique, com a tese "Urheberrecht in den Ländern des Mercosul". Werner Neto, seu filho, mestre em direito internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, é advogado em São Paulo e autor do livro O Protocolo de Quito e o mecanismo de desenvolvimento limpo, Ed. Fiuza, São Paulo, 2007. (Supremo Tribunal Federal, 2009, com grifos no original)

Caráter, personalidade e gostos nobiliárquicos

Merecem destaque, ainda, as menções, contidas nos currículos e nas biografias de notáveis do direito, acerca do caráter dos biografados, que em geral

misturam notas sobre *abnegação* e *vocação* para o trabalho jurídico, com elogios ao *brilhanismo* e à *excelência* na execução desse trabalho.²² Essas menções ao caráter – na maior parte das vezes acompanhadas de nomeações expressas de títulos, condecorações e homenagens recebidos pelo biografado – colaboram para a construção de uma imagem de *humildade e serenidade* e, ao mesmo tempo, *notabilidade e mérito* que caracterizariam os membros da *nobreza togada*, como se percebe no currículo do ministro do STF Joaquim Antunes de Figueiredo Júnior (1844-1917):

Dedicou-se então à advocacia como verdadeiro sacerdócio, empregando todo seu saber e ilustração, notabilizando-se como notável cultor da Ciência Jurídica. (Supremo Tribunal Federal, 2009)

Ou do ministro do STF Francisco Cardoso Ribeiro (1876-1932):

A Magistratura o atraía e, havendo sido criada a Vara de Menores da capital paulista, passou do cargo de Ministro para a referida Vara, que inaugurou, tendo sido depois nomeado membro do Tribunal de Justiça do Estado.

Completo no mesmo Estado sua carreira de magistrado, percorrendo todos os postos, e nos cargos exercidos deixou provas bastantes de juiz inatacável e cidadão probo, justificando o renome conquistado em sua carreira.

Washington Luiz, na Presidência da República, reconhecendo e fazendo justiça aos altos méritos de Cardoso Ribeiro, ornamento da Magistratura brasileira, pela sua grande cultura, resolveu, em decreto de 18 de abril de 1927, nomeá-lo Ministro do Supremo Tribunal Federal... (Supremo Tribunal Federal, 2009)

Ou, ainda, na biografia de Hely Lopes Meirelles (1917-1990), já mencionado:

Assim era Hely Lopes Meirelles, silencioso na dor, operário do direito até os últimos instantes de sua vida [...].

Por tudo isso, pelo exemplo que nos deixou como homem e pela obra jurídica que legou a este país, a inclusão de seu nome nesta obra dedicada aos grandes juristas brasileiro representa o justo coroamento de sua existência [...]. (Azevedo, 2003, p. 97)

O tipo de atributo pessoal do jurista de elite valorizado em determinado momento do campo jurídico pode variar não só no tempo, como também entre

²² Minha análise, nesse ponto, baseia-se naquela dos elogios acadêmicos e na sua relação com a posição do agente elogiado, empreendida por Bourdieu (1996); entretanto, o esforço de distinção entre diferentes posições sociais e tipos de elogios recebidos feito por aquele autor não encontra paralelo em meu trabalho, na medida em que, como deixarei claro no último capítulo da tese, há certa homogeneidade social na composição das elites jurídicas por mim analisadas, havendo inclusive certa compensação (e mascaramento) das origens sociais inferiores e da ausência de capitais sociais herdados, nos poucos casos em que isso ocorre, pelo acúmulo e valorização de capitais adquiridos, especialmente aqueles decorrentes dos títulos acadêmicos e das relações sociais construídas ao longo das trajetórias dos membros das elites jurídicas.

grupos profissionais distintos – nesse sentido, veja-se, por exemplo, a transcrição abaixo, que relaciona atributos esperados dos futuros advogados dos grandes escritórios e sociedades de advogados de São Paulo, os quais contrastam com a ideia de abnegação e sacerdócio das passagens acima, construindo, ao contrário, uma ideia de liderança, ambição e empreendedorismo. A definição e a instituição desses referenciais de conduta e pertencimento ao círculo de elite, de qualquer forma, parecem ocorrer desde a formação dos futuros juristas, ainda em seus primeiros contatos, durante seus cursos de graduação, com o mundo profissional do direito, como se vê do relatório de resultados da Feira de Estágios, da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, um projeto de colocação de seus alunos em postos de estágio especialmente selecionados, entre os principais escritórios de advocacia de São Paulo, de acordo com os interesses dos alunos e da escola:

A análise do perfil elaborado pelas consultoras de recursos humanos nas entrevistas preliminares indica algumas características de postura e personalidade comuns a praticamente todo o grupo dos alunos mais entrevistados: segurança, determinação, objetividade, flexibilidade. Além disso, em geral esses alunos mostraram interesse por desafios profissionais e se revelaram cuidadosos, detalhistas, organizados, cativantes, disciplinados, responsáveis, focados e ambiciosos. As capacidades de ouvir as pessoas, de trabalhar em equipe e de cativar aqueles ao seu redor foram destacadas em praticamente todos os perfis desse grupo de alunos. (Direito GV, 2008)

Distintivas do pertencimento a uma nobreza são também as menções, nos currículos e biografias dos membros de elites jurídicas, aos hábitos e gostos pessoais. Segundo sugerem as pesquisas de Bourdieu (1996, 2007c), mesmo os gostos e hábitos mais corriqueiros, que passam despercebidos ao senso comum, são constitutivos de uma posição social, em geral associada a uma posição de classe, capazes de conformar estilos de vida reproduzidos por aqueles agentes já localizados em determinado grupo ou posição social, adquiridos e socializados por agentes ingressantes ou ascendentes em certos grupos ou posições sociais. De acordo com essa hipótese, são relevantes para a análise sociológica dos membros de determinado grupo também os seus gostos e hábitos – representados por suas preferências artísticas e gastronômicas, suas atividades de lazer, a prática de determinados esportes etc., como se observa na biografia do advogado, juiz,

desembargador do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, embaixador e especialista em direito civil Pontes de Miranda:

Seus esportes preferidos eram a equitação e a natação. Quando garoto, cavalgava através dos canaviais e campos do engenho, e mergulhava nas águas do rio que banhava Frecheiras. No Rio, manteve seus passeios a cavalo e as natações nas praias do Flamengo, Copacabana e Ipanema.

Tinha gosto pelo bom vinho, sendo-lhe predileto o Forestier. O hábito de beber vinho, de que muito se orgulhava, adquirira-o com tia Chiquinha aos dez anos de idade; sempre, porém, com moderação.

Apreciador de uma boa mesa, prezava o requinte na comida, desde o 'Camarão à Pontes de Miranda' até as massas árabes.

Não gostava de churrasco, embora adorasse levar seus convidados para comer o 'melhor churrasco' do Rio, segundo ele, o servido n'A Carreta.

Era assíduo freqüentador do Restaurante Hyppopotamus, local predileto para o jantar, onde havia todas as noites mesa especialmente preparada para ele e a esposa Amnéris.

Participava de encontros sociais no Clube Caiçara, no Rio. (Alves, 2003, p. 292-3).

A vinculação entre estilo de vida e posição no campo jurídico fica evidente também, por exemplo, na edição de 25 de outubro de 2006 da revista *Veja São Paulo*, suplemento local da importante revista semanal *Veja*, cuja matéria de capa ("Os craques do direito") trazia a seguinte chamada: "Quem são, como trabalham e como vivem os superadvogados paulistanos". Embora não se trate de uma publicação especializada, essa edição utilizou, como se percebe, o mesmo discurso apologético das publicações citadas no tópico anterior, com foco, contudo, nos estilos de vida de alguns sócios dos principais escritórios de advocacia da cidade de São Paulo, identificando a coincidência de hábitos – e, portanto, de um *habitus* estruturado em torno de práticas esportivas, sociais e de lazer – que unem aqueles profissionais da elite da advocacia privada –, como neste trecho sobre o advogado Alexandre Bertoldi, sócio do escritório Pinheiro Neto Advogados, fundado em 1942:

Divide o comando do escritório com outros dois sócios. Gosta de praticar corrida, assistir a filmes de arte e colecionar máquinas de café expresso. Comprou a primeira numa viagem à Europa, nos tempos de faculdade. Atualmente tem dez, entre elas uma italiana de cobre. (*Veja São Paulo*, 2006, p. 32)

Ou neste, sobre o advogado Rogério Lessa, sócio do escritório Demarest & Almeida Advogados, fundado em 1948:

Há 38 anos, iniciou a carreira como estagiário no Demarest & Almeida. Hoje, ocupa a função de CEO. Nos fins de semana, gosta de recolher-se com a família, especialmente com seu xodó, a única neta, Carolina, na mansão que construiu em Campos do Jordão. (Veja São Paulo, 2006, p. 35)

Ou, ainda, no trecho sobre o advogado Ricardo Tosto, sócio do escritório Leite, Tosto e Barros Advogados Associados, fundado em 1991:

Principal estrela da firma, ficou conhecido por atuar em defesa de políticos. O mais famoso deles é Paulo Maluf. [...] É apaixonado por vinhos franceses e charutos cubanos. 'Sou um bom-vivant', define-se. (Veja São Paulo, 2006, p. 40)

Como se vê no caso do advogado Ricardo Tosto, citado acima, cujo escritório pode ser considerado um “novato” (e, portanto, um ascendente) num campo dominado por bancas tradicionais, estabelecidas há mais de meio século, o compartilhamento de certos gostos e práticas sociais não é privilégio dos bem-nascidos e já estabelecidos, mas sua incorporação pode ser considerada condição para a circulação naquele círculo de elite dos advogados – mesmo quando o pertencimento é negado pelo “novato”, como se percebe da declaração do próprio Tosto à reportagem: “Não tenho sangue azul nem faço parte da panelinha dos advogados” (Veja São Paulo, 2006, p. 40).

O mecanismo de *acesso/ascensão com incorporação/aculturação*, pelo *habitus*, fica evidente também no perfil do advogado Roberto Quiroga, conforme relatado na reportagem, na qual aparece, em foto, empunhando um violão:

Filho do grande maître Ramón Mosquera Lopez, imigrante espanhol que fez fama na churrascaria Rodeio, morto em 1999, Quiroga estudou violão clássico e sonhava em seguir a carreira como músico ou engenheiro. Mas foi convencido pelo pai, que estudou até o 4º ano do primário, a estudar direito. Aos 45 anos, formado pelo Mackenzie, Quiroga é sócio de uma dos mais informais desses escritórios. (Veja São Paulo, 2006, p. 38)

Analisando as evidências corporais das diferenças sociais verificadas entre grupos de profissionais jurídicos, Jacqueline Sinhoretto (2007) afirma que:

Há segmentos no interior dessa elite, que traduzem disputas, lutas, resistências, deslocamentos, defasagens de poder. Os operadores que procuram fugir da ostentação material reforçam ainda mais certo ‘figurino’ que tende ao sóbrio, visando a mensagem do desprendimento material: qualquer terno, portanto azul ou cinza; qualquer camisa, portanto branca;

qualquer sapato, portanto preto; qualquer gravata, portanto no tom do terno ou vermelha, sempre lisa, de pequenas estampas ou listada. A versão feminina geralmente comporta mais variações, acompanhando o padrão de gênero na sociedade abrangente, mas dificilmente escapa-se da saia reta ou evasê, do casaquinho e do sapato fechado de salto médio e bico fino, predominantemente em tons pastéis. Acrescente-se à receita estética a leve e indispensável maquiagem, coloração de matizes louro-castanhos e cortes médios nos cabelos, jóias e bijoux discretas, com predomínio do dourado. Os que desejam marcar identidades de oposição à norma vigente no campo, não escapam ao desempenho da norma e mantém cuidados semelhantes de vestimenta, mesmo que mudem as cores e os cortes das roupas e cabelos, a altura dos saltos: agem intencionalmente no confronto da norma. Advogados militantes em movimentos sociais e alguns defensores procuram escapar à estética normalizada e, por serem exceções, ajudam a denunciar a existência da norma. (p. 365-6)

Percebe-se, portanto, que a identificação de um *habitus* próprio das elites jurídicas (ou próprio de cada um dos grupos profissionais e subprofissionais que compõem as elites jurídicas), representado por gostos e posturas profissionais, pessoais e culturais, modos de agir e de se vestir, é efeito do trabalho de incorporação, ou *corporificação*, das diferenças sociais, que, originárias das divisões sociais de classe, se reproduzem, pelo efeito de refração, nas divisões internas ao campo.

Currículo acadêmico, memória e autobiografia

O problema da construção de determinadas imagens dos membros das elites jurídicas a partir da seleção de certos elementos de suas trajetórias de vida não muda na essência, mas se coloca de outra forma quando se passa à análise dos currículos e biografias elaborados e publicados pelo próprio autor. Da mesma forma como se vê na análise das biografias e currículos escritos por terceiros, a seleção de determinados elementos das trajetórias pessoais, profissionais e acadêmicas é perceptível quando essas trajetórias são reconstruídas pelos próprios agentes.

Um exemplo evidente está nos currículos acadêmicos disponibilizados pelos autores na Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Aliás, a própria existência de currículos naquela Plataforma é um importante indicativo da posição do agente no campo jurídico e dos tipos de investimentos feitos por ele, ao longo de sua trajetória, para a consolidação de sua

posição. Afinal, como demonstrarei mais adiante, a publicação de obras de doutrina jurídica e mesmo a atividade docente de nível superior são investimentos recorrentes nas trajetórias dos membros das elites jurídicas, inclusive daqueles mais antigos, anteriores ou de fases incipientes da institucionalização de um campo acadêmico do direito.

Entretanto, a partir da institucionalização do campo acadêmico do direito, por meio da expansão da pós-graduação e da burocratização da carreira acadêmica, torna-se possível diferenciar os *investimentos acadêmicos diletantes* – as publicações esporádicas e associadas à própria atividade prática do agente, bem como o exercício da docência em caráter secundário à atividade profissional – dos *investimentos acadêmicos profissionais* – o percurso da pós-graduação *stricto sensu*, a produção de teses, a titularidade e a livre-docência obtidas por concursos, a publicação e a pesquisa sistemáticas. São, em geral, os agentes com investimentos acadêmicos profissionais os que disponibilizam seus currículos acadêmicos na Plataforma Lattes, mas, mesmo assim, entre um tipo-ideal e outro de investimentos acadêmicos, percebe-se tanto a existência de currículos incompletos naquela Plataforma (contendo, em geral, apenas titulação e publicações mais recentes), como também a existência de agentes com investimentos sabidamente sistemáticos no campo acadêmico do direito, mas que sequer possuem currículos cadastrados no banco do CNPq. São diversas as razões capazes de explicar essas lacunas em relação à organização de currículos acadêmicos e sua disponibilização na Plataforma Lattes, mas provavelmente elas passam pela ainda incipiente profissionalização da docência em direito e pelo uso ainda precário da plataforma do CNPq como fonte de informações acadêmicas – especialmente quando o docente não dá a essa atividade sua maior dedicação de tempo, ou quando a instituição de ensino na qual ele exerce a docência não estabelece ou não efetiva a exigência de atualização do currículo na Plataforma Lattes como condição para a documentação e a organização do curso, o que parece ocorrer com mais frequência nas instituições públicas, menos afetadas pelo controle de informações feito pelo Ministério da Educação em processos de autorização e reconhecimento de cursos superiores.

Nesse sentido, veja-se, por exemplo, o Quadro 9, exposto no Capítulo 5, cuja construção só foi possível com recursos a fontes além da Plataforma Lattes, apesar de seu conteúdo dizer respeito essencialmente à atividade acadêmica dos agentes descritos – em outras palavras, sem o acesso a informações relevantes acerca de

produção acadêmica, trajetória profissional e trabalhos técnicos em comissões de especialistas em outras fontes que não o CNPq, provavelmente o quadro citado seria mais incompleto do que provavelmente já é.

O problema da seleção de elementos de trajetórias pelo próprio autor torna-se mais evidente quando se passa da eventual sonegação ou ênfase de determinados dados objetivos em um currículo acadêmico, para a reconstrução da própria trajetória de vida por meio da redação de memórias e autobiografias, ou da tomada de depoimentos em entrevistas. Nesse sentido, veja-se o seguinte exemplo de uma ministra do STJ, entrevistada para esta pesquisa, acerca de suas origens familiares. Embora ostente em seu nome regimental – aquele escolhido pelo juiz de tribunal superior para sua identificação oficial e assinatura de votos – o sobrenome de sua mãe, identificador da uma importante família de seu estado de origem (omitindo, desta forma, o sobrenome de sua família paterna), a entrevistada, ao ser questionada sobre suas origens familiares, faz questão de enfatizar origens humildes, opondo a notabilidade de seu sobrenome ilustre à trajetória ascendente de seus pais, e sua própria:

A minha mãe vem de uma família, assim, de muito boa origem, mas é uma família pobre. [A família da mãe] é uma família rica, mas ela especialmente é do ramo da família pobre. E minha mãe era doméstica e meu pai era um operário, um operário muito bem sucedido, e tornou-se um empresário, um pequeno empresário, né? E que eu fui criada com muita vontade, porque meu pai, por ser uma pessoa humilde e que estudou pouco, ele ficava encantado pelo fato de eu ser estudiosa, ele ficou encantado pelo fato de ter uma filha universitária... (entrevista com Eliana Calmon)

Outro exemplo pode ser encontrado no perfil do advogado criminalista, ex-presidente da OAB e ministro da Justiça responsável pela condução do primeiro ciclo da Reforma do Judiciário de 2004, Márcio Thomaz Bastos, apresentado em reportagem publicada na revista mensal *Piauí* (Carvalho, 2009), a partir de entrevistas com o próprio jurista retratado e com pessoas que fizeram parte de sua trajetória em algum momento da vida dele. Identificado com o Partido dos Trabalhadores (PT), como se verá mais adiante, e tido como homem de confiança de Luís Inácio Lula da Silva desde os anos 1980 (quando eram presidentes, respectivamente, da OAB e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, ambos oponentes do regime militar), Márcio Thomaz Bastos teve, nessa reportagem, revelado seu passado de apoiador do golpe de 1964, incluindo uma suposta filiação

à Arena, partido oficial de sustentação da ditadura. Sobre esse episódio, especificamente, é possível verificar a divergência de informações na construção da identidade do biografado conforme os elementos fáticos e de memória aparecem em sua fala ou na de terceiros, vereadores à época, assim como ele, na sua cidade natal:

Em outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 extinguiu todos os partidos. As restrições impostas levaram ao bipartidarismo, com a criação da Arena, de apoio ao regime militar, e do MDB, a oposição oficial. 'O Márcio ficou na Arena, com o pai', disse Carlos Antico. 'Eu fiquei com o MDB e ele com a Arena', informou Auxibio Novaes, também vereador na época. A única mulher entre eles era Aurora Motta. Ela tem 78 anos e, recentemente, lançou um livro de memórias em que aparece, em uma foto, ao lado de Thomaz Bastos quando ele era ministro. 'História é história: eu era do MDB e ele era da Arena', disse ela, na cozinha de sua casa, servindo café e pão de queijo. Thomaz Bastos tem outra lembrança. 'Não me filiei em nenhum dos dois partidos', disse. (p. 30).

Analisando as memórias do jurista Evandro Lins e Silva (renomado advogado criminalista, ministro do STF e do governo João Goulart), editadas e publicadas a partir de entrevistas realizadas pelo Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC-FGV (Silva, 1997), Verena Alberti (1996) pondera que

Na entrevista de Evandro Lins e Silva, como em quase toda entrevista de história oral, sobrepõem-se diferentes tipos de narrativas. A entrevista como um todo é uma grande narrativa de história de vida: através dela Evandro Lins e Silva procura construir, para suas entrevistadoras e para seus leitores em potencial, o significado de sua trajetória profissional e, em certa medida, de sua trajetória pessoal. É claro que sua narrativa é diferente daquilo que se conhece usualmente por autobiografia: é oral, ao invés de escrita; a presença das entrevistadoras lhe imprime rumos diversos àquele que o entrevistado talvez seguisse sozinho, e aquilo que é contado está em grande parte determinado pelas circunstâncias que cercaram cada uma das 17 sessões de entrevista. Mas assim como em uma autobiografia, a narrativa de Evandro Lins e Silva não está isenta de trechos descritivos e de reflexão, ao lado daqueles em que se esmera em contar passagens de sua vida. Ou seja: assim como uma autobiografia, a entrevista de história de vida não trata apenas de uma sucessão de acontecimentos no tempo; como em toda narrativa de cunho autobiográfico, seu trabalho principal é a construção de uma identidade para si e para os outros. (p. 8)

Ou seja: assim como Alberti percebe na biografia de Lins e Silva, e tanto no caso da ministra de tribunal superior entrevistada por mim, quanto no caso do advogado criminalista biografado pela revista mensal, a versão do personagem, trazida por sua própria fala, se dá em oposição a elementos objetivos (o sobrenome

ilustre, depoimentos de terceiros sobre filiação a um partido de direita) capazes de questionar uma identidade autoconstruída em outros termos (a origem humilde, a ligação com um partido de esquerda), diversos daqueles que poderiam ser deduzidos dos dados objetivos externos, estranhos à fala do próprio agente. Trata-se, portanto, de uma *narrativa* que estrutura uma *identidade*.

PARTE II
CAMPO JURÍDICO E CAMPO ACADÊMICO

Capítulo 3. Dignidade e competência

Como já dito anteriormente, a administração da justiça brasileira organiza-se em bases profissionais. Isso quer dizer que, em seu processo de diferenciação interna (entre ocupações relacionadas à justiça) e externa (em relação ao Estado e a outros grupos de poder), a institucionalização dos principais grupos que operam a justiça estatal, e que têm suas funções definidas pela legislação processual, permitiu-lhes considerável grau de autonomia na determinação do conteúdo de seu trabalho e dos critérios de ingresso e seleção, nos mecanismos de disciplina e sociabilidade e na construção de uma ideologia de superioridade técnica e relevância social de suas funções.

Assim, o diploma de ensino superior seria importante, para distinguir as profissões de outras ocupações, na medida em que, segundo Eliot Freidson (1998)

As profissões contemporâneas poderiam ser consideradas uma variante instruída, de classe média, do princípio ocupacional de organização já representado pelos ofícios da classe trabalhadora; a diferença entre os dois é que a reivindicação de autonomia e autocontrole das profissões baseia-se comumente mais na educação “superior” formal que na escola secundária profissionalizante ou no longo aprendizado prático de alguma habilidade manual que presumidamente exige um discernimento complexo. (p. 99)

Aprofundando, portanto, uma característica do título acadêmico também percebida por Freidson, Bourdieu (1996) constata o *poder simbólico do diploma* e a impossibilidade de uma divisão clara entre *habilidade técnica* e *dignidade do título* (ambas atestadas e conferidas pelo diploma), basicamente por três razões: a primeira, pela ausência de uma definição precisa e perene de *competência*; a segunda, justamente porque a luta pela definição de competências faz parte de um processo de legitimação e de dominação de uma competência (ou de um discurso de competência) sobre outras e que visa, em última análise, à *construção social da legitimidade de um título*; a terceira, por fim, porque as tensões e indefinições entre *competência* e *dignidade* (e, portanto, entre o *fazer* e o *ser*, entre o *técnico* e o *simbólico*) dependem das hierarquias estabelecidas, em um dado estado da divisão social do trabalho, entre as ocupações e entre os títulos a elas relacionados. Segundo Bourdieu (1996),

O título acadêmico é tanto uma arma quanto um objeto das lutas simbólicas nas quais o que está em jogo é a posição social. Quanto mais alto o título acadêmico, mais apto estará a funcionar como um título de nobreza, uma dignidade, liberando seu portador de provar a si mesmo ou ter de demonstrar suas habilidades, e maior vantagem ele proporcionará nas lutas por classificação, nas quais o que está em jogo é principalmente a opção de se atribuir prioridade à dimensão simbólica ou à dimensão técnica dos títulos e funções, ou o contrário. (p. 119) ²³

Se se observa, portanto, a *divisão do trabalho jurídico* estabelecida entre a magistratura, a advocacia e o Ministério Público brasileiros, e entre suas bases e suas elites profissionais, percebe-se, igualmente, uma *divisão do trabalho de formação de elites jurídicas* e, conseqüentemente, uma *hierarquia dos diplomas* das faculdades de direito responsáveis pela formação dos estratos inferiores e superiores daqueles grupos profissionais.

Dessa forma, se é verdade que são bastante equilibradas as proporções de egressos de faculdades públicas e privadas de direito entre membros da magistratura (52,7% e 47,3%, respectivamente) e do Ministério Público (49,1% e 49,6%, respectivamente) (Gráfico 1), também é verdade que essas proporções nem de longe refletem as distribuições dos números de instituições, cursos e vagas entre os setores público e privado no que diz respeito ao ensino superior jurídico (Gráfico 2).²⁴

²³ Traduzido livremente do original: "The academic title is both a weapon and a stake in the symbolic struggles in which what is at stake is social standing. The higher the academic title, the more likely it is to function as a title of nobility, a dignity, freeing its holder from ever having to prove himself or practically demonstrate his skill, and the greater advantage it gives in classification struggles, in which what is principally at stake is the choice of granting priority either to the symbolic or the technical dimension of titles and jobs, or the reverse."

²⁴ Quanto a isso, ver também os dados coletados por Daniel Torres de Cerqueira (2006). Ainda, que aos dados relativos à atual distribuição da oferta de ensino jurídico entre estabelecimentos públicos e privados, oponha-se o argumento de que não refletem o cenário de distribuição da oferta de diplomas de bacharel à época da graduação dos juristas de elite atualmente analisados, é possível afirmar com relativa segurança que desde pelos menos meados da década de 1970 a oferta de ensino superior pelo setor privado já havia superado em escala significativa a oferta do setor público: segundo dados do Ministério da Educação analisados por Joaquim Falcão (1984), em 1971 o setor privado respondia por 55,07% da população universitária do país, e em 1975, por 63,36%. Nesse sentido, ver também Gladys Beatriz Barreyro (2008).

Gráfico 1

Porcentagens de egressos de faculdades de direito públicas e privadas, por grupo profissional (Brasil, 2004 e 2005).

Fontes: Secretaria da Reforma do Judiciário (2006c); Sadek (2006).

Gráfico 2

Porcentagens de instituições de ensino, cursos e vagas de ensino superior jurídico, por dependência administrativa (Brasil, 2006).

Fonte: Cerqueira (2006).

Além disso, mesmo admitindo-se que a proporção de egressos de faculdades privadas, em relação a juristas de Estado, é sinal de democratização do acesso ao círculo de elite representado pelas carreiras jurídicas (Werneck Vianna e outros, 1997), é preciso lembrar que mesmo entre instituições privadas estabelece-se uma hierarquia de prestígio e posicionamento no campo, sendo que algumas escolas privadas (especialmente as católicas) colocam-se ao lado das mais tradicionais faculdades públicas de direito nas posições superiores do campo jurídico.

A hierarquia dos diplomas

Nesse sentido, por exemplo, pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais junto a 42 dos 111 juízes atuantes no Fórum Criminal Central de São Paulo (Lima e outros, 2007) indicou que 33,3% deles eram formados pela Universidade de São Paulo (USP), 28,6%, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), seguidos por quatro egressos da Universidade Presbiteriana Mackenzie e três das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), todas elas situadas na capital paulista – sendo as três últimas instituições privadas (Gráfico 3). No 85º Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de São Paulo, realizado entre os anos 2006 e 2007, os cursos de direito de instituições públicas (18% do total de escolas com egressos aprovados) aprovaram 21% do total de 105 candidatos classificados, sendo que a USP teve o maior número absoluto de egressos aprovados (10), seguida pelas PUC de Campinas (9) e de São Paulo (8), pela Universidade Mackenzie (6), pela Faculdade de Direito de Bauru (5), e por outras 30 instituições públicas, privadas e confessionais que aprovaram entre 1 e 4 ex-alunos (Gráfico 4). Embora entre os dez primeiros classificados nesse concurso, nove sejam egressos de cursos privados, quatro deles são originários de instituições confessionais católicas, e um é originário da Universidade Mackenzie (confessional presbiteriana, de origem norte-americana).

Gráfico 3

Porcentagens de juizes do Fórum Criminal da Barra Funda (São Paulo-SP), por instituição de ensino de origem (Brasil, 2007)

Fonte: Lima e outros (2007)

Gráfico 4

Número de candidatas aprovadas no 85º Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de São Paulo, por instituição de ensino de origem com maiores porcentagens de egressos (Brasil, 2007)

Fonte: Consultor Jurídico (2007)

Entre a elite da magistratura estadual paulista, representada por 299 dos 352 desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) atuantes no ano de 2008 e com informações disponíveis sobre instituição de ensino de origem, predominam egressos da USP (145, ou 48,4%), da PUC-SP (12,7%), da Universidade Mackenzie (7,6%), das FMU (6,3%), da PUC de Campinas e da Universidade Católica de Santos (UniSantos) (6% cada uma). Essas instituições são seguidas de outras quatro instituições com egressos nos quadros superiores da magistratura paulista, todas elas originalmente faculdades públicas municipais, e fundadas entre os anos 1950 e 60, sendo que duas delas são atualmente mantidas pela iniciativa privada: a Universidade de Taubaté (UniTau), com doze desembargadores (4%); o Instituto Toledo de Ensino (ITE) e a Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (FDBSC), com nove desembargadores (3%) cada uma; e a Faculdade de Direito de Sorocaba (Fadiso), com oito desembargadores (2,6%) (Consultor Jurídico, 2008b). Do total de dez instituições que formaram desembargadores do TJSP, quatro são privadas confessionais, três são públicas e três são privadas em sentido estrito (Gráfico 5).

Gráfico 5

Porcentagens de desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por instituição de ensino de origem (Brasil, 2007)

Fonte: Consultor Jurídico (2008b)

A título de comparação, dados citados por Renato M. Perissinotto e outros (2008) indicam que, dos 71 desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), 36 são formados por instituições públicas, sendo 26 egressos da Universidade Federal do Paraná, e os demais egressos das Universidades Estaduais de Londrina (UEL), com 5 egressos, Maringá (UEM), com 4, e Ponta Grossa (UEPG) com 1; os 35 restantes são egressos de instituições privadas fundadas entre os anos 1940 e 70, sendo 10 formados pelas confessionais PUC do Paraná (9) e do Rio de Janeiro (1), 1 pela filantrópica Faculdade de Direito do Vale do Paraíba (atual Universidade do Vale do Paraíba), e os demais, por instituições privadas em sentido estrito – com destaque para a Faculdade de Direito de Curitiba (atual Centro Universitário de Curitiba – UniCuritiba), fundada em 1951 e que formou 22 desembargadores do TJPR (Gráfico 6).

Gráfico 6

Número de desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por instituição de ensino de origem (Brasil, 2006)

Fonte: Perissinotto e outros (2008)

É semelhante o perfil do grupo de instituições de ensino que mais fornecem os advogados situados na elite da advocacia privada, representada pelos grandes escritórios e sociedades de advogados: predominam entre os advogados de elite os egressos de faculdades privadas, embora esse grupo seja menos representativo entre sócios (65%), os proprietários e líderes dessas organizações, do que entre associados (73%), o segundo escalão dessas bancas (Gráfico 7).

Gráfico 7

Porcentagens de egressos de faculdades públicas e privadas de direito, por situação funcional de advogados (Brasil, 2007)

Fonte: Análise Editorial (2007)

Quatro instituições de ensino citadas anteriormente alternam-se como as maiores fornecedoras de sócios e associados de grandes escritórios e sociedades de advocacia: a Universidade de São Paulo formou 13,5% dos sócios e 7,2% dos associados; a PUC-SP, 10,2% dos sócios e 8,9% dos associados; da Universidade Mackenzie saíram 6,7% dos sócios e 7% dos associados; e das FMU, 5,9% dos sócios e 7,8% dos associados. A esse grupo somam-se os cursos das confessionais Pontifícias Universidades Católicas do Rio de Janeiro (3,7% dos sócios e 4,3% dos associados), do Rio Grande do Sul (2,3% dos sócios e 2,4% dos associados) e do Paraná (1,9% dos sócios e 2,6% dos associados) e da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), com 2,3% dos sócios e 4,4% dos associados. Entre os cursos públicos, duas universidades federais merecem destaque, por terem

incorporado faculdades livres de direito fundadas no período imediatamente após a proclamação da República, iniciativa de elites políticas e econômicas locais: as Universidades Federais de Minas Gerais (UFMG), com 3,9% dos sócios e 2% dos associados, e do Rio de Janeiro (UFRJ), com 2,5% dos sócios e 1,8% dos associados. Por fim, merecem destaque dois outros cursos oferecidos por instituições privadas laicas, além do Mackenzie e das FMU, pelo posicionamento garantido aos seus egressos nas estruturas do campo jurídico, via composição (ainda que minoritária) da elite dos advogados: os cursos de direito da Universidade Paulista (UNIP), com 3% dos sócios e 4,8% dos associados, e da Universidade Cândido Mendes (UCAM), com 2,4% dos sócios e 2,5% dos associados (Gráfico 8).

Gráfico 8

Porcentagens de advogados sócios e associados, por faculdade de origem (Brasil, 2007)

Fonte: Análise Editorial (2007)

No caso do Supremo Tribunal Federal (STF), sabe-se que, de todos os 158 ministros que compuseram a corte desde a proclamação da República até o ano de 2008, 58,8% são egressos das duas faculdades de direito inauguradas no período imperial, sendo 53 formados pela escola de São Paulo e 40 pela escola de Olinda, posteriormente transferida para o Recife (Consultor Jurídico, 2008a; Supremo Tribunal Federal, 2009). Como se verá no item seguinte, a participação dos

egressos dessas “escolas imperiais” diminuiu com o tempo, sendo que a partir de 1925 começaram a chegar ao STF os primeiros egressos das faculdades livres de direito fundadas no primeiro período republicano. Há, de qualquer forma, predominância de egressos de instituições públicas de educação superior (Gráfico 9), sendo que em toda sua história o STF contou com apenas quatro ministros formados por faculdades privadas, todas elas confessionais, sendo da composição atual os três últimos membros. Esse dado ressalta informação anteriormente exposta sobre a posição superior nas hierarquias do campo das instituições particulares católicas, bem como o prestígio acumulado pela Universidade Mackenzie (também confessional, presbiteriana), que as distinguem das instituições privadas que oferecem ensino jurídico de massas.

Gráfico 9

Número de ministros do Supremo Tribunal Federal, por instituição de ensino de origem (Brasil, 1889 a 2008)

Fontes: Consultor Jurídico (2008a); Supremo Tribunal Federal (2009)

Nesse aspecto, também na composição do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no ano de 2007 predominam egressos de faculdades públicas de direito: são 30 formados por cursos públicos e apenas quatro formados por faculdades privadas (Consultor Jurídico, 2008a). Entre as públicas, predominam a USP, e as Universidades Federais da Bahia (UFBA), Minas Gerais (UFMG) e Rio Grande do Sul (UFRGS), com três ministros cada uma, sendo que as três últimas, conforme se verá adiante, incorporaram cursos livres de direito fundados na Primeira República.

O mesmo perfil encontra-se na composição de outras arenas institucionais de circulação das elites jurídicas, como o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No caso do TST, dos 28 ministros atuantes no ano de 2007, 21 são egressos de instituições públicas e apenas 7 são formados por cursos particulares. Entre os cursos públicos, destacam-se os da UFMG e da Universidade de Brasília (UnB), com três ministros cada, e os das universidades federais do Rio Grande do Sul (UFRGS), Bahia (UFBA), Pará (UFPA) e Juiz de Fora (UFJF), com dois ministros cada uma, seguidos de outros oito cursos públicos com apenas um representante nos quadros do TST; entre os cursos privados, destaca-se o da PUC de Minas Gerais, com dois ministros, seguido de outros cinco cursos com um ministro cada um entre os integrantes daquele tribunal. A participação de cada uma das instituições responsáveis pela formação de ministros do TST pode ser vista no Gráfico 10.

Gráfico 10

Número de ministros do Tribunal Superior do Trabalho, por instituição de ensino de origem (Brasil, 2008)

Fonte: Consultor Jurídico (2008a)

No caso do CNJ, apenas dois dos dezessete conselheiros que fizeram parte da sua primeira formação eram egressos de cursos privados de direito, sendo um da Universidade Gama Filho (UGF), do Rio de Janeiro, e outro da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UniSinos), do Rio Grande do Sul; entre os demais, predominam, novamente, egressos da USP, da UFMG e da UFRGS, além da Universidade do Brasil (atual UFRJ), da UnB e da Universidade Federal do Ceará (UFC), todas elas com dois conselheiros cada (Gráfico 11).

Gráfico 11

Número de conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, por instituição de ensino de origem (Brasil, 2007)

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (2009)

Imperiais, livres e católicas

A hierarquia que se estabelece entre as faculdades de direito na formação dos profissionais jurídicos, especialmente de seus grupos de elite (situados, entre outras posições, nas cúpulas dos grandes escritórios, dos tribunais de justiça estaduais, no STF e no STJ), só é completamente compreendida quando se analisa a evolução do ensino jurídico e a diferenciação de seus cursos em uma perspectiva histórica.

Segundo Helena Sampaio (2000), a expansão do ensino superior no Brasil se deu basicamente em três fases. A primeira, inaugurada com a República, quebrou o monopólio das escolas imperiais, descentralizando o ensino nos estados da federação e permitindo a abertura de escolas livres e privadas, dominadas por elites laicas locais e confessionais católicas, voltadas ainda para a formação de profissionais liberais e quadros intelectuais para o Estado. A segunda fase, iniciada com a Revolução de 1930, compreende a diversificação de formações superiores, o surgimento de novos saberes técnicos para o Estado e a expansão tanto do ensino

superior público como do privado. Essa fase compreende, segundo a autora, dois momentos politicamente distintos: o primeiro, que vai até 1945, compreende a luta entre elites laicas e católicas pelo controle político e ideológico do ensino superior, com tentativas de mediação e composição pelo Ministério da Educação do governo Vargas; o segundo, que avança pelos anos 1960, é marcado pelas pressões da demanda excedente pelo ensino superior público, pelo desmonte dos movimentos estudantis e intelectuais reformistas por parte da ditadura militar e pela expansão das universidades estaduais, federais e, principalmente, do ensino superior privado. A terceira fase da expansão do ensino superior no Brasil define-se entre os anos de 1980 e 90 e é caracterizada pela expansão do setor do ensino privado de viés propriamente empresarial e mercantilista, tendo por objetivo a obtenção de lucro (mais do que o atendimento direto da demanda reprimida), sendo inclusive capaz de ajustar-se a mercados já saturados, por meio de interiorização dos cursos e diversificação da oferta de formações novas e altamente especializadas, em geral de maneira independente da relação objetiva entre oferta e demanda.

Analisando essa expansão do ponto de vista da relação entre os setores público e privado do ensino superior e tendo em vista as tendências internacionais comparadas sobre a absorção de elites e massas pelo sistema de ensino, a autora conclui que, no Brasil,

diversificação, se ocorreu, instaurou uma diferenciação e hierarquização entre os estabelecimentos que compõem o sistema; nesse processo, algumas universidades públicas e poucas instituições católicas ou laicas de elite situam-se no topo, porque conseguiram preservar-se dos efeitos da massificação, ao passo que os demais estabelecimentos que se instalaram voltaram-se ao atendimento da demanda de massa. (Sampaio, 2000, p. 109-10)

No caso do ensino jurídico, as diferentes fases de expansão do ensino superior no Brasil, sintetizadas por Sampaio, e seus impactos em termos de massificação e elitização de instituições podem ser verificados no ritmo de criação de novos cursos de direito, conforme levantamento feito por Daniel Torres Cerqueira (2006) (Gráfico 12). Nesse aspecto, é perceptível que todo o período imperial persiste com apenas dois cursos de direito, justamente aqueles criados pelo Império para a formação de suas primeiras elites burocráticas e políticas (Falcão, 1984; Adorno, 1988; Carvalho, 2007). O período da República Velha é marcado pela criação de onze cursos locais, como forma de atender ao mesmo objetivo dos

primeiros cursos “imperiais”, porém destinando-os ao serviço de reprodução de elites locais do novo sistema federativo, mas também à sua abertura a setores de uma pequena burguesia comercial urbana (Venâncio Filho, 2004).

Gráfico 12

Número de novos cursos de direito criados, por período (Brasil, 1827-2006)

Fonte: Cerqueira (2006)

Essa ligeira mudança no perfil da oferta de cursos de direito na primeira metade do século XX pode ser percebida pelas transformações na composição do STF verificadas entre a República Velha, quando predominavam os egressos das “escolas imperiais”, e os dois primeiros governos de Getúlio Vargas, quando os egressos das “escolas livres” começaram a disputar espaço com seus concorrentes de São Paulo e Olinda-Recife. Do total de 74 ministros nomeados para o STF durante a República Velha, incluindo aqueles que pertenciam ao antigo Supremo Tribunal de Justiça do Império e que foram reconduzidos pelos primeiros governos republicanos, 36 formaram-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, 32 pela de Pernambuco, 3 cursaram ambos os cursos²⁵ e outros 3 eram oriundos de

²⁵ A atenção dada à passagem de membros das elites jurídicas por Olinda/Recife e São Paulo, nesses primeiros gráficos, deve-se ao papel dessas duas instituições no período analisado. Em outros momentos da análise, não darei especial atenção ao fato de membros das elites jurídicas terem passado por mais de um curso até sua formatura, e por isso os dados de períodos mais

instituições diversas, sendo um formado pela norte-americana Union University Law School, um formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro²⁶ e outro formado pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro (Gráfico 13).

Gráfico 13

Número de ministros do Supremo Tribunal Federal nomeados entre 1889 e 1930, por instituição de ensino de origem (Brasil, 1889-1930)

Fonte: Supremo Tribunal Federal (2009)

Em contraposição, entre os dezenove ministros nomeados nos dois primeiros governos de Getúlio Vargas, o perfil é mais heterogêneo: seis egressos da escola de São Paulo, quatro da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, dois da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, dois da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, dois da escola de Recife, um de cada uma das escolas livres de Direito da Bahia e do Ceará, e um que cursou as escolas de São Paulo e Recife (Gráfico 14).

recentes podem esconder trajetórias como essas, uma vez que produzidos a partir de informação sobre instituição na qual se obteve o diploma.

²⁶ Trata-se de Barata Ribeiro, médico e ativista político republicano que, depois de nomeado pelo presidente Floriano Peixoto para o STF, teve que deixar a corte, após período de poucos meses, em decorrência da recusa, pelo Senado, de seu nome, com base no argumento de que a ausência de diploma em direito descaracterizaria o requisito constitucional de “notório saber jurídico”, exigido para a composição do Supremo. Voltarei a tratar das disputas em torno desse requisito, ao relatar o episódio mais recente da indicação do ministro Dias Toffoli para o STF.

Gráfico 14

Número de ministros do Supremo Tribunal Federal nomeados entre 1930 e 1945, por instituição de ensino de origem (Brasil, 1930-1945)

Fonte: Supremo Tribunal Federal (2009)

O pequeno crescimento verificado após a Revolução de 1930 e que vai até o fim do Estado Novo (sete novos cursos) pode ser atribuído à expansão e diversificação do mercado cultural e ao deslocamento de grupos mais tradicionais de juristas das posições centrais do poder político, em benefício de uma nova tecnocracia, oriunda de outros cursos superiores (Miceli, 1979; Santos, 1978). Também nesse período se percebe a consolidação das universidades católicas, muitas das quais inauguradas justamente por seus cursos de direito, cujos egressos ainda hoje têm presença significativa na composição das elites jurídicas.

Os efeitos dessa pouca diversificação dos cursos de direito no Brasil podem ser percebidos no perfil de origens acadêmicas dos ministros do STF nomeados durante os governos do período de 1945 a 1964. Nesse período, houve, ao contrário da diversificação do período político anterior, uma concentração de nove ministros do STF egressos daquela que viria a ser a Faculdade Nacional de Direito, surgida da fusão da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro com a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, e que seria futuramente incorporada à Universidade do Brasil (Gráfico 15). A perda do protagonismo das escolas imperiais

na produção de ministros do STF nesse período – na verdade, o desaparecimento dos egressos do Recife e a redução do número de egressos da escola de São Paulo, já então incorporada à Universidade de São Paulo – parece estar associada ainda aos efeitos do deslocamento do pólo político e cultural de São Paulo, promovido a partir da Revolução de 30, e à consolidação do Rio de Janeiro nessa posição, em decorrência do fortalecimento do poder central e de sua posição como capital da República.

Gráfico 15

Número de ministros do Supremo Tribunal Federal nomeados entre 1945 e 1964, por instituição de ensino de origem (Brasil, 1945-1964)

Fonte: Supremo Tribunal Federal (2009)

A criação de 76 novos cursos de direito entre 1964 e 1983 reflete, no campo do ensino jurídico, o movimento de expansão do ensino superior como resultante da pressão dos excedentes dos vestibulares e da incorporação da classe média emergente pelo regime militar vigente (Falcão, 1984; Venâncio Filho, 2004; Cerqueira, 2006). Os níveis de crescimento verificados entre 1984 e 1993 (75 novos cursos) e entre 1994 e 2006 (768 novos cursos) refletem a forte e acelerada expansão do ensino superior privado no Brasil, sendo que os maiores números de cursos jurídicos criados especialmente no último período demonstram o efeito da política de abertura deliberada desse mercado ao setor privado, especialmente por meio da flexibilização das regras estatais para a atividade econômica no setor

educacional de nível superior. Importante dizer que um dos cursos líderes dessa expansão global do ensino superior privado foi justamente o curso de direito (Sampaio, 2000; Barreyro, 2008).

Entretanto, analisando-se a composição histórica do STF até o ano de 2008, a partir das faculdades de graduação dos ministros, percebe-se que os impactos da segunda e, especialmente, da terceira fase de expansão do ensino superior jurídico na composição da mais alta corte da justiça brasileira são pequenos, se comparados à mudança de perfil decorrente da criação dos cursos livres, especialmente os do Rio de Janeiro, conforme indicado acima. Isso porque os egressos das faculdades de direito surgidas na segunda fase de expansão do ensino superior no Brasil, presentes na composição do STF, provêm de instituições confessionais criadas nos anos 1940 e 50 e de instituições públicas fundadas entre as décadas de 1940 e 60. São ausentes, portanto, os egressos de instituições privadas laicas, especialmente as de caráter empresarial, fundadas na segunda e na terceira fases de expansão do ensino superior no Brasil; por outro lado, o prestígio das escolas mais antigas e sua posição nas estruturas do campo jurídico podem ser percebidos não só pelo número, mas também pelas datas de nomeação de seus egressos como ministros, que alcançam os anos 1990 e 2000 (Tabela 1).

Tabela 1

Instituições de ensino de origem dos ministros do Supremo Tribunal Federal: localização, ano de fundação e anos de nomeação dos ministros mais antigos e mais novos (Brasil, 1827-2008)

Faculdade	UF	Ano de fundação	Número de ministros	Ano de nomeação do ministro mais antigo	Ano de nomeação do ministro mais novo
Faculdade de Direito de São Paulo – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo	SP	1827	53	1881	1989
Faculdade de Direito de Olinda-Recife – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco	PE	1827	40	1886	1978
Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro – Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro – Faculdade de Nacional Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ	1891	30	1925	1990
Faculdade Livre de Direito da Bahia – Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia	BA	1891	3	1963	1965
Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais	MG	1892	12	1936	1994
Faculdade de Direito de Porto Alegre – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS	1900	7	1966	2000
Faculdade de Direito do Ceará – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará	CE	1904	2	1941	1981
Faculdade de Direito do Amazonas – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas	AM	1909	1	1972	-
Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	RJ	1940	1	2007	
Faculdade de Direito de São Luís – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Maranhão	MA	1945	1	1985	-
Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	RS	1947	1	1981	-
Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	MG	1949	1	2006	-
Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe	SE	1951	1	2003	-
Faculdade de Direito da Universidade Católica de Santos	SP	1952	1	2003	-
Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie	SP	1954	1	2004	-
Faculdade de Direito da Universidade de Brasília	DF	1962	2	2002	2003
Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo	SP	1965	1	2005	-

Fontes: Consultor Jurídico (2008a); Supremo Tribunal Federal (2009); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2007)

Capítulo 4. A produção escolar da nobreza togada

O que explica a posição dominante, no campo jurídico, dos egressos das faculdades de direito mais antigas, sejam públicas ou privadas confessionais? Como essas escolas mantiveram seu prestígio e sua capacidade de reprodução de elites jurídicas ao longo de um processo de massificação e diversificação do ensino jurídico no Brasil, de velocidade vertiginosa nas últimas décadas do século XX?

Uma primeira resposta para se explicar a posição dominante das faculdades de direito mais antigas na composição dos estratos superiores das elites jurídicas pode estar no argumento geracional, segundo o qual levaria alguns anos ainda para a incorporação de egressos de escolas mais novas aos círculos mais altos dessas elites. Esse argumento é limitado por algumas razões. A primeira, como se viu, reside no fato de que os egressos de escolas de elite da segunda fase da expansão do ensino jurídico (confessionais e públicas) não chegaram ao STF acompanhados de seus contemporâneos oriundos das escolas privadas laicas e empresariais. A segunda razão, que se associa à primeira, decorre da constatação de que os egressos de cursos privados de direito, laicos e empresariais, da segunda e da terceira fases da expansão do ensino superior, alcançaram, como se viu, estratos inferiores ou intermediários das elites jurídicas, representados por parcelas (ainda que pequenas) das carreiras de juristas de Estado, dos tribunais estaduais e dos grandes escritórios de advocacia. Essas duas constatações, consideradas em conjunto, sugerem que, no estado atual do campo jurídico, há uma barreira de caráter político e social (mas não necessariamente temporal ou geracional) a selecionar os “eleitos” dos círculos superiores das elites jurídicas e a estruturar, com base na divisão social do trabalho jurídico e na diferenciação do sistema de ensino superior, as posições de cada agente nas hierarquias de poder e de prestígio subjacentes à organização constitucional da justiça estatal.

Outro argumento que poderia servir para explicar a posição atualmente verificada dos egressos das faculdades de direito mais antigas na composição dos estratos superiores das elites jurídicas baseia-se no senso comum acerca da *competência* desses cursos na formação de profissionais do direito e na de seus egressos na competição pelas melhores posições nos mercados de trabalho e de bens simbólicos associados à administração da justiça estatal. Esse argumento

pode ser refutado pelo fato de que, quanto mais alta a posição de elite da administração da justiça, mais subjetivos são os critérios (inclusive os formalizados constitucionalmente) de seleção de seus membros. Em outras palavras, enquanto os estratos inferiores de juristas (advogados, juízes e promotores) devem se submeter a concursos públicos e exames para alcançar o nível mínimo de pertencimento ao grupo dos chamados “operadores do direito”, os seus membros mais destacados e que alcançam posições superiores de liderança (especialmente nos tribunais de segunda instância e superiores), embora tenham passado pelos mesmos exames em fase inicial da carreira, submetem-se a um juízo bastante genérico e subjetivo de “mérito” ou de “notável saber jurídico” e a uma indicação política, feita por um outro membro de elite jurídica (por exemplo, quando a cúpula de um Tribunal Regional Federal ou da OAB indica um membro para o STJ) ou por um agente do campo político (por exemplo, quando o Presidente da República indica um membro do STF). Essa constatação – que sequer enfrenta o fato de que mesmo os exames e concursos “objetivos” são elaborados e geridos pelos agentes já situados nas posições de elite – reforça uma característica do diploma de nível superior segundo a qual quanto mais aberta a interpretações e menos detalhada for a exigência ou a descrição de competências para uma determinada ocupação, maiores serão as oportunidades conferidas aos portadores de títulos de “nobreza acadêmica” em obter rendimentos de seus capitais acadêmicos (Bourdieu, 1996).

Por fim, dizer que a posição daqueles egressos de faculdades de elite nas estruturas de poder do campo jurídico explica-se pelo prestígio dos estabelecimentos nos quais se graduaram reduz a tentativa de explicação a uma tautologia que, na verdade, apenas reitera a constatação já feita. O que demanda identificação e explicação são os *mecanismos sociais pelos quais esse prestígio é socialmente construído e mantido*, permitindo a esses estabelecimentos de educação superior produzir e reproduzir as elites jurídicas.

Os resultados de pesquisa de Bourdieu (1996) sobre a *nobreza de Estado* francesa sugerem algumas hipóteses que, adaptadas à realidade e à história do ensino jurídico no Brasil, se mostram válidas para a explicação dos resultados obtidos em meu estudo. Essas hipóteses se complementam na construção de um modelo de análise que tem na educação superior o ponto culminante de processos de distinção social, a partir de sucessivas operações de *segregação* e *agregação*. Além disso, elas apontam para a *ação extrapedagógica* dos estabelecimentos de

ensino, que no exercício de sua atividade pedagógica acabam por “ensinar” mais do que o que está expresso em aulas, programas e currículos, sendo na verdade capazes de criar o *habitus* requerido para uma posição dominante e as *visões de mundo* necessárias à legitimação das formas de dominação (Bourdieu, 1996; Bourdieu; Passeron, 2008).

Monopólio e seletividade

A primeira hipótese destaca a característica de exclusividade dos estabelecimentos escolares de elite, decorrente de sua alta seletividade no ingresso de novos membros e que produz em quem a eles pertence um sentido de *monopólio*. Segundo Bourdieu (1996), quando reconhecido por seus membros, o monopólio converte-se em *nobreza* e permite a alta concentração e o compartilhamento por poucos, portanto, do capital simbólico acumulado na trajetória do estabelecimento de elite e de seus egressos de maior sucesso.

No caso das faculdades de direito formadoras da elite dos juristas brasileiros, essa característica pode ser percebida no número de vagas oferecidas pelos estabelecimentos identificados acima. A Faculdade de Direito da USP, por exemplo, oferece 460 vagas anuais, o que representa 2% das cerca de 22.793 vagas em curso de direito oferecidas na cidade de São Paulo, segundo dados constantes do Cadastro das Instituições de Educação Superior mantido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2009); se somadas suas vagas às 550 vagas oferecidas pela PUC-SP e às 560 vagas oferecidas pelo Mackenzie, outras instituições de elite na formação de juristas, tem-se 6,8% do total de vagas oferecidas na capital paulista, cidade que concentra o maior número de cursos de direito no país. A título de comparação, o número de vagas em cursos de direito oferecidas pela Universidade Paulista (4.053), pelo Centro Universitário Radial (2.720) e pela Universidade Nove de Julho (2.806) – três grandes instituições da terceira fase de expansão do ensino superior, de perfil empresarial e voltadas para o atendimento da demanda de massa, com várias unidades na cidade de São Paulo – representam, ao todo, 42% do total de vagas ofertadas na cidade (Gráfico 16).

Gráfico 16

Número de vagas de cursos de direito selecionados e total na cidade de São Paulo (Brasil, 2009)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2007)

Além disso, somadas as vagas oferecidas pelas dezoito instituições que formaram ministros do STF no período republicano, elas representam 2,5% do total de 241.184 vagas oferecidas em cursos de direito no Brasil (INEP, 2007, 2009). Também a relação de candidatos por vaga nos vestibulares para ingresso nos cursos jurídicos de elite demonstra o alto grau de seletividade realizado por esses processos de escolha, que permite a caracterização dos candidatos aprovados como verdadeiros “eleitos”: os números dessa relação nos vestibulares para ingresso em 2009 nos cursos de direito da USP, das Universidades Federais do Rio de Janeiro e de Minas, da PUC-SP e da Universidade Mackenzie foram, respectivamente, 19,3; 9,73; 14,7; 5,6; e 10,9, sendo os três últimos números relativos à concorrência por vagas no período diurno.²⁷

Entretanto, não é somente na produção de um *sentido de monopólio*, perceptível e compartilhado pelos “eleitos”, que o mecanismo da seletividade opera; ao contrário, ele efetivamente *seleciona* agentes sociais, fazendo-o de acordo com as estruturas prévias de capitais sociais de origem, associados à herança simbólica e aos investimentos familiares de seus alunos. A primeira forma de capital

²⁷ Informações extraídas das páginas daquelas universidades na internet.

selecionado na passagem para o ensino superior é, obviamente, o capital escolar adquirido em fases anteriores da vida do aluno. Em relação a isso, por exemplo, não são raras as menções, nos currículos e nas trajetórias de membros das elites jurídicas, a passagens por colégios públicos tradicionais de seus estados ou por instituições católicas de ensino fundamental e médio, como se vê, por exemplo, no depoimento do ex-ministro da Justiça e do STF Célio Borja (1928-):

Depois fui para o São José, dos Irmãos Maristas, onde fiquei até completar o primeiro clássico. Como éramos 3 alunos, acabaram com o clássico e eu me mudei para o Santo Inácio, na rua São Clemente... (Borja, 2005)

Ou no depoimento do especialista em direito processual civil e ex-procurador do Estado do Rio de Janeiro Luís Carlos Barbosa Moreira:

Meu curso primário foi feito na Escola Francisco Cabrita, na avenida Melo Mattos. E o meu curso secundário, como se dizia na época, também foi feito em colégio público, o Colégio Militar, na rua São Francisco Xavier. Ali, eu fiz o curso ginásial e, depois, o curso científico, porque o Colégio Militar não tinha curso clássico. (Moreira, 2005)

Ou, então, no depoimento do ministro do STJ Luiz Fux:

A minha primeira grande chance foi quando eu passei para o Colégio Pedro II. Era um colégio público que tinha uma qualificação de ensino muito destacada. O Colégio Pedro II deu-me uma boa base para que eu pudesse, então, depois, fazer o vestibular para a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que sempre foi rigorosíssimo. (Fux, 2005)

Segundo Ana Maria Fonseca de Almeida (2009), em seu estudo sobre a escolarização de nível médio das elites da cidade de São Paulo,

A importância tradicional do diploma universitário nas estratégias reprodutivas das camadas sociais médias e superiores no Brasil transforma o vestibular num importante organizador da escolarização oferecida por algumas escolas secundárias, contribuindo, assim, para a perpetuação de um ensino secundário tradicionalmente constituído como propedêutico, isto é, como um espaço reservado à preparação para a entrada na universidade. [...]

O ensino secundário, porém, não responde de maneira uniforme às demandas dos vestibulares de todas as universidades. A intensidade dessa resposta é uma função da posição ocupada pela universidade que oferece o exame num espaço universitário hierarquizado e da posição da escola em questão num espaço do ensino médio também hierarquizado. (p. 43)

Os investimentos das famílias em educação de alto rendimento nas disputas pelas vagas dos cursos superiores de elite não podem, por sua vez, ser dissociados dos capitais escolares acumulados pelas próprias famílias em suas gerações anteriores (Almeida, 2009; Brandão; Lellis, 2003). A valorização desse tipo de mecanismo de reprodução dos capitais escolares familiares pode ser percebida no depoimento do juiz federal Ricardo Castro Nascimento, presidente da Associação dos Juízes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul (Ajufesp), entrevistado para esta pesquisa, quando ele explicita a conexão entre os investimentos escolares de seu pai e sua própria trajetória acadêmica:

Meu pai é filho de analfabetos, de portugueses analfabetos, ele estudou, teve uma ascensão intelectual hã... por conta própria. Acho que por isso eu sou, por isso eu... eu não fiz cursinho pra prestar concurso, né? Eu fui com o meu conhecimento. Hã... E ele se formou em ciências sociais com 30 e poucos anos, quer dizer mais tarde, e... trabalhou com jornalismo, tudo, foi... acho que foi a influência intelectual mais forte pra mim. (entrevista com Ricardo Castro Nascimento)

No mesmo sentido é o depoimento da procuradora da República Janice Ascari, ex-conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público entrevistada para este estudo, ao projetar na trajetória de seu filho a reprodução de seus próprios capitais escolares, adquiridos na formação de nível médio em escola tradicional católica:

Eu cursei, na verdade, uma escola só, desde o pré[-primário] até o terceiro colegial, que foi o Colégio São Francisco de Assis, um colégio particular no bairro do Tatuapé, [tradicional bairro de classe média] na Zona Leste de São Paulo.

[...] era um colégio de freiras [...] Mais ou menos, foi o modelo de escola que depois eu quis pro meu filho, que ele estuda hoje num colégio, que é... é particular também, lá no Tatuapé também, mas é o Colégio Agostiniano Mendel, que é uma... é tido, aliás, como uma das cinco melhores escolas... da cidade de São Paulo, do estado de São Paulo, e tal, né? Mas é assim, também, de uma disciplina rígida, é mantido por... por uma... por padres... E... a gente ficou naquele dilema, né? Depois da escolinha, se colocava num... num colégio menor... onde pudesse ser dada, assim, uma atenção mais particular, ou um grande colégio. (entrevista com Janice Ascari)

Os dados sobre o Ministério Público dos estados sugerem que a preponderância de seus membros os quais cursaram faculdades de direito que permitissem seu posicionamento em uma carreira de Estado de prestígio só foi alcançada graças aos investimentos de suas famílias em um ensino médio privado

que os capacitasse para a disputa pelas vagas destinadas às elites do campo. Considerando não só a evolução da trajetória acadêmica do ensino fundamental ao ensino superior, mas também as diferentes estratégias educacionais adotadas pelas famílias de profissionais de gerações diferentes (promotores e procuradores, estes mais velhos e situados em posição superior da carreira), percebe-se uma progressiva desvalorização do ensino público pelas famílias dos membros daquele grupo profissional, o que coincide com um senso comum mais amplo sobre a depreciação do ensino fundamental e médio oferecido pelo Estado.

Como se vê no Gráfico 17, a frequência à escola pública no nível fundamental de ensino decresceu entre gerações diferentes de membros do Ministério Público, embora ainda seja significativa entre promotores: 66,6% dos procuradores de justiça estudaram em estabelecimentos públicos de ensino fundamental, enquanto 33,3% estudaram em escolas privadas; já entre promotores, os percentuais, bastante equilibrados, são de 50,1% e 49,9%, respectivamente. Em relação ao ensino médio, o incremento do investimento em educação privada como condição para o acesso a escolas prestigiadas de nível superior e a consolidação dessa condição nas últimas décadas são demonstrados pela porcentagem de 64,6% dos promotores que realizaram o ensino médio em estabelecimentos privados, em comparação aos 54,2% dos procuradores que o fizeram (Gráfico 18).

Gráfico 17

Porcentagens de membros dos Ministérios Públicos estaduais egressos de escolas públicas e privadas de ensino fundamental, por situação funcional (Brasil, 2004)

Fonte: Secretaria da Reforma do Judiciário (2006c)

Gráfico 18

Porcentagens de membros dos Ministérios Públicos estaduais egressos de escolas públicas e privadas de ensino médio, por situação funcional (Brasil, 2004)

Fonte: Secretaria da Reforma do Judiciário (2006c)

O resultado desse processo de seleção social pode ser visto no perfil da renda familiar dos alunos de cursos de direito de elite, quando comparados com cursos de menor prestígio. O Gráfico 19 apresenta dados de renda familiar de alunos concluintes dos cursos de direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), da Universidade Católica de Santos (UniSantos), das Faculdade Metropolitanas Unidas (FMU), da Faculdade de Direito de Bauru (pertencente ao Instituto Toledo de Ensino – ITE) e da Faculdade de Direito de Itu e que participaram do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) de 2006.

Gráfico 19

Porcentagens de alunos concluintes de faculdades de direito selecionadas, por renda familiar (Brasil, 2006)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2007)

Conforme se depreende dos dados expostos, a PUC-SP – que, como já demonstrado no capítulo anterior, possui considerável representação nos círculos de elite dos juristas (especialmente na grande advocacia, no Tribunal de Justiça de São Paulo, nas carreiras da magistratura e do Ministério Público paulistas, além de um ministro do Tribunal Superior do Trabalho) – possui grande proporção de alunos originários de famílias com renda superior a 34 salários mínimos (52%). No oposto da comparação, a Faculdade de Direito de Itu, que não possui participação significativa nos círculos de elite dos juristas, possui as maiores proporções de alunos originários de famílias com rendas até três salários mínimos (11,3%) e de três a cinco salários mínimos (19,7%), e a menor proporção de alunos originários de famílias com renda superior a 34 salários mínimos (4,2%). Por sua vez, UniSantos, FMU e ITE – cuja participação na composição das elites jurídicas, demonstrada no capítulo anterior, as coloca em posições intermediárias nas hierarquias do campo político da justiça – possuem as maiores proporções de alunos originários de famílias com rendas intermediárias.

As sucessivas operações de separação e agregação realizadas pelo sistema escolar ao longo das trajetórias de agentes de diferentes classes sociais resultam, no momento de sua inserção no campo profissional do direito, em diferentes estruturas de capitais acumulados por esses agentes, seja pela herança cultural familiar, seja pelo compartilhamento com colegas de escola e faculdade, seja ainda pela aquisição representada pelo próprio valor do diploma de nível superior obtido. Veja-se, por exemplo, a percepção de Vladimir Passos de Freitas (2010), professor da PUC-SP, ex-desembargador federal e ex-presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região:

“O estudante Classe C poderá, excepcionalmente, estar em uma universidade pública ou mesmo em uma particular de tradição. Mas, normalmente, ele será encontrado nas universidades de bairros, onde o acesso é mais fácil e as mensalidades menores. Boa parte deles é constituída de pessoas maduras e que vêem no diploma uma possibilidade de ascensão social.

O Classe C entra em desvantagem na competição. É inegável. A começar pela dificuldade de pagar as mensalidades. Além disto, tem que trabalhar e isto dificulta nos estágios, mora longe e perde tempo na condução, geralmente não frequentou as melhores escolas, não tem as relações sociais dos colegas das classes A e B, falta-lhe dinheiro para comprar livros ou participar de cursos ou congressos. [...]

Os pais do Classe C não puderam estudar e, por isso, não têm como transmitir cultura. Esta é uma desvantagem, sem dúvida. Mas pode ser suprida com muita leitura. Bons livros de literatura, editoriais de bons jornais e revistas são imprescindíveis. E para quem não pode gastar, as bibliotecas oferecem tudo gratuitamente. [...]

Na busca dos estágios (quando possível), o Classe C terá, por falta de relacionamentos (networking), dificuldades de acesso aos grandes escritórios. Mas boa parte deles, atualmente, reserva um percentual de vagas a estudantes necessitados, dentro de uma política de responsabilidade social. Já junto aos órgãos públicos estará em pé de igualdade, pois a seleção costuma ser feita através de testes.

É a partir dessa desigualdade nas estruturas de capitais e da reprodução dessas desigualdades realizada pelo sistema escolar, que ocorre a divisão social do trabalho jurídico – segundo a qual o valor do diploma determina a posição ocupacional do bacharel em direito, cabendo aos egressos das faculdades de posições inferiores na hierarquia dos diplomas o exercício de funções secundárias e auxiliares na administração da justiça estatal.

Nos concursos públicos, o Classe C lança todas as suas fichas. Ser oficial de Justiça, conquistar uma vaga na Polícia ou trabalhar em um Tribunal é um sonho que merece o sacrifício de muitas baladas e viagens. Mas para os Classes A e B o apelo é menor. Por terem acesso a tudo e por não imaginarem que seus pais morrerão um dia e o dinheiro pode acabar,

muitas vezes não se dedicam com todas as forças. O Classe C não se importa em mudar de cidade ou de estado. Os Classe A e B são exigentes e assim vêm o tempo passar sem colocar-se profissionalmente. (Freitas, 2010).

Como se vê na passagem transcrita acima, a percepção de que a divisão social do trabalho jurídico existe é acompanhada de sua naturalização no discurso daqueles agentes melhor posicionados nas estruturas do campo jurídico, seja pela sobrevalorização das funções auxiliares da administração da justiça (caracterizadas como um “sonho” profissional, na opinião do ex-desembargador federal citado), seja pela subvalorização das estruturas de capitais e das posições ocupadas por membros de classes superiores na hierarquia social (caracterizados como menos merecedores daquelas funções tão “sonhadas”, no exemplo transcrito).

Dedicação e fechamento simbólico

A disputa pelas poucas vagas oferecidas nos cursos de elite nos indica a segunda hipótese que explica a posição dos estabelecimentos de elite no campo do poder e que confere valor explicativo ao *confinamento simbólico* decorrente dos sentidos de *urgência* e *dedicação* inculcados nos alunos das faculdades de elite desde os estudos preparatórios para ingresso, até a competitividade e a disciplina estimulada em relação à disputa pelos melhores postos de trabalho ao final do curso superior, passando pela reprodução de ritos, tradições e códigos próprios de cada instituição, capazes de conferir unidade simbólica e identificação dos seus membros aos estabelecimentos de elite. Segundo Bourdieu (1996), a disciplina imposta e exigida dos alunos dos estabelecimentos educacionais das elites francesas, iniciada com a preparação para os exames de ingresso e continuada na pressão da competitividade pelos melhores postos de trabalho, produz um tipo de dedicação à instituição e ao sistema de ensino que pode se assemelhar, em alguns casos, aos sistemas de internato, mesmo quando as escolas não os adotam formalmente. Essa dedicação limita as possibilidades intelectuais dos estudantes a um repertório de disciplinas e conteúdos tidos por necessários, ministrados por docentes cuja autoridade torna-se, inclusive por isso, inquestionável.

Embora Bourdieu observe que a disciplina dos estudos universitários é mais flexível e mais aberta que a dos estudos preparatórios – e caibam à adaptação de seu modelo dúvidas quanto à similaridade entre as rotinas de estudos de um estudante universitário francês e um brasileiro – acredito, que os sentidos de *urgência* e de *dedicação* que caracterizam se não o *confinamento*, ao menos o *fechamento*²⁸ simbólico dos estudantes em torno do universo de seus estabelecimentos de elite não se desfazem totalmente no caso das faculdades de direito brasileiras, apesar da liberalidade de frequência às aulas e escolhas de disciplinas, que caracterizavam o “ensino livre” nos primórdios do ensino jurídico (Adorno, 1988; Venâncio Filho, 2004) – e que, acredito, continua vigente informalmente em alguns cursos de elite, especialmente nas universidades públicas.

Isso porque, em primeiro lugar, a rotina intensiva de estudos vivida durante a preparação para o vestibular poderá ser, a qualquer tempo, retomada pelo estudante de direito, desde o momento em que perceba sua “vocaço” para as carreiras jurdicas de Estado de maior prestgio, ou que admita a necessidade de maior preparao prvia para os concursos pblicos e para o exame da OAB – percepo que tende a aumentar quanto maior a evidncia, para o aluno, da insuficincia da formao obtida na instituio, muitas vezes atribuída ao tradicionalismo e ao conservadorismo dos professores e programas das faculdades mais antigas, e mesmo liberalidade da disciplina e da rotina do ensino universitrio. Em segundo lugar, a maior flexibilidade da rotina de estudos superiores no afasta os sentidos de dedicao e de urgncia, como j dito, em razo da presso exercida sobre os estudantes para um bom posicionamento no mercado de trabalho. Essa presso tem feito que os estudantes de direito dediquem-se cada vez mais cedo a atividades profissionais, por meio dos estgios, em escritrios de advocacia especialmente, mas tambm nas carreiras jurdicas de Estado; o sacrifcio decorrente dessa opo pelos estgios, que em geral impem regimes intensos de trabalho e em alguns casos afastam completamente os alunos das salas de aula, justificado, pelos prprios estudantes, pela possibilidade de aprendizado efetivo para a prtica (em comparao com as aulas excessivamente tericas e expositivas dos cursos mais tradicionais) e tambm pelos ganhos da insero precoce, especialmente no caso

²⁸ Admitindo-se expresso *fechamento* carga semntica de menor intensidade do que a conferida ideia de *confinamento*.

dos grandes escritórios de advocacia, visando a uma efetivação como advogado tão logo graduado o estagiário.

Em minha experiência profissional como Coordenador de Prática Jurídica da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, tive a oportunidade de atuar na definição da política de estágios – e, portanto, da relação da faculdade com o campo profissional jurídico – de uma escola que pode ser considerada de elite, apesar de “novata” no campo das grandes faculdades de direito. Com isso, pude constatar algumas características dos estágios profissionais na advocacia e da relação das faculdades com os escritórios, as quais me parecem importantes para a compreensão de meu objeto de pesquisa. Uma dessas características diz respeito à alta seletividade dos estagiários dos escritórios, na cidade de São Paulo, a partir basicamente de três faculdades, consideradas, nos próprios anúncios de vagas de estágio, como sendo de “primeira linha”: USP, PUC-SP e Mackenzie. Outra característica que considero importante é que, apesar de alguns discursos em contrário, em geral os grandes escritórios veem como positiva a inserção precoce dos estudantes de direito em suas organizações, por conta do tempo que consideram necessário para efetivamente “formar” seus próprios profissionais. Por fim, essas duas características juntas ajudam a entender a prática de muitos escritórios na atração e na retenção de alunos destacados das faculdades de direito de elite, representadas por retornos financeiros, mas também simbólicos, relacionados ao prestígio de pertencer a bancas renomadas e de atuarem próximos a notáveis da advocacia, permitindo aos estudantes a formação de redes de relacionamento produtoras de altas quantidades de capital social.²⁹

Ainda em relação a esses casos, em que a instituição de ensino compartilha com o mundo do trabalho jurídico, representado pelos escritórios de advocacia, a tarefa de produção das elites jurídicas e da construção de um *habitus* de dedicação e excelência no mundo do direito, as faculdades de elite são capazes de manter o

²⁹ Um sócio de grande escritório de advocacia da cidade de São Paulo, responsável pela gestão dos estágios em sua firma, me relatou que uma vez por mês oferece um *happy hour* de confraternização entre os estagiários e alguns sócios, na cobertura do prédio onde funciona o escritório, numa imponente construção em bairro nobre da cidade. Outro sócio, de outro grande escritório, por sua vez, demonstrou certo desprezo pela arrogância de jovens estagiários que, mal ingressos nas firmas de elite, passam a adotar muitos dos hábitos e estilos de vida, relatados no Capítulo 2 desta tese, e que caracterizam a elite dos advogados – segundo ele, o uso de ternos na padronagem risca-de-giz, gel fixador nos cabelos e suspensório, e os hábitos de fumar charuto e beber uísque. Em qualquer dos casos, confirma-se a importância desses padrões na atração dos jovens estudantes e na formação de um *habitus* de elite, ainda durante a fase da graduação em direito.

fechamento simbólico e a dedicação de seus estudantes, mesmo quando ausentes de suas salas de aula, o que fazem pela reprodução de ritos de ordenação, tradições acadêmicas e práticas de conagração que dão aos seus alunos o “espírito de corpo” e o sentido de pertencimento a algo maior e anterior a eles (Bourdieu, 1996).

Nesse sentido, veja-se o depoimento de Márcio Thomaz Bastos (1999), renomado advogado criminalista já mencionado anteriormente, que reproduz a importância dos professores notáveis e das atividades informais extracurriculares da Faculdade de Direito da USP em sua formação:

Ah, as primeiras impressões foram maravilhosas. Eu estudei pouco, mas tive impressões como a inteligência do professor Miguel Reale... Logo no primeiro ano eu peguei Miguel Reale, que estava dando Introdução à Ciência do Direito. Nunca tive uma sensação tão grande de inteligência como a que tive naquelas primeiras aulas dele. Depois veio o Goffredo [da Silva Telles, advogado e um dos notáveis da Faculdade de Direito da USP]... Eu gostei muito, mas estudei pouco. [...] Meu interesse estava mais voltado para a literatura, para o teatro, do que para o direito mesmo. Gostava mais do pátio do que da sala de aula. (p. 10)

Entre as atividades extracurriculares, reproduzidas no interior dos cursos jurídicos de elite como mecanismos de formação dessa nobreza togada, estão a prática de esportes nas associações atléticas acadêmicas (em geral chamadas simplesmente de “atléticas”), a participação em atividades de trote de novos alunos e em festas tradicionais e, especialmente, a militância estudantil. Vemos isso no depoimento do ministro do STJ Luiz Fux, formado pela Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro:

Tinha ‘trote’, mas era um ‘trote’ saudável. Por exemplo, o meu ‘trote’ foi o seguinte: nós tivemos uma aula com um aluno que se fez passar por professor. Aí, todo mundo quieto, prestando atenção, ele falando um monte de besteira, ninguém entendendo nada. [...] Até que, em um dado momento, se descortinou a brincadeira.

Mesmo grandes, as turmas eram muito unidas, em todos os sentidos. Nós participamos de blocos, blocos de rua mesmo. Uma vez nós fomos do Catete até o Bola Preta, todo mundo com gravata na cabeça.

Tínhamos um bloco da faculdade. Aquilo era saudável. Tínhamos até uma música própria. (Fux, 2005)

Ou no depoimento do advogado e professor de direito constitucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro Luís Roberto Barroso, formado pela Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro:

Comecei a cursar a UERJ em 1976. O primeiro ano... Naquela época era por ano, não era por período! Até teve trote... O trote é uma manifestação de alguma dose de primitivismo. Ele foi embrutecendo com o tempo. Nós dávamos aulas, fingíamos ser professores. (Barroso, 2005)

Ou, ainda, no depoimento do procurador do Estado do Rio de Janeiro e diretor da Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, na qual se formou, Ricardo Lira:

Eu fazia política o ano inteiro. Agora, 20 dias antes das provas eu combinava com os meus colegas de política e me afastava, para estudar. Não é uma questão de modéstia, mas eu fui, na minha turma, o aluno que teve o maior grau do que hoje chamam de Coeficiente de Rendimento. Eu fui o primeiro aluno e fui o orador da turma. Na hora do estudo, parava uns 20 dias com a política e me trancava em casa. Largava a política e ia estudar. Estudava intensamente. A minha área de interesse sempre foi o Direito Civil, e a Teoria Geral do Direito. No terceiro ano fui estagiar numa das empresas americanas de energia elétrica. De manhã ia à faculdade, almoçava, tomava banho, ia trabalhar. Trabalhava até 5 e meia, 6 horas da tarde e depois voltava à faculdade para fazer política. (Lira, 2005)

Em especial, a militância estudantil nas faculdades de direito mais tradicionais permite àqueles estudantes que optem pela ação política um aprendizado específico para questões não necessariamente jurídicas, mas que os capacitam para futuras inserções em atividades políticas associadas ao Estado (como a ocupação de cargos administrativos e eletivos) e associativas no campo jurídico (como a disputa pela presidência de entidades corporativas), possibilitando, também, a construção de redes de relacionamento que lhes permitam a aquisição de quantidades consideráveis de capitais sociais e políticos. Nesse sentido, veja-se o depoimento de Luís Roberto Barroso (2005), advogado, professor de direito constitucional e membro da primeira comissão de juristas composta pela Secretaria de Reforma do Judiciário em 2003, para análise da proposta de Reforma do Judiciário que se encontrava, à época, em tramitação no Senado, sobre seu aprendizado na política acadêmica e as redes de relações herdadas da época de militância estudantil nos últimos anos do regime militar:

O que permitia que, por exemplo, no movimento estudantil nós fizéssemos mais ousadias do que em outros espaços da vida brasileira. Quer dizer, professores corriam mais riscos, trabalhadores e organizações corriam muitos riscos e os estudantes tinham uma certa imunidade, o que facilitou a reorganização do movimento. Portanto, a partir de 1977, nós formamos um grupo... Não éramos mais do que meia dúzia de pessoas, que

debatiam política internamente. E ao longo de 1978 ele foi efetivamente reconstruído. As entidades estudantis eram todas ilegais e, portanto, o nosso Centro Acadêmico era clandestino. As eleições eram complicadíssimas. Complicadíssimas! Porque a Faculdade e a Universidade mandavam arrancar todos os cartazes e, portanto, nós tínhamos um sistema permanente de reposição, que dava um trabalho danado. Primeiro nós fizemos uma primeira gestão do Centro Acadêmico sem eleições. [...]

Não tinha nem direita, nem liberais! Porque a direita, os conservadores e os liberais (estes nem tanto) estavam no poder. Então não havia nenhuma mobilização neste sentido. Portanto, o movimento estudantil se dividia em diferentes segmentos de esquerda. Esta era a curiosidade. A facção menos à esquerda era a do velho “Partidão”, dos socialistas, da esquerda democrática - onde eu me incluía, eu não era do “Partidão” -, e os liberais assim mais progressistas.

E aí estes grupos se segmentaram. E no grupo de resistência – porém sem radicalismo, sem considerar a opção de luta armada contra a ditadura –, ficamos basicamente a Rita e eu, que éramos as lideranças: o nosso grupo se chamava “Construção”. E a liderança da ala mais à esquerda – o grupo deles –, se chamava “Participação” (que depois se uniu com outras tendências de esquerda, como o MEP [Movimento da Esquerda Proletária]). Curiosidade era que as brigas tinham a intensidade proporcional às paixões daquela época, e o Wadih [Damous, advogado e presidente da seção do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil no triênio 2006-2009, e reeleito para o triênio 2010-2012] e eu brigamos eleitoralmente. Brigava-se por tudo. Brigava-se pelo jornal, brigava-se pela parede. Brigava-se nas eleições. Brigava-se por teoria política. Brigas, evidentemente, intelectuais!

Era tudo muito civilizado nesse aspecto, não me lembro de ter testemunhado nenhum conflito físico interno, pelo menos. Mas as brigas eram constantes, viscerais. Comigo e com o Wadi aconteceu uma coisa curiosa: nós nos formamos em 1980 e havíamos rompido por causa do movimento estudantil. Foi cada um para um lado. Há uns 4 ou 5 anos atrás, portanto, já em 2000 e pouco, eu fui a um lançamento de um livro e lá estava o Wadi. Tinha um grupo de autores do livro, todos meus amigos, e eu fui cumprimentando um por um na fila. E no final da fila, o último era o Wadi, com quem eu não falava há mais de 20 anos! Tínhamos brigado no movimento estudantil. E aí, quando chegou no final da fila eu disse: “Wadi, 20 anos já estão de bom tamanho, né?” E aí nos abraçamos e passamos a ter uma relação cordial. Habitamos espaços diferentes, mas temos uma relação cordial. O sectarismo era uma característica do movimento de esquerda desde o tempo em que éramos seis.

O efeito de aprendizado decorrente da experiência em movimento estudantil é confirmado também pelo depoimento do presidente de associação de juízes, entrevistado para esta pesquisa:

E esse aprendizado político, esse aprendizado... a... me ajudou, evidentemente, a virar presidente da Associação. Porque eu virei presidente da Associação relativamente novo na carreira, não é? Eu não sou antigo pra ocupar esse... o natural seria eu esperar mais. Então, foi por... por justamente ter essa trajetória. (entrevista com Ricardo Castro Nascimento)

Os dados de minha pesquisa indicam, ainda, que entre os próprios gestores da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, responsável pela

liderança do processo de aprovação da Reforma do Judiciário em 2004, predominavam advogados de pelo menos quatro diferentes gerações, a maior parte deles formada por escolas de elite, com passagens pelo movimento estudantil e com trânsitos entre as comunidades profissionais de juristas (a OAB e os advogados, especialmente) e políticos (do Partido dos Trabalhadores, especialmente); seja no caso desses gestores do Ministério da Justiça, do advogado Barroso ou da liderança da magistratura entrevistada, não se pode deixar de atribuir ao treinamento para a política, ainda durante a graduação em direito, ao menos parte da capacidade desses agentes das elites jurídicas em conseguir bom posicionamento nas estruturas de poder do campo político da justiça.

Em outras palavras, a incorporação dos centros acadêmicos como constitutivos da identidade institucional dos cursos jurídicos de elite faz parte das estratégias de formação de seu egressos, como se percebe em:

O Centro Acadêmico XI de Agosto é a entidade estudantil mais antiga e tradicional do País. Fundado em 1903, o XI, como é carinhosamente chamado, tem superado os limites de ser apenas um órgão representativo dos alunos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco: sempre foi, e ainda é, um agente ativo nas transformações político-sociais do Brasil, agindo em prol dos interesses democráticos e dos direitos humanos. (Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2009)

Ou em:

Na Faculdade Nacional de Direito funciona o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira – CACO, fundado em 29 de maio de 1916 na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro como Grêmio Jurídico e Litterário Cândido de Oliveira, fundido em 1943 com o então Diretório Acadêmico da Faculdade. O CACO sempre foi um tradicional instrumento de pressões e lutas políticas e nacionalistas, tendo participado da criação da União Nacional dos Estudantes – UNE (1937), da luta antifascista na década de 40, da criação da Petrobrás e do combate ao governo militar após o golpe de 1964. (Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009)

Por fim, importante dizer que a circunscrição simbólica do estudante de uma faculdade de direito de elite se dá, também, por meio da delimitação física de seu espaço de formação. Quanto a aspecto, é preciso ter-se em conta determinadas características arquitetônicas das escolas mais antigas e tradicionais de direito, recorrentes em seus prédios e que colaboram para a criação de um espaço simbólico de notabilidade, excelência e tradição: o estilo neoclássico; as menções

aos símbolos greco-romanos da justiça; as placas e os monumentos comemorativos e em homenagem aos antepassados; a imponência de pórticos, colunas, escadarias e arcadas (Figuras 6, 7 e 8).

Figura 6

Fachada do prédio da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Brasil, s.d.)

Fonte: Centro Acadêmico XI de Agosto (2009)

Figura 7

Fachada do prédio da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil, s.d.)

Fonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009)

Figura 8

Escadaria interna no prédio da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil, 2009)

Fonte: fotografia do autor

A delimitação simbólica do espaço físico de uma instituição formadora da elite jurídica assume contornos políticos mais evidentes nos casos de constituição dos chamados “territórios livres”. A nomeação dos espaços físicos dos cursos de direito de elite como “territórios livres” está, em geral, associada ao papel de seu movimento estudantil na resistência a um dos regimes autoritários da história republicana brasileira e à sua utilização como refúgio para perseguidos políticos e espaço da liberdade de pensamento e manifestação.

Em minha pesquisa, identifiquei pelo menos dois casos de prédios de faculdades de direito de elite declarados “territórios livres”. O mais tradicional e antigo deles parece ser o da Faculdade de Direito da USP – cuja delimitação

simbólica do espaço físico decorre, ainda, de sua denominação como Faculdade de Direito do Largo São Francisco (seu logradouro, no centro de São Paulo), simplesmente “São Francisco” ou, ainda, “Arcadas”, em referência aos arcos de seu pátio interno. A origem do “território livre” da Faculdade de Direito do Largo São Francisco está associada a protestos de estudantes durante a sucessão presidencial de Washington Luís e ao assassinato de João Pessoa, candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal, episódios-chave da Revolução de 1930 (Dulles, 1984). Segundo depoimento de Miguel Reale (1999, citado por Ana Luíza Martins e Helena Barbuy), então estudante e posteriormente professor, diretor e reitor da USP,

Nós participamos da Revolução de 30 e é preciso lembrar o seguinte: que em 1930, o que é muito importante e geralmente se esquece, a Faculdade de Direito era uma faculdade federal; de maneira que quando a polícia queria se intrometer, nós chamávamos o exército, e a polícia não tinha condição de entrar na Faculdade de Direito para efetuar prisão. Tínhamos um reduto natural, uma defesa natural contra os desmandos policiais, o que nos ajudava muito em nossas manifestações políticas. (p. 237)

A origem do chamado “território livre” garantido por forças militares oficiais, tendo em vista o caráter federal da Faculdade de Direito de São Paulo à época, não deixa de ser ilustrativo da posição de “escola de Estado” daquela instituição. Ainda assim, o discurso do “território livre” foi reiterado diversas vezes pelos estudantes de São Paulo em lutas contra regimes autoritários, especialmente na resistência à ditadura do Estado Novo (Dulles, 1984) e na ocupação (conhecida como “tomada”), pelos próprios estudantes, do prédio da Faculdade em 1968 (Martins; Barbuy, 1999).

É também na oposição à ditadura militar que é instituído o “território livre” da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, conforme se vê das placas históricas expostas nas paredes do prédio daquela instituição, no pátio de seu terceiro andar, onde se situa o Centro Acadêmico Afonso Pena. O “território livre” da Faculdade de Direito da UFMG leva o nome de José Carlos de Novaes Mata Machado, filho do professor do curso Edgar da Mata Machado, e que ingressou na faculdade em 1964, tendo sido presidente do Centro Acadêmico e militante da organização de esquerda Ação Popular; preso em 1973, foi morto pelos órgãos de segurança do Estado, na cidade do Recife.

Entretanto, o sentido dos “territórios livres” como espaços de liberdade e de aprendizado político dos seus estudantes tem fronteiras justamente na exclusividade desses espaços e das práticas políticas neles exercidas, ressaltando sua função principal de formação de elites políticas e jurídicas. Além das informações acima, relativas à USP e à UFMG, que justificam tal afirmação, é possível citar ainda o episódio da ocupação da Faculdade de Direito do Largo São Francisco por militantes de movimentos sociais “externos”, em manifestações das chamadas Jornadas pela Educação, de âmbito nacional, no ano de 2007. Liderados especialmente por ativistas da União Nacional dos Estudantes (UNE), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Sem Universidade (MSU) e contando com o apoio da gestão do Centro Acadêmico XI de Agosto à época, os manifestantes em defesa da democratização da educação, ocuparam o prédio da Faculdade de Direito da USP, na noite do dia 21 de agosto de 2007. No dia seguinte, menos de oito horas após a entrada no prédio, os manifestantes foram retirados do prédio em uma ação da Tropa de Choque da Polícia Militar do Estado de São Paulo, requisitada pelo então diretor da Faculdade e futuro reitor da USP, João Grandino Rodas. A ação policial, a primeira no “território livre” desde 1968 (ano da “tomada” da Faculdade pelos estudantes), causou polêmica. Em defesa da ação, o diretor da Faculdade afirmou, em carta, que “movimentos alheios a essa instituição [...] tentaram impedir a saída de alunos e professores do prédio” (citado por Takahashi; Pagnan, 2007). Em protesto contra a ação, o então presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, Ricardo Leite Ribeiro, protestou: “Nem na ditadura a polícia entrou assim”.

Em meio à polêmica, as fronteiras e o real estatuto do “território livre” da Faculdade de Direito da USP foram definidos por dois de seus notáveis, em geral associados aos setores progressistas da instituição, e representantes de momentos e ações diversas de manifestações de juristas contra o regime militar de 1964. Goffredo da Silva Telles Júnior (advogado, professor emérito da USP, deputado constituinte em 1946, autor e orador do manifesto de juristas pela volta do Estado de Direito no Brasil, denominado Carta aos Brasileiros, de 1977) defendeu a ação policial:

Houve uma ocupação feita por intrusos, o que não me parece uma coisa correta. O diretor da faculdade agiu com prudência, pedindo à polícia que os retirasse sem violência. (citado por Takahashi; Pagnan, 2007)

Coube a Dalmo de Abreu Dallari (também advogado e professor emérito da USP, ex-diretor da Faculdade de Direito, militante da Comissão de Justiça e Paz nos anos 1970, ligado ao Partido dos Trabalhadores e secretário do governo de Luiza Erundina, na Prefeitura de São Paulo) explicitar as fronteiras do “território livre” como espaço de formação de lideranças exclusivo dos alunos do Largo de São Francisco:

É uma regra tradicional que a polícia não entre [na faculdade], mas não acho razoável que pessoas de fora usem o espaço. O direito de se manifestar lá é dos alunos. (citado por Takahashi; Pagnan, 2007)

Aspiração e oportunidade

Uma terceira hipótese para explicar a posição dominante das faculdades de direito de elite, relacionada à hipótese anterior, diz respeito a um mecanismo propriamente de *reprodução*, segundo o qual os exemplos de trajetórias excepcionais de egressos anteriores de um estabelecimento de elite dão aos seus alunos os sentidos de *aspiração* e de *oportunidade* de reprodução, em suas próprias trajetórias individuais, das trajetórias de seus notáveis. Ainda que a reprodução de trajetórias notáveis seja excepcional, o exemplo dessas trajetórias torna-se uma referência de *investimentos* e *práticas* que os estudantes adotarão, em suas trajetórias ordinárias, tendo em vista a *possibilidade* de alcançar as posições alcançadas pelos notáveis (Bourdieu, 1996). Daí porque as faculdades de direito de elite reproduzem e estimulam o culto aos seus notáveis, em suas apresentações e publicações institucionais:

Ao longo desses 180 anos, a Faculdade de Direito do Recife tem assegurado a formação de eminentes juristas, ensaístas, artistas, políticos, sociólogos e estadistas, tais como: Castro Alves, Ruy Barbosa, Tobias Barreto, Joaquim Nabuco, Clóvis Bevilacqua, Joaquim Nunes Machado, Martins Júnior, José de Alencar, Assis Chateaubriand, Barbosa Lima Sobrinho, Pontes de Miranda e tantos outros que por aí passaram. (Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, 2009)

Ou no exemplo abaixo, da Faculdade de Direito da USP:

Da Faculdade de Direito, de seus estudantes ou de seus egressos, partiram os principais movimentos políticos da História do Brasil, desde o Abolicionismo de Joaquim Nabuco, Pimenta Bueno e Perdigão Malheiro e do Movimento Republicano de Prudente de Moraes, Campos Salles e Bernardino de Campos até a campanha das Diretas Já de Ulysses Guimarães e Franco Montoro. Ao longo do tempo, dela emergiram nove Presidentes da República, vários governadores, prefeitos e outras incontáveis figuras de proa. (Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2009)

Ou, ainda, no caso da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul:

Por seus bancos escolares passaram ilustres homens públicos nacionais, entre os quais Getúlio Vargas, Joaquim Maurício Cardoso, João Neves da Fontoura, João Goulart, Francisco Brochado da Rocha, Alberto Pasqualini. Contou entre seus professores com algumas das mais altas expressões da cultura jurídica do país. (Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009)

Ou, também, no caso da Faculdade Nacional de Direito:

É uma das mais tradicionais e conceituadas escolas de Direito do Brasil, tendo formado grandes juristas, diplomatas, escritores, jornalistas, políticos e advogados. (Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009)

Um exemplo desse mecanismo pode ser encontrado nas paredes da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, que, assim como ocorre em outros cursos tradicionais, possui uma série de placas comemorativas e em homenagens a seus notáveis. Entre elas, a placa de homenagem a Hugo Simas (liderança maçônica local, patrono do Centro Acadêmico da instituição, professor da Faculdade de Direito e desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná), doada pelo ex-presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS) e deputado federal pelo Paraná, Gustavo Fruet, é emblemática, na medida em que, afirmando a possibilidade concreta de reprodução de uma trajetória notável, reafirma aos novos estudantes o sentido de aspiração e oportunidade que caracteriza a formação das elites jurídicas e políticas nessas instituições de ensino: “Prof. Hugo Simas [...] Eterno patrono do Centro Acadêmico Hugo Simas [...] Doação do Dep. Federal Gustavo Fruet [...] Ex-presidente do CAHS”.

Oposições e dualidades

Por fim, uma quarta hipótese, a qual fecha o ciclo de múltipla determinação entre causas e efeitos da reprodução das elites jurídicas, reside nas *oposições e dualidades*, intrínsecas à organização do sistema de educação superior e que, quando percebidas e reforçadas, conferem significado social à valoração simbólica dos estabelecimentos de ensino e de seus diplomas, conforme eles se posicionem em um ou outro pólo de cada uma dessas oposições socialmente construídas (Bourdieu, 1996). No caso das faculdades de direito no Brasil, uma primeira oposição, já mencionada acima, se dá entre *instituições públicas e privadas*, sendo importante dizer que as primeiras, apesar de serem predominantes no campo das faculdades de direito de elite, representam 12,1% dos 1.051 cursos jurídicos contabilizados pelo Censo da Educação Superior de 2007 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007).

Outra distinção que parece estar consolidada no campo jurídico opõe as *instituições privadas laicas* às *confessionais*, especialmente as católicas, sendo significativo o papel dessas últimas na formação de quadros das elites jurídicas; quanto a esse aspecto, é importante apontar que, apesar da importância das faculdades confessionais na configuração do campo político da justiça, os 284 cursos de direito mantidos por instituições confessionais, comunitárias e filantrópicas representam 30,7% do total de cursos privados e 27% do total de cursos jurídicos existentes no Brasil (Gráfico 20).

Gráfico 20

Número de cursos de direito, total e por critério de manutenção das instituições de ensino (Brasil, 2007)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2007)

A distinção entre *universidades* e *faculdades* também parece importante para se entender as estruturas de poder do campo jurídico ligadas à posição dos cursos de direito: como se viu, embora representem 37,2% das instituições ofertantes de cursos jurídicos e 43,9% das vagas ofertadas, as universidades predominam no campo dos estabelecimentos de elite responsáveis pela formação dos quadros de elites jurídicas. Sobrepondo-se essa distinção à clivagem entre públicas e privadas, tem-se que 114 universidades públicas representam 29% do total de universidades que ofertam cursos jurídicos e apenas 10,8% do total de 1.051 cursos de direito no Brasil (Gráfico 21).

Gráfico 21

Número de cursos de direito, por categoria administrativa das instituições de ensino (Brasil, 2007)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2007)

Como procurarei demonstrar no capítulo seguinte, o prestígio dos diplomas dos cursos de direito das universidades, em especial das universidades públicas, parece estar associado não só à reprodução dos capitais e das posições de seus egressos nas estruturas de poder profissional do campo jurídico, mas também ao papel daquelas instituições na institucionalização de um campo acadêmico, por meio das atividades de pesquisa e pós-graduação que caracterizam esse tipo de organização educacional, capazes de gerar um tipo específico de capital, propriamente acadêmico, cujo recurso nas lutas do campo e na configuração do campo político da justiça tem significativa importância.

Por fim, a oposição de base geográfica *centro-periferia* também parece ter relevância, na medida em que a maioria dos cursos identificados acima entre aqueles responsáveis pela formação das elites jurídicas, encontram-se situados, em primeiro lugar, em capitais e, em segundo lugar, na região sudeste, indicando a relação existente entre a localização das faculdades de elite e a localização dos centros de poder político e econômico. Como se verá na Parte III desta tese, a localização dos centros de produção escolar e acadêmica das elites jurídicas parece

estar associada à configuração de um centro político-ideológico da própria administração da justiça, geograficamente situado nas regiões sudeste e sul do Brasil, com destaque para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Por ora, contudo, é importante indicar que essa concentração geográfica das escolas de elite do campo jurídico está ligada ao sentido socialmente construído, já sugerido anteriormente, de exclusividade e seletividade daquelas instituições em relação ao ensino de massas, que só é possível em contraste a contextos locais de saturação da oferta: a Tabela 2 apresenta o índice de vagas por estado da federação, obtido por Daniel Torres Cerqueira (2006) a partir da divisão do tamanho da população local pelo número de vagas ofertadas no estado, multiplicando-se o resultado por 1.000.

Tabela 2
Índice de vagas em cursos de direito, por unidade da federação (Brasil, 2006)

UF	índice de vagas
PA	3,13
CE	2,94
AL	2,27
MA	2,1
AC	1,86
SE	1,76
BA	1,72
PB	1,69
PE	1,66
AM	1,46
RR	1,3
PI	1,11
RN	1
RO	1
RS	0,83
MG	0,77
SP	0,7
PR	0,69
TO	0,69
GO	0,66
MS	0,66
SC	0,64
AP	0,63
MT	0,62
ES	0,57
RJ	0,48
DF	0,03

Fonte: Cerqueira (2006)

Resultados acima de 1 no índice de vagas demonstram capacidade de absorção de novas vagas, enquanto resultados abaixo de 1 revelam saturação da oferta. De acordo com Cerqueira, os dados da tabela acima comprovam que a saturação da oferta de vagas do ensino jurídico encontra-se no centro-sul brasileiro – justamente nas regiões onde se localizam as faculdades de direito de elite já mencionadas no Capítulo 3. Segundo o autor,

se concentra nas regiões Norte e Nordeste a carência de vagas e de cursos de Direito em nosso país. Por outro lado, as regiões Sul e Sudeste, e ainda o Distrito Federal, possuem saturação absoluta de vagas, o que de certa forma explica a compreensão usual de que há excesso de vagas ofertadas. Ocorre que os maiores centros estão saturados e acabam passando a falsa impressão de que tal situação é comum a todo o Brasil. (p. 93)

Em outras palavras, o sentido de exclusividade e seletividade que as escolas de elite imprimem às trajetórias dos membros das elites jurídicas e à configuração de um campo político da administração da justiça é reforçado pela sua localização em contextos de saturação da oferta de vagas em cursos de direito.

Capítulo 5. O poder dos especialistas

Além, contudo, do efeito de hierarquização e de reprodução de divisões sociais, a institucionalização do sistema de ensino superior do direito tem outra contribuição importante para a estruturação das relações de poder no campo da administração da justiça estatal, qual seja, a de permitir a produção e o acúmulo de capitais propriamente acadêmicos, representados pelos títulos de pós-graduação e pela produção científica acadêmica em determinadas áreas do direito. Em se tratando da administração da justiça estatal, refiro-me especialmente ao direito público – conjunto de normas e doutrinas de organização constitucional e administrativa do Estado e de definição de suas relações com os particulares – e ao direito processual – o conjunto de disposições legais e doutrinárias que organizam as funções de instituições e carreiras profissionais da administração da justiça, definem os ritos de processamento e resolução de conflitos e orientam formalmente a ação de juízes, promotores, advogados e delegados de polícia na prática cotidiana dos serviços de justiça e policiais. Embora a participação dos especialistas em direito público, em geral, e dos constitucionalistas, em especial, não seja desprezível na composição das elites jurídicas, particularmente no STF (corte constitucional na qual esse saber tende a ser especialmente valorizado), darei maior ênfase, em minha análise, aos especialistas em direito processual, em razão da constituição, na história recente da justiça brasileira, de um grupo razoavelmente coeso e bem delimitado de especialistas, com influência significativa nas reformas da administração da justiça estatal. Além dos grupos dos especialistas em direito público e em direito processual, tecerei algumas considerações também sobre o impacto da institucionalização de uma agenda de pesquisa das ciências sociais sobre a administração da justiça e o papel de cientistas sociais e especialistas em administração e gestão na política da justiça, com destaque para sua participação no processo político da Reforma do Judiciário de 2004 e na configuração do campo dela resultante.

Em termos legislativos, o direito processual brasileiro organiza-se em torno dos Códigos de Processo Civil e Penal e da legislação esparsa a eles relacionada; em termos doutrinários, define-se pela produção científica e acadêmica de juristas especializados nessa área do direito. Antes da institucionalização burocrática e

profissional das organizações estaduais e federais de justiça, que será melhor analisada na Parte III desta tese, a reforma da legislação processual era a principal via não só de gestão política da justiça estatal, como da própria organização das relações políticas entre poderes locais e nacionais (Nunes Leal, 1975; Lima Lopes, 2001; Schneider, 2007; Coser, 2008); e, mesmo com a institucionalização avançada dos sistemas de justiça estaduais e federal, com suas respectivas organizações burocráticas e profissionais dotadas de elevado grau de autonomia política, a via processual foi preferencialmente escolhida para a reforma da administração da justiça estatal, especialmente no período da redemocratização política recente (Paula, 2002).

Nesse contexto, os especialistas em legislação processual, teóricos e práticos, são atores com acesso privilegiado às comissões de especialistas organizadas pelo Ministério da Justiça e pelo Congresso Nacional, para reforma e revisão dos Códigos e da legislação processual esparsa. A participação dos especialistas em comissões dos poderes Executivo e Legislativo é prática tradicional do campo jurídico não só no que se refere à legislação processual, mas também à produção legislativa do direito material, ou seja, as normas que, antes de estabelecerem ritos de resolução de conflitos, estabelecem direitos “substantivos”, infrações e sanções. Entretanto, acredito que o direito processual é uma dimensão particularmente importante para a compreensão da política da administração da justiça no Brasil, por dizer respeito diretamente à organização da atividade jurisdicional do Estado e aos poderes dos grupos de juristas profissionais em suas funções públicas. Segundo José Reinaldo de Lima Lopes (2001),

A relação Estado/processo não é a única que interessa. A história do processo pode ser traçada também em termos de quem o domina, ou seja, de quem são os atores relevantes ao seu desenvolvimento. [...] [A] profissionalização crescente dos atores relevantes (advogados, juizes, promotores, cartorários, policiais), acompanhou o desenvolvimento das formas estatais modernas. (p. 398-9)

Dados de minha pesquisa sugerem que um mesmo grupo de especialistas em processo, concentrados no Departamento de Direito Processual da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), tem participação privilegiada nas comissões responsáveis pelos anteprojetos das reformas processuais centrais do período da redemocratização – o principal caminho escolhido na história da justiça

brasileira recente para sua reforma e modernização, que ocorreu por meio de inovações legislativas, como a Lei dos Juizados de Pequenas Causas, a Lei da Ação Civil Pública, o Código de Defesa do Consumidor, as reformas do Código de Processo Civil na década de 1990 e o pacote de reforma infraconstitucional do Poder Judiciário, lançado pelo Ministério da Justiça em 2003 no seu esforço pela Reforma do Judiciário. Esse grupo, cujo núcleo intelectual é em geral identificado como Escola Processual Paulista, relaciona-se com processualistas italianos, de outras regiões e escolas do Brasil e com especialistas tanto em processo civil como em processo criminal, por meio de redes que passam pelos intercâmbios culturais entre escolas diferentes, do trânsito de acadêmicos de outras escolas pelo programa de pós-graduação do Departamento de Direito Processual da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), da atuação no Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) e dos percursos acadêmicos e profissionais de seus próprios membros principais.

Meu argumento é o de que a posição de poder desse grupo passa pelas estratégias de seus membros nas relações com as demais posições de poder do campo jurídico, relativizando sua autonomia acadêmica por meio da relação com os “práticos” do direito, especialmente as carreiras jurídicas de Estado, a grande advocacia e os tribunais de cúpula do Judiciário. Além disso, para se compreender a posição de poder conquistada pela Escola Processual Paulista na política da administração da justiça no Brasil, é preciso compreender também a gênese simbólica e as estratégias de reprodução interna do grupo e as próprias representações que seus membros fazem de seu pertencimento a ele.

A expansão da pós-graduação e a profissionalização da docência no Brasil

Antes de ingressar na análise específica da Escola Processual Paulista como grupo de poder da administração da justiça estatal, porém, é preciso tecer algumas considerações acerca da institucionalização de um campo acadêmico sobre o direito e a administração da justiça no Brasil, processo que possibilitou a produção e o acúmulo, por agentes do campo jurídico, de um tipo de capital específico, o capital

científico, representado pela produção bibliográfica e em pesquisa na área de saber especializado.

A institucionalização do campo acadêmico do direito está centrada em três processos correlacionados: a diversificação e a ampliação do ensino superior; a expansão e a institucionalização da pós-graduação; e a profissionalização da docência. Tais processos, contudo, obedecem a lógicas e dinâmicas distintas, alcançando, no tempo, resultados e intensidades diversos, que conformam o atual estado do campo acadêmico do direito no Brasil.

O primeiro desses processos – a expansão do ensino superior – já foi descrito e analisado nos dois capítulos anteriores, especialmente no que se refere aos seus efeitos em termos de hierarquização de títulos e reprodução da divisão social do trabalho jurídico. Em relação, contudo, ao seu papel na institucionalização de um campo acadêmico, é preciso deixar claro que a expansão do ensino de graduação em direito constituiu ao mesmo tempo, ao menos em tese, o estoque da formação de novos mestres e doutores, e a demanda por esses pesquisadores e docentes.

Isso nos leva à análise do segundo processo. Nesse aspecto, o primeiro dado objetivo que emerge da análise da expansão da pós-graduação em direito no Brasil é o fato de que, evidentemente, seu ritmo não acompanhou o do crescimento do ensino em nível de graduação. Daí porque, embora o estoque de graduados em direito exista, ele certamente encontrará barreiras no acesso à pós-graduação na área; conseqüentemente, a formação ainda incipiente de mestres e doutores em direito é um limitador à profissionalização da docência, terceiro processo, que será analisado em seguida.

Apesar de não ter acompanhado o ritmo de crescimento da graduação, a produção de pós-graduados em direito experimentou significativo aumento nas duas últimas décadas: se no início dos anos de 1980 havia apenas 11 instituições oferecendo 20 programas de mestrado e 12 de doutorado, fortemente concentrados na região sudeste do país e com alguns cursos isolados no sul, nordeste e centro-oeste, hoje o país conta com 93 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 66 mestrados e 27 doutorados, oferecidos por 66 instituições de ensino, em todas as regiões do país, apesar de ainda forte concentração regional (Gráfico 22).

Gráfico 22

Número de programas e instituições de pós-graduação *stricto sensu* em direito (Brasil, 1981 e 2009)

Fontes: Falcão (1984); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2009)

Por sua vez, o processo de profissionalização da docência em direito tem sido impulsionado pela expansão da pós-graduação no Brasil e pelas crescentes exigências estatais para a regulação do ensino superior, com impactos maiores na iniciativa privada; além disso, esse processo de profissionalização se concretiza por meio da burocratização da carreira docente e da consolidação dos concursos públicos para o magistério de nível superior, especialmente nas instituições públicas.

Mesmo no caso das instituições públicas, nas quais a carreira docente atualmente é mais estruturada em torno de regimes rígidos de dedicação e titulação e vinculada à progressão, na trajetória acadêmica, pelos títulos de mestrado, doutorado e, em alguns casos, de livre-docência, é possível dizer que essa forma burocrática de organização da docência ainda é relativamente recente. Em relação a isso, veja-se o depoimento do especialista em direito processual José Carlos Barbosa Moreira (2005), professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ):

Em 1962 eu já tinha o doutorado de Direito Penal. O curso era de dois anos, eu o fiz logo em seguida à minha colação de grau como bacharel. Fiz na Nacional, entrei em 1959, portanto, fiz até 60, 61. Mas não cheguei a fazer a tese. Naquela época, eu estava mais interessado ainda no Direito Penal. Fiz o curso de doutorado, mas não cheguei a defender a tese. O meu título de doutor, eu o obtive por outro meio. De acordo com a legislação da época, o candidato que fosse aprovado em concurso para livre-docente, coisa que hoje em dia, nem existe mais – que eu saiba, só na Faculdade de Direito da USP, lá ainda existe. Eu mesmo tenho participado de bancas examinadoras, várias, para livre-docente. Aqui no Rio, não sei se a UERJ, atualmente, conserva. Houve tempo em que tinha. Enfim, eu mesmo fiz concurso, primeiro para livre-docente, depois para titular. Mas, quando a pessoa era aprovada em concurso para livre-docente, automaticamente adquiria o título de doutor em Direito. Era uma consequência automática da aprovação no concurso para livre-docente. Então, o meu título de doutor em Direito não foi adquirido no curso de doutorado, onde não cheguei a defender tese. (Moreira, 2005)

A lenta e recente progressão dessa associação entre as etapas de estudos formais (graduação–mestrado–doutorado) e a carreira docente pode ser verificada também na composição histórica do STF: entre os 74 ministros nomeados durante a República Velha, apenas 4 (5,4%) deles possuíam título de doutor, obtido diretamente após a graduação, sem necessidade de passagem por um mestrado, como no sistema atual;³⁰ apesar disso, 16 deles (21,6%) foram docentes das escolas de direito imperiais e livres existentes à época, a partir da obtenção do título de livre-docência ou da aprovação em concursos para professores catedráticos ou substitutos. O mesmo mecanismo de ascensão à docência pode ser verificado na composição do STF entre 1945 e 1964: entre os dezesseis ministros nomeados no período, não há informação da obtenção de título formal de mestrado ou doutorado por nenhum deles; por outro lado, há referências ao exercício da docência, majoritariamente em instituições públicas, em oito (50%) das trajetórias analisadas (Gráfico 23).

³⁰ Confirmando a incipiência da carreira universitária no primeiro século do ensino jurídico no Brasil, dados citados por Adorno (1988, p. 137-8) indicam que apenas 106 (4,7%) dos 2.211 formados pela Faculdade de Direito de São Paulo entre os anos de 1831 e 1883 adquiriram o título de doutor por aquela instituição de ensino.

Gráfico 23

Porcentagens de ministros do Supremo Tribunal Federal com títulos de pós-graduação e dedicação à docência (Brasil, 1827-2008)³¹

Fonte: Supremo Tribunal Federal (2009)

A maior valorização do título formal de pós-graduação, nos moldes da atual política de formação de pesquisadores e docentes, começa a aparecer no perfil social da composição do STF no período político imediatamente posterior aos primeiros esforços de institucionalização da pós-graduação em direito. Em outras palavras, é na redemocratização política do país que os títulos de mestre e de doutor começam a ser percebidos e valorizados nessa instância do campo político da justiça: 40% dos indicados naquele período para o STF possuem título de mestre e/ou de doutor, sendo que 90% dos ministros que chegaram à corte após o regime militar tiveram experiência de docência de nível superior. Conforme se verá no Quadro 3, a seguir, na composição do STF em 2007, percebe-se maior ocorrência

³¹ A divisão dos períodos republicanos de acordo com os anos de mudança de regimes políticos considerou sempre o primeiro e o último ministro do STF nomeados pelo primeiro e pelo último presidente de cada período republicano. Assim, por exemplo, o levantamento considerou, para o período 1889-1930, os currículos do primeiro ministro do STF nomeado (ou, no caso, reconduzido) por Deodoro da Fonseca até o último ministro nomeado por Washington Luís; para o período de 1930-1945, foram considerados os currículos dos ministros do STF nomeados por Getúlio Vargas logo após a Revolução de 1930, até o último ministro nomeado por ele, antes de sua deposição em 1945; no caso do período 1964-1985, tomei por referência as nomeações feitas pelos presidentes militares; e assim por diante.

do perfil acadêmico do docente formalmente titulado, nos moldes da atual política de formação de pós-graduados: dos onze ministros, nove possuem título de pós-graduação *stricto sensu* (combinado com títulos de pós-graduação *lato sensu* em pelo menos quatro casos), sendo que dez deles têm passagem pela docência de nível superior, majoritariamente em cursos de direito de instituições públicas e católicas.

Perfil semelhante pode ser encontrado nas composições do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), relativas ao ano de 2007, e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio 2005-7, comprovando a hipótese de que a valorização dos títulos acadêmicos de mestrado e doutorado, associados à experiência docente, é uma característica do campo político da administração da justiça, e não apenas do STF (Gráfico 24). Nesses casos, embora o STJ seja o único dos três órgãos com proporção de especialistas superior à de mestres e doutores, separadamente, é preciso ressaltar que a proporção de ministros dessa corte que possuem mestrado e/ou doutorado é de 32,3% e que quatro dos seus catorze membros portadores de título de especialização possuem também título de mestrado e/ou doutorado.

Gráfico 24

Porcentagens de membros do Tribunal Superior do Trabalho, do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça com títulos de pós-graduação e dedicação à docência (Brasil, 2007)

Fonte: Consultor Jurídico (2008a); Conselho Nacional de Justiça (2010)

Um exemplo dessa valorização recente do título de pós-graduação nas estruturas do campo pode ser percebido no episódio da indicação do nome de José Antonio Dias Toffoli para o STF, em setembro de 2009. Toffoli pode ser incluído entre os *juristas da política*, classificação que analisarei com maiores detalhes na Parte III desta tese: advogado formado pela USP, fez sua carreira na assessoria jurídica de movimentos sociais e do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo sido Chefe de Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República e Advogado-Geral da União nos governos de Luís Inácio Lula da Silva. As maiores objeções ao seu nome, por parte da oposição ao governo federal, basearam-se em sua evidente vinculação ao PT e a Lula, mas foram explicitadas especialmente pela crítica à suposta ausência de “notório saber jurídico”, o requisito constitucionalmente previsto para a ocupação de assento no STF; por se tratar de requisito subjetivo e de conteúdo impreciso, a oposição à sua indicação buscou associar o notório saber jurídico à posse de título de pós-graduação – o que faltava a Toffoli, fato agravado por sua reprovação em concursos para a magistratura, no início de sua carreira, e que certamente o colocaria em contraste com as estruturas de capitais acadêmicos presentes no Supremo quando de sua indicação.

O senador pelo Partido Progressista (PP) do Rio de Janeiro Francisco Dornelles, relator do processo de aprovação do nome de Toffoli na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, esforçou-se para dar outra significação ao requisito constitucional no notório saber jurídico, relacionando, em seu relatório, as experiências profissionais do indicado ao STF, bem como o fato de ter se submetido a palestras de temas jurídicos em diversas ocasiões (Coutinho, 2009a). Em defesa de Toffoli, o senador pelo PT de São Paulo Aloizio Mercadante leu trecho de carta escrita pelo então presidente da OAB, Cezar Britto (citado por Coutinho, 2009a), na qual este líder corporativo fazia a defesa do capital profissional, na concorrência com o capital acadêmico:

Independentemente de títulos acadêmicos ou mesmo de obras publicadas, o exercício continuado da advocacia pode, sim, conferir notório saber jurídico, pois lida com a realidade da vida em sua mais ampla complexidade.

Em sua sabatina pelos senadores, Toffoli – que acabaria aprovado pelo Senado e assumiria assento no STF – repetiu o argumento que valoriza o capital

acumulado na prática profissional, especialmente em sua passagem pela Advocacia-Geral da União (AGU), contra uma suposta supervalorização do título acadêmico: “O que tenho a oferecer é a dignidade do meu trabalho na advocacia. Minha experiência na AGU vale mais do que pós-graduação” (citado por Coutinho, 2009b).

Entretanto, não é somente o capital representado pelos títulos de mestrado e doutorado que parece ser valorizado nas estruturas de poder do campo político da justiça. Também a pós-graduação *lato sensu*, representada pelo título de especialização, aparece com certo destaque nas trajetórias dos membros do STF, especialmente no período da redemocratização: 35% dos ministros indicados no período possuem tal título. É preciso esclarecer, contudo, que, apesar dessa aparente valorização do capital representado pelo título de especialista, e da possibilidade de contratação de docentes especialistas, pelas faculdades de direito (privadas, especialmente), tal formação não tem a finalidade de formar professores ou pesquisadores, tão pouco é percebida, pelos agentes do campo, como se a tivesse. Dados coletados por Luciana Gross Cunha e outros (2007) sobre a advocacia na cidade de São Paulo indicam que, dos 162 advogados que cursaram pós-graduação (67,8% do total de pesquisados), 72,2% possuem título de especialização, enquanto apenas 17,9% são mestres e 2,5% são doutores (Gráfico 25).

Gráfico 25

Porcentagens de advogados da cidade de São Paulo com títulos de pós-graduação (Brasil, 2005 a 2006)

Fonte: Cunha e outras (2007)

Entre os fatores apontados pelos advogados pesquisados para a obtenção do título de especialista destacam-se como importantes ou muito importantes, entre outros, a especialização na área de atuação (95,8%); a valorização profissional (93,6%); a ascensão na carreira (92%) e o tempo de dedicação (94,6%) e o tempo de duração do curso (77,3%), certamente menores do que em uma pós-graduação em sentido estrito. A perspectiva de converter a posse do título em atividade docente foi a segunda motivação menos valorizada como importante ou muito importante pelos advogados que cursaram pós-graduação (73,5%). Tais motivações podem ser deduzidas também dos dados sobre a magistratura e o Ministério Público, dos quais se percebe que a posse de títulos de pós-graduação, entre os quais o de especialização é predominante (Gráfico 26), não se converte necessariamente em dedicação à docência (Gráfico 27). As informações disponíveis sobre a magistratura, o Ministério Público e a advocacia, quando comparadas com os dados do STF, do STJ, do TST e do CNJ sobre posse de títulos acadêmicos e dedicação à docência, sugerem, portanto, que a especialização é mais valorizada nos estratos inferiores das elites jurídicas, ao passo que a pós-graduação em sentido estrito, juntamente com a dedicação à docência, são capitais capazes de diferenciar o campo político da justiça como um subcampo do campo jurídico.

Gráfico 26

Porcentagens de magistrados e membros do Ministério Público com títulos de pós-graduação (Brasil, 2004 e 2005)

Fontes: Secretaria da Reforma do Judiciário (2006c); Sadek (2006)

Gráfico 27

Porcentagens de magistrados e membros do Ministério Público com dedicação à docência (Brasil, 2004 e 2005)

Fontes: Secretaria da Reforma do Judiciário (2006c); Sadek (2006)

Os dados sobre as carreiras jurídicas de Estado também confirmam uma impressão que decorre da análise dos dados das posições superiores do campo

jurídico: a de que a profissionalização da docência ainda é incipiente, e que essa incipiência é ainda maior nos cursos privados de direito, cuja rápida expansão, aliada ao perfil organizacional de suas instituições, torna-os menos favoráveis à produção de uma carreira docente burocratizada como ocorre nos cursos públicos, em muitas das instituições privadas mais antigas – dos quais, ressalte-se, os ministros do STF são docentes, em sua maioria, como se vê do Quadro 3, relativo à composição do Supremo no ano de 2007.

Quadro 3

Área de especialização³², maior titulação obtida e instituições nas quais ministros do Supremo Tribunal Federal exerceram docência (Brasil, 2007)

Ministro	Área de especialização	Maior titulação obtida	Instituições nas quais exerceu docência
Ellen Gracie Northfleet	Direito administrativo	Especialista	Universidade do Vale do Rio do Sinos (privada) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (pública)
Carlos Augusto Ayres de Britto	Direito constitucional	Doutor	Centro Universitário de Brasília (privada) Universidade Federal de Sergipe (pública) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (privada) Faculdade Tiradentes de Aracaju (privada)
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Direito constitucional, do Estado e empresarial	Doutora	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (privada)
José Celso de Mello Filho	Direito constitucional	Bacharel	Não exerceu docência
Antonio Cezar Peluso	Direito civil	Doutor	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (privada) Universidade Católica de Santos (privada) Universidade Mackenzie (privada)
Eros Roberto Grau	Direito público	Doutor	Universidade Estadual de Campinas (pública) Fundação Getúlio Vargas (privada) Universidade Mackenzie (privada) Universidade Federal de Minas Gerais (pública) Universidade de São Paulo (pública)
Gilmar Mendes	Direito público	Doutor	Universidade de Brasília (pública)
Joaquim Benedito Barbosa Gomes	Direito público e comparado	Doutor	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (pública)
Marco Aurélio Mendes de Farias Mello	Direito constitucional	Mestre	Universidade de Brasília (pública) Centro Universitário de Brasília (privada)
Carlos Alberto Menezes Direito	Direito civil e constitucional	Doutor	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (privada)
Enrique Ricardo Lewandowski	Direito público	Doutor	Universidade de São Paulo (pública)

Fonte: Consultor Jurídico (2008a)

O exemplo oposto pode ser verificado no interior de um grupo profissional com maior porcentagem de membros com título de especialização, e com maior dedicação ao ensino privado. Conforme se vê no Gráfico 28, que compara a atividade docente de magistrados aposentados e na ativa, se é verdade que o exercício do magistério cresceu na comparação entre essas duas gerações de juízes (em sua maioria especialistas, como já demonstrado acima), também é verdade que predomina o exercício da função de docente em faculdades privadas

³² Para fins de exposição no Quadro 3, foi considerada a área de especialização dos ministros informada no Anuário da Justiça 2008 (Consultor Jurídico, 2008a), que nem sempre equivale a um título de especialização, podendo ser uma especialização prática, como demonstra o caso do ministro Celso de Mello, considerado um especialista em direito constitucional, mas que sequer título de pós-graduação possui.

de direito, nas Escolas da Magistratura (responsáveis pelo aperfeiçoamento profissional e pela formação interna à carreira) e em outras instituições (entre as quais, presume-se, os cursos preparatórios para ingresso nas carreiras jurídicas devem ter participação considerável). Apenas 4,8% dos juízes ativos e 4,9% dos aposentados desempenham a docência em faculdades públicas de direito (Gráfico 28).

Gráfico 28

Porcentagens de magistrados ativos e aposentados com dedicação à docência, por tipo de instituição de ensino (Brasil, 2005)

Fonte: Sadek (2006)

No setor privado do ensino superior jurídico, as pressões pela profissionalização da docência vêm principalmente da atividade de regulação pelo Ministério da Educação (MEC), responsável pela autorização e pelo reconhecimento dos cursos. Tomem-se, como exemplo extremo, as exigências, nos cursos de direito autorizados e reconhecidos pelo MEC relativas à composição do corpo docente e, especialmente, do chamado Núcleo Docente Estruturante (NDE).³³ É importante ressaltar que a institucionalização dessas exigências na política estatal de educação superior não pode ser dissociada do surgimento de um grupo de especialistas em

³³ A exigência de Núcleo Docente Estruturante foi instituída pelo art. 2º da Portaria nº 147, de 2 de fevereiro de 2007, do Ministro de Estado da Educação, especificamente para os cursos de direito e medicina, como forma de reduzir a margem de discricionariedade na análise dos pedidos de autorização desses cursos.

ensino jurídico, conforme analisado por Engelmann (2006a), como resultado da expansão da pós-graduação em direito no Brasil e da diversificação social e política do campo jurídico brasileiro a partir da mobilização de título acadêmicos, e que teve acesso privilegiado a instâncias oficiais de formulação de diretrizes para a política do ensino jurídico a partir da década de 1990 (Engelmann, 2006a; Sá; Silva, 2007).

Espera-se do NDE que seja a “alma” de um curso superior, responsável pelo planejamento, pela implantação, pela revisão e pelo aperfeiçoamento constante do Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Formado por parte do corpo docente com maior dedicação ao curso e à instituição de ensino e com maior experiência e titulação acadêmica, espera-se do NDE que seja o espaço de produção de conhecimento e de reflexão sobre as práticas pedagógicas adotadas no curso, trazendo para essa arena de discussão as experiências passadas e as adquiridas no cotidiano da sala de aula por aqueles professores. De acordo com as expectativas em torno de sua criação, é por meio da efetividade de um NDE dedicado e atuante que o PPC é capaz de obter aderência à realidade do ensino-aprendizagem no cotidiano do curso e de preservar sua integridade, contra a dispersão de práticas e experiências que a solitária atividade do magistério em sala de aula, muitas vezes, pode representar.

Os Quadros 4 e 5 apresentam os requisitos de composição e titulação do corpo docente presentes no instrumento de avaliação dos cursos de direito, utilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) para fins de reconhecimento.

Quadro 4

Composição do Núcleo Docente Estruturante, de acordo com os conceitos do instrumento de avaliação para reconhecimento do curso de direito (Brasil, 2008)

<i>Composição do Núcleo Docente Estruturante</i>	<i>Conceito de avaliação</i>
Quando não existe NDE formalmente constituído e atuante.	1
Quando o NDE é composto pelo coordenador do curso e por, pelo menos, 30% dos docentes do curso, com participação insuficiente na implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.	2
Quando o NDE é composto pelo coordenador do curso e por, pelo menos, 30% dos docentes do curso, com participação suficiente na implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.	3
Quando o NDE é composto pelo coordenador do curso e por, pelo menos, 30% dos docentes do curso, com participação plena na implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.	4
Quando o NDE é composto pelo coordenador do curso e por, pelo menos, 30% dos docentes do curso, com participação excelente na implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.	5

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2008)

Quadro 5

Titulação do Núcleo Docente Estruturante, de acordo com os conceitos do instrumento de avaliação para reconhecimento do curso de direito (Brasil, 2008)

<i>Titulação do Núcleo Docente Estruturante</i>	<i>Conceito de avaliação</i>
Quando menos de 100% do NDE possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ou qualquer docente tem apenas graduação, ou menos de 40% são doutores.	1
Quando 100% do NDE possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e, destes, entre 40% (inclusive) e 50% (exclusive) são doutores.	2
Quando 100% do NDE possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e, destes, entre 50% (inclusive) e 60% (exclusive) são doutores.	3
Quando 100% do NDE possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e, destes, entre 60% (inclusive) e 80% (exclusive) são doutores.	4
Quando 100% do NDE possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e, destes, pelo menos, 80% são doutores.	5

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2008)

Percebe-se da leitura dos Quadros 4 e 5 que há diferentes graus de exigência para a composição do NDE, consubstanciados em diferentes notas atribuídas no momento da avaliação, mas obedecendo a referenciais mínimos, caracterizados pela necessidade de maior vinculação dos docentes do curso ao Núcleo, bem como pelo incentivo à participação de docentes titulados em programas de pós-graduação *stricto sensu*. De qualquer forma, percebe-se que o NDE e os requisitos formais exigidos pelo MEC para composição do corpo docente estão diretamente ligadas ao

com o fenômeno, ainda em curso, de profissionalização da docência e de consequente separação de um campo propriamente acadêmico, em relação ao campo profissional, no interior do campo jurídico.

Todo campo jurídico, no sentido concebido por Bourdieu, possui agentes associados às posições de “aplicadores da lei”, que compartilham e disputam espaço com agentes situados em posições de “doutrinadores” e “guardiães da doutrina” (Dezalay; Trubek, 1996); também de acordo com essa concepção, a diferenciação interna de um campo é uma decorrência esperada da especialização e da progressão da divisão social do trabalho e resultado das lutas internas e da concorrência entre grupos em seu interior. No caso do campo jurídico brasileiro, a expansão do ensino jurídico, especialmente a partir dos anos 1960 e 70, e a expansão da pós-graduação, a partir de meados dos anos 1970, foram, como já dito, os motores de um gradual processo de diferenciação de um campo acadêmico ou, mais especificamente, *docente*, no interior do campo jurídico, como um espaço de domínio de agentes investidos de titulação acadêmica formal e dedicação quase que exclusiva à docência (os *docentes profissionais*), em oposição aos práticos do direito (os *profissionais-docentes*) – profissionais em sentido estrito, que dominavam (e ainda dominam, nessa fase de transição) a docência no ensino jurídico, em um contexto no qual os capitais profissionais adquiridos na prática forense são mais valorizados do que o título acadêmico formal de pós-graduação.

Os Quadros 6 e 7 indicam os critérios de valoração de diferentes formas de composição do corpo docente de um curso de direito, em termos de titulação e dedicação, constantes do instrumento de avaliação para fins de reconhecimento utilizado pelo INEP.

Quadro 6

Titulação do corpo docente, de acordo com os conceitos do instrumento de avaliação para reconhecimento do curso de direito (Brasil, 2008)

<i>Titulação do corpo docente</i>	<i>Conceito de avaliação</i>
Quando menos de 50% dos docentes do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ou quando menos de 30% são doutores ou quando há no corpo docente professor apenas graduado .	1
Quando entre 50% (inclusive) e 60% (exclusive) dos docentes do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e, destes, pelo menos 30% são doutores.	2
Quando entre 60% (inclusive) e 70% (exclusive) dos docentes do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , e, destes, pelo menos 40% são doutores.	3
Quando entre 70% (inclusive) e 80% (exclusive) dos docentes do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e, destes, pelo menos 50% são doutores.	4
Quando, pelo menos, 80% dos docentes do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e, destes, pelo menos, 60% são doutores.	5

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2008)

Quadro 7

Regime de trabalho do corpo docente, de acordo com os conceitos do instrumento de avaliação para reconhecimento do curso de direito (Brasil, 2008)

<i>Dedicação do corpo docente</i>	<i>Conceito de avaliação</i>
Quando menos de 50% dos docentes do curso são contratados em regime de tempo parcial ou integral ou, do conjunto destes, menos de 50% de tempo integral, considerando apenas as horas destinadas para as atividades da Mantida à qual pertence o curso.	1
Quando entre 50% (inclusive) e 60% (exclusive) dos docentes do curso são contratados em regime de tempo parcial ou integral e, destes, 50% em tempo integral, considerando apenas as horas destinadas para as atividades da Mantida à qual pertence o curso.	2
Quando entre 60% (inclusive) e 70% (exclusive) dos docentes do curso são contratados em regime de tempo parcial ou integral e, destes, 50% em tempo integral, considerando apenas as horas destinadas para as atividades da Mantida à qual pertence o curso.	3
Quando entre 70% (inclusive) e 80% (exclusive) dos docentes do curso são contratados em regime de tempo parcial ou integral e, destes, 50% em tempo integral, considerando apenas as horas destinadas para as atividades da Mantida à qual pertence o curso.	4
Quando, pelo menos, 80% dos docentes do curso são contratados em regime de tempo parcial ou integral e, destes, 50% em tempo integral, considerando apenas as horas destinadas para as atividades da Mantida à qual pertence o curso.	5

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2008)

Como se vê dos quadros acima, os parâmetros de avaliação utilizados pelo MEC, no que se refere à docência para o ensino jurídico, privilegiam a titulação em nível de pós-graduação em sentido estrito na composição do corpo docente, com destaque para a contratação dos doutores, e regimes de trabalho caracterizados pela maior dedicação do docente ao curso, com maiores incentivos à contratação de docentes em regime integral. Esses dois elementos dos instrumentos de avaliação dos cursos de direito, quando analisados em conjunto, apontam para a

institucionalização do já citado movimento de profissionalização da docência e de separação de um espaço próprio para a atividade acadêmica relacionada ao direito. Como já dito, esse processo de diferenciação ainda se encontra em curso e, como toda transição associada a movimentos da divisão social do trabalho, tende a ser turbulento e conflituoso.

As razões do tumulto gerado estão, em primeiro lugar, no fato de que a produção nacional de mestres e doutores ainda não atende à demanda por docentes titulados, surgida da expansão acelerada do ensino jurídico nas últimas décadas; e, em segundo lugar, no fato de que aqueles agentes cuja experiência profissional os capacitava para o magistério do direito, na vigência do paradigma anterior da docência no ensino jurídico, tenderão, nesta fase de transição, a opor a superioridade alegada de seus capitais profissionais à suposta primazia do conhecimento acadêmico adquirido pelos docentes profissionais em seus programas de pós-graduação.

De qualquer forma, é justamente no contexto de valorização normativa, por um lado, e incipiência na prática, por outro, que a profissionalização da docência e da pesquisa em direito ganha valor simbólico relativo nas estruturas de capitais utilizadas pelos agentes em luta no campo jurídico e no campo político da administração da justiça estatal. É nesse contexto – em que os investimentos acadêmicos sistemáticos são valorizados, porém escassos, e no qual um conflito aparente entre teóricos e práticos parece regular o valor desses investimentos em determinado estado das lutas do campo – que agentes com títulos de pós-graduação e dedicação à docência alcançam posições superiores no campo jurídico e que grupos de intelectuais, como a Escola Processual Paulista, são capazes de obter retornos de seus investimentos e se posicionar privilegiadamente nas estruturas de poder da administração da justiça estatal.

Liebman em São Paulo: gênese e poder da Escola Processual Paulista

Os próprios representantes da Escola Processual Paulista costumam associar sua origem à vinda, em 1940, do processualista italiano Enrico Tulio Liebman para a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na qual se refugiou, exilado do

regime fascista italiano e da guerra na Europa. A denominação do grupo, e sua identificação como tal, inclusive com a declinação dos nomes de seus componentes, parece ter ocorrido, pela primeira vez, em artigo do também processualista Niceto Alcalá-Zamora y Castillo (1958) – ele mesmo um europeu exilado, inicialmente na Argentina, e posteriormente no México, país o qual atribui a ele importância semelhante à de Liebman para o desenvolvimento do direito processual local. Segundo Roberto Negrete Romero (s.d.):

A recepção na América Latina de vários intelectuais europeus, exilados por diversos conflitos políticos (que se tornariam bélicos) deflagrados em suas terras de origem, foi um dos maiores acertos das políticas exteriores e interiores de vários países. Personagens de grande vocação e imensa cultura – em diversos aspectos – vieram a revitalizar, e em muitos casos, a criar novas escolas de estudos e pensamento. Sendo mais específico, a ciência jurídica em vários países do continente americano se divide em duas etapas: antes e depois da estadia de intelectuais europeus trazidos pelo mar. Na ciência jurídico-processual podemos mencionar, brevemente: Enrico Tulio Liebman (radicado no Brasil), James Goldschmidt (acolhido no Uruguai), Santiago Sentís Melendo (na Argentina) e, claro, Niceto Alcalá-Zamora y Castillo no México, país que se tornaria sua segunda pátria.³⁴

Mais do que associar sua origem como grupo à vinda de Liebman para o Brasil, os membros da Escola Processual Paulista veem naquele evento a própria origem de um direito processual com caráter verdadeiramente científico – definido, por seus praticantes, pelo rigor metodológico e pela influência da ciência processual italiana, tida por referência internacional na área. Segundo Antônio Carlos de Araújo Cintra e outros (1998), representantes da segunda geração da Escola Processual Paulista,

o ingresso do método científico na ciência processual brasileira só pôde ter lugar mesmo, definitivamente, a partir do ano de 1940, quando para cá se transferiu o então jovem Enrico Túlio Liebman, já àquela época professor de direito processual civil na Itália. Nos seis anos que esteve entre nós, tendo inclusive sido admitido como professor visitante na Faculdade de Direito de São Paulo, foi Liebman o portador da ciência européia do direito processual.

³⁴ Traduzido do original: *La recepción en Latinoamérica de varios intelectuales europeos, exiliados por diversos conflictos políticos (que devendrían en bélicos) desatados en sus tierras de origen, fue uno de los más grandes aciertos de las políticas exteriores e interiores de varios países. Personajes de gran vocación e inmensa cultura – en diversos aspectos – vinieron a revitalizar y en muchos casos a crear nuevas escuelas de estudio y pensamiento. Siendo más específicos, la ciencia jurídica en varios países del continente americano se divide en dos etapas: antes y después de la estadia de los intelectuales traídos por el mar. En la ciencia jurídico-procesal podemos mencionar brevemente a: Enrico Tulio Liebman (radicado en Brasil), James Goldschmidt (acogido en Uruguay), Santiago Sentís Melendo (en Argentina) y por supuesto Niceto Alcalá-Zamora y Castillo en México, país que se convertiría en su segunda patria.*

Fora aluno de Chiovenda, o mais prestigioso processualista italiano de todos os tempos. Conhecia profundamente a obra dos germânicos, a história do direito processual e o pensamento de seus patrícios, notadamente do genial Carnelutti. Aqui, veio a dominar por interior a obra dos autores luso-brasileiros mais antigos e o espírito da legislação herdada de Portugal.

Liebman foi, durante esse tempo, um abnegado apóstolo de sua ciência. (p. 124)

A influência do direito processual italiano – mais especificamente, do processualista Chiovenda, citado na passagem acima – já era acusada, no Brasil, desde o Código de Processo Civil de 1939, que, contudo, ainda guardava maiores conexões com os direitos processuais da Áustria, da Alemanha e de Portugal (Cintra e outros, 1998). Entretanto, para os membros da Escola Processual Paulista, a vinda de Liebman representou a efetiva interiorização da modernidade científica europeia no direito processual brasileiro e o estabelecimento de conexões diretas entre processualistas brasileiros e italianos:

Pelo que significou em toda essa evolução científica do direito processual no Brasil, foi Enrico Túlio Liebman agraciado pelo Governo Brasileiro, no ano de 1977, com a Comenda da Ordem do Cruzeiro do Sul, máxima condecoração que se concede a personalidades estrangeiras beneméritas à nossa nação. [...] Graças ao estímulo sempre dado aos brasileiros na sua Universidade de Milão, foi possível celebrar um convênio cultural entre esta e a de São Paulo, no cumprimento do qual mestres de lá têm vindo ministrar cursos de pós-graduação aqui (Giuseppe Tarzia, Mario Pisani, Edoardo Ricci) e vice-versa (Ada Pellegrini Grinover, Cândido R. Dinamarco). (p. 125)

Entretanto, ao buscar sua identificação com as escolas europeias e italianas e, dessa forma, definir-se como grupo, os membros da Escola Processual Paulista não deixam de tentar estabelecer suas ligações também com a tradição brasileira do direito processual – por menos “científica” que esta fosse antes da vinda de Liebman. Essa estratégia de legitimação busca situar a gênese simbólica e a identidade do grupo na passagem da tradição coimbrã³⁵ para a modernidade científica, na qual a Escola Processual Paulista surge, num movimento ao mesmo tempo de *continuidade* (com a tradição de estudos processuais no Brasil) e de *ruptura* (com a ausência de método e rigor científico daqueles mesmos estudos). Em grande parte, o esforço de manutenção da tradição e de explicitação da

³⁵ Relacionada à influência do ensino jurídico na Universidade de Coimbra, matriz portuguesa do ensino do direito no Brasil; nesse sentido, ver Alberto Venâncio Filho (2004) e Francisco Clementino de San Tiago Dantas (2009).

continuidade está associado ao esforço de reprodução da posição de prestígio das duas mais antigas escolas de direito do Brasil e, principalmente, da Faculdade de Direito de São Paulo, como centro cultural e político dominante no campo jurídico brasileiro:

O direito processual brasileiro sempre foi alvo de grande interesse entre os estudiosos brasileiros. Já no século passado tivemos processualistas como Pimenta Bueno (processo penal), o Barão de Ramalho e Paula Batista (ambos, processo civil), que deram início a um acervo cultural de que as gerações posteriores haveriam de orgulhar-se. O último deles, professor na Faculdade do Recife, é ainda hoje citado e considerado pela sua profunda percepção de problemas fundamentais do processo (ação, demanda, execução civil), descortinando horizontes ainda desconhecidos na própria processualística européia de seu tempo.

Depois haveriam de vir Estevam de Almeida, João Monteiro e João Mendes Júnior, todos catedráticos de Direito Judiciário Civil na Faculdade de Direito de São Paulo, além de Galdino Siqueira, voltado ao processo penal. A cátedra de direito processual civil em São Paulo sempre exerceu verdadeiro fascínio sobre os juristas, dado o prestígio dos que a ocuparam e o interesse pela matéria. (Cintra e outros, 1998, p. 122)

Apesar disso, concluem os autores:

Mas a doutrina brasileira de então ressentia-se profundamente de uma grande desatualização metodológica. Nossos estudiosos, habituados à leitura dos clássicos portugueses (Correia Telles, Pereira e Souza, Lobão) e dos exegetas italianos (Mattirolo, Pescatore e mesmo Mortara), não se haviam alinhado ao movimento que a partir da metade do século passado [XIX] se instalara na Europa. (p. 123)

Se a vinda de Liebman para o Brasil é o marco simbólico da gênese da Escola Processual Paulista, a fundação do Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil, atual IBDP, em 1958, é o marco da institucionalização do grupo, o que permitiu, inclusive, que ele desdobrasse sua influência para além da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), alcançasse ramificações em outras faculdades de direito e setores profissionais jurídicos e observasse persistência no tempo, apesar da morte de seus fundadores – ainda assim, importante observar que o IBDP foi, desde sua fundação, formalmente incorporado à cadeira de Direito Judiciário Civil da FDUSP (Moreira Alves, 2003). A marca da Escola Processual Paulista, nesse grupo ampliado, pode se definir a partir do compartilhamento, por todos os integrantes, de

certos pressupostos metodológicos fundamentais, como a relação jurídica processual (distinta e independente da relação substancial, ou *res in*

judicium deducta), autonomia da ação, instrumentalidade do direito processual, inaptidão do processo a criar direitos e, ultimamente em certa medida, a existência de uma teoria geral do processo. (Cintra e outros, 1998, p. 124-5)

A evolução geracional, os desdobramentos intradisciplinares e os vínculos de pertencimento ou associação à Escola Processual Paulista podem ser verificados na citação de seus membros pelos pares, especialistas na área, como na ata de fundação do IBDP:

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e cinquenta e oito, na Faculdade de Direito de P. Alegre, da Universidade do Rio Grande do Sul, presentes o Sr. Diretor, Prof. José Salgado Martins, e os Srs. Professores Luiz Eulálio de Bueno Vidigal, Alfredo Buzaid, José Frederico Marques, Bruno de Mendonça Lima, Alcides de Mendonça Lima, Vicente Marques Santiago e Galeno Vellinho de Lacerda, foi decidida a fundação do Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil (I. B. D. P. C.). [...]

A idéia de fundação do Instituto, que vinha sendo difundida nos meios universitários, encontrou caloroso acolhimento na sessão de encerramento dos trabalhos da '1ª Semana de Estudos de Direito Processual Civil'. O momento e o local escolhidos para a concretização daquela idéia, representam uma homenagem do Processualistas Brasileiros ao Estado do Rio Grande do Sul, que, no ano corrente, celebra o cinquentenário de promulgação do primeiro Código Estadual de Processo Civil elaborado no Brasil. O referido código, trabalho pessoal do ilustre Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, foi, a pedido dêste, estudado, emendado e refundido por uma comissão de professores da então Faculdade Livre de Direito de Pôrto Alegre, tornando-se lei em 15 de janeiro de 1908. (Instituto Brasileiro de Direito Processual, 2009)

Ou na referência feita por Cintra e outros (1998):

Vieram em seguida os trabalhos de alto nível de Luís Eulálio de Bueno Vidigal, Alfredo Buzaid e José Frederico Marques, discípulos de Liebman naqueles colóquios por este promovidos; de Moacyr Amaral Santos, de Celso Agrícola Barbi, de Alcides de Mendonça Lima, de Galeno Lacerda, de Moniz de Aragão, de Barbosa Moreira e de outros mais modernos, em processo civil. Em direito processual penal, destacaram-se o mesmo José Frederico Marques, Hélio Tornaghi, Fernando da Costa Tourinho Filho, Romeu Pires de Campos Barros. E, a partir de quando começou a haver interesse pelo direito do trabalho e pelo processo trabalhista, surgiram as obras processuais, nessa área, de Antônio Lamarca, de Coqueijo Costa, de Wagner Giglio, de Amauri Mascaro do Nascimento, de Wilson de Souza Campos Batalha. (p. 124)

Ou, ainda, na história do direito processual brasileiro feita por Jônatas Luiz Moreira de Paula (2002):

Variantes do pensamento paulista se manifestaram nos estudos de José Joaquim Calmon de Passos, Ovídio A. Baptista da Silva, Aldroado Furtado Fabrício e Donaldo Armelin.

Modernamente, percebe-se que a Escola Paulista apresenta uma nova tendência, a instrumental, que se apresenta ao lado da tendência técnica, ainda vinculada com as origens da escola. A tendência instrumental, que especula as reformulações do processo por escopos políticos, sociais e jurídicos, tem entre seus integrantes nomes de escol, como Cândido Rangel Dinamarco e Ada Pellegrini Grinover, ambos vinculados à Universidade de São Paulo.

A nova geração da escola abrange os estudos realizados por Teresa Alvim Wambier, Flávio Luis Yarshell, Kazuo Watanabe, Celso Neves, Vicente Grecco Filho, Antônio Carlos Marcato, José Carlos Barbosa Moreira, entre outros. (p. 356)

A transmissão de capitais simbólicos – especialmente do prestígio – acumulados pelos fundadores do grupo se dá primordialmente por meio de relações pessoais diretas do tipo *mestre–discípulo*, sejam elas informais, sejam elas formalizadas por meio da relação *orientador–orientando* em programas de pós-graduação. No primeiro caso, são exemplos as relações que vinculam Liebman a Alfredo Buzaid e Luís Eulálio Bueno Vidigal, seus alunos no curso de extensão que promoveu em seus primeiros anos em São Paulo, ou Buzaid a Cândido Rangel Dinamarco, seu assessor quando Ministro da Justiça; no segundo caso, são exemplos as relações existentes entre Vidigal e Ada Pellegrini Grinover e entre esta e Antonio Magalhães Gomes Filho e Maurício Zanóide de Moraes, ou entre Dinamarco e Antonio Carlos Marcato e Flávio Luiz Yarshell, conforme ilustrado no Diagrama 1.

Diagrama 1

Relações do tipo mestre-discípulo mantidas entre membros da Escola Processual Paulista

Fontes: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2009); Associação Brasileira de Direito Processual Civil (2009); Moreira Alves (2003)

Em termos simbólicos, a reprodução da identidade do grupo, a partir da reativação de seus capitais transmitidos entre gerações e da consagração de novas e velhas gerações, se dá em grande parte por meio das publicações que constituem a obra cultural do grupo. Um primeiro tipo de texto que cumpre essa função de transmissão vertical de capitais e de reprodução da identidade do grupo pode ser encontrado nos prefácios a livros “técnicos” de direito processual, por meio dos quais um membro do grupo, já consagrado e melhor posicionado, introduz o autor prefaciado naquele universo e, conseqüentemente, em suas próprias redes de relações, consagrando-o. Como exemplo, veja-se o prefácio de Luís Eulálio de Bueno Vidigal (1998 [1974]), da primeira geração da Escola Processual Paulista, à primeira edição de livro que viria a ser uma referência na área, escrito pelos então “jovens mestres” Antônio Carlos de Araújo Cintra, Cândido Rangel Dinamarco e Ada Pellegrini Grinover, que viriam, com o passar dos anos, suceder o autor do prefácio na liderança daquele grupo intelectual:

Em todas as matérias versadas o novo compêndio mantém-se em alto nível científico. Os mestres que o elaboraram, que tão cedo, se demonstram dignos dos mais altos postos da carreira universitária, terão, estou certo, na consagração de seus alunos e no respeito de seus colegas o justo prêmio pelo bem empregado esforço em prol do ensino de sua disciplina. (p. 6)

No sentido inverso dessa transmissão vertical de capitais entre homenageados e homenageantes é possível citar, como exemplos, os “estudos em homenagem” a um dos fundadores da Escola Processual Paulista, José Frederico Marques, organizados por Ada Pellegrini Grinover (1982), da segunda geração da Escola; e à própria Ada Pellegrini Grinover, organizados por Flávio Luiz Yarshell e Maurício de Zanoide de Moraes (2005), pertencentes à geração seguinte. Tais coletâneas em homenagem aos antecessores ou superiores na hierarquia de prestígio da Escola misturam artigos “técnicos” da área de atuação dos homenageados com relatos biográficos e depoimentos sobre eles. Com o mesmo efeito de consagração e reativação de capitais de gerações anteriores, é possível citar os ensaios biográficos de especialistas em direito processual escritos por outros juristas, seja na situação em que ambos pertencem à Escola Processual Paulista; seja quando um jurista “externo” reconhece a posição do membro da Escola homenageado; seja, por fim, quando um membro da Escola busca estabelecer

conexões com processualistas anteriores ou externos à Escola, evidenciando a continuidade em relação à tradição brasileira, conforme já sugerido acima. Tendo por base os relatos biográficos contidos nos dois livros da obra *Grandes juristas brasileiros* (Rufino; Penteado, 2003, 2006), é possível citar como exemplo, em relação à primeira situação, a biografia de Moacyr Amaral Santos, escrita por Rogério Lauria Tucci (2006); em relação ao segundo caso, os relatos sobre Alfredo Buzaid e José Frederico Marques, escritos, respectivamente, por José Carlos Barbosa Moreira (2003) e José Renato Nalini (2003); e, por fim, como exemplo da terceira situação, o ensaio sobre o Conselheiro Antonio Joaquim Ribas, escrito por José Rogério Cruz e Tucci (2003).

Embora a institucionalização da Escola Processual Paulista como grupo de referência no campo jurídico esteja diretamente relacionada à própria institucionalização do campo acadêmico do direito – por meio da criação de programas de pós-graduação em direito processual, com destaque para os das Faculdades de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) –, a legitimidade do grupo não decorre exclusivamente do título acadêmico e do capital acumulado na atividade de pesquisa e ensino, mas sim de uma combinação dos capitais produzidos nesse tipo de trajetória intelectual com a experiência prático-profissional, presente na trajetória dos juristas diretamente envolvidos na aplicação do direito processual. Se compararmos esse caso brasileiro com a situação dos “notáveis” da academia jurídica francesa, cujo conflito com os advogados “práticos” foi analisado por Yves Dezalay e David Trubek (1996), é possível afirmar, como hipótese, que, ao contrário do que ocorreu na França, foi essa estratégia de constituição e reprodução da Escola Processual Paulista que impediu sua caracterização como grupo estritamente “teórico” e seu possível deslocamento em favor da ascensão e do posicionamento de grupos de “práticos”.

Ao contrário dos notáveis acadêmicos franceses, portanto, a vinculação com o mundo prático-profissional do direito, no caso dos juristas da Escola Processual Paulista, parece ser, como já sugerido, constitutiva do grupo, desde sua origem, como se vê das trajetórias profissionais de seus membros de diversas gerações (Quadro 8). Além disso, especialmente por meio da socialização no âmbito do IBDP, da realização de cursos e eventos temáticos (muitos deles voltados para o

aperfeiçoamento profissional)³⁶ e da influência das obras acadêmicas da Escola no trabalho cotidiano dos juristas “práticos” —é sempre importante lembrar o peso do argumento de autoridade na redação técnica e científica no direito, voltada para a defesa de teses aplicáveis a casos concretos (Oliveira, 2004; Nobre, 2005) —, a aliança entre agentes com trajetórias predominantemente acadêmicas e outros com trajetórias eminentemente prático-profissionais pode ser considerada o principal mecanismo de legitimação desse grupo contra o discurso, corrente no campo jurídico e contrário a discursos puramente teóricos, de que “quem entende do funcionamento da justiça é quem trabalha com ela”, empregado especialmente por juízes e advogados de “nível-de-rua”.³⁷

Mais do que um discurso de resistência, contudo, a aliança teóricos-práticos executada pelos membros da Escola Processual Paulista e do IBDP, é capaz de explicar o sucesso desse grupo no acesso aos tribunais superiores e a comissões de reforma legislativa, como se vê no Quadro 8.

³⁶ Nesse sentido, ver as publicações resultantes dos seminários promovidos pela Secretaria de Reforma do Judiciário, em parceria com o IBDP, para sensibilização da comunidade jurídica para a reforma infraconstitucional do Poder Judiciário: Secretaria da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça (2005c, d, e) e Escola Nacional da Magistratura e outros (2006).

³⁷ A expressão “burocracia de nível-de-rua” (*street-level bureaucracy*) é utilizada por Michael Lipsky (1980) para caracterizar as posições de burocracias prestadoras de serviços públicos diretamente atuantes na oferta desses serviços e com maior contato com seus usuários. O discurso de “quem entende de justiça é quem trabalha com ela” foi recorrente entre advogados e magistrados durante todo o período de reformas da justiça nas décadas de 1980 e 90, sendo utilizado por aqueles dois grupos ora em situação de aliança contra iniciativas externas de reforma, ora em situação de oposição entre eles, em geral na crítica dos advogados ao alheamento de juízes e tribunais em relação aos problemas cotidianos de funcionamento da justiça; nesse sentido, ver o Capítulo 6 de minha dissertação de mestrado (Almeida, 2006).

Quadro 8**Trajetórias acadêmicas e profissionais e participação em reformas dos membros do IBDP**

Nome	Trajetória acadêmica	Trajetória profissional	Participação em reformas legislativas
Alfredo Buzaid	Bacharel (1935) e livre-docente (1946) pela FDUSP; professor e diretor da FDUSP	Advogado e ministro do Supremo Tribunal Federal	Autor do Código de Processo Civil (1973); Coordenador da Comissão de Revisão de Códigos (1967)
José Frederico Marques	Bacharel (1933) e livre-docente (1953) pela FDUSP; professor das Faculdades de Direito da PUCSP e a USP	Advogado; juiz de direito e desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	Membro da Comissão do Código de Processo Civil (1973); relator do anteprojeto do Código de Processo Penal (1970); membro de Comissão de elaboração de projeto para a parte especial do Código Penal (1970)
Cândido Rangel Dinamarco	Bacharel (1960), doutor (1970), livre-docente (1973) e professor pela FDUSP	Assessor do Ministro da Justiça Alfredo Buzaid; desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	Membro da Comissão do Ministério Público de São Paulo para análise e emendas ao anteprojeto de Código de Processo Penal (1977); Membro de Comissão de elaboração de anteprojeto da Lei da Ação Civil Pública (1985); redator do anteprojeto de Lei de implantação do Juizado de Pequenas Causas no Estado de São Paulo (1985)
Ada Pellegrini Grinover	Bacharel (1958), especialista (1966), doutora (1970) e livre-docente (1973) da FSUSP; professora das Faculdades de Direito de Vitória e da USP	Advogada; consultora jurídica; procuradora do Estado de São Paulo; assessora técnica do vice-governador do Estado de São Paulo; chefe da Consultoria Jurídica da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo; assessora jurídica do senador José Ignácio Ferreira	Membro de Comissão de elaboração de anteprojeto de Lei da Ação Civil Pública (1985); presidente da comissão elaboradora do Anteprojeto do Código de Defesa do Consumidor (1990) presidente da Comissão de Reforma do Código de Processo Penal (2000); membro da Comissão de e Revisão da Lei da Ação Civil Pública (2008); autora do Projeto de Lei do Poder Executivo sobre quebra de sigilo telefônico (2008)
Kazuo Watanabe	Bacharel (1959), especialista (1969 e 1970), mestre (1978), e doutor (1985) pela FDSUP; professor das Faculdades de Direito de Guarulhos e da USP, e das Faculdades Metropolitanas Unidas	Advogado; consultor jurídico; desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo	Membro da Comissão elaboradora do Anteprojeto da Lei Federal de Pequenas Causas (1984); membro de Comissão de elaboração de anteprojeto da Lei da Ação Civil Pública (1985); membro da comissão de revisão do Código de Processo Civil (1985); membro da comissão elaboradora do Projeto de Lei Estadual de Criação do Sistema dos Juizados Especiais das Pequenas Causas (1986); membro da comissão elaboradora do Anteprojeto do Código de Defesa do Consumidor (1990); membro da Comissão elaboradora e revisora dos projetos de reforma do Código de Processo Civil (1994-1995);
Antônio Magalhães Gomes Filho	Bacharel (1970), mestre (1982), doutor (1989) e livre-docente (1995) pela FDUSP; especialista (1973) pela PUCSP; professor e vice-diretor da FDUSP; professor das Faculdades de Direito da Universidade de Taubaté, de Osasco e de Itapetininga	Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo	Membro de Comissão de elaboração de Anteprojeto sobre Custódia Provisória formulado pela Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (1983); membro da Comissão formada pela Procuradoria Geral de Justiça e Associação Paulista do Ministério Público, com a finalidade de oferecer estudos e sugestões sobre o Projeto de Código de Processo Penal (1983); membro da Comissão de Estudos sobre Alterações na Legislação Processual Penal, instituída pela Associação Paulista do Ministério Público (1992); membro da Comissão Revisora da Reforma do Código de Processo Penal do Ministério da Justiça (1994); membro do Grupo de Trabalho da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo para alterações na Lei de Execução Penal. (1995); membro da Comissão formada por professores da Universidade de São Paulo e Juizes do Tribunal de Alçada Criminal, de São Paulo para elaboração de anteprojeto da Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (1995); membro da Comissão de Reforma do Código de Processo Penal do Ministério da Justiça (2000); membro da Comissão de Juristas do Senado Federal para elaboração do Anteprojeto de Código de Processo Penal (2008)
Tereza Arruda Alvim Wambier	Bacharel (1980), mestre (1985), doutora (1990) e livre-docente (2004) pela PUCSP; professora da PUCSP, da PUCPR, das Universidade Paranaense e Tuiuti do Paraná, e das Faculdades Integradas de Curitiba	Advogada; consultora jurídica	Relatora da Comissão de Juristas do Senado Federal para elaboração do Anteprojeto de Código de Processo Civil (2009)

Fontes: Supremo Tribunal Federal (2009); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2009); Moreira Alves (2003); Nalini (2003); Arantes (2002)

O quadro acima inclui a participação de membros do IBDP na elaboração de projetos de leis efetivamente promulgadas, outros que serviram de base para a legislação vigente, com modificações, e outros ainda que sequer saíram do papel – o que demonstra que o poder desse grupo em muitos casos pode se limitar ao acesso às comissões para elaboração ou revisão legislativa, encontrando resistências, nas próprias contingências da política e da tramitação legislativa, para ver seus projetos finalmente aprovados, sem alterações. No primeiro caso, de projetos vitoriosos, é possível citar o próprio Código de Processo Civil, de autoria de Alfredo Buzaid, com participação de José Frederico Marques; o Código de Defesa do Consumidor, cuja elaboração contou com a participação de Kazuo Watanabe e Ada Pellegrini Grinover; e a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, com colaboração de Antonio Magalhães Gomes Filho. Na segunda situação, de contribuições parciais para o resultado legislativo final, o melhor exemplo talvez seja o anteprojeto da Lei da Ação Civil Pública, elaborada por comissão com participação de Grinover, Watanabe e Cândido Rangel Dinamarco (além de Waldemar Mariz de Oliveira Júnior), e que serviu de base para outro projeto, apresentado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, e ao final aprovado no Congresso Nacional (Arantes, 2002). Por fim, no caso de anteprojetos que não resultaram em lei, o caso mais emblemático é o do Código de Processo Penal elaborado por José Frederico Marques, na década de 1970 (Nalini, 2003).

Ainda com essas limitações, é relevante a contribuição do IBDP e da Escola Processual Paulista para a política recente do Estado brasileiro, em relação ao direito processual – se não pela importância dos casos de sucesso listados acima, que por si só constituem o eixo das reformas processuais no Brasil desde a década de 1970, ao menos pela recorrência com que seus membros são recrutados pelo Estado para a elaboração de projetos de revisão ou inovação legislativa, independentemente do resultado. Nesse sentido, Grinover (2005) cita 21 leis que reformaram pontualmente o Código de Processo Civil de 1973, promulgadas entre 1992 e 2002, todas elas originárias do IBDP; já no sítio eletrônico do Instituto (Instituto Brasileiro de Direito Processual, 2009), é possível identificar diversas propostas legislativas de direito processual civil e penal apresentadas por seus representantes, várias delas já transformadas em lei – incluindo o anteprojeto de um Código Brasileiro de Processos Coletivos, este ainda em tramitação. Além do capital acadêmico representado pelo reconhecimento e pelo prestígio acumulado por meio

da produção doutrinária do grupo dos processualistas – *capital científico “puro”*, segundo Bourdieu (2004) –, a participação dos membros daquele grupo nas comissões de elaboração legislativa – base não só do funcionamento da justiça estatal, mas de sua própria produção doutrinária em direito processual positivo – reforça um outro tipo de capital científico, já acumulado pela Escola Processual Paulista conforme seus representantes alcançaram os cargos mais altos da hierarquia acadêmica: o *capital científico-institucional* que, segundo Bourdieu (2004), decorre do controle alcançado, pelos agentes do campo científico, dos meios de produção científica e de desenvolvimento de carreiras acadêmicas.

Dimensões e densidades de um grupo intelectual

É justamente a partir do episódio da polêmica em torno da autoria do anteprojeto de um Código Brasileiro de Processos Coletivos – que, a exemplo do Código de Processo Civil de Buzaid, de 1973, coroaria os investimentos da nova geração da Escola Processual Paulista e consolidaria seu poder na área da tutela judicial de interesses coletivos – que se pode extrair um ilustrativo exemplo das dimensões e das fronteiras que um grupo intelectual pode assumir nas suas relações com outros intelectuais e com o Estado. Analisando as diversas formas de organização possíveis da *intelligentsia*, Karl Mannheim (1957) afirma que

Entre as organizações compactas e em forma de casta, por um lado, e o grupo aberto e sem coesão, por outro, existem numerosos tipos intermediários de conglomerados nos quais os intelectuais podem congrega-se. Seus contatos mútuos são com frequência informais, mas o grupo reduzido, íntimo, constitui o padrão mais frequente. Tem desempenhado um papel eminentemente catalítico na formação de atitudes comuns e de correntes de pensamento. (p. 180)³⁸

³⁸ Traduzido livremente do original: *Entre las organizaciones compactas y en forma de casta, por un lado, y el grupo abierto y sin cohesión, por otro, existen numerosos tipos intermedios de conglomerados en los que los intelectuales pueden congregarse. Sus contactos mutuos son con frecuencia informales, pero el grupo reducido, íntimo, constituye el padrón mas frecuente. Ha jugado un papel eminentemente catalítico en la formación de actitudes comunes y de corrientes de pensamiento.*

Para Mannheim, o protagonismo dos *grupos íntimos* (ou *reduzidos*) se deve justamente à densidade de suas redes de relacionamento (entre seus membros e entre eles e seus patronos, sejam mecenas privados ou o Estado) e à maior capacidade de seleção de seus membros. Assim, é possível dizer que a Escola Processual Paulista é um *grupo íntimo*, caracterizado pela organização informal em redes de relacionamento entre seus membros e entre esses e seus patronos (no caso em análise, o Estado), enquanto o IBDP é a *organização formal* de referência de um *grupo ampliado*, representado por todo o campo de especialistas em direito processual que comungam das posições doutrinárias daquela Escola.

Afinal, como já foi dito, a Escola Processual Paulista pode ser considerada o núcleo ideológico e histórico de um grupo intelectual influente na teoria jurídica processual e na administração da justiça estatal, cuja expansão e incorporação de outros agentes se deram principalmente pela criação do IBDP e pela institucionalização e reprodução do prestígio acumulado por aquele núcleo. Além disso, e também como já demonstrado, as redes de relações entre os membros da Escola, de diferentes gerações, e entre eles e o Estado e as carreiras jurídicas reforçam características apontadas por Mannheim para a caracterização de um grupo reduzido de intelectuais e de sua influência na formação de correntes de pensamento – no caso em análise, de uma corrente predominante de doutrina jurídica processual, com reflexos na política da justiça estatal.

A citada polêmica em torno do anteprojeto do Código Brasileiro de Processos Coletivos ajuda a compreender como se dá a relação entre a forma reduzida e a forma ampliada de um grupo intelectual, bem como a importância das redes de relações e da seleção restrita de membros para o reforço de suas fronteiras originais, a sua reprodução e a reafirmação da autoridade do grupo íntimo sobre o grupo ampliado. Tal polêmica teve início com o convite do processualista Antonio Gidi (2008) para o lançamento de seu livro *Rumo a um Código de Processo Civil Coletivo: a codificação das ações coletivas no Brasil*; o texto do convite reproduzia parte do texto existente na contracapa do livro:

Com um misto de lisonja e consternação, vemos processualistas criticando nossas idéias, mas atribuindo sua autoria a outras pessoas. Comentam-se os anteprojetos derivados (Ibero-Americano, USP e UERJ/Unesa) ignorando o original que, publicado vários anos antes, deu origem e foi a inspiração dos posteriores.

Ao apresentar a história da codificação do processo coletivo e criticar as posições dos anteprojetos derivados, buscamos (re)inserir idéias originais e inovadoras no debate nacional e (re)estabelecer a autoria daquelas que são equivocadamente atribuídas a outros autores.

Todavia, o real objetivo em publicar estas anotações não é simplesmente fazer um exame de DNA, para provar a paternidade intelectual das nossas contribuições. O que nos motiva é principalmente o receio de que, sem uma visão crítica dos anteprojetos derivados, haja risco iminente de que o Brasil promulgue legislação inadequada.

Como recentemente o Instituto Brasileiro de Direito Processual encampou o Anteprojeto USP e o remeteu para o Ministério da Justiça, comentamos as principais normas dos anteprojetos derivados através de uma crítica cruamente franca e intelectualmente honesta.

O caminho rumo à codificação processual coletiva ainda é incerto mas, sem dúvida, inevitável. O Brasil terá o CPC Coletivo que merece. Se ele será um modelo de técnica legislativa para os demais países, ou uma demonstração internacional de mediocridade, essa é uma história em construção.

Antonio Gidi é graduado em direito pela Universidade Federal da Bahia, instituição que, embora ocupe posição de destaque nas hierarquias escolares do campo político da justiça, está fora do núcleo acadêmico originário da Escola Processual Paulista, definido em torno das Faculdades de Direito da USP e da PUC-SP. Por outro lado, transitou pelas redes de relações que definem a Escola Processual Paulista como um grupo intelectual de poder, obtendo seus títulos de mestre e de doutor em direito processual pela PUC-SP (sob orientação de Thereza Celina Arruda Alvim, conselheira do IBDP e mãe de Tereza Arruda Alvim Wambier, citada no Quadro 8) e tendo trabalhado, no desenvolvimento do referido anteprojeto de Código de Processos Coletivos, juntamente com Kazuo Watanabe e Ada Pellegrini Grinover, dois expoentes da Escola. Como se percebe da transcrição acima, a polêmica levantada por Gidi tem a ver justamente com o reconhecimento da autoria de um anteprojeto legislativo – e, em última análise, com o reconhecimento de seu próprio pertencimento ao grupo intelectual de poder. A resposta de Ada Pellegrini Grinover ao texto do convite traça um histórico da legislação de direito processual na área da tutela coletiva no Brasil – e, mais do que isso, do protagonismo da autora e de seu grupo na elaboração dessa legislação –, e foi publicada na página do Instituto Brasileiro de Direito Processual na internet (Grinover, 2008). Em sua resposta, a autora busca situar Gidi em relação ao núcleo de poder do grupo intelectual original (o grupo íntimo) e nas hierarquias de poder do campo de produção acadêmica em direito processual:

Entendo a “consternação” do Autor, que não viu mencionado pela doutrina seu “projeto original”, que teria “dado origem e inspirado os posteriores” (mas pergunto: é a doutrina ou o projeto responsável pelo silêncio? Quando apareceu Antonio Gidi no cenário nacional como especialista em processos coletivos?). [...]

Em maio de 2002, quando o minissistema brasileiro de processos coletivos estava em pleno funcionamento, surgiu a idéia de um Código Modelo de Processos Coletivos para Ibero-América. Esta sim, devida e sempre reconhecida como sendo de Antonio Gidi. Em Roma, durante o VII Seminário Internacional co-organizado pelo “Centro di Studi Giuridici Latino Americani” da “Università degli Studi di Roma – Tor Vergata”, pelo “Istituto Italo-Latino Americano” e pela “Associazione di Studi Sociali Latino-American”, Antonio Gidi apresentou a proposta. E foi ainda em Roma que a Diretoria do Instituto Ibero-Americano amadureceu a idéia, incorporando-a com entusiasmo. E, em Assembléia, foi votada a proposta de se empreender um trabalho que levasse à elaboração de um Código Modelo de Processos Coletivos para Ibero-América, nos moldes dos já editados Códigos Modelo de Processo Civil e de Processo Penal. Ou seja, de um Código que pudesse servir não só como repositório de princípios, mas também como modelo concreto para inspirar as reformas, de modo a tornar mais homogênea a defesa dos interesses e direitos transindividuais em países de cultura jurídica comum.

Incumbidos pela Presidência do Instituto de preparar uma proposta de Código Modelo de Processos Coletivos para Ibero-América, Ada Pellegrini Grinover, Kazuo Watanabe e Antonio Gidi puseram-se a trabalhar imediatamente. Certamente foram incorporadas à proposta algumas sugestões de Antonio Gidi – mas isso muito antes da apresentação do projeto que ele chama de “original” – assim como foram incorporadas as idéias de Kazuo Watanabe e minhas.

Outros membros do grupo ampliado de especialistas em direito processual estruturado em torno da Escola Processual Paulista reagiram à posição de Gidi quanto à autoria do anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos, demonstrando que a contenda colocava em jogo a própria imagem do grupo como autor (e ator político) coletivo e os valores atribuídos, dentro do grupo, aos capitais acadêmicos e profissionais de seus membros. Para Eurico Ferraresi (2008), doutor em direito processual pela USP sob orientação de Grinover, membro do Ministério Público de São Paulo e de grupos de trabalhos responsáveis pela elaboração do referido anteprojeto,

exige-se de quem quer que se disponha a elaborar uma proposta de alteração legislativa uma importante dose de “vivência”. Os membros do Ministério Público, sem dúvida alguma, têm muito a dizer, principalmente pela experiência no exercício das ações coletivas, de uma forma pioneira e audaz. Os advogados, da mesma forma, têm grande participação na construção dos processos coletivos, uma vez que – também corajosamente – não permitiram que no seio de processos coletivos fossem cometidos excessos e abusos. A magistratura também se aperfeiçoou, na medida em que os juízes assimilaram essa nova dimensão. Todas essas experiências são válidas e devem ser consideradas e respeitadas. Insistimos: são “vivências”. Conforme exposto no Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos, contribuíram na sua formação todos os setores da

sociedade: Ministério Público, Advocacia, Magistratura, entidades da sociedade civil etc.

Para o juiz federal, professor de direito processual da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e membro do IBDP, Aluisio Gonçalves de Castro Mendes (2008),

Não me parecem combinar a preocupação com valores sociais e de solidariedade, que devem estar presentes em qualquer estatuto de processos coletivos, bem como a humildade nos estudos, com a postura de soberba e individualismo. Como já tive a oportunidade de escrever, o desenvolvimento do Direito Processual Coletivo é fruto de uma longa caminhada.

Como se vê das manifestações acima, a contenda entre Gidi e Grinover mobilizou os membros da Escola Processual Paulista e do IBDP, inclusive em seus desdobramentos judiciais. Em junho de 2008, Grinover protocolou pedido de explicações em face de Gidi, junto ao II Juizado Especial Criminal do Rio de Janeiro, fazendo-se representar judicialmente, entre outros advogados, por Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró, professor do Departamento de Direito Processual da USP e seu orientando nos cursos de mestrado e de doutorado realizados naquela universidade. No mesmo mês e ano, Grinover ingressou com ação judicial de indenização contra Gidi, sendo representada judicialmente por outro expoente da nova geração da Escola Processual Paulista, ex-orientando de Cândido Rangel Dinamarco e professor do Departamento de Direito Processual da USP Flávio Luiz Yarshell (mencionado no Diagrama 1).

A decisão de primeira instância foi favorável a Gidi, tendo entendido o juiz que “a mera crítica literária, sugestão, posicionamento doutrinário, opinião, o debate ideológico ou a discussão acadêmica vazada na obra noticiada, mesmo que acirrada ou de índole unilateral, só por si, não constituíram ato-fato ilícito ou tampouco ofensa à honra ou a psique” (Peixoto, 2008). A apelação de Grinover dirigida à segunda instância da justiça estadual paulista ainda aguarda julgamento no momento em que esta tese é finalizada. Independentemente do resultado da ação judicial – ainda que desfavorável a Grinover, esta certamente contará com o apoio já demonstrado de seus pares no campo de especialistas –, o episódio da contenda entre Gidi e Grinover ilustra com clareza as diferenças entre grupos intelectuais reduzidos e ampliados, analisados por Mannheim, e demonstra como as relações entre os membros do grupo íntimo definem sua posição de poder e as hierarquias internas ao

campo de especialistas em direito processual; mostra, ainda, que, por mais consolidado que seja um grupo intelectual de poder nas posições dominantes, um campo intelectual é um espaço de lutas, como outros campos sociais, e que essas lutas se desenvolvem nas franjas do domínio do grupo dominante e nos movimentos de ascensão e declínio de agentes no campo. Segundo Bourdieu (2004),

A luta científica é uma luta armada entre adversários que possuem armas tão potentes e eficazes quanto o capital científico coletivamente acumulado no e pelo campo (portanto, em estado incorporado em cada um dos agentes) seja mais importante e que estejam de acordo ao menos para invocar, como uma espécie de árbitro último, o veredicto da experiência, isto é, do “real”. (p. 32-3)

Os especialistas em direito do Estado

A partir da análise feita da Escola Processual Paulista, de suas redes de relações, de suas formas de organização e coesão e de seu posicionamento no campo político da justiça, é possível compreender, por comparação, a posição de outros grupos de especialistas na política da administração da justiça estatal. Embora menos coesos e influentes no tempo, como grupo intelectual, do que o grupo de processualistas já analisado, especialistas em direito público, em economia e administração pública e nas ciências sociais voltadas para a administração da justiça também têm assumido posições de destaque nas lutas pela direção da justiça estatal e sua reforma.

No caso dos especialistas em direito público, e dos constitucionalistas, em especial, não foi possível identificar, nos resultados desta pesquisa, a existência de um grupo coeso e dominante como a Escola Processual Paulista, o que pode ser atribuído à alta conflituosidade entre correntes doutrinárias nessa área do direito e à inexistência de um grupo íntimo de intelectuais que pudesse sobrepor certa visão doutrinária do direito constitucional a outras concepções teóricas concorrentes e, ainda, estabelecer conexões duradouras com posições de poder no Estado. Por outro lado, ainda que de forma difusa, os investimentos acadêmicos na área do direito constitucional, especificamente, e, em geral, do direito público (grande área que incluiria o direito constitucional, mas também os direitos administrativo, tributário

e penal, por dizerem respeito à ação do Estado e à relação deste com os cidadãos) parecem ser especialmente valorizados nas estruturas superiores do campo político da justiça estatal. Como exposto no Quadro 3, dos onze ministros que compunham o STF no ano de 2008, cinco especializaram-se em direito constitucional; se for considerado o direito público a grande área de produção intelectual relacionada aos direitos do Estado (direito constitucional e direito administrativo), dez dos onze ministros possuem investimentos acadêmicos ou profissionais nesse campo acadêmico.

Diferenciando-se outras áreas mais específicas de produção acadêmica na área do direito, percebe-se na composição do STJ no ano de 2007 o predomínio dos capitais simbólicos resultantes de investimentos em especialização acadêmica ou profissional³⁹ em direito público – mais especificamente, 18 (52,9%) dos 34 ministros são especializados em direito público, penal e/ou tributário, e 7 (20,5%) são especializados em direito do Estado (constitucional e/ou administrativo) –, ao lado da valorização dos investimentos na especialização em direito processual – caso de 15 (44,1%) dos ministros daquela corte; por outro lado, apenas 8 (23,5%) são especializados em direito privado (Gráfico 29).

³⁹ Assim como no Quadro 3, foram consideradas as áreas de especialização informadas no *Anuário da Justiça 2008* (Consultor Jurídico, 2008a), ainda que não se refiram a um título formal de especialização.

Gráfico 29

Número de ministros do Superior Tribunal de Justiça, por área de especialização (Brasil, 2007)

Fonte: Consultor Jurídico (2008a)

A mesma característica do campo político da justiça estatal, de valoração de certas especializações do direito – mais especificamente, do direito público, do direito constitucional e do direito processual –, pode ser verificada na composição da primeira comissão de juristas formada em 2003 pela Secretaria de Reforma do Judiciário para a análise dos projetos então em curso no Congresso Nacional e sugestões de encaminhamento do processo legislativo. Como se vê no Quadro 9, dos quatro membros daquela comissão, dois são especializados academicamente em direito constitucional – sendo que Luiz Edson Fachin, apesar de seus investimentos acadêmicos em direito civil, é membro da Academia Brasileira de Direito Constitucional. Além disso, embora não constem no currículo de Aristides Junqueira de Alvarenga menções a títulos acadêmicos ou áreas de especialização profissional, não é descabido afirmar que sua participação na comissão deve-se em grande parte ao fato de ter sido ele procurador-geral da República, à sua proximidade com os círculos das elites do campo político da justiça e de sua atuação junto ao STF em questões constitucionais.

Quadro 9

Funções, área de especialização e titulação acadêmica dos membros da comissão de juristas formada pela Secretaria de Reforma do Judiciário (Brasil, 2003)

Membro	Função à época	Área de especialização	Maior titulação acadêmica
José Renato Nalini	Presidente do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo	Direito constitucional	Doutor
Aristides Junqueira de Alvarenga	Advogado	n.i.	n.i.
Luiz Edson Fachin	Advogado; professor da Universidade Federal do Paraná	Direito Civil	Pós-doutorado
Luís Roberto Barroso	Advogado; professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Direito constitucional	Livre-docente

Fonte: Renault e Bottini (2005); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2009). *Legenda: (n.i.) não informado*

No caso do STF, a valorização do direito do Estado, em geral, e do direito constitucional, em especial, decorre das próprias funções jurisdicionais do tribunal, associadas ao julgamento de questões constitucionais. Nesse sentido, veja-se o perfil do ministro Eros Grau – renomado intelectual e professor da USP, especializado em direito público –, traçado por uma publicação especializada, acerca da relação entre o STF e a Constituição:

Para Eros Grau, o juiz não está na corte para fazer boa imagem ante a sociedade e sim para ser fiel à Constituição. E é essa fidelidade constitucional que o ministro defende. “A sociedade não precisa de um juiz simpático”, diz. Ele sustenta em seus votos e nos debates em plenário que o Supremo não pode controlar a razoabilidade e a proporcionalidade, mas apenas a constitucionalidade das normas. (Consultor Jurídico, 2008a, p. 47)

Contudo, não é apenas da sua relação com a organização política do Estado ou da função jurisdicional do STF que decorre a valorização dos investimentos na *expertise* constitucional. Outra hipótese que explica a valorização dos constitucionalistas nas estruturas de poder da administração da justiça estatal pode estar no advento do chamado *constitucionalismo democrático* (Werneck Vianna e outros, 1997) ou *neoconstitucionalismo*⁴⁰ – do qual Luís Roberto Barroso, citado no Quadro 9, é um dos expoentes no Brasil – como horizonte normativo para a ação do

⁴⁰ Não devo, aqui, ingressar nos debates acerca da coerência teórica interna e das definições conceituais estritas do constitucionalismo democrático e do neoconstitucionalismo; ao contrário, para fins de minha argumentação, é suficiente concordar com a posição de Dimoulis (2008) sobre a possibilidade de agregação, sob o rótulo genérico de *neoconstitucionalismo*, de um conjunto de posições doutrinárias e normativas acerca das constituições e do direito constitucional, que comungam de pressupostos e postulados comuns – basicamente, aquelas características apontadas pela crítica de Dimoulis, transcrita acima, e que, acredito, servem igualmente para a caracterização do constitucionalismo democrático apresentada por Werneck Vianna e outros (1997).

Poder Judiciário e de seus agentes (Sadek, 2004a, b). Segundo Dimitri Dimoulis (2008),

parece haver consenso doutrinário em torno do fato que a atual conjuntura da teoria do direito poderia ser descrita como “neoconstitucionalista”. Isso ocorre por duas razões. Primeiro, em razão da opinião geral de que os ordenamentos jurídicos modernos não podem ser corretamente entendidos e operacionalizados sem constante referência aos mandamentos constitucionais. A atualidade e onipresença da Constituição (e dos constitucionalistas) nos debates modernos, muitas vezes indicada como “constitucionalização do ordenamento jurídico”, indica que o movimento do constitucionalismo adquiriu nova força que muitos descrevem como surgimento de um “neoconstitucionalismo”.

Segundo, há também acordo sobre o fato que a Constituição não pode ser corretamente interpretada sem atribuir centralidade aos seus princípios, sendo que muitos partidários da visão principiológica se apresentam como “neoconstitucionalistas”. (p. 1-2)

Discursos sociológicos, racionalidade gerencial e administração da justiça

Entretanto, como já sugerido anteriormente, não são apenas juristas (publicistas, constitucionalistas ou processualistas) os especialistas que assumem posições de poder no campo político da justiça. No campo interdisciplinar genericamente chamado de *sociologia da administração da jurídica* surge um novo tipo de *expertise* que tem possibilitado aos seus possuidores o trânsito pelo campo político da justiça e a passagem ou associação a posições dominantes na administração da justiça estatal. Analisando o surgimento desse campo de estudos no pós-guerra, Boaventura de Sousa Santos (1996) define o que chama de *sociologia da administração da justiça*, ou seja, o conjunto de estudos

sobre a organização dos tribunais, sobre a formação e o recrutamento dos magistrados, sobre as motivações das sentenças, sobre as ideologias políticas e profissionais dos vários sectores da administração da justiça, sobre os bloqueamentos dos processos e sobre o ritmo do seu andamento em suas várias fases. (p. 166)

Buscando identificar o papel da sociologia como recurso dos juristas em suas lutas por redefinições do campo, Engelman (2006a) recupera o histórico dessa produção científica, reconhecendo três tendências de estudos sobre a justiça e o direito no Brasil: a *sociologia jurídica*, produzida por juristas num esforço teórico-

normativo de crítica social ao direito positivo, exemplificada por autores associados ao chamado movimento do *direito alternativo* (como Edmundo Lima de Arruda Júnior, Antonio Carlos Wolkmer e Horácio Wanderley Rodrigues, da Universidade Federal de Santa Catarina) ou do *direito achado na rua* (como José Geraldo de Sousa Jr., da Universidade de Brasília); a *sociologia do direito*, que surge como um ramo especializado da sociologia, elaborada por juristas convertidos em cientistas sociais (como José Eduardo Faria, da Universidade de São Paulo, e Joaquim Falcão, da Universidade Federal de Pernambuco) e por sociólogos e antropólogos preocupados com a demonstração empírica do funcionamento real da justiça e do direito no Brasil (sendo exemplos dessa produção os estudos produzidos por Roberto Kant de Lima na Universidade Federal Fluminense, e por Sérgio Adorno no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo); e a *abordagem institucionalista*, promovida por cientistas políticos, destacando-se como exemplos dessa vertente os estudos produzidos pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), sob coordenação de Luis Werneck Vianna, e as pesquisas coordenadas por Maria Tereza Sadek no Instituto de Estudos Econômicos, Políticos e Sociais de São Paulo (IDESP) e no Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais (CEBEPEJ).⁴¹

De acordo com a análise de Engelman (2006a), a produção científica na área de sociologia da administração da justiça (incluindo as sociologias jurídica e do direito, bem como os estudos de ciência política sobre as instituições do sistema de justiça) tem impactos nas lutas internas do campo jurídico, por fornecer subsídios para as definições e redefinições acerca do direito e da atividade jurídica, podendo, portanto, ser utilizada pelos juristas (mesmo quando produzidas por cientistas sociais) como recursos nessas lutas. Segundo o autor,

Os investimentos em titulação acadêmica, por parte dos juristas posicionados na esfera do ensino universitário de pós-graduação, tendem a diminuir as fronteiras entre uma “sociologia jurídica”, originária da vertente “marxista” e voltada para a crítica retórica da tradição jurídica, e uma “sociologia do direito”, que utiliza métodos empíricos de pesquisa. Nesse sentido, a “sociologia do direito” legitimada no âmbito do espaço acadêmico das Ciências Sociais, em grande medida, praticada por juristas com

⁴¹ Neste trecho da tese, e para fins de mera ilustração, citei apenas alguns autores que podem ser considerados “exponenciais” ou “pioneiros” de cada uma das abordagens sociológicas classificadas por Engelman (2006a); para uma revisão mais detalhada dessa literatura, veja-se o trabalho original de Engelman e também as já citadas revisões feitas por Junqueira (1996), Sadek (2002) e Sinhoretto (2007).

formação sociológica, tem na sua pauta de pesquisa as temáticas dos “direitos humanos”, do “acesso à justiça” e da “criminologia e violência”, ou, a partir da década de 90, temas como o da “reforma do judiciário”. Há a predominância de um conjunto de temas reconversíveis no espaço dos juristas, associados ao lugar que a “sociologia” ocupa na divisão do trabalho jurídico, como “disciplina auxiliar”, mas capaz de assegurar ganhos jurídicos e simbólicos aos “sociólogos do direito”. (p. 36)

Embora a participação dos cientistas sociais nos debates públicos sobre o funcionamento e a reforma da justiça remonte aos anos iniciais da redemocratização (Junqueira, 1996), seu posicionamento político mais evidente pode ser percebido no processo político da Reforma do Judiciário de 2004 – quando, porém, os cientistas políticos parecem assumir uma posição privilegiada, em relação aos seus colegas sociólogos e antropólogos. A pesquisadora-sênior do CEBEPEJ e professora do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Maria Tereza Sadek, que vinha realizando estudos sobre a administração da justiça desde os anos de 1990, no âmbito do extinto IDESP, foi a coordenadora das pesquisas sobre os Ministérios Públicos, as Defensorias Públicas e os Juizados Especiais Cíveis no Brasil, realizadas pela Secretaria de Reforma do Judiciário (2004b, 2006a, c, d), além de ter realizado estudos e debates no âmbito de associações profissionais, como a Associação dos Magistrados Brasileiros e a Confederação Nacional de Membros do Ministério Público, tendo dessa forma se capacitado como interlocutora autorizada junto aos agentes originários do campo jurídico, colocando seu capital acadêmico exógeno no contexto das lutas do campo no momento da Reforma.

Além do CEBEPEJ, produziu estudos para a Secretaria de Reforma do Judiciário o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), entidade de área criminal que congrega parcela considerável dos principais advogados e professores da área, incluindo Márcio Thomaz Bastos e seus antecessores imediatos no Ministério da Justiça, e com forte atuação política na gestão de políticas de segurança e justiça, em reformas legislativas e na nomeação de ministros do STF e do STJ desde os anos 1990;⁴² importante dizer, contudo, que, assim como ocorreu

⁴² A partir de minha própria experiência como associado, pesquisador e coordenador-adjunto do Núcleo de Pesquisas do IBCCRIM, posso testemunhar a importância das gestões desse Instituto em pelo menos quatro episódios que demonstram seu poder no campo político da justiça: as indicações de José Carlos Dias e Miguel Reale para o Ministério da Justiça, no governo de Fernando Henrique Cardoso, e as indicações de Maria Tereza Rocha de Assis Moura para o STJ e de Antonio Cesar Peluso para o STF. Sobre a formação do grupo originário do IBCCRIM a partir da cúpula da magistratura paulista, sua relação com o associativismo da magistratura e com reformas da

no caso do CEBEPEJ (fundado e presidido pelo processualista Kazuo Watanabe e ligado ao grupo de especialistas do IBDP e da Escola Processual Paulista), a associação com o prestígio dos juristas do IBCCRIM colaborou para a legitimação, no campo jurídico, de conhecimentos exógenos – no caso, dos sociólogos atuantes em seu Núcleo de Pesquisa, especialmente Jacqueline Sinhoretto, coordenadora de mapeamento sobre as formas de alternativas de resolução de conflitos no Brasil (Secretaria da Reforma do Judiciário, 2005f), e Renato Sérgio de Lima, consultor do *II Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil* (Secretaria de Reforma do Judiciário, 2006b). Importante dizer que Sinhoretto e Lima foram orientandos de pós-graduação de Sérgio Adorno, professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e que faz parte, assim como Maria Tereza Sadek, de uma primeira geração de cientistas sociais dedicados a temas de administração da justiça no Brasil, desde a redemocratização.

Por fim, importante mencionar o papel da Fundação Getúlio Vargas (FGV), reconhecida na produção de conhecimento da área de administração pública e privada e que produziu o primeiro estudo publicado pela Secretaria de Reforma do Judiciário (2004a), o *Diagnóstico do Poder Judiciário*, que teve grande impacto no início dos debates sobre a Reforma, provocando críticas e reações por parte de membros do Judiciário, justificando inclusive que, em reação, o STF produzisse levantamento alternativo – o *Justiça em Números* –, que acabou, por fim, se consolidando como a principal fonte anual de dados sobre o funcionamento da justiça estatal no Brasil. Posteriormente, e em associação com o CEBEPEJ, a Escola de Direito de São Paulo da FGV (Direito GV) produziu para a Secretaria de Reforma do Judiciário (2007) estudo sobre o impacto do funcionamento dos cartórios judiciais sobre a morosidade processual. Também ligada à FGV, como diretor da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação (Direito Rio), é a figura de Joaquim Falcão, advogado formado pela Universidade Federal de Pernambuco e com incursões pela sociologia jurídica, em temas de reforma e administração da justiça no Brasil, desde o início dos anos 1980, e que pode ser considerado um dos principais intelectuais da Reforma do Judiciário, tendo assumido assento nas duas primeiras composições do Conselho Nacional de Justiça. Além disso, na Direito Rio, Falcão criou um mestrado profissional em Poder Judiciário, voltado à capacitação de

administração da justiça na década de 1990, ver Eneida Gonçalves de Macedo Haddad e outras (2003) e Sinhoretto (2007).

juízes, servidores judiciais e outros profissionais do direito para a modernização jurisdicional e administrativa do sistema de justiça, oferecendo uma formação interdisciplinar que, de certa forma, busca institucionalizar, no campo acadêmico do direito, um espaço de produção científica relacionado às novas *expertises* sobre a administração da justiça, que analisarei a seguir, e que se baseiam nos conhecimentos acumulados pela administração pública, pela economia e pelas ciências sociais.

Nesse aspecto, a posição assumida pela FGV nos debates sobre a administração e a reforma da justiça parece estar associada a outro movimento que ganha relevância no campo político da justiça estatal: a inclusão de economistas e especialistas em gestão e administração pública no campo de especialistas em administração da justiça. Tal movimento pode ser considerado uma atualização de velhos conflitos entre bacharéis e outros técnicos (engenheiros, gerentes e tecnocratas) no Brasil e no mundo, com exemplos: na ascensão do positivismo cientificista e nas reformas urbanas no início do século XX (Coelho, 1999) e no reposicionamento de elites pós-Revolução de 1930 (Santos, 1978; Miceli, 1979), bem como um prolongamento da chamada “revolução dos gerentes” (Bottomore, 1965; Mills, 1969) e da ascensão dos economistas (Dezalay; Garth, 2000, 2002), movimentos que reordenaram as posições dos especialistas nos campos nacionais e internacionais do poder. Além disso, tal movimento de ascensão de um discurso político baseado na racionalidade gerencial e econômica parece estar diretamente relacionado com a emergência de uma agenda racionalizadora para a reforma do Estado na década de 1990, com reflexos na reforma da justiça no Brasil (Sadek, Arantes, 2001), e tende a valorizar os conhecimentos daqueles agentes portadores de títulos e de conhecimentos associados a habilidades gerenciais, ao controle de processos de gestão, à busca de eficiência e racionalidade nas organizações e ao impacto do “ambiente jurídico” para as atividades econômicas e empresariais.

As dimensões do choque entre essas racionalidades diversas foram analisadas com precisão por José Eduardo Faria (2004), que percebeu seus reflexos nas lutas do campo jurídico e nos movimentos por sua reforma:

Quanto menor a estabilidade macroeconômica, maior a crise de governabilidade – esse seria, segundo os governantes, o efeito que o “idealismo formalista” da magistratura os impediria de neutralizar. Quanto maior a discricionariedade dos governantes, menor a certeza jurídica – esse seria, segundo juízes e promotores, o efeito corrosivo de uma “razão econômica” que, situada fora do domínio das determinações jurídicas e deixada sem efetivo controle constitucional, conduziria à progressiva erosão do Estado de Direito. Não foi por coincidência que, na dinâmica desse embate entre juízes e promotores “desatentos” às consequências macroeconômicas de suas decisões e economistas que freqüentemente desconhecem os fundamentos jurídicos que alicerçam suas estratégias de desenvolvimento, passaram a ganhar corpo as propostas de criação do controle externo sobre a magistratura, de ampliação do número de mecanismos processuais de proteção antecipada do Executivo contra demandas que os cidadãos possam ajuizar contra ele (como a ação declaratória de constitucionalidade e o incidente de constitucionalidade) e de imposição da súmula vinculante. Mas isso só ocorreu depois que parte da corporação judicial começou a pressionar diferentes setores da administração pública com o objetivo de criar as condições necessárias para a implementação dos direitos econômicos e sociais assegurados pela Constituição de 1988; ou, então, a interpretá-la em perspectiva oposta aos interesses dos responsáveis pelas políticas de “ajuste fiscal” e estabilização monetária no âmbito do Executivo; ou, ainda, a tomar decisões com enormes custos para a “governabilidade”, como nas ações relativas à criação de novos tributos, desindexação de salários, privatização de empresas públicas etc. (p. 107)

No mesmo sentido, Sérgio Sérulo da Cunha, chefe de gabinete do Ministério da Justiça à época da Reforma do Judiciário, aponta o conflito entre diferentes perspectivas da atividade jurisdicional, que ensejam, por sua vez, diferentes propostas de reforma; mais do que isso, o gestor do Ministério da Justiça entrevistado⁴³ aponta o que chama de “ingerências” do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no processo de reforma dos sistemas de justiça de diversos países, baseadas justamente na visão econômica do direito e da justiça:

[...] ingerências que vêm daquela perspectiva econômica do Judiciário e começam a colocar, então, o Judiciário dentro do ‘custo Brasil’, por exemplo. E começam a exigir determinadas soluções, segundo uma perspectiva que não me parece a perspectiva que atenda, então, às necessidades exatamente das classes menos favorecidas. [...]

Por exemplo, quando eu falo isso eu penso no BID, porque o BID faz... tira determinados retratos do judiciário de vários países e apresenta soluções a partir de uma visão daquela coisa econômica do direito, pra ver os custos, não é; o que representa... a demora na solução das demandas... por exemplo, no desestímulo aos investimentos externos no Brasil. (entrevista com Sérgio Sérulo da Cunha)

⁴³ Entrevista realizada por mim e Jacqueline Sinhoretto, para pesquisa realizada pelo IBCCRIM sobre os Centros Integrados de Cidadania, cujo resultado pode ser visto em Eneida Gonçalves de Macedo Haddad e outros (2006).

No embate entre agentes com diferentes visões de mundo (caracterizadas por diferentes *racionalidades*), novos atores externos ao campo jurídico ingressam no contexto das lutas pela reforma e pela administração da justiça estatal. O primeiro tipo de ator externo, portador de racionalidade econômica (e de agenda reformista correlata), como já sugerido pelo depoimento transcrito acima, é aquele representado pelos organismos multilaterais que financiaram e estimularam reformas judiciais no Brasil e na América Latina, especialmente o BID e o Banco Mundial (Sureda; Malik, 1999; Thome, 2000; Dezalay; Garth, 2002; Cunha, 2008). A entrada desses agentes externos aos campos jurídicos latino-americanos não se deu sem resistências (especialmente por parte de juízes e tribunais) e composições com os agentes originários do campo (especialmente os advogados de negócios, mas também os grupos de sustentação da agenda “democratizante” da reforma da justiça); entretanto, para a incorporação e “nacionalização” da agenda reformista daqueles organismos multilaterais, foi necessária também, e principalmente, a aliança ideológica e a legitimação de agentes nacionais portadores do mesmo tipo de racionalidade econômica-gerencial (Thome, 2000; Dezalay; Garth, 2002).

Nesse sentido, é possível citar como exemplos: os trabalhos de intelectuais como Armando Castelar Pinheiro (2000, 2003a, b, 2004) sobre a reforma da justiça, quem ocupa posição importante nos debates públicos e acadêmicos sobre reforma e administração da justiça; a associação entre as Escolas de Economia e de Direito da FGV de São Paulo para a produção do Índice de Confiança na Justiça (Direito GV, 2009); e os trabalhos de consultoria especializada feitos pela FGV para diagnóstico da situação administrativa de diversos tribunais brasileiros, entre os quais é possível citar como pioneiros os projetos desenvolvidos no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e no Tribunal de Justiça de São Paulo.

O depoimento de um consultor responsável pelos projetos de aperfeiçoamento de gestão daqueles dois tribunais fornece um exemplo ilustrativo das diferentes concepções do trabalho judiciário mantidas por juristas e por administradores e do grau de conflituosidade surgido da introdução de concepções racionalizadoras de gestão na administração da justiça estatal, especialmente no confronto entre uma nova elite de especialistas e as elites judiciais já consolidadas. Segundo o engenheiro, mestre em administração de empresas, professor e consultor da FGV, José Ernesto Lima Gonçalves (2008),

No início é comum confundirem o trabalho de modernização com uma ofensa ou intromissão, como se a equipe de consultores chegasse para atrapalhar o andamento de uma rotina que todos dominam. Ao ouvir a palavra modernização, sentem como se estivessemos dizendo que eles são ultrapassados, antiquados. [...]

A modernização e sobretudo a introdução de práticas que utilizam a informática mexem e algumas vezes até desestabilizam as pessoas. Há reações diferentes nos vários setores hierárquicos. Por exemplo, tem quem se rebele no alto escalão porque associa um trabalho de reformulação à diminuição de seu poder, do número de funcionários sob sua chefia, à eliminação de algumas assinaturas, ou seja, em sua percepção as mudanças propostas tornarão o seu cargo menos importante. Já no baixo escalão os funcionários estão acostumados com o conforto da rotina, a executar o trabalho de uma determinada maneira, sabendo exatamente com que cor carimbar, qual dos carimbos usar. No momento em que essa rotina é alterada, e que tarefas são eliminadas, esses servidores estranham.” (p. 15-6)

O discurso da racionalidade administrativa e do padrão gerencial de gestão do sistema de justiça não é monopólio, contudo, de agentes com formação especializada, estranhos ao mundo do direito, mas vem sendo incorporado nas práticas e nos discursos oficiais das próprias instituições e organizações do sistema de justiça. Assim, é possível dizer que boa parte da atuação do CNJ, desde sua criação está voltada para a implementação de modelos de gestão dos tribunais, buscando racionalização e padronização administrativa, com base em modelos gerenciais de gestão organizacional: o estabelecimento de metas para a atividade judicial, a realização de vitórias em tribunais estaduais e a normatização, em âmbito nacional, de questões ligadas à administração dos diversos tribunais do país, em temas como vencimentos, critérios de promoção e informatização.

A percepção, pela própria elite de juristas do campo político da justiça, da importância da racionalidade administrativa para a direção da justiça estatal fica evidente no depoimento de Aristides Junqueira de Alvarenga (2005) – advogado, ex-procurador-geral da República e membro da primeira comissão formada pela Secretaria de Reforma do Judiciário, em 2003, para retomada do processo legislativo da Reforma no Congresso:

A boa gestão é o caminho para encontrar os meios processuais adequados para dar mais rapidez aos processos. Tem que haver um administrador que perceba os reais problemas do Judiciário e que impeça as reformas processuais de serem fruto apenas de elucubração teórica. (p. 14)

Nesse aspecto, veja-se também o perfil (intitulado “Justiça mais racional”) traçado por uma publicação especializada acerca da atuação de Ellen Gracie

Northfleet – que tem em seu currículo cursos de especialização em gestão de tribunais, realizados nos Estados Unidos – na presidência do STF e do CNJ:

Depois de dois anos na presidência do Supremo e prestes a encerrar seu mandato, a ministra Ellen Gracie provou que: 1) juiz também sabe administrar; 2) nem sempre é preciso contratar um profissional especializado para colocar ordem no tribunal. Provou também que é uma administradora eficaz, moderna, entusiasta da tecnologia. (Consultor Jurídico, 2008a, p. 27)

O perfil gerencial da ministra, relatado pela publicação especializada, busca, justamente, anunciar a incorporação de uma nova racionalidade e de novas competências pelos juristas do campo. Entretanto, e ao contrário do que o trecho transcrito pode sugerir, não se trata de uma oposição ou de uma resistência, dos juristas, aos especialistas em administração. Na verdade, os dados coletados nesta tese demonstram que uma nova elite de especialistas se organiza e se posiciona, no campo político da justiça, em aliança com as elites jurídicas já consolidadas.

Juristas, cientistas políticos e gestores: uma nova elite de experts?

A nova aliança entre lideranças institucionais do sistema de justiça, *experts* juristas (especialmente processualistas e especialistas em direito do Estado) e não juristas (especialmente os especialistas em gestão e cientistas políticos) pode ser verificada na seleção de temas e autores que compuseram coletânea de textos organizada pelos ex-secretários de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça Sérgio Rabello Tamm Renault e Pierpaolo Bottini, após a aprovação da Emenda Constitucional nº 45 de 2004, que encerrou um primeiro ciclo político da Reforma do Judiciário. Todos os autores de artigos da coletânea tiveram alguma relação com o processo político da Reforma do Judiciário que resultou na citada Emenda Constitucional, e suas trajetórias, resumidas no Quadro 10,⁴⁴ reproduzem as estruturas de capitais dominantes nessa dimensão do campo político da justiça estatal.

⁴⁴ Inclui apenas as menções expressas nos próprios artigos dos autores.

Quadro 10**Trajatórias acadêmicas e profissionais dos autores de artigos da coletânea *Reforma do Judiciário* (Renault; Bottini, 2005)**

Autores	Trajatória	Título do artigo
Sérgio Rabello Tamm Renault	Advogado; secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça	Primeiro passo
Pierpaolo Bottini	Advogado; diretor de Modernização da Administração da Justiça da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça	
Joaquim Falcão	Professor de direito constitucional e diretor da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas	Estratégias para a Reforma do Judiciário
Sérgio Sérulo da Cunha	Advogado; professor da Faculdade Católica de Santos; ex-secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura de Santos; chefe de gabinete do ministro da Justiça	A arcaica súmula vinculante
Luís Roberto Barroso	Advogado; professor de direito constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; doutor livre-docente pela UERJ; mestre em direito pela <i>Yale Law School</i> (EUA)	Constitucionalidade e legitimidade da criação do Conselho Nacional de Justiça
Ives Gandra da Silva Martins	Professor emérito da Universidade Mackenzie, UNIFMU e da Escola de Comando e Estado Maior do Exército; presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, da Academia Paulista de Letras e do Centro de Extensão Universitária	Conselho Nacional de Justiça
José Eduardo Martins Cardozo	Deputado federal; professor de direito da PUCSP; professor do Complexo Jurídico Damásio de Jesus; presidente da Comissão Especial de Reforma do Judiciário da Câmara dos Deputados	Direitos e deveres de magistrados e membros do Ministério Público
José Renato Nalini	Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e membro da Comissão de Reforma do Judiciário da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça	A democratização da administração dos tribunais
Amauri Mascaro do Nascimento	Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas; presidente honorário da Academia Nacional de Direito do Trabalho; professor titular de direito do trabalho da Faculdade de Direito da USP e professor contratado da PUC e FMU de São Paulo	Novas competências da Justiça do Trabalho
Aristides Junqueira Alvarenga	Ex-procurador-geral da República e advogado	O Ministério Público segundo a Constituição da República Federativa do Brasil
Luiz Edson Fachin	Professor titular de direito civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná; membro da Comissão de Reforma do Judiciário da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça; membro da Academia Brasileira de Direito Constitucional; doutor em direito das relações sociais pela PUCSP; membro da <i>International Society of Family Law</i> , do Instituto Brasileiro de Direito de Família, do Instituto dos Advogados do Brasil e da Academia Paranaense de Letras Jurídicas	A tutela efetiva dos direitos humanos fundamentais e a Reforma do Judiciário
Sebastião Botto de Barros Tojal	Mestre e doutor em direito do Estado pela USP; professor doutor de teoria geral do Estado da USP e professor do curso de especialização em direito sanitário da Faculdade de Saúde Pública da USP; membro do Conselho Estadual da OABSP; advogado	Panorama constitucional atual e perspectivas sobre as regras de foro por prerrogativa de função pública para agentes políticos
Flávio Crocce Caetano	Mestre e doutorando em direito do Estado pela PUCSP; professor de direito administrativo e de direitos humanos da PUCSP; professor do curso de especialização em direito administrativo da PUCSP e do curso de especialização em direito processual constitucional da UNISANTOS; advogado	
Maria Tereza Aina Sadek	Professora de pós-graduação do Departamento de Ciência Política da USP e pesquisadora sênior do CEBEPEJ	Efetividade de direitos e acesso à justiça
Cândido Rangel Dinamarco	Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo e professor titular de processo civil da USP	O processo civil na reforma constitucional do Poder Judiciário
Ada Pellegrini Grinover	Professora titular de processo penal da USP; presidente do Instituto Brasileiro de Direito Processual	A necessária reforma infraconstitucional
Gilmar Mendes	Ministro do STF; professor de direito constitucional da UnB; mestre em direito pela UnB; mestre e doutor em direito pela Universidade de Münster (Alemanha); membro e fundador do Instituto Brasiliense de Direito Público; membro do Conselho Assessor do <i>Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional</i> do Centro de Estudios Políticos y Constitucionales (Espanha); membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas	Passado e futuro da súmula vinculante: considerações à luz as Emenda Constitucional n. 45/2004
Samantha Meyer Pflug	Mestre e doutoranda em direito constitucional pela PUCSP; membro do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo; advogada e professora de direito constitucional do UNICEUB e do IESB	

Fonte: Renault e Bottini (2005); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2009)

Mas é no âmbito do Conselho Nacional de Justiça que parece acontecer a institucionalização formal não só de novas concepções do trabalho judiciário, como também de posições de poder simbólico relacionadas a novas *expertises* não jurídicas da administração da justiça, em aliança com os especialistas em direito e a cúpula do sistema de justiça. Na estrutura organizacional do Conselho existe um Departamento de Pesquisas Judiciárias, que tem objetivos de

desenvolver e fomentar pesquisas sobre o Poder Judiciário brasileiro, tanto no que se refere ao levantamento e sistematização de dados estatísticos sobre ele, quanto no que tange a análises comparadas com a estrutura e funcionamento dos poderes judiciários de outros países, especialmente os latino-americanos [... e de] contribuir para a elaboração da política judiciária e para a gestão estratégica, de forma que o Poder Judiciário possa incrementar a qualidade da prestação jurisdicional à cidadania e contribuir para práticas democráticas em sua própria estrutura e em outros âmbitos de poder. (Conselho Nacional de Justiça, 2010)

Ligado a esse Departamento há um Conselho Consultivo, implementado em março de 2009, cuja composição pode ser verificada no Quadro 11.

Quadro 11**Trajетórias acadêmicas e profissionais dos membros do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (Brasil, 2009)**

Membro	Trajетória acadêmica	Trajетória profissional
Armando Manuel da Rocha Castelar Pinheiro	Graduação em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (1977); mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1983); mestre em Matemática pela Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (1981); doutor em Economia - University of California (1989).	Pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas; professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Carlos Augusto Lopes da Costa	Graduado em Engenharia Eletrônica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986),	Coordenador-executivo do Núcleo de Planejamento Estratégico e Avaliação de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas; diretor executivo da empresa de consultoria MCI – Estratégia; consultor na área de planejamento estratégico e coordenador das pesquisas de opinião e comunicação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2001-4); presidente do Instituto de Planejamento do Estado de Pernambuco (1999-2001); coordenador Especial de Relações Institucionais (1998-9) e Superintendente de Tecnologia da Informação (1996-8) da Companhia Hidroelétrica do São Francisco; consultor da Promon Engenharia S.A.
Elizabeth da Costa Sussekind	Graduada em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)(1975); mestre em direito e desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1984).	Secretária Nacional de Justiça (1999-2002); pesquisadora do Museu da República; professora-adjunta da PUC-RJ.
Everardo Maciel	Graduado em geologia (instituição n.i.).	Consultor tributário e sócio-presidente da Logos Consultoria Fiscal; professor do Instituto Brasileiro de Direito Público; presidente do Centro Interamericano de Administrações Tributárias; secretário da Receita Federal (1995-2002), secretário de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal (1991-1994), secretário-executivo dos Ministérios da Fazenda (2002), do Interior (1987), da Educação (1985), e da Casa Civil da Presidência da República (1986); ministro interino da Fazenda, da Educação e do Interior; secretário da Fazenda (1979-1982) e da Educação (1983), e Superintendente do Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (1972-1975); professor da Universidade Católica de Pernambuco (1969-1975).
Francisco José Cahali	Graduado (1985), mestre (1995) e doutor (2001) em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).	Advogado; professor-assistente da PUC-SP.
Kazuo Watanabe	Bacharel (1959), especialista (1969 e 1970), mestre (1978), e doutor (1985) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).	Advogado; consultor jurídico; desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo; fundador e presidente do Centro de Estudos e Pesquisas Judiciais; professor das Faculdades de Direito de Guarulhos e da USP, e das Faculdades Metropolitanas Unidas.
Luiz Jorge Werneck Vianna	Graduado em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1962); graduado em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1967); doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (1976).	Professor titular do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ); coordenador do Centro de Estudos Direito e Sociedade (CEDES/IUPERJ).
Maria Tereza Sadek	Graduada (1969) e mestre (1977) em ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo (1984).	Pesquisadora-sênior do Centro de Estudos e Pesquisas Judiciais (CEBEPEJ); pesquisadora do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos (IDESP).
Vladimir Passos de Freitas	Graduado em direito pela Faculdade Católica de Direito de Santos (1968); mestre (1989) e doutor (1999) em direito pela Universidade Federal do Paraná.	Promotor de justiça, juiz e desembargador federal; professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (2010); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2009)

Além de possuir membros não juristas em número maior (cinco) do que o de juristas (quatro), a composição do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ reflete a institucionalização de uma nova *expertise* relacionada à administração da justiça, constituída a partir da aliança entre juristas (especialmente processualistas) e não-juristas (especialmente cientistas políticos, economistas e administradores públicos). A presença de Kazuo Watanabe, já citado representante da Escola Processual Paulista, presidente e fundador do CEBEPEJ, parece indicar que essa nova *expertise* não surge em conflito, mas em aliança com o poder já consolidado dos especialistas em direito processual. Além disso, a participação de cientistas políticos sugere a preponderância da ciência política sobre a sociologia e a antropologia dos objetos jurídicos, certamente por conta da temática institucional das políticas públicas e das reformas, dominante naquela disciplina, apesar da importância de sociólogos e antropólogos no desenvolvimento da sociologia da administração da justiça no Brasil e na realização dos já citados estudos produzidos pela Secretaria de Reforma do Judiciário. Em outras palavras, o ingresso, no campo político da justiça, de novos saberes (sociológicos, gerenciais e tecnocráticos), relacionados à administração da justiça estatal, parece configurar uma nova elite de especialistas na direção do aparato burocrático da justiça e, dessa forma, uma nova posição de poder naquele campo, capaz de dividir posições com a elite dos processualistas, cuja *expertise* está mais diretamente relacionada com a dimensão procedimental do funcionamento da justiça estatal.

PARTE III

CAMPO JURÍDICO E CAMPO PROFISSIONAL

Capítulo 6. Do bacharelismo à profissionalização

Como sugerido anteriormente, a autonomização relativa do campo jurídico em relação aos outros campos de poder e, em especial, ao campo da política em sentido estrito passou pela progressiva burocratização da justiça estatal e, principalmente, pela profissionalização de seus grupos ocupacionais principais. A evolução dessa progressiva diferenciação do campo jurídico em relação ao campo político pode ser verificada na comparação entre as trajetórias políticas de membros do STF, agregadas de acordo com o período de sua indicação para a corte (Gráfico 30).

Gráfico 30

Porcentagens de ministros do Supremo Tribunal Federal com passagens por cargos políticos legislativos e executivos (Brasil, 1827 a 2008)

Fonte: Supremo Tribunal Federal (2009)

Como se vê no Gráfico 30, a proporção de membros do STF com passagens pela política diminuiu progressivamente ao longo do tempo, permanecendo, contudo, em torno de 20% (quatro) dos ministros indicados no período da redemocratização, com passagens por cargos políticos federais (deputados, senadores) e/ou de ministro de Estado, e 10% (dois) dos vinte indicados nesse mesmo período com passagens por cargos políticos estaduais (deputado estadual). Por outro lado, nenhum dos ministros do STF em exercício no ano de 2008 passou por cargos políticos de chefia de executivo, representação parlamentar ou de ministro de governo federal; já no STJ, entre os ministros componentes da corte no ano de 2007, apenas um exerceu mandato de vereador municipal.

Considerando-se, porém, a posição de poder do campo político da justiça representada pelo Ministério da Justiça, percebe-se que o capital simbolizado pela passagem por atividades políticas em sentido estrito permanece valorizado, como se vê nas trajetórias políticas e profissionais dos ministros da Justiça dos governos republicanos do período da redemocratização (Quadro 12). Nesse aspecto, os dados contidos no quadro seguinte devem ser analisados com duas ressalvas. A primeira é a de que o peso real do Ministério da Justiça nas relações de poder do campo político da administração da justiça estatal é variável e, muitas vezes, depende de conjunturas específicas de lutas em torno de reformas legislativas ou institucionais da justiça; em geral, não é descabido afirmar que em muitos períodos da história republicana, e até tempos recentes da redemocratização, o papel do órgão abrangia funções diversas, incluindo funções de coordenação institucional e política de governo, atualmente a cargo da Casa Civil da Presidência da República e/ou do Ministério das Relações Institucionais.⁴⁵ A segunda ressalva a ser considerada, e que tem a ver com a primeira, é a de que, até mesmo por suas funções muitas vezes mais políticas do que jurídicas, parece compreensível que os titulares do Ministério da Justiça sejam recrutados entre quadros com trajetórias políticas predominantes – daí se entender, por exemplo, a passagem de um

⁴⁵ O chefe de gabinete do Ministério da Justiça à época da Reforma do Judiciário, entrevistado por mim e Jacqueline Sinhoretto em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (Haddad e outros, 2006) e já citado anteriormente, reproduziu a seguinte expressão, que atribuiu a um ex-ministro da Justiça e do STF: “[...] o Ministério da Justiça trata de uma tanta variedade, uma enorme variedade de assuntos, que vão da toga à tanga” (entrevista com Sérgio Sérulo da Cunha) – referindo-se, obviamente, à competência do Ministério em assuntos diretamente relacionados à administração da justiça (a *toga*, roupa do juiz), mas também a outras questões de ordem política interna, como no caso da política indigenista (a *tanga*, roupa do índio), gerida pela Fundação Nacional do Índio (Funai), ligada ao Ministério.

engenheiro, de um militar e de um bacharel em direito, sem inserção profissional em carreiras jurídicas, pela chefia do Ministério.

Quadro 12

Trajetórias políticas e profissionais de ministros da Justiça (Brasil, 1985 a 2010)

Ministro da Justiça	Trajetória política	Trajetória profissional
Fernando Lyra (1985-6)	Deputado estadual; deputado federal	Advogado
Paulo Brossard (1986-9)	Deputado federal; senador	Advogado
Oscar Dias Correia (1989)	Deputado estadual; deputado federal	Advogado
Saulo Ramos (1989-1990)	-	Advogado
José Bernardo Cabral (1990)	Deputado estadual; deputado federal; senador	Advogado
Jarbas Passarinho (1990-2)	Governador; senador	Militar
Célio Borja (1992)	Deputado estadual; deputado federal	Advogado
Maurício Corrêa (1992-4)	Senador	Advogado
Alexandre de Paula Dupeyrat Martins	-	Advogado
Nelson Jobim (1995-7)	Deputado federal	Advogado
Milton Seligman (1997)	Presidente do PMDB no Distrito Federal	Engenheiro
Iris Rezende (1997-8)	Vereador; prefeito; deputado federal; governador; senador	Advogado
Renan Calheiros (1998-9)	Deputado estadual; deputado federal; senador	Bacharel em direito
José Carlos Dias (1999-2000)	-	Advogado
José Gregori (2000-1)	Deputado estadual	Advogado
Aloysio Nunes Ferreira Filho (2001-2)	Deputado estadual; deputado federal; vice-governador do estado de São Paulo	Procurador do estado; advogado
Miguel Reale Júnior (2002)	Suplente de senador; vice-presidente do PSDB	Advogado
Paulo de Tarso Ramos Ribeiro (2002-3)	-	Advogado
Márcio Thomaz Bastos (2003-7)	Vereador	Advogado
Tarso Genro (2007-10)	Deputado federal; prefeito	Advogado

Fontes: Senado Federal (2010); Supremo Tribunal Federal (2009); Ministério da Justiça (2010)

As vinculações dos membros das elites jurídicas com o Estado não se resumem, contudo, à atividade política em sentido estrito, podendo passar também pela ocupação de cargos e funções administrativas de diversos níveis hierárquicos, não diretamente relacionados à atividade judicial. Assim, a análise das trajetórias dos ministros do STF por período de nomeação ao longo da história republicana indica proporções consideráveis de juristas com passagens por cargos administrativos do Estado, sendo a maior dessas proporções (55%) verificada entre os membros da corte indicados no período da redemocratização (Gráfico 31).

Gráfico 31

Porcentagens de ministros do Supremo Tribunal Federal com passagens por cargos administrativos (Brasil, 1827 a 2008)

Fonte: Supremo Tribunal Federal (2009)

A fim de se esclarecer a importância dos dados acima para a compreensão das relações entre o campo jurídico e os campos político e burocrático, é importante estabelecer algumas distinções internas à classificação genérica de “cargos administrativos” utilizadas para a agregação dos dados. Afinal, tais cargos podem incluir desde chefia de secretarias de governos estaduais e municipais até a função de telegrafista dos Correios, passando pelos postos de direção de órgãos e empresas públicas, ou de assessoramento de ocupantes de burocratas de primeiro escalão.

No caso de funções administrativas de níveis inferior e médio,⁴⁶ chama a atenção a recorrência de casos de ministros do STF que foram funcionários dos Correios, especialmente na função de telegrafistas, entre os quais é possível citar os casos de Waldemar Cromwell do Rego Falcão (nomeado ministro em 1941), Antonio Martins Vilas Boas (nomeado ministro em 1957), Eloy José da Rocha (nomeado

⁴⁶ Ao classificar as funções de níveis “inferior” e “médio”, não estou me referindo necessariamente ao grau de instrução formal exigido para ingresso e exercício do cargo (ensino básico, médio ou superior), mas sim à posição do cargo ou função nas hierarquias administrativas e de prestígio do Estado brasileiro, em geral associadas à classificação em primeiro, segundo, terceiro, quarto escalões.

ministro em 1966) e Raphael de Barros Monteiro (nomeado ministro em 1967). É importante ressaltar que a ocupação de cargos administrativos de níveis inferiores nas hierarquias administrativas do Estado brasileiro não está necessariamente relacionada a uma situação social e familiar menos favorecida – como ilustra o caso citado de Barros Monteiro, que, como se verá adiante, faz parte de uma dinastia familiar jurídica de posição destacada no campo político da justiça. Esse aspecto, ao contrário, reforça a hipótese de que a passagem por cargos públicos tem a função não somente de permitir maior ascensão social, como também de proporcionar aprendizado prático nas tarefas burocráticas e nos negócios de Estado, mesmo quando o agente já possui capitais sociais e políticos suficientes, produzidos em suas próprias redes de relações. Entre outras funções administrativas de nível médio identificadas na análise das trajetórias de ministros do STF, é possível citar, ainda, as de fiscal (como é o caso de Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa, nomeado ministro em 1946, e que anteriormente foi fiscal de bancos da Fazenda Pública) e de funcionário do Banco do Brasil (como é o caso de Ilmar Nascimento Galvão, nomeado ministro em 1991, e que, tendo ingressado naquele banco antes mesmo de sua entrada na faculdade de direito, construiu carreira ascendente no setor bancário público, chegando a diretor e a presidente do Banco do Estado do Acre).

A ocupação de secretarias de governo, chefias de gabinete e direção de órgãos públicos diversos por futuros ministros do STF é uma constante em todo o período analisado, mas é certamente mais recorrente e representativa no período que vai da Primeira República ao Regime Militar. Neste caso, é possível citar os exemplos de José Júlio de Albuquerque Barros (o Barão de Sobral, nomeado ministro do STF em 1891, e que foi diretor da Instrução Pública e secretário de governos provinciais do Ceará); de João Martins de Carvalho Mourão e de José Philadelpho de Barros e Azevedo (nomeados ministros do STF em 1931 e 1942, respectivamente, e que foram ambos membros da Junta Administrativa da Caixa de Amortização); de Edgard Costa (secretário do Interior e da Justiça do estado do Rio de Janeiro, nomeado ministro do STF em 1945); de Victor Nunes Leal (diretor do serviço de documentação do Ministério da Educação, nomeado ministro do STF em 1960); de Olavo Bilac Pinto (secretário das Finanças do estado de Minas Gerais, nomeado ministro do Supremo em 1970); e de Enrique Ricardo Lewandowski (ministro do Supremo a partir de 2006, tendo sido anteriormente presidente da Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo).

Da mesma forma, considerando-se os ministros da Justiça constantes do Quadro 12, é possível dizer que todos, sem exceção, têm alguma passagem pelo Estado, pois, além dos cargos políticos já identificados, mesmo aqueles sem atividade política estrita indicada no quadro possuem passagens anteriores por cargos administrativos de médio e alto escalão, como se vê dos exemplos mais recentes de: José Carlos Dias (secretário de Justiça do estado de São Paulo); José Gregori (secretário de Participação do estado de São Paulo e chefe de gabinete dos Ministérios da Reforma Agrária, da Previdência Social e da Fazenda); Aloysio Nunes Ferreira Filho (secretário de Transportes Metropolitanos do estado de São Paulo e secretário-geral da Presidência da República); Miguel Reale Júnior (secretário da Administração e Modernização do Serviço Público e de Segurança Pública do estado de São Paulo); e Paulo de Tarso Ramos Ribeiro (secretário da Fazenda do estado do Pará). A circulação desses agentes, juristas de formação, por diversos cargos de assessoria e execução de governo é emblemática de sua posição como *juristas da política*, que será melhor analisada no tópico seguinte (Diagrama 2). O mesmo pode ser dito, por exemplo, dos ministros do TST, no ano de 2007, Emmanoel Pereira (que foi oficial de gabinete do governador do Rio Grande do Norte), Ives Gandra Filho (que foi assessor da Casa Civil da Presidência da República) e Vieira de Mello (oficial de gabinete da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais); bem como dos ministros do STJ, naquele mesmo ano, Francisco Falcão (oficial de gabinete da Prefeitura de Recife e assessor do governo de Pernambuco), Nilson Naves (assessor do Gabinete Civil da Presidência da República) e Peçanha Martins (oficial de gabinete das secretarias do Interior e da Justiça da Bahia).

Por outro lado, especialmente após a redemocratização, destacam-se trajetórias de ministros do STF com passagens por cargos administrativos porém ligados à atividade judicial, como serviços auxiliares de justiça, assessoria e chefia de gabinete de ministros da Justiça e de membros de tribunais superiores. São exemplos disso as trajetórias: de Francisco da Cunha Tavares Melo (nomeado para o Supremo em 1937, tendo sido anteriormente secretário do Tribunal de Justiça do Amazonas); de José Carlos Moreira Alves (chefe de gabinete do ministro da Justiça Alfredo Buzaid e nomeado ministro do STF em 1975); de José Francisco Rezek (ministro do STF nomeado em 1983 e 1992, tendo sido, anteriormente, assessor do então ministro do Supremo Bilac Pinto); de José Celso de Mello Filho (secretário-

geral da Consultoria-Geral da República, ministro do STF a partir de 1989); de José Paulo Sepúlveda Pertence (nomeado para o Supremo em 1989, tendo sido, anteriormente, secretário jurídico do gabinete do então ministro do STF Evandro Lins e Silva); de Ellen Gracie Northfleet (ministra do Supremo a partir de 2000, tendo sido anteriormente assistente técnica do gabinete da Consultoria-Geral do estado do Rio Grande do Sul); e de Gilmar Ferreira Mendes (assessor técnico do Ministério da Justiça, nomeado ministro do STF em 2002).

Trajetórias semelhantes, de passagem por funções administrativas de apoio à atividade judicial, podem ser identificadas nos currículos, relativos ao ano de 2007, dos ministros do TST Rider de Brito (que foi técnico judiciário do Tribunal Regional do Trabalho), Guilherme Bastos (ex-servidor do extinto Tribunal Federal de Recursos), Lelio Bentes Corrêa (foi assessor judiciário do próprio TST), Pedro Manus (foi servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região), Katia Arruda (ex-oficial de justiça do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região) e Gelson de Azevedo (que também foi servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região); bem como dos ministros do STJ Nancy Andrighi (ex-funcionária do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul), Napoleão Maia Filho (foi assessor do presidente do Tribunal de Justiça e do procurador-geral do Ceará) e Nilson Naves (assessor dos ministros do STF Bilac Pinto e Leitão de Abreu). Ao contrário dos casos listados de ministros do STF (em geral, assessores de ministros), algumas das trajetórias de ministros do STJ e do TST relacionadas indicam a predominância de ocupações inferiores na hierarquia dos serviços de apoio judiciário (escreventes, oficiais de justiça, serventuários em geral).

De qualquer forma, seja nos casos de cargos administrativos de alto escalão, seja no caso das funções administrativas de posição inferior na hierarquia burocrática, é possível afirmar que a vinculação ao Estado produz capital simbólico específico, caracterizado pela construção de redes de relações políticas, pelo aprendizado de rotinas burocráticas e pela criação de disposições vocacionais para o exercício de funções superiores do Estado – mesmo nos casos de agentes já possuidores de estruturas significativas de capitais sociais e políticos. Também é possível afirmar, com base nos dados que demonstram a vinculação de membros da elite jurídica a atividades administrativas, a importância do Estado brasileiro como empregador e mecanismo de incorporação e ascensão social (Miceli, 1979; Werneck Vianna e outros, 1997).

Os juristas e a política

Tendo em vista as trajetórias ilustradas acima e considerando o Diagrama 2 como uma representação esquemática das possíveis combinações de capitais políticos e jurídicos das elites jurídicas, percebe-se a persistência de traços do bacharelismo, ainda que transformado, na composição do campo político da justiça e de suas posições de liderança.

Diagrama 2
Estruturas de capitais jurídicos e políticos nas trajetórias de grupos de elites jurídicas

Capital político	+	<i>Bacharéis-políticos (A)</i>	<i>Políticos-juristas (B)</i>
	-	<i>Juristas da política (C)</i>	<i>Juristas-políticos (D)</i>
		-	+
		Capital jurídico	

Fonte: elaborado pelo autor

Os *bacharéis-políticos* (A) são aqueles agentes com formação superior jurídica, mas com atividade política predominante. Esse tipo-ideal é representado pela quantidade considerável de bacharéis em direito presentes nos quadros legislativos do Estado brasileiro, em todos os níveis federativos (Rodrigues, 2002; Braga; Nicolás, 2008), e que, contudo, têm pouca ou nenhuma atividade profissional jurídica relevante (Sadek; Dantas, 2000). Esse tipo de trajetória evidencia o ainda alto valor simbólico do diploma de bacharel em direito em termos de prestígio social e político (Falcão, 1984). Associada a esse valor simbólico do diploma, que independe de seu valor especificamente jurídico (em termos propriamente profissionais), está outra característica da formação superior jurídica, evidenciada pelas trajetórias desses bacharéis-políticos, que é a baixa taxa de aderência profissional do ensino jurídico, ou seja, a pequena proporção de formados em direito com atuação específica na área (Nunes; Carvalho, 2007).

Apesar da pouca experiência prático-profissional jurídica de grande parte dos bacharéis-políticos, sua participação na política das reformas legislativas e judiciais parece ser relevante, demonstrando a importância do título conferido pelo diploma de nível superior. Analisando a participação predominante dos deputados federais que eram também bacharéis em direito na comissão formada na Câmara dos Deputados para a Reforma do Judiciário, Maria Tereza Sadek e Humberto Dantas (2000) concluem que

sob a ótica de todos os partidos, a reforma do Judiciário, pelo menos no que se refere às qualificações profissionais do grupo encarregado de propor as emendas, é matéria para “técnicos” no assunto e não para “curiosos”. (p. 110)

Os *políticos-juristas* (B) são os que mais de perto reproduzem as trajetórias daqueles bacharéis em direito que participaram diretamente da construção do Estado nacional brasileiro no Império e no início da República, e que têm na antiga magistratura imperial, analisada por Carvalho (2007), seu melhor exemplo. Esse tipo de trajetória é caracterizada por investimentos igualmente relevantes de agentes com trânsitos recorrentes nos campos jurídico e político (especialmente na arena legislativa) e persiste com destaque nas atuais configurações daqueles campos, mesmo diante da progressiva e intensa diferenciação do primeiro em relação ao segundo – o que se dá, como já dito, principalmente pela profissionalização de seus agentes e pelo consequente fechamento de suas fronteiras à entrada de agentes “estrangeiros”, representados muito especialmente, no caso do campo jurídico, pelos leigos e políticos profissionais. Exemplos dessas trajetórias, com destaque no processo legislativo da Reforma do Judiciário, são os de Hélio Bicudo, Zulaiê Cobra Ribeiro, Nelson Jobim e Michel Temer, figuras que tiveram carreiras jurídicas profissionais de relativo relevo e que, a certa altura de suas vidas, passaram a se dedicar predominantemente à atividade política.

Hélio Bicudo foi membro do Ministério Público do Estado de São Paulo, sendo responsável pela ação do órgão contra o Esquadrão da Morte, formado por policiais paulistas nos anos 1970 (Souza, 2000); ligado a setores progressistas da Igreja Católica no Brasil, associou-se aos movimentos pela anistia e pelos direitos humanos, consolidando-se como uma liderança da sociedade civil desde a redemocratização; como deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), foi responsável pela apresentação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº

96/1992, que deu origem ao processo político da Reforma do Judiciário no Congresso Nacional; sua proposta original, bastante diferente daquela aprovada ao final, tinha caráter muito mais “democratizante”, voltada para o acesso à justiça, o desmonte da herança institucional do regime militar e a democratização das carreiras jurídicas – ao contrário do projeto final, de cunho racionalizador e centralizador da administração da justiça (Renault; Bottini, 2005; Sadek; Arantes, 2001).

Zulaiê Cobra Ribeiro, advogada, foi destacada liderança da OAB paulista nos anos 1980, atuando em comissões da Ordem relacionadas aos direitos das mulheres, às mulheres advogadas e aos direitos da infância e da juventude;⁴⁷ como deputada federal pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), foi uma das reladoras da PEC nº 96/1992 no Congresso, durante o período em que o governo Fernando Henrique Cardoso procurou avançar na Reforma do Judiciário; é possível dizer que sua relatoria foi um dos últimos momentos de resistência às propostas centralizadoras que passaram a integrar a PEC da Reforma (Arantes, 2001).

Michel Temer, ex-Procurador do Estado de São Paulo e professor de direito constitucional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, foi, como deputado constituinte pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o principal defensor parlamentar da proposta de institucionalização da advocacia, apresentada pela OAB de São Paulo e que resultou na inclusão do artigo 133 no texto final da Constituição (Almeida, 2006). Na tramitação legislativa da Reforma do Judiciário, e como presidente da Câmara dos Deputados, reinstalou a comissão especial do tema, defendendo a participação privilegiada dos políticos-bacharéis na condução do processo (Sadek; Arantes, 2001; Sadek; Dantas, 2000).

Nelson Jobim, advogado, membro de uma tradicional família de proprietários rurais e políticos gaúchos (Grill, 2003), foi titular de uma banca de advocacia conceituada no Rio Grande do Sul. Foi relator, como deputado constituinte pelo PMDB, das propostas de organização da justiça, momento no qual o sistema de justiça e as carreiras jurídicas adquiriram sua feição atual; ainda como deputado, foi o seu trabalho de sistematização de propostas de reforma judicial, na Revisão Constitucional de 1993, que transformou a proposta original de Hélio Bicudo e deu o

⁴⁷ Informações coletadas durante a análise de conteúdo de publicações de entidades representativas da advocacia paulista, e a qual fundamentou a elaboração de minha dissertação de mestrado (Almeida, 2006).

tom da condução parlamentar da Reforma até a aprovação da Emenda Constitucional nº 45/04 (Sadek; Arantes, 2001); já na fase final de aprovação da Reforma, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, a posição favorável de Jobim, como presidente do STF, às propostas em discussão consolidou a aliança entre a liderança executiva da Reforma e o Supremo (Falcão, 2005) e dissipou as resistências ensaiadas por seu antecessor na liderança do tribunal – o ministro Maurício Corrêa (também um jurista-político), que encampou, em grande parte, o discurso corporativo antirreformista da magistratura (Sadek, 2004a).

Os *juristas da política* (C) são os assessores jurídicos de gabinete e os advogados de partido, que prestam serviços técnicos especializados à atividade de políticos profissionais e acumulam, dessa forma, quantidades consideráveis de capitais políticos, nas redes de relacionamento com agentes do campo político, ao passo que mantêm sua vinculação estrita ao campo jurídico, pelo exercício de funções típicas e especializadas. Além dos casos já citados no tópico anterior (especialmente entre ministros da Justiça, do STF, do TST e do STJ), sendo exemplos também as trajetórias dos ministros do STF Celso de Mello e Menezes Direito e da processualista Ada Pellegrini Grinover, é nesse espaço de convergência de capitais jurídicos e políticos que se situa, também, a maior parte dos juristas localizados na Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, responsável pela liderança executiva do primeiro ciclo reformista, recrutados entre assessores jurídicos de gabinetes de políticos do Partido dos Trabalhadores e advogados particulares com histórico de representação de interesses de políticos do PT.

Celso de Mello, ex-membro do Ministério Público paulista, foi assessor do advogado e ex-deputado do então Movimento Democrático Brasileiro (atual PMDB) Flávio Bierrenbach por duas vezes, quando este último foi consultor jurídico da Secretaria da Cultura e quando foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; também foi assessor e secretário-geral da Consultoria-Geral da República, então liderada pelo jurista Saulo Ramos.

Menezes Direito foi Chefe de Gabinete do Prefeito do Rio de Janeiro e do Ministro da Educação, além de presidente da Fundação de Artes do Rio de Janeiro e da Casa da Moeda do Brasil, chegando a ser Secretário de Estado da Educação, sempre ligado a gestões políticas do PMDB, entre o fim dos anos 1970 e início dos

80. Tanto no caso de Mello quanto no de Menezes Direito, essas relações políticas construídas ao longo de suas trajetórias profissionais foram fundamentais para sua chegada ao STF.

Ada Pellegrini Grinover, advogada e ex-procuradora do Estado de São Paulo, foi assessora técnica do vice-governador e chefe da Consultoria Jurídica da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo, além de assessora jurídica do senador José Ignácio Ferreira, entre o final da década de 1970 e início da de 80.

Sérgio Rabello Tamm Renault, advogado, foi Secretário de Reforma Administrativa do governo petista de Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo e sócio do advogado e político do PT José Eduardo Martins Cardoso (que viria a presidir a Comissão da Câmara dos Deputados para a Reforma do Judiciário), tendo governos e políticos petistas em sua carteira de clientes; foi Secretário de Reforma do Judiciário no governo Lula. Seu primeiro chefe de gabinete e diretor de Modernização da Administração da Justiça, Pierpaolo Bottini, foi o segundo Secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça; advogado, fez sua carreira na assessoria política de mandatos políticos do PT, tendo sido estagiário do advogado e político petista Luís Eduardo Greenhalg (especializado na defesa de presos políticos, no fim do regime militar, e de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, após a redemocratização). Marivaldo Pereira, diretor do Departamento de Política Judiciária da Secretaria de Reforma do Judiciário, foi assessor do político petista José Eduardo Martins Cardozo, citado acima e que foi também ex-vereador na capital paulista e deputado federal.

Por fim, os *juristas-políticos* (D) são aqueles agentes que, assim como os políticos-juristas (B), transitam entre os campos político e jurídico com relativo equilíbrio de investimentos, embora mantenham vinculação predominante ao mundo do direito, seja na marca de sua atuação na política (como ministros ou secretários de Justiça, ou mantendo pautas jurídicas em suas atividades parlamentares), seja no maior tempo de vida dedicado às atividades jurídicas. Com exemplos anteriores nas trajetórias do ex-ministro do STF Evandro Lins e Silva e do ex-presidente da OAB José Roberto Batochio, bem como de alguns dos últimos ministros da Justiça citados no Quadro 12, durante a Reforma do Judiciário os melhores exemplos desse tipo de ator ambivalente são o então ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos e seu primeiro chefe de gabinete, Sérgio Sérulo da Cunha.

Evandro Lins e Silva, um dos principais advogados criminalistas do país, foi fundador do Partido Socialista Brasileiro (PSB), em 1947, chefe do Gabinete Civil e ministro das Relações Exteriores do governo do presidente João Goulart, que o nomeou ministro do STF; após, retornou à prática da advocacia e foi membro de diversas composições do Conselho Federal da OAB. José Roberto Batocchio, advogado criminalista de renome, foi presidente da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP) e da OAB paulista e federal; após passagem pela política, como deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), retomou a prática profissional privada. Márcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça no período do primeiro ciclo da Reforma do Judiciário (2003-4), advogado formado pela USP, foi vereador na cidade paulista de Cruzeiro e presidente da OAB de São Paulo e federal na primeira metade dos anos 1980, engajando a entidade dos advogados nos movimentos pela redemocratização; data dessa época sua relação com Luis Inácio Lula da Silva e com o PT. Tido como um dos principais advogados criminalistas do país, é figura prestigiada no campo jurídico e nos setores políticos mais progressistas. Seu primeiro chefe de gabinete, Sérgio Sérulo da Cunha, também é figura prestigiada entre advogados e setores políticos e profissionais progressistas, tendo sido presidente do *bureau* de acompanhamento dos trabalhos constituintes organizados pela OAB de São Paulo junto à Assembleia Nacional Constituinte (1986-1988) e candidato a cargos políticos eletivos pelo PSB.

Nesse sentido, embora esses tipos-ideais não sejam estanques e se verifique a passagem de uma situação típica a outra, dentro de uma mesma trajetória profissional individual, uma hipótese que a análise das elites pode sugerir para a explicação da Reforma do Judiciário, e que será detalhada posteriormente, é a de que muito da capacidade do governo federal na interlocução de sucesso com o Congresso e com lideranças do campo político da justiça deveu-se à composição da liderança executiva da Reforma baseada em juristas da política (C) e juristas-políticos (D), situados na Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, e à sua aliança com políticos-juristas (B) e bacharéis-políticos (A) localizados no parlamento.

Essa hipótese – que, de certa forma, ajuda a entender também a mobilização de juristas e suas pautas de interesse durante a Assembleia Nacional Constituinte, quando atores como Nelson Jobim, Maurício Corrêa e Michel Temer, já citados, foram importantes na esfera parlamentar – aponta para outro aspecto da relação

entre juristas e a política. Como se vê nas trajetórias utilizadas como exemplo dos tipos-ideais de bacharéis ligados à política, há um evidente favorecimento da advocacia e dos advogados nas diferentes formas de interação com o campo político; afinal, a ausência de impedimentos formais à atividade política por parte dos advogados, bem como a construção de sua identidade profissional associada ao mercado e à sociedade (e não ao Estado, como no caso da magistratura e do Ministério Público), possibilitam que a advocacia possa, com maior facilidade, projetar seus membros em atividades de diversos graus de inserção no campo político e no Estado (Engelmann, 2006b) – ou seja, desde a conversão definitiva ou passagens eventuais pela atividade político-partidária, até a especialização na assessoria jurídica da atividade política, caracterizando aquilo que Rueschemeyer (1986) chama de *mobilidade lateral* da advocacia, em oposição às *carreiras de longo prazo* dos juristas de Estado. No caso dos membros do Ministério Público, a participação em atividade político-partidária e em funções executivas de governo sempre foram temas polêmicos dentro do grupo profissional (Arantes, 2002; Bonelli, 2002), e sua regulamentação recente permite que membros mais antigos do grupo ainda exerçam atividades político-partidárias hoje vedadas a promotores e procuradores. Já no caso da magistratura, as vedações são mais consolidadas (seja como cultura, seja como norma), e, por isso, a interação de seus membros com o campo político depende, em grande parte, de uma conversão definitiva representada pelo afastamento da função – nesse sentido, tome-se como exemplo o deputado federal Flávio Dino, que foi juiz federal e líder associativo da magistratura, com atuação destacada na interlocução com a Secretaria de Reforma do Judiciário e que, após a aprovação da Reforma, deixou a magistratura, elegendo-se para a Câmara dos Deputados e disputando outras eleições para cargos executivos, sempre pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Nessas situações em que a interação mais próxima com o campo político depende do abandono definitivo da carreira jurídica de Estado, a opção da magistratura e do Ministério Público, em sua interlocução com agentes políticos, acaba passando necessariamente por algum grau de *profissionalização* da atividade política – seja aquela que executam os seus ex-membros convertidos à atividade político-partidária, seja aquela realizada, a título de *lobby* ou *advocacy*, pelos assessores parlamentares e legislativos especialmente contratados pelas

instituições e associações profissionais da justiça, a fim de verem representados seus interesses no Poder Legislativo.

Veja-se, a propósito, o depoimento da procuradora da República entrevistada para esta pesquisa:

Eles são bastante atuantes, tanto a ANPR [Associação Nacional dos Procuradores da República] quanto a CONAMP [Confederação Nacional dos Membros do Ministério Público]. São bastante atuantes, eles estão todos os dias lá, né? Praticamente todos os dias, e... Não só a Associação, como os assessores parlamentares, também, das instituições. Nós temos um, muito bom, lá, um senhor, que... que conhece a casa, né? Nosso assessor parlamentar, até porque ele é muito, muito, muito antigo lá [...]. Salvo engano, acho que ele foi, ele foi funcionário da própria Câmara [dos Deputados]. (entrevista com Janice Ascari)

A mobilização de representantes profissionais (os assessores legislativos) ou das próprias lideranças do grupo de juristas (em geral, representados por suas associações) depende, segundo o presidente da associação de magistrados entrevistado para a pesquisa, da facilidade de trânsito da própria liderança profissional pelo campo político – o que, em última análise, depende por sua vez do capital político acumulado, de suas redes de relações e de sua própria trajetória de vida:

Isso aí depende muito do perfil do presidente da associação. Então, só a título de exemplo, eu não tenho assessoria legislativa, mas a Associação da 1ª Região, a AJUFERJES [Associação dos Juizes Federais do Rio de Janeiro e Espírito Santo], que era uma associação muito próxima da gente, tal, eles têm um assessor legislativo. O presidente, que é meu amigo, é um cara muito formal. Boa pessoa... mas que é formal no trato com deputado. E eu sei que você tem que mostrar a cara, falar, reunir, tudo... Então que que eu usava? Usava o assessor dele pra trabalhar pra gente. Muitas vezes, pegar assinatura de líder de bancada, eu que ia pegar, junto com o assessor da outra entidade, ou algum deputado que tem uma relação mais próxima com a gente... (entrevista com Ricardo Castro Nascimento)

De qualquer forma, tanto a procuradora da República e ex-conselheira do CNMP (sem disposições para a atividade político-partidária) quanto o líder dos magistrados (com experiência prévia em atividade política em sentido estrito, tendo sido assessor legislativo, chefe de gabinete e secretário de governo municipal), entrevistados para esta pesquisa, concordaram com a revisão das regras sobre impedimentos à atividade político-partidária de juizes e membros do Ministério Público. Segundo a procuradora da República,

a Constituição deveria ser revista, pra permitir o exercício da atividade político-partidária, tanto para membros do Ministério Público quanto pra magistrados. Porque são as duas únicas carreiras profissionais que não têm representantes [...]. [...] tem prejudicado, inclusive, muito a atividade de magistrados e de membros do Ministério Público. Muitas leis são propositadamente mal feitas, né? Eu acho que se tivesse magistrados e mais membros do MP lá, isso não aconteceria... (entrevista com Janice Ascari)

Já o presidente de associação de juízes, embora defenda a participação política de magistrados, vê maiores obstáculos a essa mudança – um de caráter pessoal, ligado à sua própria trajetória, e outro de caráter estrutural, relacionado à ideologia de neutralidade política da magistratura:

Não vejo problema... Acho que a gente teria que repensar um pouco a filiação partidária. Hã... na magistratura, no Ministério Público, podia permitir um pouco mais isso. Hã... eu já vi gente, já vi gente que... que defende um pouco... participação, possibilidade do juiz se candidatar, perder e voltar pra magistratura... Quando o Flavio Dino largou a magistratura pra ser candidato, eu de longe, falei “Meu Deus, coitado, ele vai se esborrachar! Ele não sabe o que que é ser candidato do PCdoB no Maranhão. Que pena, é um sujeito de uma capacidade...”. E ele me surpreendeu positivamente. Olha, eu... eu sou favorável à coisa, mas confesso a você que não vou movimentar nenhum, nenhum pauzinho favorável a isso, e porque eu não tenho nenhum interesse em ir pra política partidária. Não tenho... Todo dia eu agradeço ter virado juiz federal. Eu... muito mais... a política institucional, o partido político, não sei... o deputado, tudo... o pessoal não tem a noção do envolvimento, do pique que é, como você estraga sua vida pessoal, e eu não... eu to aqui trabalhando no meu limite de participação política. Não quero... não pretendo. [...] E, eu acho que a cultura da não-participação política da magistratura tá relativamente sedimentada. Não que eu concorde com ela, eu não... [...] Mas eu não, não vou sair no bloco da frente, tendo em vista que o pessoal vai [...] evidentemente achar que eu to fazendo isso em benefício próprio. (entrevista com Ricardo Castro Nascimento)

Associativismo e política corporativa

Percebe-se, portanto, que não é somente quando transitam pelos campos político e burocrático que os juristas acumulam capitais políticos, capazes de posicioná-los nos estratos superiores das hierarquias do campo político da justiça. Os dados de trajetórias de membros das elites jurídicas indicam a importância do associativismo corporativo, mais especificamente do exercício de cargos de liderança corporativa das profissões jurídicas, para a definição das estruturas de

poder no campo político da justiça, ao produzirem um tipo específico de capital simbólico, que denomino *capital político-associativo*.

O associativismo no campo jurídico, especialmente da magistratura, é tema central da sociologia da administração da justiça (Sousa Santos, 1996), especialmente por conta da importância das associações de magistrados – espanhóis e italianos como casos paradigmáticos – nas redefinições da prática judicial, na interlocução com movimentos sociais e na configuração dos movimentos chamados de *ativismo judicial*, *politização da justiça* e *judicialização da política* (Ferrarese, 1984; Faria, 1991; Tate; Vallinder, 1995; Guarnieri; Pederzoli, 1997). Independente do *sentido* da ação política das associações e lideranças corporativas do campo jurídico (*direita/esquerda*, *progressista/conservador*), interessa-me especialmente seu papel na *ativação política* do campo jurídico (Engelmann, 2006a) e na estruturação de um campo político da justiça, no interior do qual ocorrem as lutas pela direção da justiça estatal e no qual aquelas associações e lideranças capacitam-se como atores políticos relevantes. Analisando o papel das lideranças profissionais no processo de institucionalização de um grupo profissional, Freidson (1998) afirma que

Decisiva para a análise do êxito ou fracasso de uma ocupação na conquista e manutenção de seus abrigos é a análise de sua estratificação e segmentação internas, e o embasamento dessas clivagens na estrutura de sua organização formal e na efetiva capacidade de seus líderes de empreender negociações impositivas no tocante a seu lugar no mercado de trabalho. (p. 123)

Como se vê no Gráfico 32, é crescente a participação, entre ministros do STF, na história republicana, de juristas que exerceram cargos de liderança corporativa dos grupos profissionais do campo, com destaque para o Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), entre os indicados durante a Primeira República e os dois primeiros governos de Getúlio Vargas, e para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cujos ex-presidentes e conselheiros locais ou nacionais passam a integrar em número crescente aquele tribunal, ao lado de alguns ex-líderes da magistratura nacional, representada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), ou local, representadas por associações estaduais de juízes, com destaque para a Associação Paulista dos Magistrados (Apamagis) e a Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris).

Gráfico 32

Porcentagens de ministros do Supremo Tribunal Federal com passagens por cargos de liderança corporativa (Brasil, 1827 a 2008)

Fonte: Supremo Tribunal Federal (2009)

Não deixa de ser curioso observar a grande proporção de ex-líderes associativos entre os indicados pelos governos militares para a composição do STF, justamente em um período autoritário, cuja oposição, em sua fase final, foi liderada, entre outras organizações, pela OAB – instituição pela qual passou a maior parte dos 23 (71,87%) ministros com experiência de liderança corporativa anterior à nomeação para o Supremo naquele período. Há algumas explicações consistentes para esse aparente paradoxo. A primeira delas é a de que a OAB foi criada por ato do governo federal – mais especificamente, por um único artigo do Decreto nº 19.408, de 1930, de Getúlio Vargas, que reorganizou a justiça do Distrito Federal – e, apesar de divergências conceituais acerca da natureza jurídica de sua organização e da construção de sua identidade como parte da sociedade civil, possui caráter paraestatal, com forte vinculação de origem ao Estado; ilustrativo dessa vinculação da OAB ao Estado, apesar de seu projeto de autogoverno profissional, é o fato de que Levi Carneiro, primeiro presidente da Ordem, foi também um importante quadro político dos primeiros governos de Vargas (Miceli, 1979).

Outro argumento capaz de explicar os dados sobre a participação de lideranças corporativas da advocacia indicadas pelos governos militares para o STF consiste no fato de que somente na fase final do regime militar é que a Ordem se empenhou na oposição à ditadura, sendo sabido seu apoio inicial ao golpe militar de 1964 (Motta, 2006; Rollemberg, 2008). Por fim, mesmo considerando a oposição organizada pela OAB ao regime militar (e também, anteriormente, ao Estado Novo), é preciso ressaltar a considerável autonomia existente entre os conselhos seccionais da OAB e a OAB federal, assim como a autonomia de manifestação política da presidência da OAB em relação às suas instâncias inferiores, conforme já mencionado anteriormente (Taylor, 2008). Assim, não é descabido dizer que a oposição da OAB ao regime militar, além de ter se restringido aos seus últimos anos, pode ter sido obra da presidência de seu Conselho Federal (Motta, 2006), sem necessariamente respaldo ou adesão plena das diversas seccionais espalhadas pelo país.

Percebe-se, portanto, que o capital específico produzido e acumulado no exercício das funções de liderança associativa independe das posições políticas conjunturais adotadas pelas entidades corporativas do campo jurídico em relação ao Estado e ao governo. Analisando a posição institucional do presidente da OAB, a partir de entrevistas com ex-dirigentes da entidade, Marly Silva Motta (2006) destaca a capacidade de acumulação, transmissão e reprodução do capital simbólico da liderança associativa e como essa transmissão, de certa forma, resolve a tensão entre o líder individual e a identidade institucional historicamente determinada:

No fundo, o que está em jogo é a margem de negociação entre a liberdade de agir do indivíduo e os constrangimentos dados pelos padrões definidores de uma determinada identidade institucional. As tensões oriundas dessa difícil negociação entre aquilo que o “presidente quer” e o que a “Ordem permite” transparecem com clareza na observação de José Roberto Batochio (1993-95), compartilhada, aliás, por praticamente todos os entrevistados: a cadeira da presidência da OAB, como que por um “fenômeno mágico”, se encarregaria de transmitir ao seu ocupante o “legado dos antecedentes”. (p. 4)

Também na composição do Conselho Nacional de Justiça em seu primeiro biênio de funcionamento se percebe a importância do capital político-associativo na estruturação das posições de poder do campo jurídico e do campo político da administração da justiça: doze (70,58%) dos dezessete conselheiros que passaram

por aquele órgão de controle externo do Judiciário entre 2005 e 2007 exerceram alguma função de liderança corporativa antes de sua chegada ao Conselho.

A entrevista com o presidente de associação de magistrados, concedida para esta pesquisa, ajuda a entender como a atividade associativa dos grupos profissionais é capaz de produzir capitais políticos específicos, permite a construção de redes de relações internas e externas ao grupo e projeta suas lideranças em posições dominantes do campo político da justiça. Segundo aquele entrevistado, há três frentes de atuação da associação de magistrados liderada por ele – a *social*, a *sindical* e a *política*:

[...] dentro da primeira, no... que você tá... vamos chamar de parte social, a gente tem eventos, congressos, organiza seminários, não só é aprimoramento do juiz, mas também é um momento de confraternização, de interação entre os colegas... Eu sou um dos juízes que mais conhece todos os colegas há... na magistratura. Entre cinco que mais conhecem todo mundo, eu estou entre eles com certeza. E às vezes, com intimidade, talvez eu seja o que mais conheça. [...]

[...] há um outro lado, que eu, eu diria que é um lado... o pessoal não gosta desse nome, mas é o lado sindical, que são as questões que nós enfrentamos com o tribunal, né? Há... regulamento pro... pro juiz substituto, processo disciplinar de juiz, isso cresceu bastante; resolução sobre critérios de plantão; pagamento de coisas que não...são devidas e não são pagas, ações judiciais que nós entramos. Então eu diria que esse segundo... é um enfoque...

[...] e o terceiro, que.... que de certa forma, eu... que na minha gestão que foi enfatizado, é uma agenda nacional, de ir em Brasília, discutir projetos de interesse da magistratura... então tem... você tem... a... problemas de revisão de subsídios, ampliação... quando eu fui eleito, teve disputa a primeira eleição, né? Então... tinha lá na, na carta programa: ampliação da justiça, revisão dos subsídios, tudo... aí, eu cumpri a carta programa, né? Há.... eu mesmo fiz, então... tinha que... tinha, chamava uma agenda nacional. Então eu chamo isso como uma agenda nacional. (entrevista com Ricardo Castro Nascimento)

Especialmente naquilo que o entrevistado chama de *frente sindical* – mas não somente, como se percebe da importância dada às relações construídas em função das atividades sociais, recreativas de sua associação – é que parece estar o foco da mobilização política dos grupos profissionais de juristas em torno de seus interesses. Essa mobilização, que, conforme outros estudos já apontaram (Arantes, 2002; Engelmann, 2006a), contribuiu para a estruturação do campo jurídico e do que venho chamando de campo político da justiça, especialmente a partir da Assembleia Nacional Constituinte, ocorre em disputas com as elites do próprio grupo profissional, bem como em lutas com outros grupos de juristas. Segundo se vê no depoimento daquele magistrado, as estratégias adotadas por sua associação nas

disputas com a cúpula do próprio tribunal no qual seus associados atuam configuram um campo de lutas caracterizadas por tensionamentos e composições constantes, que definem posições diferentes, mas reforçam as conexões internas as quais dão coesão ao campo e ao grupo profissional:

[...] depende da questão. Tem vezes que você... protocola um ofício. Tem vezes que você avisa. Tem vezes que você ameaça. Tem vezes que você não só ameaça, mas cumpre. [...] aí eu vou lá conversar... aí depois eu protocolo um ofício, ou então vou direto no ofício... eu protocolo o ofício e aviso: “a próxima, nós vamos entrar com uma representação no CNJ.” Então, eu tive...hoje eu já percebi que [...] o tribunal tem muito medo de protocolar, da gente entrar com uma ação no CNJ. Então eu sempre converso, e falo por dever de lealdade, eu comunico que nós vamos, eu dou prazo. E quando não vai eu meto mesmo no CNJ, e já entramos com ação judicial também. Quer dizer, é um jogo de... de... negociação, assim... mas tem um lado sindical mesmo, que representa... Aí nós temos veículos, protocolamos o ofício e divulgamos, podemos ir pra imprensa... Tem um repertório de ação que a gente... dependendo da situação, você age de um jeito ou não. Às vezes é uma coisa tranqüila, a gente toca... o presidente sabe que tem delegação implícita da diretoria e dos associados, tem vezes que precisa consultar a diretoria, pra ver o tom, e tem vezes que você tem que consultar os associados como um todo. (entrevista com Ricardo Castro Nascimento)

Já no que se refere à interação com outros grupos profissionais (advogados, delegados, promotores e procuradores), o depoimento do líder dos magistrados entrevistado para esta pesquisa reforça a impressão de uma dinâmica de tensionamentos e composições que estruturam os conflitos internos ao campo político da justiça, definindo suas clivagens internas, sem contudo ameaçar sua integridade:

Olha, eu vou dar um exemplo da OAB aqui... Eu tenho uma postura, aí é uma questão de característica... eu tenho uma postura garantista [...] eu tenho uma postura, eu sou um, entre aspas, um liberal em matéria criminal, com todas as devidas aspas. Então, eu tenho um bom relacionamento com a OAB, né? Mas, agora, eu tenho clareza que tem momentos que, na véspera da eleição da OAB eles vão pra cima da gente e a gente responde. Então tem conflitos, mas tudo... bem tranqüilo. Com o MP, tendo em vista acontecimentos [...], uma certa obsessão do Ministério Público em querer transformar juiz em réu, eu tive uma postura mais conflituosa, mas eles nunca... nunca afrontaram... [...] Um pouco com a AGU, delegados da Polícia Federal, eu participo, eu participei de uns debates de uma das associações dos delegados, que eles se contrapõem a mim, mas sabe aquelas disputas que... a gente sabe que cada um tem a sua dose de razão, um elogia o outro, e desce o cacete? Então, a gente tem uma... tá tranqüilo... (entrevista com Ricardo Castro Nascimento)

Capítulo 7. O poder das profissões

O surgimento de um capital político associado à liderança corporativa, entretanto, deve necessariamente ser considerado no contexto mais amplo de um processo de institucionalização profissional no campo do direito. Segundo Freidson (1998):

Boa parte da atividade política das profissões pode ser caracterizada por apelos à importância e relevância superiores de um paradigma sobre o outro. Assim, podemos analisar a competição entre profissões pela jurisdição sobre uma determinada área como definições conflitantes da natureza do problema ou atividade que cada uma está tentando controlar e reivindicações sobre a maneira pela qual podem ser melhor resolvidos e conduzidos. Numa tecnocracia, o resultado de tal competição estabelece quem será o tecnocrata e quem não o será. (p. 106)

A diferenciação dos grupos profissionais de juristas ligados à administração da justiça e seu divergente posicionamento nas estruturas de poder do campo jurídico, ao longo do tempo, podem ser verificados na evolução da participação de advogados,⁴⁸ magistrados e membros do Ministério Público na composição do STF, como se vê no Gráfico 33.

⁴⁸ A classificação advogados, feita para análise das trajetórias profissionais de ministros do STF, STJ e TST, e de membros do CNJ, exposta neste capítulo, considerou tanto a passagem pela advocacia privada quanto o exercício de funções de advogados públicos, incluindo procuradores do estado e de autarquias, defensores públicos, consultores e assessores jurídicos de órgãos e empresas públicas.

Gráfico 33

Porcentagens de ministros do Supremo Tribunal Federal de acordo as trajetórias profissionais (Brasil, 1827 a 2008)

Fonte: Supremo Tribunal Federal (2009)

A maior parte dos ministros indicados para o STF na Primeira República reproduz a trajetória da magistratura imperial já analisada por Carvalho (2007) – até mesmo porque a maioria iniciou sua prática judicial ainda no Império, e alguns deles já faziam parte do antigo Supremo Tribunal de Justiça, antecessor do STF, para o qual foram reconduzidos pelo primeiro governo republicano. Essa trajetória é caracterizada pela ausência de diferenciação organizacional entre as funções de juiz e promotor, pela alternância de funções ao longo da carreira (tendo, em geral, as posições de promotor e juiz municipal como cargos iniciais da carreira), pela circulação no território nacional e pela passagem por cargos políticos e administrativos. Daí porque, de acordo com o Gráfico 33, a proporção de ex-magistrados indicados para o STF durante a Primeira República (77,02%) é superior à proporção de ministros com passagem por essa carreira nos demais períodos republicanos; daí porque também, combinando-se a análise do Gráfico 33 com os dados sobre participação política dos indicados para o STF, verifica-se que no período da Primeira República encontram-se as maiores proporções de ministros com passagens anteriores por funções políticas – era típico da magistratura imperial

a passagem pela administração de províncias e municípios, a disputa de cargos legislativos, a passagem por ministérios de governo e pelo Conselho de Estado.

Percebe-se, ainda, no Gráfico 33, que no período da Primeira República encontram-se as maiores proporções de ministros do STF com passagens pela função de promotor (47,2%) e a menor com passagens pela advocacia (31,08%). Isso porque, como já dito, a função de promotor era em geral assumida no início da carreira da magistratura⁴⁹, sendo que, certamente, como se verá abaixo, a maior parte dos promotores indicados no Gráfico 33 participa também da proporção de magistrados indicados naquele período; por outro lado, o padrão de dedicação à magistratura, conforme organizada no Império e que prevaleceu ainda nos primeiros anos da República, atribuía papel secundário à advocacia (Engelmann, 2006a; Carvalho, 2007).

Institucionalização e capital profissional

A advocacia, contudo, passa a ter maior representação de seus membros na composição do STF ao longo da República, com destaque para os dois primeiros governos de Getúlio Vargas, para o regime militar e para o período da redemocratização, nos quais as proporções de ministros do STF com passagem prévia pela advocacia superam consideravelmente a de ministros com passagens por outras carreiras. Esse predomínio da advocacia na composição do STF fica ainda mais evidente quando se analisa a composição do Supremo, por período, considerando-se apenas as trajetórias de dedicação exclusiva a uma das carreiras jurídicas (Gráfico 34).

⁴⁹ Devido à confusão e sobreposição de funções assumidas no exercício da magistratura imperial (que incluíam também a chefia de polícia), e a eventuais imprecisões nas informações constantes dos currículos de ministros do STF utilizados como fontes desta pesquisa, pode haver alguma incorreção nos dados apresentados, especialmente no que se refere ao exercício da função de promotor, nem sempre expressamente nomeada, embora em muitos currículos houvesse menção à função de *curador* – responsabilidade do Ministério Público em tempos recentes. Na dúvida, porém, optou-se por considerar como promotores apenas aqueles expressamente indicados como tal. Tal imprecisão, contudo, restringe-se aos primeiros períodos históricos analisados, quando as funções jurídicas confundiam-se na carreira da magistratura. Nesse sentido, é importante verificar a análise de trajetórias dos ministros do STF feita por Santos e Da Ros (2008), que classificaram as funções exercidas como *judiciais*, *coercitivas* e *políticas*.

Gráfico 34

Porcentagens de ministros do Supremo Tribunal Federal de acordo as trajetórias profissionais exclusivas (Brasil, 1827 a 2008)

Fonte: Supremo Tribunal Federal (2009)

O Gráfico 34 indica que são crescentes as proporções de ministros do STF que foram exclusivamente advogados antes de sua chegada ao Supremo, ao passo que diminuem as proporções de magistrados com dedicação exclusiva à carreira. Em relação ao Ministério Público (MP), o gráfico reforça a ideia da promotoria como função de passagem para outras carreiras jurídicas e o impacto, na composição do STF no período da redemocratização, da ainda recente institucionalização da carreira e de sua diferenciação em relação a outros grupos profissionais e ao Estado – até a Constituição de 1988, a carreira do MP permitia o exercício simultâneo da advocacia, e os ocupantes da função até a data de promulgação do novo texto constitucional adquiriram o direito de continuar a exercer outra profissão, o que foi vedado a novos ingressantes.

A falta de autonomia do MP em relação ao Executivo, antes de 1988, também parece ser um fator de pouco incentivo à dedicação exclusiva à carreira por aqueles que almejassem posições superiores nas hierarquias do campo jurídico. Nesse sentido, veja-se o depoimento da ministra Eliana Calmon, do STJ, entrevistada para esta pesquisa, que pertenceu ao Ministério Público Federal (MPF) na década de 1970 e que optou pela magistratura federal:

Até que em 1979, eu fiquei muito desiludida com o MP, na época era época do governo militar, e o MP era muito... era uma sucursal da presidência da República, né? E não tínhamos independência nenhuma, aquilo me aborrecia muito, e eu resolvi fazer concurso para juiz federal. [...] Deixei o MP com muita pena, porque eu me identificava muito com a atividade... só que achava que podia fazer muito mais. [...]

Realmente, nessa época, o juiz tinha bem mais independência do que o MP. Porque, à época, o MP era também advogado da União, havia esta simbiose, né? [...] Então, essa proximidade de atividades fazia com que ele fosse parcial. Todas as vezes que o MP tinha que dar parecer, por exemplo, em processo de mandado de segurança, ficava difícil ele opinar em favor do impetrante, sempre ficava ao lado do Poder Público. [...] Diante de todas essas situações é que eu migrei, saí do MP e entrei na justiça. Então eu me senti bem melhor, me senti bem mais independente, e fiquei juíza federal [...] durante dez anos. (entrevista com Eliana Calmon)

Situação diversa encontrou a procuradora da República e ex-conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público também entrevistada para esta pesquisa, que ingressou no terceiro concurso para o MPF realizado após a Constituição de 1998. Afirmando ter cursado uma faculdade que, como outras, “formatavam” seus alunos para a advocacia, essa procuradora da República optou por carreira pública, após dez anos como advogada empregada, em busca de autonomia profissional, estabilidade financeira e comodidade de horários – expectativas reforçadas pelo fato de ser mulher e ter filhos. Mesmo enfrentando um MPF ainda em fase de separação de funções da recém-criada Advocacia-Geral da União (AGU), que passaria a ser responsável pela defesa judicial da União, e sem possibilidade de escolher suas funções no interior de uma carreira com poucos membros e ainda em estruturação, a percepção da independência do órgão, por essa procuradora, e as expectativas de autonomia e crescimento profissional contrastam com a experiência relatada acima pela ministra de tribunal superior:

Depois, em 1993, isso foi finalmente regulamentado, e a defesa mesmo da União acabou passando pra AGU, que então era recém-criada, e aí a gente pode se concentrar mais no trabalho de Ministério Público mesmo. [...] Eu entrei quatro anos depois da nova conformação constitucional do Ministério Público, então as pessoas que estavam aqui elas tinham aquela mentalidade do Ministério Público antes da Constituição, né? [...] Então a gente já entrou, assim, pensando o Ministério Público com aquelas prerrogativas da Constituição atual, né? E é por isso que a gente sofre tanto, hoje, de ver que existem 1.200 projetos, aproximadamente, querendo reduzir ou dificultar o trabalho do Ministério Público [...]. (entrevista com Janice Ascari)

A procuradora da República entrevistada obviamente refere-se, em seu depoimento, às novas atribuições, do MPF, de defesa de direitos difusos, à expansão da esfera da legislação penal federal e às prerrogativas de autonomia funcional e administrativa conquistadas pelo órgão, juntamente com as vedações funcionais que impedem ou limitam exercício de outras profissões ou de cargos políticos. Apesar desses fatores estarem na base do protagonismo do MP na vida política brasileira contemporânea (Arantes, 2002; Sadek; Cavalcanti, 2003) e sendo recente esse processo de institucionalização, não é de se estranhar a ausência de membros exclusivamente dedicados ao MP nos quadros recentes do STF.

Por sua vez, a predominância da advocacia nas posições superiores do campo jurídico não se resume à sua preponderância na composição do STF. Como já dito anteriormente, por conta do mecanismo do quinto constitucional, um quinto dos assentos de tribunais de justiça, federais e superiores (com exceção do STF e do STJ) deve ser composto por membros indicados pela OAB e pelo MP. Além disso, a OAB tem assento no CNJ e no CNMP, resultado de sua campanha pelo controle externo das carreiras jurídicas de Estado, ao passo que sempre refutou qualquer tentativa de controle externo de sua própria organização profissional (Motta, 2006; Taylor, 2008). Também eram advogados militantes, como já mencionado, os principais gestores da Secretaria de Reforma do Judiciário recrutados para a condução do processo político da Reforma do Judiciário, entre 2002 e 2004, bem como foi composta por advogados militantes a grande maioria dos ministros da Justiça no período da redemocratização, conforme demonstrado no Quadro 12 – excluídos, apenas, aqueles que sequer juristas eram, e Renan Calheiros, bacharel em direito sem inserção profissional.

Por fim, é importante lembrar que, como resultado de uma intensa mobilização corporativa em defesa de seu mercado de trabalho e pelo controle sobre a abertura de novos cursos de direito no Brasil, a OAB garantiu o direito de se manifestar oficialmente nos processos de autorização e reconhecimento de cursos jurídicos conduzidos pelo Ministério da Educação (Almeida, 2006; Fragale Filho, 2009), ainda que seu parecer não vincule a decisão final do órgão regulador – isso, apesar do fato evidente de que um curso de direito não forma (ou não deveria formar) somente advogados, podendo, em tese, ser objeto de avaliação e parecer por parte de qualquer outro grupo profissional ligado ao direito e à administração da justiça.

Também nas composições do STJ e do TST no ano de 2007 e do CNJ no biênio 2005-7, percebe-se a predominância do capital profissional representado pela passagem pela advocacia (Gráfico 35). Os dados relativos a esses órgãos, contudo, devem ser analisados com a ressalva de que, ao contrário do STF, a composição daquelas arenas de circulação de elites jurídicas obedece a critérios rígidos de seleção de seus membros de acordo com o grupo profissional de origem: no STJ, um terço de seus ministros deve vir dos tribunais de justiça estaduais, um terço, dos tribunais de justiça federal, e um terço, da advocacia e do Ministério Público não especializado (artigo 104 da Constituição Federal); o TST, por sua vez, é composto majoritariamente e necessariamente por membros dos Tribunais Regionais do Trabalho e por um quinto de egressos da advocacia e do Ministério Público (artigo 111-A da Constituição); por fim, a composição do CNJ prevê a participação de um ministro do STF, um do STJ e um do TST, um desembargador de Tribunal de Justiça e um de Tribunal Regional Federal, um juiz estadual e um juiz federal de primeira instância, um juiz do trabalho, um membro do Ministério Público Federal e um de Ministério Público estadual, dois advogados e dois cidadãos indicados pelo Congresso Nacional, sendo um pela Câmara e outro pelo Senado (artigo 103-B da Constituição). Ainda assim, e justamente por conta dessa característica organizacional, é que merecem destaque as proporções de membros daquelas instâncias os quais passaram pela advocacia, mesmo que como estágio inicial de uma carreira que resultaria em conversões a outros grupos profissionais.

Gráfico 35

Porcentagens de membros do Tribunal Superior do Trabalho, do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça, de acordo as trajetórias profissionais (Brasil, 2007)

Fonte: Consultor Jurídico (2008a); Conselho Nacional de Justiça (2009)

Alguns fatores são capazes de explicar tal preponderância da advocacia e da OAB no campo político da justiça, em detrimento da posição originalmente ocupada pela magistratura, cuja participação vai perdendo posições ao longo da história republicana. Em primeiro lugar, é preciso destacar a maior liberdade de atuação e palavra que o advogado (especialmente o profissional liberal) tem em relação ao magistrado, restrito pelas regras, formais ou informais, de discricção, isenção de julgamento, imparcialidade de opiniões e participação político-partidária. Tais regras não são decorrentes de características intrínsecas à função de magistrado, mas decorrem da visão liberal tradicional da função judicial e foram reforçadas pelos esforços de institucionalização profissional da magistratura, em busca de diferenciação em relação ao campo político e de autonomia administrativa e financeira de seus tribunais.

Tal processo de institucionalização e diferenciação da magistratura teve início ainda na época do Império, quando se discutia o papel político-administrativo da magistratura, e teve pontos culminantes na burocratização das carreiras e dos tribunais na República e na conquista de garantias de autonomia da função e dos tribunais na Constituição de 1988 (Bonelli, 2002; Schneider, 2007). É justamente em

paralelo a esse processo que a advocacia e sua Ordem conquistaram seus principais avanços de autonomia organizacional e seu protagonismo político: foi na fase mais liberal do Império que os advogados passaram a substituir os magistrados na composição da elite política (Carvalho, 2007); na década de 1930, quando a magistratura se burocratizou como carreira e as justiças estaduais se consolidaram, é que a OAB foi criada como organização nacional dos advogados e passou a agir com autonomia na organização profissional e com protagonismo nas questões políticas; finalmente, com a transição democrática e a Constituição de 1988, a OAB consolidou-se como ator político relevante e representante legitimado da sociedade civil, e a advocacia garantiu *status* constitucional de função indispensável à administração da justiça. Em outras palavras, o protagonismo político da OAB e da advocacia nos campos político e jurídico se dá por meio do deslocamento gradual das posições exercidas anteriormente por uma magistratura altamente politizada e socialmente valorizada. Nesse processo, o Ministério Público pode ser considerado um novato nas lutas do campo, enquanto ator político institucionalizado, disputando posições com os demais grupos profissionais melhor posicionados.

Neste ponto da análise é preciso esclarecer como e por que organizações mais ou menos institucionalizadas podem influenciar no melhor ou pior posicionamento de seus membros nas estruturas de poder do campo jurídico. Em outras palavras, é preciso explicar por quais mecanismos uma organização profissional da justiça é capaz de gerar capital simbólico transmissível, compartilhável e reconversível por seus membros.

O processo de *institucionalização* (ou simplesmente *instituição*) é caracterizado como um acúmulo lento de conquistas históricas, fruto da ação de agentes em disputa por princípios de divisão e organização do mundo social, capaz de restringir as possibilidades de ação e transformação do mundo pela *incorporação* e *reificação* contínua da história (Bourdieu, 2007a). Além disso, já foi dito que uma relação de poder se estabelece quando há *reconhecimento* da diferença e da posição superior do dominante pelo dominado, que, ao mesmo tempo, ignora e aceita a arbitrariedade da dominação (Bourdieu, 2007a). De acordo com esse argumento, uma organização profissional do sistema de justiça será tão mais capaz de produzir capital simbólico transmissível, compartilhável e reconversível por seus membros quanto mais institucionalizada for, ou seja, quanto mais definida e reconhecida, por seus membros e por seus concorrentes no campo, for sua própria

identidade e sua diferença em relação às demais profissões jurídicas. O reconhecimento global da identidade bem delimitada de um grupo profissional transmite-se, dessa forma, aos seus membros – afinal, são eles que constroem e lideram as organizações profissionais e que, na prática cotidiana dos serviços de justiça, se reconhecem e se fazem reconhecer por outros agentes profissionais.

É por esse raciocínio que se pode compreender sociologicamente o maior ou menor prestígio de uma profissão, bem como o melhor ou pior posicionamento de seus membros nas estruturas de poder do campo jurídico. Daí porque o Ministério Público – cuja institucionalização, se comparada à da magistratura e à da advocacia, pode ser considerada mais recente e inacabada – ocupa posições menos vantajosas nas estruturas de poder do campo jurídico: a sua recente desvinculação do Poder Executivo e do exercício de outras funções jurídicas e políticas é, conforme demonstrado por Bonelli (2002) e Arantes (2002), ainda recente e pouco pacífica no interior da corporação. Como se percebe dos depoimentos da ministra de tribunal superior e da procuradora da República transcritos anteriormente, acerca de suas experiências no MPF, a entrada de novos agentes no grupo profissional se deu no esforço de construção de uma nova identidade profissional e em conflito e transição com uma geração anterior de procuradores cujas funções ainda os vinculavam ao Executivo e que podiam, legalmente, continuar a exercer a função de advogados privados.

Outro exemplo dessa transição e da confusão de identidades profissionais pode ser encontrado na trajetória de Raimundo Cândido Júnior, presidente da OAB de Minas Gerais (OABMG) no triênio 2006-9, membro do MPF com direito adquirido ao exercício da advocacia, por ter ingressado no órgão antes da Constituição de 1988: nesse caso, fica evidente não só a naturalidade da sobreposição de funções – provavelmente inaceitável para uma nova geração de promotores e procuradores –⁵⁰ mas também a estratégia de ascensão daquele jurista, ao buscar na política corporativa da OABMG (da qual seu pai também foi presidente) uma possibilidade de posicionamento nas estruturas de poder do campo jurídico que dificilmente lhe

⁵⁰ Não é somente a uma suposta nova identidade do MPF que a trajetória de Raimundo Cândido Júnior pode parecer excêntrica; advogados informantes desta pesquisa, incluindo membros de sua gestão à frente da OABMG, manifestaram seu desconforto em relação à dupla identidade profissional de Cândido Júnior, sugerindo que sua estratégia pode acarretar comprometimento à legitimidade de sua liderança profissional da advocacia.

permitiria um MPF pouco institucionalizado, diferenciado e reconhecido como grupo profissional autônomo.

Demografia e capitais sociais

Entretanto, não são somente os capitais profissionais produzidos pela institucionalização do grupo que explicam ou permitem o posicionamento de seus membros nas estruturas de poder do campo jurídico. Além dos efeitos decorrentes de sua institucionalização profissional e burocrática, há de se considerar os efeitos da composição social e demográfica das carreiras. Nesse sentido, de acordo com os referenciais teóricos adotados neste estudo, aquilo que os *surveys* sobre as profissões jurídicas tratam como variáveis demográficas e sociológicas deve ser necessariamente analisado como estruturas diversas de capitais sociais, herdados ou adquiridos pelos agentes pesquisados.

Assim, especialmente (mas não somente) nas situações em que é baixa a institucionalização do grupo profissional, o recurso a outras formas de capitais pode ser considerado uma estratégia relevante de posicionamento de seus membros; da mesma forma, a ausência de capitais sociais de origem (associados às origens familiares e à posição de classe) pode ser compensada pela acumulação e reconversão de outras formas de capitais simbólicos (profissionais, políticos, político-corporativos e acadêmicos) nos investimentos de posicionamento dos agentes do campo jurídico. Em termos gerais, a análise das posições de poder no campo jurídico deve considerar a estrutura global de capitais dos agentes, bem como as variações internas dessa estrutura global, no tempo e entre os grupos profissionais de juristas, de acordo com o tipo de capital predominante e valorizado em cada contexto (Bourdieu, 2007b).

São *capitais adquiridos* aqueles representados pelos títulos acadêmicos e aqueles acumulados ao longo de trajetórias profissionais e por experiências de política governamental, partidária ou corporativa, já analisados em capítulos anteriores. Por outro lado, podem ser chamados de *capitais de origem* (ou *herdados*) aqueles que possuem os agentes do campo quando de sua entrada nas lutas internas – o que se dá, em geral, pela graduação em direito e pela assunção inicial

de uma função profissional ou acadêmica do campo. Tais capitais podem ser identificados a partir da análise de informações de trajetórias relativas a origens familiares, a posições sociais, à cor da sua pele, à escolaridade dos pais, às proporções de homens e mulheres nas carreiras e à inserção familiar no campo jurídico.

Considerando-se os dados disponíveis sobre a composição social da magistratura, do Ministério Público, das Defensorias Públicas e de setores privilegiados da advocacia,⁵¹ é possível dizer que os grupos profissionais de juristas são majoritariamente brancos, originários de classes médias escolarizadas, com tendências à feminização, à juvenilização e ao recrutamento preponderante de agentes entre famílias sem inserção anterior no campo jurídico.

Todos os dados utilizados por mim para traçar um perfil das profissões jurídicas no Brasil indicam que, em termos de cor da pele, os juristas compõem uma parcela da população “desconcertantemente branca”, segundo Luciana Gross Cunha e outros (2007, p. 113) – para usar uma expressão dos autores ao analisarem esse dados entre advogados –: declararam-se brancos 86,5% dos

⁵¹ Como as fontes de dados que utilizarei são oriundas de pesquisas diferentes, mas que muitas vezes colocarei em comparação direta, é importante fazer uma breve nota metodológica: os estudos diagnósticos da Defensoria Pública (Secretaria da Reforma do Judiciário, 2004b) e do Ministério Público dos estados (Secretaria da Reforma do Judiciário, 2006c) contêm dados datados de 2004, sendo oriundos de respostas de 1.289 defensores públicos na ativa (36% do universo de defensores públicos no Brasil) e de 3.260 membros do Ministério Público, dentre 11.860 questionários enviados aos associados da Confederação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP); a pesquisa sobre os magistrados realizada por Sadek (2006) contém respostas de 3.258 dos 11.286 questionários enviados no ano de 2005 aos associados da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), sendo 2.377 respostas de magistrados na ativa e 881 de magistrados aposentados; o estudo de Werneck Vianna e outros (1997) baseia-se em 3.927 questionários respondidos por associados da AMB, dentre 12.847 questionários enviados no ano de 1995, alcançando cerca de 30% do universo-alvo da pesquisa; os dados da pesquisa do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (Lima e outros, 2007) referem-se às respostas de 42 dos 111 juízes atuantes no Fórum Criminal Central da cidade de São Paulo; os dados sobre a advocacia dos grandes escritórios e sociedades de advogados, contidos no *Anuário Análise Advocacia* (Análise Editorial, 2007), são relativos a 474 escritórios e sociedades de advogados, abrangendo um total de 1.987 profissionais indicados como sócios e 1.457 apontados como associados daquelas firmas de advocacia no ano de 2007; os dados sobre os advogados atuantes na cidade de São Paulo, colhidos por Cunha e outras (2007) dizem respeito a 239 profissionais entrevistados entre 2005 e 2006, sendo 29,3% atuantes em escritórios com até 9 advogados, 40,2% de firmas com 10 a 49 advogados, e 30,5% de bancas com 50 ou mais advogados. Apesar dos dados sobre a advocacia – certamente, o grupo profissional mais massificado entre os juristas – dizerem respeito a um estrato que se pode considerar de elite dos advogados, não creio ser totalmente infrutífera a comparação com os dados das demais profissões jurídicas, consideradas em seu conjunto, pois, levando-se em conta os argumentos até agora apresentados nesta tese, considero razoável supor que são esses advogados pesquisados, justamente pelas estruturas de capitais descritas neste capítulo, aqueles com maiores possibilidades de acesso a posições superiores do campo político da justiça, seja no pertencimento a escritórios de destaque, seja na ocupação de posições de liderança associativa, seja ainda na ocupação de outras posições institucionais de direção da administração da justiça.

magistrados (Sadek, 2006), 83,6% dos membros do Ministério Público (Secretaria de Reforma do Judiciário, 2006c), 79,8% dos defensores públicos (Secretaria de Reforma do Judiciário, 2004b) e 97,5% dos advogados paulistanos (Cunha e outros, 2007). Nenhum dos advogados da capital de São Paulo entrevistados declarou-se como negro, e apenas 1,3% deles se autotransformaram como pardos, mesma porcentagem dos que o fizeram como amarelos. As maiores porcentagens de autodeclarados negros encontram-se entre membros do Ministério Público (1,8%) e defensores públicos (1,7%). Entre defensores públicos encontra-se a maior porcentagem de membros que se classificaram como pardos (16,5%), seguidos dos membros do Ministério Público (12,8%) e dos magistrados (11,6%).

No que se refere à juvenização das carreiras jurídicas, os dados indicam que há pouca diferença entre as médias de idade dos juristas de Estado: a idade média dos magistrados na ativa é de 44,4 anos (50 anos se se considera, em conjunto, ativos e aposentados), a dos membros do Ministério Público é de 42,7 anos e a dos defensores públicos é de 43,4 anos (Gráfico 36). Dados sobre 239 advogados entrevistados em pesquisa sobre o perfil das sociedades de advogados da cidade de São Paulo (Cunha e outros, 2007) indicam que 64,7% dos advogados pesquisados têm entre 23 e 30 anos; 28% têm entre 31 e 40 anos; 3% entre 41 e 50 anos; e 4,3% têm 51 anos ou mais (Gráfico 37).

Gráfico 36
Média de idade, por grupo profissional (Brasil, 2004 e 2005)

Fontes: Secretaria da Reforma do Judiciário (2004b e 2006c); Sadek (2006)

Gráfico 37

Porcentagens de advogados, por idade, na cidade de São Paulo (Brasil, 2006)

Fonte: Cunha e outras (2007)

Segundo Werneck Vianna e outros (1997),

Na magistratura brasileira, a variável “idade” não pode ser percebida fora das grandes transformações produzidas no sistema universitário. [...] É de senso comum a observação de que, enquanto o recrutamento para a vida universitária foi predominantemente de elite, o acesso à magistratura era, em média, realizado com idade menos jovem do que hoje. Foi o alargamento das oportunidades acadêmicas – especialmente com a criação das escolas privadas, dos cursos noturnos e das faculdades do interior do país – o responsável pela notável ampliação do contingente de juízes jovens. Para o acadêmico de Direito oriundo da classe média, muito especialmente dos setores inferiores dessa camada, e para os originários de setores caracteristicamente subalternos, a banca de advogado representa, cada vez mais, uma aventura longa, penosa e incerta. De fato, a profissão de juiz, como as demais profissões qualificadas da administração pública, constitui-se, hoje, em um grande mercado ocupacional para as camadas médias e para os jovens de origem subalterna que tiveram acesso ao sistema universitário. (p. 65)⁵²

Para esses autores, portanto, a juvenilização dos juízes deve ser vista como uma *tendência*, cuja verificação empírica pode ser atribuída à instituição do concurso público como mecanismo de ingresso na carreira e à expansão do ensino superior nas últimas décadas, processos que resultaram em maior incorporação de setores sociais hierarquicamente inferiores nos quadros do Judiciário.

⁵² Um possível limitador da tendência à juvenilização pode estar na adoção de tempo mínimo de três anos de experiência profissional prévia para ingresso na magistratura, determinada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, que instituiu a Reforma do Judiciário.

A divisão sexual do trabalho jurídico

Apesar dessas características comuns, é preciso destacar algumas diferenças entre a composição dos grupos profissionais de juristas, as quais, de acordo com o argumento apresentado acima, podem ajudar a compreender o acesso diferenciado daqueles grupos profissionais às posições de elite do campo político da justiça. A primeira delas diz respeito à distribuição de seus membros de acordo com a variável sexo. Como se vê no Gráfico 38, a magistratura e o Ministério Público são carreiras predominantemente masculinas (sendo a primeira composta por 77,6% de homens, mais masculinizada do que a segunda, que conta com 68,6% de membros do sexo masculino), ao passo que a composição das Defensorias Públicas apresenta proporção de mulheres (54,5%) sensivelmente superior à de homens (45,5%).

Gráfico 38

Porcentagens de homens e mulheres, por grupo profissional (Brasil, 2004 e 2005)

Fontes: Secretaria da Reforma do Judiciário (2004b e 2006c); Sadek (2006)

Os analistas dos *surveys* sobre as carreiras de Estado, em especial a magistratura, apontam que também a feminização pode ser considerada uma tendência na composição dessa carreira. Segundo Sadek (2006), a presença feminina na magistratura passou de 2,3% entre os ingressantes na carreira até o final da década de 1960 para 14%, ao final da década de 1980; e, de acordo com Werneck Vianna e outros (1997), as tendências de juvenilização e de feminização da magistratura devem ser consideradas como dimensões de um mesmo processo de transformação da carreira, relacionado a profundas transformações sociais:

De resto, feminização e juvenilização são processos que se afirmam juntos, possivelmente resultando de um cálculo formulado, ainda nos bancos acadêmicos, sobre as oportunidades de inscrição no mercado de trabalho. De fato, as mulheres que exercem atualmente a magistratura são mais jovens que os homens. [...] Note-se, porém, que esse fato não se deve ao ingresso mais jovem da mulher, e sim ao incremento da participação feminina em período recente. (p. 71)

Porém, além de demonstrar a incidência da feminização como tendência temporal, verificada entre diferentes gerações de profissionais, a distribuição de membros homens e mulheres averiguada entre juristas de Estado situados em diferentes posições institucionais de poder atesta a desigual distribuição de poder político entre os gêneros, no interior das profissões jurídicas. Esse dado é importante para se considerar a participação relativa de homens e mulheres nos estratos superiores das elites jurídicas e pode ser constatado nos Gráficos 39, 40 e 41.

No Gráfico 39, a feminização pode ser verificada tão somente como tendência intergeracional, no interior da magistratura: como se vê, entre magistrados aposentados, mais velhos e atuantes em um corpo profissional social e demograficamente diverso, a participação feminina era de apenas 9,5%, passando para 27,1% entre magistrados na ativa, de uma geração mais jovem.

Gráfico 39

Porcentagens de homens e mulheres entre magistrados, por situação funcional (Brasil, 2005)

Fonte: Sadek (2006)

Entretanto, mesmo entre magistrados ativos porém situados em diferentes posições de poder, a participação feminina é bastante desigual, sendo tanto menor quanto maior a posição institucional de poder na estrutura hierárquica e jurisdicional: como se depreende do Gráfico 40, membros do sexo feminino representam 24,8% dos juízes de primeira instância (ocupantes dos juízos individuais e responsáveis pelo primeiro julgamento da maior parte da demanda por justiça), 12,6% dos magistrados de segundo grau (membros de tribunais de cúpula, inclusive com poderes administrativos e disciplinares, das justiças estaduais e federal) e apenas 5,6% dos ministros de tribunais superiores (os responsáveis pela última palavra no entendimento jurisprudencial de sua área de judicatura). Importante ressaltar, nesse aspecto, que apenas a partir de 2000 o STF teve uma mulher entre seus ministros; em sua composição no ano de 2009, além da ministra Ellen Gracie Northfleet, o Supremo contava ainda com a participação de Carmem Lúcia em seus quadros (Supremo Tribunal Federal, 2009). Também na composição do STJ, relativa ao ano de 2007 (Consultor Jurídico, 2008a), a participação feminina é reduzida: apenas cinco mulheres (14,7% do total de 34 ministros), tendo sido a primeira delas, ministra Eliana Calmon, nomeada em 1999. O TST no ano de 2007 e o CNJ em sua primeira composição (2005-2007) possuíam cinco (17,84% do total) e três (17,64% do total) mulheres em seus quadros, respectivamente (Consultor Jurídico, 2008a; Conselho Nacional de Justiça, 2009).

Gráfico 40

Porcentagens de homens e mulheres entre magistrados, por grau de jurisdição (Brasil, 2005)

Fonte: Sadek (2006)

Também na hierarquia do Ministério Público dos estados a desigualdade de gênero é sensível: como se observa no Gráfico 41, as mulheres constituem 33,6% do corpo de promotores, e apenas 19,2% dos procuradores.

Gráfico 41

Porcentagens de homens e mulheres entre membros do Ministério Público, por situação funcional (Brasil, 2004)

Fontes: Secretaria da Reforma do Judiciário (2006c)

O mesmo parece ocorrer no interior da grande advocacia organizada nos maiores escritórios e sociedades de advogados do país: embora entre associados (o “segundo escalão” dessas organizações privadas de advogados) as proporções de membros do sexo feminino (48%) e masculino (52%) sejam bastante equilibradas, entre sócios (a liderança das organizações de advogados) os homens predominam em proporção sensivelmente maior (75%) do que a de mulheres (25%). Importante observar que, sendo pequena a diferença entre os números de anos completos desde a formatura no curso de direito de sócios (formados há doze anos, em média) e de associados (formados há oito anos, em média), a diferença entre as proporções de homens e mulheres verificadas nos dois grupos de advogados não pode ser atribuída a uma progressiva feminização, verificável entre gerações diferentes, mas sim, exclusivamente, a uma estrutura de poder e dominação entre os gêneros estabelecida no interior das organizações de advogados (Gráfico 42).

Gráfico 42

Porcentagens de homens e mulheres entre advogados, por situação funcional (Brasil, 2006)

Fonte: Análise Editorial (2007)

Nesse sentido, levando-se em conta a constituição do campo político da justiça, ou seja, o espaço de poder da administração da justiça, como um espaço social predominantemente masculino – assim como, de resto, o próprio campo jurídico (Sinhoretto, 2007) –, apesar da feminização de suas bases profissionais, há

duas hipóteses que explicam as posições de diferentes grupos profissionais nas estruturas de poder do campo político da justiça estatal, de acordo com a divisão sexual do trabalho jurídico existente nessas profissões. A primeira hipótese associa a posição de cada grupo profissional no campo político da justiça ao sistema de relações entre gêneros no interior da profissão, ou seja, a uma *homologia* (Bourdieu, 2007a) entre os sistemas de posições de homens e mulheres dentro de cada profissão e o sistema de relações globais entre homens e mulheres no campo jurídico e no campo político da justiça. Segundo essa hipótese, os grupos profissionais nos quais a dominação masculina é mais evidente e a posição das mulheres é menos privilegiada tendem a ser mais favorecidos no posicionamento de seus membros num campo de poder da justiça estatal igualmente masculinizado e pouco permeável à participação feminina.

No caso da menor participação de membros dos Ministérios Públicos Federal e do Trabalho e das Defensorias Públicas na composição do STF, além da questão da baixa institucionalização desses órgãos, tal fenômeno pode ser explicado também pelo fato de que aquelas carreiras de Estado são mais femininas – não somente pelo fato de apresentarem maiores proporções de mulheres em seus quadros (característica compartilhada, em menor grau, também pela magistratura, pelos Ministérios Públicos estaduais e pela advocacia privada), mas principalmente por permitirem maior acesso de mulheres às suas posições superiores (ao contrário da magistratura, dos Ministérios Públicos estaduais e da advocacia privada).

Assim, analisando dados da década de 1990, Ela Wiecko V. de Castilho e Maria Tereza Sadek (1998) concluem que “a presença masculina, apesar de sempre majoritária, é menos acentuada no Ministério Público Federal do que na magistratura” (p. 10). No que se refere ao Ministério Público do Trabalho, dados de 2006 informam que as mulheres representam 54,4% dos procuradores daquele órgão e 77,4% de seus procuradores regionais, a posição hierárquica imediatamente superior (Secretaria de Reforma do Judiciário, 2006d). A propósito desse aspecto, veja-se também a percepção da procuradora da República entrevistada – que, além de conselheira do CNMP, foi chefe da Procuradoria Regional do órgão em São Paulo – acerca da inserção da mulher nos quadros e nas posições de liderança do MPF:

No meu concurso... eu acho que tava equilibrado, viu? Tava equilibrado. Tanto é que hoje, no Ministério Público, os homens ainda são maioria, no geral. Mas em São Paulo, não, as mulheres são maioria. (entrevista com Janice Ascari)

Outros dados confirmam a percepção de que o Ministério Público Federal é mais permeável à participação feminina em suas posições de poder. No mês de março de 2010, dos 27 tribunais de justiça estaduais, apenas os de Alagoas, Tocantins e Bahia eram presididos por mulheres –⁵³ sendo que este último certamente se destaca pelo fato de ter desembargadoras também nas funções de primeira e segunda vice-presidentes e de corregedora da justiça no interior do estado.⁵⁴ No que se refere à OAB, considerando os resultados dos processos eleitorais da entidade ao final de 2009, apenas um dos quatro cargos imediatamente abaixo do presidente nacional da entidade foi ocupado por uma mulher (a Secretária-Geral Adjunta Márcia Regina Machado Melaré); entre os 81 membros do Conselho Federal da Ordem resultante das eleições de 2009, apenas sete (8,61%) eram mulheres; por fim, importante dizer que nenhuma das seccionais estaduais da OAB elegeu uma mulher como sua presidente (Ordem dos Advogados do Brasil, 2010).

Nos Ministérios Públicos dos estados, 5 (18,5%) de 27 órgãos estaduais eram chefiados por mulheres, em março de 2010: Ceará, Maranhão, Rio Grande do Sul, Roraima e Sergipe. Por sua vez, no Ministério Público Federal, as mulheres representavam 17 (27,4%) dos 62 subprocuradores-gerais da República com atuação em Brasília, na cúpula do órgão e no último estágio da carreira; e 4 dos 9 membros de seu Conselho Superior.⁵⁵

Como sugerido na hipótese que busca relacionar a participação das mulheres nas carreiras jurídicas às posições de poder alcançadas pelos diferentes grupos profissionais nas estruturas do campo político da administração da justiça, não se trata apenas das proporções de cargos ocupados por homens e mulheres, mas principalmente das possibilidades diferenciais de ascensão e de distribuição do poder interno que as profissões jurídicas permitem aos seus membros, de acordo com a construção social dos gêneros masculino e feminino. Analisando a inserção profissional da mulher na advocacia, Bonelli e outros (2008) afirmam que

⁵³ Informações coletadas nas páginas dos tribunais de justiça estaduais na internet.

⁵⁴ Informação gentilmente cedida pelo juiz Gerivaldo Neiva.

⁵⁵ Informações coletadas nas páginas dos Ministérios Públicos Federal e estaduais na internet.

o crescimento do número de advogadas está em consonância com a nova forma de organização do trabalho, que envolve a estratificação da profissão em sócios e associados, a divisão de tarefas rotineiras e de atividades especializadas, e de clientes empresariais e individuais. Ou seja, a passagem da forma tradicional de se organizar a profissão em escritórios onde predominava a atuação solo ou a parceria com um ou outro colega para o modelo das sociedades de advogados como firmas de advocacia, com os donos das bancas contratando os serviços de muitos advogados e advogadas. Apesar das conquistas das mulheres em termos de direitos, de qualificação e de posições no mercado de trabalho, a subordinação do feminino na vida privada transfere-se para a dimensão profissional, viabilizando a hierarquização da advocacia com custo emocional maior para as mulheres. (p. 268)

No mesmo sentido vai a percepção de juízas de diferentes idades e regiões, entrevistadas pela revista mensal *TPM*, acerca das dificuldades de sua inserção no Judiciário:

Luislinda, Dora, Sueli e Luciana fazem parte dos 27,3% de mulheres no judiciário brasileiro (em 1969 eram 2,3%) – número que deve continuar crescendo, já que elas são 50% nas faculdades de direito e maioria nos concursos judiciais. Mesmo assim, garantem que chamam a atenção, porque ninguém espera encontrar os líderes dos tribunais de cabelo comprido, saia e batom. “Ainda estamos na cozinha do judiciário”, observa Sueli Pini. Ela conta que, em geral, as colegas de profissão têm fama de ser linha dura e pouco femininas – talvez na tentativa de se igualar aos companheiros do sexo oposto. “Algumas imitam o pior lado do homem para provar competência”, diz Luislinda, a primeira juíza negra do Brasil.” (Abdallah, 2008)

Analisando os elogios à beleza e outras menções aos atributos físicos (ou “naturais”) femininos feitos por senadores da República na sessão de sabatina de Ellen Gracie Northfleet, quando de sua indicação para o STF, Sinhoretto (2007) relata o fato de um senador, médico ginecologista por profissão, ter acrescentado aos gracejos feitos pelos demais senadores, observações sobre sua própria experiência profissional como médico, que o habilitaria como profundo conhecedor da natureza feminina. Naquele contexto, Sinhoretto (2007) destaca o “estranhamento da corporalidade feminina naquele ambiente e naquela função” e afirma que, tratando-se de mulheres em posições de destaque no campo, “parece muito difícil esquecer as diferenças genitais, remetendo ao prazer e à profundidade” (p. 362, nota 170). Daí porque, na busca de consolidação de sua posição no campo jurídico, uma das juízas ouvidas pela reportagem da revista *TPM* reforça a impressão de sua colega Luislinda quanto à “desfeminização” da mulher nessa

profissão, ao afirmar: “Sou mais macho que muito homem” (citada por Abdallah, 2008).

O ex-desembargador federal Vladimir Passos de Freitas (2007), já mencionado anteriormente nesta tese, apesar de afirmar em artigo citado pela mesma reportagem da revista *TPM* que “inexiste qualquer preconceito contra a admissão de mulheres na magistratura” e que suas impressões “são meras considerações feitas com base na observação”, reforça a impressão do senso comum masculino (e masculinizado) acerca de estereótipos que, ao associarem o desempenho da magistrada a características supostamente inatas à “natureza” feminina (maternidade, sensibilidade, senso estético etc), em oposição a características do exercício profissional pelos homens (lutadores, rudes, agressivos), constroem um *sentido de gênero* no campo jurídico. Apesar de algumas intuições sociologicamente válidas, ao menos como hipóteses, a articulação de vários sentidos comuns acerca das mulheres pelo trecho de artigo citado a seguir, define a posição diferenciada da mulher nas carreiras jurídicas de acordo com uma divisão sexual do trabalho jurídico, que atribui à jurista áreas de atuação e perfis profissionais pré-determinados:

a) Juízas na área criminal costumam ser mais severas que juízes. Qual a razão? Talvez porque tenham recebido uma formação mais teórica, voltada para os estudos, do que propriamente para atividades que exigem luta intensa e diária, como a advocacia. Ou, quem sabe, porque boa parte delas, sendo mães, trazem consigo a missão de educar, de mostrar os erros e os acertos.

b) Juízas têm vocação para as Varas de Família. Quiçá porque possuem maior sensibilidade para perceber os dramas nas relações familiares e lhes seja agradável colaborar na solução desses graves problemas.

c) Afirmando alguns que, como juízas de Família, são muitas vezes rigorosas com as mulheres, porque não lhes agrada vê-las acionarem seus maridos ou parceiros, ao invés de procurarem crescer e se posicionar no mercado de trabalho. Em outras palavras, juízas que conquistaram importante posição social gostariam de ver as mulheres comportarem-se como elas, lutando. Esta é uma suposição cuja veracidade é discutível.

d) Juízas cultivam outros interesses na vida, ao contrário de seus colegas que, na maioria das vezes, concentram na carreira e no poder toda sua atenção. Tal fato faz com que as juízas se aposentem antes dos homens e se sintam mais felizes e realizadas ao se afastarem dos tribunais.

e) Juízas têm concepções estéticas absolutamente diferentes dos juízes. Seus gabinetes são mais bonitos, costumam possuir flores e quadros. Procuram aliar bom-gosto à aridez e formalismo da rotina forense.

f) Juízas sofrem mais nos embates da rotina forense. Mais sensíveis, suportam com mais sacrifício as negativas, as ofensas e a hostilidade. Os juízes, ao contrário, estão acostumados às lutas, às agressões, pois isso faz parte do instinto e da rotina masculina desde a infância.

g) Juízas tendem a ser mais honestas, a compactuar menos com o errado, a não aceitar acomodações. Todavia, tudo indica que esta característica diminuirá na medida em que a elas forem dadas posições de maior destaque.

h) Juízas não costumam exercer liderança em associações de classe. Muito embora participem e gostem de estar nas associações de magistrados, raramente ocupam sua presidência. Até hoje dedicam-se mais às diretorias de finanças, relações públicas ou atuam como secretárias. A Ajufe e a AMB nunca tiveram uma presidente. A Anamatra, dos juizes trabalhistas, ao inverso, sim.

i) Juízas sofrem uma fiscalização maior da sociedade do que seus colegas do sexo masculino. Apesar de toda evolução, principalmente nos pequenos centros, a sociedade acompanha suas vidas e patrulha seus atos com rigor. O menor deslize amoroso será objeto de críticas. Com os juizes há mais tolerância.

j) Juízas colocam, conscientemente ou não, seus sentimentos nas decisões. Têm maior dificuldade, por exemplo, em negar um remédio a um doente que não dispõe de verba para adquiri-lo. Administram bem emoção e razão, mas, na dúvida, podem optar pela emoção mais do que os homens, que preferem ficar com a razão.

l) Juízas revelam preocupação acentuada em ações envolvendo o Direito Ambiental. Seu gosto pelo belo, sua preocupação com as futuras gerações (pela razão de serem ou de poderem ser mães), talvez, expliquem esta tendência.

m) Juízas, mais do que os juizes, tendem a enfrentar vários assuntos de uma só vez. No cérebro das mulheres esta capacidade é mais evoluída. Mas, por outro lado, tendem a ser mais detalhistas e perfeccionistas, o que lhes resultam em grande sacrifício face à explosão de processos na realidade forense brasileira. (Freitas, 2007)

A segunda hipótese que explica as posições de diferentes grupos profissionais nas estruturas de poder do campo político da justiça estatal, de acordo com a divisão sexual do trabalho jurídico existente nessas profissões, sugere a homologia entre a posição do grupo profissional, no campo jurídico e de acordo com a sua composição por gênero, e a posição de sua clientela ou dos interesses jurídicos a serem defendidos, no campo social. Segundo essa hipótese, que está diretamente relacionada à divisão sexual do trabalho de acordo com atributos “naturais” de homens e mulheres, os grupos profissionais mais feminizados e com menor acesso ao campo político da justiça estatal são justamente aqueles dedicados a clientes e interesses jurídicos de menor prestígio e a funções que podem ser associadas a atribuições femininas relacionadas ao *cuidado* (a defesa de pessoas carentes, pelas Defensorias Públicas, a curadoria de menores e incapazes e a defesa de interesses difusos e minoritários pelo MP e a centralidade do direito de família na atuação desses dois grupos profissionais).

Analisando a homologia de posições entre clientela e juristas e seu efeito na reprodução das relações de dominação internas e externas ao campo, Bourdieu (2007a) afirma que

os ocupantes das posições dominadas no campo (como o direito social) tendem a ser mais propriamente destinados às clientelas de dominados que contribuem para aumentar a inferioridade dessas posições (o que explica terem os seus manejos subversivos menos probabilidades de inverter as relações de força no seio do campo do que de contribuir para a adaptação do corpus jurídico e, deste modo, para a perpetuação da estrutura do campo). (p. 251)

Por fim, para concluir a análise da divisão sexual do trabalho jurídico no interior do campo político da justiça, é preciso lembrar a observação de Bourdieu (2007^a, 2009) sobre o papel do dominado e do seu consentimento na estruturação de uma relação de dominação. Nesse aspecto, é importante analisar os depoimentos de mulheres que, tendo alcançado posições dominantes nas estruturas do campo político da justiça, relativizam os efeitos da dominação masculina e das desigualdades sociais baseadas nos gêneros, como forma de naturalizar sua própria posição e dissuadir as percepções acerca das desigualdades da estrutura, que, de sua posição atual, elas passam também a comandar.

Segundo Bonelli e outros (2008), o acesso das mulheres às posições superiores da advocacia pressupõe o apagamento das diferenças entre os gêneros e a aceitação do discurso da conquista da igualdade. Os dados de minha tese demonstram que o mesmo parece ocorrer nos demais grupos profissionais de juristas, além da advocacia. Veja-se, a propósito, o depoimento da ministra de tribunal superior entrevistada para esta pesquisa; embora alguns episódios que demonstram seu desconforto na relação com a maioria masculina no tribunal tenham repercutido no anedotário jurídico, ao ser diretamente questionada, nessa entrevista, sobre as dificuldades atualmente enfrentadas, ela afirmou não haver mais problemas nas relações entre homens e mulheres no tribunal, especialmente após a ascensão de outras mulheres à corte na qual atua, e apesar de ser o gênero feminino ainda minoritário em sua composição:

Eu nunca me senti discriminada. Bem, em primeiro lugar, eu não tenho medo de ser mulher, né? Eu sou mulher, sou felicíssima em ser, enfrento isso com muito... muita galhardia. E... outra coisa: não aceito que... que eu seja diferente deles. Eu sempre me portei como se fôssemos absolutamente iguais. Acho que essa postura me vale muita coisa, porque eles nunca me discriminaram, não é por aí. E, eu também acho que o tribunal estava amadurecido o suficiente para receber uma mulher. Não foi assim, de supetão, que eles escolheram uma mulher. Foi mais ou menos o seguinte: “bem, já está na hora de escolhermos uma mulher, já que temos uma magistratura recheada de elementos femininos, né?” Então, eu acho

que eu cheguei exatamente no momento que o tribunal estava maduro. Ele estava tão maduro que, nos três meses depois que eu cheguei aqui, eles escolheram a segunda mulher, na perspectiva de que não queriam deixar uma só mulher no foco, como a única. Dividir as atenções. E isso foi uma sabedoria do tribunal, isso foi uma forma inteligente deles dizerem o seguinte: “aqui, nós trabalhamos homens e mulheres”. Então, eu nunca me senti discriminada. (entrevista com Eliana Calmon)

Em outras palavras, a fala da ministra entrevistada busca converter sua posição minoritária em demonstração de igualdade, reforçando o aspecto simbólico e aparentemente compensatório de sua nomeação para aquele tribunal. Chama a atenção, ainda, a menção, feita por ela, ao “amadurecimento” do tribunal na escolha dela e de outras (poucas ministras): sem maiores problematizações e desconsiderando que a decisão foi tomada por um grupo de homens (ainda predominantes, mesmo após novas nomeações femininas), tal afirmação desloca o problema do acesso da mulher às posições superiores da justiça para outras questões (evolução, amadurecimento, sabedoria) que não a questão da igualdade de direitos e reforça o sentido simbólico de sua nomeação, que, naquele momento, evitaria conflitos internos e questionamentos externos. Da mesma forma, é importante atentar para a interpretação da entrevistada de que a admissão de novas ministras, após sua estreia naquele tribunal, buscou deslocar o foco das atenções, até então exclusivamente sobre ela – o que, em última análise, igualmente reforça o caráter simbolicamente compensatório das nomeações femininas, que, depois de afirmado perante a opinião pública, tende a ser atenuado e diluído por uma aparência de normalidade, na qual 1, ou 2, ou 3 mulheres entre 34 ministros homens não seriam mais fato merecedor de atenção.

No mesmo sentido, veja-se o depoimento de Ivette Senise Ferreira (2010), primeira mulher a dirigir a tradicional Faculdade de Direito da USP, e a segunda mulher a presidir o Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP); perguntada se ainda existe discriminação da mulher no Brasil, a entrevistada respondeu:

Eu acho que está superado. Pode ser que ainda exista na cabeça de alguns, mas as pessoas mais jovens, ou as pessoas de mentalidade mais jovem – porque há muitas pessoas que são idosas e têm mentalidade jovem –, essas não fazem mais qualquer restrição. Veja, o IASP é uma entidade que reúne figuras tradicionais da vida jurídica nacional, tem um grande número de pessoas com mais idade, muitos eméritos, que deram um passo fantástico elegendo a minha antecessora [Maria Odete Duque Bertasil], que foi a primeira mulher a presidir o Instituto em 132 anos de existência. E não é que existisse preconceito, é que eram muito poucas as mulheres conselheiras ou que se integravam na vida do Instituto. Com o

aumento do número de mulheres nas faculdades de Direito e nas carreiras jurídicas, a entrada das mulheres nas diversas entidades e cargos foi crescendo. No final do século passado e começo deste, começou a ficar mais nítida essa mudança. Foi quando eu fui escolhida para diretoria da Faculdade de Direito da USP, quando chegaram as primeiras mulheres ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça. Então, foi uma sequência de aberturas que nos revelam que hoje, praticamente, essa discriminação não existe mais. Acho que a escolha se faz pela competência, pelo trabalho realizado, pela personalidade da pessoa escolhida, seja ela homem ou mulher. (p. 12)

Assim como na fala da ministra de tribunal superior entrevistada, a percepção de Ivette Senise Ferreira evoca o aumento da participação feminina em posições inferiores das hierarquias profissionais a fim de relativizar sua posição minoritária nos círculos das elites jurídicas – camuflando, assim, os efeitos visíveis da desigualdade no acesso a posições de poder do campo político da justiça.

Além disso, tanto no caso de Ferreira quanto no da ministra entrevistada, repete-se uma característica observada por Bonelli e outros (2008) na análise da profissionalização por gênero na advocacia paulista: a de que as mulheres que chegam a posições de poder no campo jurídico possuem um perfil específico, mais velhas e tendo superado a fase da maternidade, do cuidado dos filhos e da família, o que lhes possibilitou a dedicação maior ao trabalho e à carreira – diferentemente, portanto, das jovens juízas, promotoras e advogadas que constituem o anunciado fenômeno da feminização das carreiras jurídicas. Esse mesmo fenômeno é percebido, em grande parte, quando se analisa o perfil das cinco ministras que compõem o Tribunal Superior do Trabalho e das quatro ministras do Superior Tribunal de Justiça no ano de 2007. No caso do TST, quatro das cinco ministras possuem filhos, sendo que duas delas chegaram ao tribunal com 50 anos ou mais, uma terceira com 49 anos e outra com 42 anos de idade. Das cinco mulheres que compõem o TST, uma é solteira e uma é divorciada. Entre as quatro ministras do STJ no ano de 2007, duas possuem filhos e três chegaram à corte com 50 anos ou mais; há uma ministra solteira e uma divorciada.

Embora se argumente que a progressão na carreira da magistratura é mais lenta e que dificilmente um jurista, homem ou mulher, chegaria a um tribunal superior antes dos quarenta anos – quando, então, os filhos em tese já não mais dispensariam cuidados constantes dos pais –, é preciso considerar, além da já citada ministra que chegou ao TST com 42 anos (exceção entre as mulheres desse círculo de elite), que no mesmo tribunal há outros oito ministros homens (28,6% do

total de ministros e 34,8% dos ministros homens) que chegaram àquela corte com idades entre 40 e 50 anos e outros dois que ascenderam com 40 anos ou menos; de todo esse grupo de ministros homens que chegaram ao TST com menos de 50 anos, apenas um é solteiro e sem filhos. No caso do STJ, doze dos trinta ministros homens (35,3% de todos os ministros e 40% dos ministros homens) chegaram ao tribunal com idades entre 40 e 50 anos, sendo apenas um deles solteiro e sem filhos.

O impedimento que os tradicionais papéis sociais (mãe e esposa) atribuídos à mulher na organização da família representam à profissional jurídica pode ser visto também no caso da advogada Cláudia Prado, cujo perfil foi retratado em reportagem da revista semanal *Veja São Paulo* (2006), mencionada no Capítulo 2 desta tese. A advocacia possui uma organização de carreira mais flexível e que em tese permite, portanto, uma ascensão mais rápida. Por outro lado, dados expostos neste capítulo (Gráfico 42) demonstram que a participação feminina entre os sócios de escritórios (que têm em média doze anos de formados) é consideravelmente menor do que entre associados (formados há oito anos, em média), embora seja minoritária nos dois estratos. Cláudia Prado é dirigente de um grande escritório de advocacia de São Paulo e, à época da reportagem, tinha 44 anos de idade e três filhos adolescentes. Como relata a reportagem, sua posição excepcional nas hierarquias superiores do campo jurídico só se deu por meio de sacrifícios e da imposição de uma rotina intensa que, certamente, seria vedada a outras profissionais da área, se não por opções pessoais, ao menos pelos custos que implica: a advogada mencionada nunca tirou licença maternidade e já viajou com um bebê seu de dois meses e uma babá para participar de uma reunião nos Estados Unidos.

Heranças familiares

Também no que se refere à escolaridade dos pais, importante indicador de origem social dos juristas, há diferenças entre os grupos profissionais que sugerem hipóteses para a explicação do acesso desigual de advogados, promotores e magistrados ao STF e, de maneira geral, ao campo político da justiça. Como se vê no Gráfico 43, se considerarmos os diferentes graus de escolaridade formal

oferecidos pelo sistema de educação, predominam no interior da magistratura, do Ministério Público e das Defensorias Públicas membros filhos de pais com superior completo: 32,8%, 44,6% e 35,5%, respectivamente. Entretanto, se somarmos os valores correspondentes aos demais graus de instrução paterna, verifica-se a ocorrência de ascensão social curta nas trajetórias familiares de todas as três carreiras de juristas de Estado analisadas, na medida em que os percentuais de profissionais com pais com escolaridade até o segundo grau completo superam os de filhos de pais com nível superior completo.

Gráfico 43

Grau de instrução paterna, por grupo profissional, em porcentagem (Brasil, 2004 e 2005)

Fontes: Secretaria da Reforma do Judiciário (2004b e 2006c); Sadek (2006)

Em relação à escolaridade materna dos membros da magistratura, do Ministério Público e da Defensoria Pública (Gráfico 44), embora sejam menores as porcentagens de filhos de mães com nível superior completo (17,8%, 30,1% e 24,7%, respectivamente) se comparadas às de pais com mesmo grau de instrução, são significativamente maiores, nos três grupos profissionais, as porcentagens de membros filhos de mães com primeiro grau completo (18,7%, 13,7% e 17,4%, respectivamente) e de mães com segundo grau completos (24,7%, 26,7% e 24,4%, respectivamente).

Gráfico 44

Grau de instrução materna, por grupo profissional, em porcentagem (Brasil, 2004 e 2005)

Fontes: Secretaria da Reforma do Judiciário (2004b e 2006c); Sadek (2006)

É possível dizer, portanto, que a ascensão familiar verificada entre os juristas se dá no interior de estratos médios da população brasileira, com famílias minimamente incorporadas aos sistemas de educação fundamental e média, já que os percentuais de profissionais com pais sem instrução formal é reduzido em todos os três grupos de juristas de Estado: 9,6% entre magistrados, 5,9% entre membros do Ministério Público e 6,5% entre defensores públicos. Analisando as mudanças no interior da magistratura, e contextualizando os padrões de mobilidade social verificados nesse grupo profissional em relação ao seu passado histórico de elite socialmente homogênea, Werneck Vianna e outros (1997) afirmam que

uma observação das mudanças no perfil dos concursados permite sugerir – sugestão, presumivelmente, de alcance geral em se tratando de elites brasileiras – a existência de uma lenta, porém firme, reapropriação dessa atividade por setores educados, de origem social mais elevada. É importante ressaltar que isso não significa uma retomada de posições das antigas elites, mas das novas elites que fizeram sua trajetória associada ao ingresso no curso superior. (p. 101)

Por outro lado, dados sobre os advogados da cidade de São Paulo indicam que 73,2% dos profissionais entrevistados são filhos de pais com nível superior completo, sendo que pais com nível de instrução até o segundo grau completo somam 22,2% do total. Em relação à escolaridade materna, os dados sugerem uma

advocacia composta por filhos de mães com escolaridade de nível superior completo em porcentagem maior do que as encontradas entre as carreiras de Estado: 54% (Cunha e outros, 2007). De acordo com o argumento sugerido anteriormente, tal acúmulo de capital escolar por esse setor de elite dos advogados parece se combinar ao capital profissional produzido pela OAB para explicar a posição predominante dos advogados no campo político da administração da justiça.

Outro dado que ajuda a definir o grau de fechamento social do círculo das elites jurídicas é a existência de parentes profissionais jurídicos entre os membros das carreiras analisadas. A reprodução de “famílias jurídicas” é um indicativo da impermeabilidade do campo jurídico, e, embora haja tendência a um maior recrutamento exógeno, os dados indicam certo grau de persistência desse tipo de reprodução social em todos os níveis hierárquicos das profissões jurídicas. No interior do campo político da justiça, há exemplos atuais de reprodução de famílias jurídicas ao nível das elites da administração da justiça estatal. Vejamos, por exemplo, os casos de Raphael de Barros Monteiro Filho, Francisco Falcão, Aldir Passarinho Filho, ministros do STJ no ano de 2007 e filhos dos ex-ministros do STF Raphael de Barros Monteiro (irmão, por sua vez, do desembargador Washington de Barros Monteiro, do TJSP), Djaci Falcão e Aldir Guimarães Passarinho, respectivamente; e de Paulo Gallotti, ministro do STJ no ano de 2007 e sobrinho do ex-ministro do STF Luiz Octavio Gallotti (por sua vez filho do também ministro do Supremo Luís Gallotti). É possível citar, ainda, os casos de Ives Gandra Martins Filho (ministro do TST e conselheiro do CNJ, filho do homônimo advogado tributarista e professor emérito da Universidade Mackenzie); da própria família Jobim, do ex-ministro da Justiça e do STF Nelson Jobim, com atuação relevante na advocacia e na magistratura gaúchas; e da família Thompson Flores, cujo membro mais destacado foi o ministro do STF Carlos Thompson Flores.⁵⁶

Em níveis inferiores das profissões jurídicas, a maioria dos membros da magistratura e do Ministério Público não tem parentes com atuação nas carreiras jurídicas de Estado (Gráfico 45). As maiores ocorrências de recrutamento endógeno ficam por conta da existência de familiares atuantes na advocacia privada: 52,4% entre magistrados e 39% entre promotores – o que, mais uma vez, demonstra o

⁵⁶ Segundo informação que me foi prestada pessoalmente por Paulo Roberto Moglia Thompson Flores (advogado, liderança da OAB federal e do Distrito Federal), um levantamento informal feito por ele e seu primo, o desembargador federal Thompson Flores Lenz, identificou dezoito gerações da família dedicadas a atividades jurídicas.

prestígio da advocacia nas estruturas de poder do campo e seu papel específico na reprodução de “famílias jurídicas”. Excluindo-se os percentuais verificados em relação à existência de familiares atuantes na advocacia privada – que demonstram um não desprezível recrutamento endógeno em sentido amplo (ou seja, não necessariamente ligado à mesma carreira, mas de alguma forma ligado ao campo jurídico) –, também é significativo que, numa mesma carreira pesquisada, sejam maiores os percentuais de familiares com atuação no mesmo grupo profissional: 27,4% dos magistrados têm parentes magistrados e 17,6% dos promotores têm parentes no Ministério Público.

Gráfico 45

Porcentagem de membros com parentes em profissões jurídicas, por grupo profissional (Brasil, 2004 e 2005)

Fontes: Secretaria da Reforma do Judiciário (2006c); Sadek (2006)

Os dados sobre os advogados paulistas indicam 120 dos 239 entrevistados com parentes em profissões jurídicas, sendo que 77% deles têm parentes advogados (Cunha e outros, 2007). Os dados que sugerem maior recrutamento endógeno estrito na grande advocacia da cidade de São Paulo podem ser explicados pela tradição dos escritórios familiares, que persistem apesar do aumento do grau de complexidade e, conseqüentemente, de impessoalidade advindo da reestruturação organizacional das grandes sociedades de perfil empresarial.⁵⁷

⁵⁷ Cunha e outros (2007) dizem: “Embora, a partir da década de 1990, tenham se expandido as sociedades de advogados com administração especializada, esses dados confirmam a tradição de muitos escritórios seguirem na mesma família, sendo passados dos pais para os(as) filhos(as)”.

Os dados que demonstram a importância dos parentes advogados para o direcionamento de carreiras de magistrados e membros do Ministério Público, bem como os dados que demonstram maior recrutamento endógeno em sentido estrito entre advogados, combinados às informações que sugerem maior acúmulo de capital escolar pelos pais dos advogados, podem ajudar a entender as estruturas de capitais que permitem que os juristas com passagens pelos quadros da advocacia tenham acesso privilegiado às posições superiores do campo político da justiça. Obviamente, essa interpretação deve ser ressalvada pelo fato de que os dados que a sustentam, coletados entre grandes escritórios de advocacia e sociedades de advogados concentrados especialmente na região sudeste, especialmente na cidade de São Paulo (Cunha e outros, 2007; Análise Editorial, 2008), são representativos de uma elite dos advogados, não correspondendo, certamente, ao perfil social da massa profissional.

A acelerada massificação da advocacia, ilustrada pela Tabela 3, certamente autoriza supor que se trata de um corpo profissional muito mais diversificado socialmente do que a magistratura, o Ministério Público e as Defensorias Públicas retratados pelos *surveys* comparados neste capítulo (Gráfico 46). Além disso, a preocupação da OAB, desde pelo menos a década de 1980, com a massificação, a proletarização e o empobrecimento dos advogados, bem como seus esforços de restrição à expansão do ensino jurídico e à formação de novos bacharéis e na construção de políticas corporativas assistencialistas (Bonelli, 2002; Almeida, 2006), sugerem que se trata de um grupo profissional com menores quantidades de capitais simbólicos de toda a ordem, especialmente os capitais sociais de origem e aqueles adquiridos em redes bastante restritas de relacionamento político – mais do que isso, os esforços da OAB em controlar e restringir o tamanho e a qualidade de seu grupo profissional devem ser interpretados como uma tentativa de preservação de todo o capital profissional acumulado pela instituição ao longo de sua história, ante a massificação e a diversificação social da advocacia.

Tabela 3

Evolução do número de advogados no estado de São Paulo (1980 a 2010)

Ano	Número de advogados
1980	55.000
1998	131.480
2005	160.780
2010	221.422

Fonte: Almeida (2006); Ordem dos Advogados do Brasil (2010)

Gráfico 46

Número de profissionais por 100.000 habitantes, por grupo profissional (Brasil, 2004 e 2005)

Fontes: Almeida (2006); Secretaria da Reforma do Judiciário (2006c); Sadek (2006)

Por outro lado, justamente por conta de suas estruturas privilegiadas de capitais (relacionados à sua composição por gênero, classe social, títulos acadêmicos), creio que os advogados retratados pelos dados utilizados neste capítulo, exatamente por pertencerem a um estrato destacado da massa profissional, são aqueles com maiores chances de acesso às estruturas de poder do campo político da justiça e aos círculos superiores das elites dos juristas. São as estruturas de capitais dessa elite de advogados, herdados e adquiridos (que se assemelham em muito aos capitais que circulam no STF, por exemplo), combinadas ao considerável capital profissional institucionalmente acumulado pela OAB que, acredito eu, explicam a posição privilegiada da advocacia e da Ordem nas estruturas de poder do campo político da justiça estatal.

Capítulo 8. Nacionalização, estadualização e centralização

Outra diferenciação interna do campo jurídico em geral, e do campo político da justiça em relação ao campo jurídico, é a que se estabelece a partir das posições de seus agentes no espaço geográfico, ou seja, a diferenciação produzida a partir das divisões, socialmente construídas, entre as regiões do território nacional. Segundo essa hipótese, a divisão do espaço geográfico com base em diferenciações sociais, econômicas e políticas estrutura as relações de poder internas ao campo jurídico e ao campo político da justiça (na medida em que esses campos se estruturam nacionalmente), de acordo com o local de origem de suas instituições – como se viu no caso da concentração das faculdades de direito de elite e na gênese da Escola Processual Paulista – e de seus agentes, como se verá na sequência.

Como se vê nos gráficos seguintes, há uma tendência à concentração regional da origem dos agentes de elite do campo político da justiça, representados pelos ministros do STF nomeados durante a República. Dessa forma, se na Primeira República (Gráfico 47) percebe-se a diversidade de origens geográficas dos ministros nomeados (reflexo de uma magistratura nacionalizada), com uma relativa predominância dos nascidos no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais (agregados pela passagem pela Faculdade de Direito de São Paulo), Pernambuco e Bahia (em geral formados pela Faculdade de Direito de Olinda-Recife), entre os ministros nomeados nos dois primeiros governos de Getúlio Vargas (Gráfico 48) percebe-se a concentração da origem geográfica fluminense (refletindo o fortalecimento do poder político central, com sede no Rio de Janeiro), com aumento da participação dos nascidos no Rio Grande do Sul (estado de origem de Vargas) e declínio da participação de paulistas ao nível da participação de nascidos em outros estados (como reflexo, certamente, do rearranjo de elites locais feito pela Revolução de 1930 e por Vargas em torno do poder central e dos efeitos da estadualização da justiça estatal).

Gráfico 47

Número de ministros do Supremo Tribunal Federal, por local de origem, nomeados entre 1889 e 1930 (Brasil, 1889 a 1930)

Fonte: Supremo Tribunal Federal (2009)

Gráfico 48

Número de ministros do Supremo Tribunal Federal, por local de origem, nomeados entre 1930 e 1945 (Brasil, 1930 a 1945)

Fonte: Supremo Tribunal Federal (2009)

Já no período democrático entre 1946 e 1964 (Gráfico 49), começa a se definir uma concentração de ministros originários dos estados da região sudeste do Brasil (com predominância de mineiros, ao lado de fluminenses e paulistas), que iria perdurar pelos períodos republicanos seguintes (Gráficos 50 e 51); a diferença, contudo, entre o perfil dos ministros nomeados no período 1946-64 e o dos nomeados nos regimes subsequentes está na ausência de gaúchos entre os nomeados imediatamente após a queda do Estado Novo, sendo que os nascidos no Rio Grande do Sul retomam suas posições no STF, com destaque, durante o regime militar e a redemocratização.

Gráfico 49

Número de ministros do Supremo Tribunal Federal, por local de origem, nomeados durante o Regime Constitucional de 1946 (Brasil, 1945 a 1964)

Fonte: Supremo Tribunal Federal (2009)

Gráfico 50

Número de ministros do Supremo Tribunal Federal, por local de origem, nomeados durante o Regime Militar (Brasil, 1964 a 1985)

Fonte: Supremo Tribunal Federal (2009)

Gráfico 51

Número de ministros do Supremo Tribunal Federal, por local de origem, nomeados após a redemocratização (Brasil, 1985 a 2008)

Fonte: Supremo Tribunal Federal (2009)

A formação de um pólo de poder da administração da justiça geograficamente localizado nas regiões sul e sudeste se completa, como já demonstrado em capítulos anteriores, pela concentração dos cursos superiores de formação das elites jurídicas nos estados daquelas duas regiões, pela formação de um núcleo de produção cultural representado pela Escola Processual Paulista e pode ser verificada, ainda, nas composições do STJ e do TST no ano de 2007 (Gráficos 52 e 53).

Gráfico 52

Número de ministros do Superior Tribunal de Justiça, por local de origem (Brasil, 2007)

Fonte: Consultor Jurídico (2008a)

Gráfico 53

Número de ministros do Tribunal Superior do Trabalho, por local de origem (Brasil, 2007)

Fonte: Consultor Jurídico (2008a)

A liderança institucional dos advogados segue a mesma lógica de concentração regional do campo político da justiça estatal, contrapondo-se à distribuição federativa equânime de assentos no Conselho Federal da OAB: entre os dez últimos presidentes anteriores a 2010, para cada presidente nacional da entidade oriundo da OAB de São Paulo, elegeu-se um de outro estado (no caso desses dez últimos, Rio de Janeiro, com dois ex-presidentes, Pará, Ceará, Distrito Federal e Paraná, com um cada). O mesmo parece ocorrer com a liderança do Ministério Público Federal, já que 23 dos 37 procuradores-gerais de toda a história da República são originários de estados das regiões sul e sudeste, com destaque para Rio de Janeiro e Minas Gerais (Gráfico 54).

Gráfico 54

Número de procuradores-gerais da República, por local de origem (Brasil, 1891 a 2009)

Fonte: Procuradoria-Geral da República (2010)

A importância do pólo regional de concentração do poder da administração da justiça pode ser constatada, com maior destaque, no caso de agentes migrantes, ou seja, aqueles que, nascidos em determinado estado, radicaram-se em outro estado da federação (em geral, mais central) e neste construíram as carreiras e as estruturas de capitais que permitiram sua ascensão às posições superiores do campo político da justiça. É o caso, por exemplo, do ministro do STJ, no ano de 2007, Hermann Benjamin, nascido na Paraíba (informação constante do Gráfico 52), graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro e radicado no estado de São Paulo, onde construiu carreira como promotor e procurador de justiça do Ministério Público estadual; e também de seu colega Humberto Gomes de Barros, nascido em Alagoas, graduado pela Universidade do Brasil (atual UFRJ) e que construiu carreira como advogado privado e público em Brasília.

A existência de um pólo regional de concentração do poder da administração da justiça estatal não pode ser dissociada das dinâmicas sociais, econômicas e políticas do desenvolvimento econômico brasileiro, especialmente das tendências de reorganização do espaço político e econômico de acordo com a ascensão, o declínio e a renovação de pólos de desenvolvimento. Analisando esses processos no decorrer das últimas décadas do século XX, Otávio Soares Dulci (2002) demonstra como a desconcentração dos pólos de desenvolvimento econômico mantém a oposição dominante de São Paulo e das regiões sul e sudeste, apesar da reorganização do espaço econômico em direção a novas fronteiras:

Prossegue o movimento de desconcentração industrial que marcou as últimas décadas do século XX, cujo efeito tem sido o de expandir os setores dinâmicos – a partir de São Paulo, que permanece como núcleo do sistema – para os diversos Estados do Sudeste e do Sul. Na região Sudeste, contudo, espaços tradicionais da economia brasileira (o Rio de Janeiro e a maior parte de Minas Gerais) se encontram em posição periférica em relação a este movimento de expansão. No setor agrícola, tanto o Sudeste quanto o Sul permanecem em lugar proeminente no Brasil, no que diz respeito às culturas de exportação e de abastecimento interno. (p. 94)

É possível dizer, portanto, que a relativa descentralização do campo político da justiça, se ocorreu, manteve seu centro sobreposto ao centro da atividade econômica brasileira, expandindo-se para alguns poucos estados que, igualmente, experimentaram o movimento de desconcentração industrial analisado por Dulci.

Estadualização e dualidade da justiça estatal

Apesar desse fator, a concentração geográfica de um pólo de poder do campo político da justiça parece ser resultado não só de processos externos ao campo, caracterizados pelos diferentes níveis de poderes político e econômico alcançados pelos estados da federação, como também de processos político-institucionais de lógicas próprias, assim como de diferenciações internas ao campo jurídico, caracterizados especialmente pela estadualização da justiça estatal em contraposição ao surgimento de uma justiça federal.

Em oposição à unidade nacional da magistratura e da estrutura judiciária imperial, que conectava diretamente o poder local (municipal) ao poder central (imperador) e estimulava a circulação dos magistrados pelo território nacional como forma de treinamento para a administração estatal e de impedimento ao surgimento de laços com os poderes locais, a estadualização da justiça estatal promovida pelo modelo federativo inaugurado pela República está na origem da consolidação de organizações burocráticas e profissionais de âmbito estadual, capazes de gerar capitais próprios e diferenciados entre os diferentes sistemas de justiça regionais. Nesse sentido, e levando-se em conta os anos iniciais da República, é preciso considerar, conforme sugerido por Engelmann (2006a), que não se trata da diversificação social e das estruturas de capitais dos agentes do campo, mas sim da descentralização de um modelo de produção e reprodução de elites jurídicas em nível local – baseado, especialmente, na criação das escolas livres de direito baseadas nos modelos das Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda-Recife, conforme demonstrado nos Capítulos 3 e 4.

A organização do Poder Judiciário em bases federativas iniciada pela República – inclusive com a descentralização das leis processuais de cada estado, definida pela Constituição de 1891 (Paula, 2002) – manteve-se mesmo sob a Revolução de 30 e o Estado Novo, quando a legislação processual foi novamente centralizada na competência da União e a justiça federal ampliou-se com seus ramos especializados da justiça trabalhista e eleitoral. Essa divisão do campo representa, em termos políticos, o surgimento de elites judiciárias e burocracias locais com alto grau de autonomia e capacidade para a política do campo. No caso da justiça comum estadual, o setor mais expressivo da burocracia judiciária brasileira, sua autonomização política começa a ocorrer com as primeiras leis de organização judiciária elaboradas pelos primeiros governos estaduais da República.

No estado de São Paulo, por exemplo, a criação da justiça estadual representou a prevalência da magistratura togada sobre os juízes de paz leigos, supostamente ligados aos poderes locais, e sobre a organização das funções de promotores e de advogados, ainda sem autogoverno profissional, pela maior divisão de funções judiciárias e policiais e pela manutenção da influência do Poder Executivo sobre a nomeação dos juízes, apesar da existência de critérios formais para concursos públicos. Segundo Marília Schneider (2007),

À descentralização política nacional correspondeu um forte movimento de concentração do poder nas mãos do Executivo estadual. Com isso, os impasses políticos do Estado oligárquico reverberaram, efetivamente, nas atividades do Judiciário. (p. 21)

Os efeitos da estadualização da justiça estatal e de seus agentes pode ser percebido, por exemplo, quando se verifica que a maior parte dos desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) é originário do estado onde exercem a função. De 309 desembargadores do TJSP atuantes no ano de 2007 e sobre os quais há informações do local de nascimento, apenas 30 (9,7%) não são nascidos em São Paulo, embora 20 deles sejam nascidos em estados limítrofes (8 em Minas Gerais, 6 no Rio de Janeiro, 4 no Paraná e 2 no Mato Grosso do Sul); com exceção de um desembargador nascido no Rio de Janeiro (sem informação sobre faculdade de origem) e um nascido em Goiás (formado em Minas Gerais), todos os membros do TJSP nascidos fora de São Paulo, mesmo em estados mais distantes (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão e Rondônia), cursaram graduação no estado, demonstrando o papel das faculdades de direito na estadualização dos campos jurídicos locais.

Por outro lado, os efeitos dessa estadualização e da lenta diferenciação da justiça federal como estrutura de poder autônoma podem ser vistos na evolução da composição do STF ao longo da República, conforme seus ministros tenham passado, em algum momento de suas trajetórias profissionais, pelas organizações locais/regionais ou federais do sistema de justiça estatal. Mais especificamente, conforme se vê nos Gráficos 55 e 56, são crescentes as proporções de ministros com passagens pela magistratura e pelo Ministério Público federais, em relação à participação global daqueles grupos profissionais na composição da corte, independente da esfera (estadual ou federal) de origem.

Gráfico 55

Porcentagens de ministros do Supremo Tribunal Federal com passagem pela magistratura federal e pela magistratura em geral (Brasil, 1889 a 2008)

Fonte: Supremo Tribunal Federal (2009)

Gráfico 56

Porcentagens de ministros do Supremo Tribunal Federal com passagem pelas carreiras dos Ministérios Públicos federais e do Ministério Público em geral (Brasil, 1889 a 2008)

Fonte: Supremo Tribunal Federal (2009)

Obviamente, no que se refere tanto à magistratura quanto ao Ministério Público, é preciso que os dados expostos acima sejam analisados com a ressalva de que a passagem pela magistratura imperial – que incluía funções judiciais, policiais e de Ministério Público numa só carreira – é uma característica das trajetórias de ministros do STF verificada, com relativa frequência, mesmo entre os nomeados após a Revolução de 30 e o golpe do Estado Novo; além disso, é igualmente evidente que os efeitos da diferenciação de um sistema federal de justiça levariam ainda algumas gerações até serem observáveis nas trajetórias dos ministros do STF.

De qualquer forma, quando se consideram as trajetórias de dedicação exclusiva à magistratura, percebe-se que, entre os ministros do STF que foram exclusivamente juízes antes do ingresso naquela corte, a maior parte é, em quase todos os períodos republicanos, composta de ex-juízes estaduais, sendo essa proporção maior na Primeira República (quando a justiça federal ainda era embrionária), menor no período da redemocratização (quando a justiça federal já atingia considerável grau de institucionalização) e equivalente, entre juízes estaduais e federais, durante os dois primeiros governos de Getúlio Vargas (Gráfico 57). Se estiver correta a hipótese, levantada no Capítulo 7, de que grupos profissionais mais institucionalizados são capazes de produzir maiores quantidades de capitais profissionais compartilhados e reconversíveis por seus integrantes, é possível explicar a maior dedicação às magistraturas estaduais pela possibilidade que elas, mais antigas e institucionalizadas, representam para os juízes em termos de ganhos de capitais simbólicos associados ao prestígio profissional e ao capital político da organização.

Gráfico 57

Porcentagens de ministros do Supremo Tribunal Federal com trajetórias exclusivamente vinculadas à magistratura e à magistratura federal (Brasil, 1889 a 2008)

Fonte: Supremo Tribunal Federal (2009)

Mesmo na composição do STJ – em tese mais vinculado à justiça federal, a qual coordena administrativamente por meio do Conselho da Justiça Federal – percebe-se predominância de ministros, atuantes no ano de 2007, com passagens pelas magistraturas estaduais, quando comparada essa proporção com a de ex-juizes federais (Gráfico 58). Tal dado torna-se ainda mais relevante quando se considera que, de acordo com o artigo 104 da Constituição Federal, a composição do STJ deve se dar, necessariamente, por um terço de ministros originários da magistratura comum estadual (mais especificamente, desembargadores dos Tribunais de Justiça), um terço originário da magistratura comum federal (desembargadores dos Tribunais Regionais Federais) e um terço de seus membros oriundos da advocacia e do Ministério Público não especializado (Wagner Junior e outros, 2006).

Gráfico 58

Porcentagens de ministros do Superior Tribunal de Justiça com passagens pela magistratura estadual e pela magistratura federal (Brasil, 2007)

Fonte: Consultor Jurídico (2008a)

Não é somente na composição de círculos superiores das elites jurídicas e na concorrência entre grupos profissionais dos sistemas federal e estaduais de justiça, porém, que a lógica federativa cria clivagens significativas na estruturação do campo político da justiça e de seus conflitos internos. No campo associativo da magistratura federal, por exemplo, a multiplicação de atores políticos, representados pelas associações regionais de juízes federais, decorre da própria organização da justiça federal em cinco regiões de jurisdição e administração de cada um dos Tribunais Regionais Federais; mais do que isso, conforme se percebe de trechos selecionados do depoimento do presidente de associação de juízes federais entrevistado para esta pesquisa, essa divisão do campo associativo dos magistrados da justiça federal está na base de conflitos internos aos grupos profissionais, levados a cabo na concorrência entre associações de diferentes regiões e níveis de representação:

Nós temos uma associação nacional, que é a AJUFE, que nos juízes federais, de certa forma, o que que acontece? Ao contrário, você tem que entender alguns modelos. A... as associações dos estados, como as justiças são estaduais, elas surgiram primeiro, e depois que se uniram [...]. As associações dos juízes do trabalho, as Amatra [Associações dos Magistrados do Trabalho], surgiram estaduais, depois surgiu a ANAMATRA

[Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho]. Na federal, foi diferente: surgiu a Ajufe [Associação dos Juizes Federais do Brasil], e depois de 96 pra cá [...] as associações regionais surgiram na justiça federal. E a Ajufe não deu respaldo, elas surgiram um pouco sem o respaldo da nacional. Hã... e, não... sem uma relação definida com a nacional. E o que que aconteceu aqui? Hã... Eu, por exemplo, quando me eleji, eu disputei com a chapa apoiada explicitamente pela associação nacional, né? Então, nós derrotamos, assim, vamos falar entre aspas, a associação nacional. E aí o que que acontece? Eu comecei a ter uma agenda nacional, porque fui legitimado para tal. [...]

Hoje você vai ter, possivelmente em abril, um processo eleitoral na justiça federal, e que – acho eu, é muito cedo pra... pra prever, tudo... – são as associações regionais se articulando, montando chapa pra... pra disputar a nacional, como eles também fizeram aqui. [...]

Nós fizemos um seminário de todas as associações regionais. Pra gente ver qual é o caminho, né? E nesse... nesse seminário, ficou evidente, por exemplo, que a associação de São Paulo, da... da 3ª região e da 1ª, elas surgiram porque a Ajufe tava... por um pedido de uma remuneração muito baixa, ela não entrava com ações judiciais questionando várias... e você precisa ter uma pessoa jurídica pra entrar. Então, a Ajufesp surgiu muito disso. Como a Ajuferrj, da 1ª região, também. Já a associação na 4ª região, não tem uma regional, tem uma em Santa Catarina, outra no Paraná e outra no Rio Grande do Sul. [...] Então, lá também tem todo esse conflito. E a Ajufe nunca aceitou, nunca conviveu bem com a Ajufesp. A meu ver é uma falta de clareza... uma realidade, você vê nossa representatividade, que eles tinham que... mudar de postura. Mas... aí é o... os processos de luta interna... (entrevista com Ricardo Castro Nascimento)

A hipótese de *ajuste (fit)* entre a organização dos grupos sociais e os pontos de alavancagem institucional, conforme formulada por Theda Skocpol (1996), ajuda a compreender o processo de diversificação interna do campo associativo da magistratura e de capacitação de diferentes organizações de juizes como atores políticos relevantes no campo político da justiça. Segundo essa hipótese, não é só a existência de determinados pontos de acesso e alavancagem de interesses (comissões, parlamentos, burocracias) que determinam o sucesso de grupos no conflito político e na relação com o Estado; é preciso que haja, além disso, um “ajuste” entre as capacidades dos grupos (incluindo muito especialmente sua forma de organização) às instituições políticas e às regras decisórias, como ocorre, por exemplo, com federações sindicais que “espelham” a estrutura do Estado federal, mantendo representação em todo o território, assessorias técnicas políticas e jurídicas e mecanismos de comunicação e centralização/descentralização de poderes equivalentes aos da organização estatal.

Nesse sentido, além dos conflitos entre a associação nacional e as associações regionais dos magistrados federais, o depoimento do juiz federal entrevistado demonstra, também, a existência de conflitos entre a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que em tese congrega todos os magistrados,

independente de pertencimento à justiça federal ou estadual, e as associações de juízes federais, bem como entre juízes estaduais, que são a maioria dos membros da AMB, e juízes federais:

Olha, teve uma... uma... aqui na justiça federal, houve uma ruptura da Ajufe com a AMB, por volta de 2000, na época do Tourinho Neto, que é uma grande liderança... a maior liderança nesse período. [...] que foi presidente da Ajufe. Ele foi... no período teve uma ruptura com a AMB, e foi a primeira greve, a primeira e única greve de juízes federais. Ele foi líder desse movimento, que depois redundou numa conquista... a... salarial, né, que foi um período de defasagem. Foi o que deu uma erguida na Ajufe... ele tá lá, ele é desembargador em Brasília. A... Houve uma ruptura com a AMB. Então, eu peguei já com o negócio... hã... um pouco rompido, né? No processo de reforma do judiciário ocorreram disputas entre juízes federais e estaduais. Mas, na minha gestão, o Mozart Valadares, que é o presidente da AMB, tenho uma boa relação com ele [...] Então, não tenho intimidade, mas tenho convívio tranqüilo, amistoso etc. (entrevista com Ricardo Castro Nascimento)

Como se vê no trecho transcrito acima, assim como parece ocorrer entre associações de um mesmo grupo profissional (no caso da análise anterior, os juízes federais), a relação entre diferentes atores políticos (nesse caso, a Ajufe e a AMB) reproduz a lógica de tensionamento e conciliação que estrutura as lutas do campo, porém mantendo sua coesão e sua integridade.

Federalismo judicial e centralização política

Como se viu, o sistema de justiça brasileiro passou do modelo imperial de uma magistratura nacional (e, mais do que isso, *nacionalizada* pela circulação compulsória dos magistrados por diferentes províncias) para o modelo, inaugurado com a República, de federalismo judicial, organizado em torno do princípio institucional de uma justiça dual, com funcionamento unificado pelas regras básicas da Constituição, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional e da legislação processual. O considerável grau de autonomia e institucionalização de cada uma das esferas (estadual e federal) da justiça dual, bem como dos sistemas estaduais de justiça entre si pode ser percebido na participação diferenciada que membros originários de cada uma dessas esferas têm nos círculos das elites da administração da justiça. Assim, como demonstrado acima, as justiças estaduais parecem oferecer

aos seus membros maiores oportunidades de acúmulo e reconversão de capitais profissionais, empregados nas lutas por ascensão e posicionamento no campo político da justiça, embora seja crescente a participação de juristas com passagens pelo sistema federal de justiça.

Essa organização federativa (e, além disso, multiprofissional, pois envolve, além da magistratura, a advocacia e o Ministério Público) do sistema de justiça brasileiro apresenta problemas evidentes de representação de interesses, e de coordenação política e administrativa das diversas unidades políticas do sistema (Falcão, 2005). Dessa forma, então: como se conceber uma política pública nacional para a oferta de justiça estatal diante de um quadro de múltiplas autonomias, profissionais e institucionais? Como se pode conceber o Conselho Nacional de Justiça como órgão nacional de controle externo e planejamento de um Poder Judiciário organizado em bases federativas? Qual o papel de lideranças institucionais e associativas estaduais e federais na articulação de uma política nacional e de políticas locais da administração da justiça estatal?

Analisando a dinâmica descentralização-centralização no modelo federativo brasileiro, especialmente após a Constituição de 1988, Maria Hermínia Tavares de Almeida (2005) afirma que

No caso da federação brasileira remodelada pela Constituição de 1988, o modelo cooperativo adotado combinou a manutenção de áreas próprias de decisão autônoma das instâncias subnacionais; descentralização no sentido forte de transferência de autonomia decisória e de recursos para os governos subnacionais e a transferência para outras esferas de governo de responsabilidades pela implementação e gestão de políticas e programas definidos no nível federal. Em consequência, a avaliação dos rumos do federalismo brasileiro, em termos da polaridade descentralização-recentralização, deve levar em conta a complexidade desse arranjo cooperativo e as formas distintas que assumem as relações governamentais em diferentes áreas de políticas públicas. (p. 32)

Embora grande parte do esforço do presente trabalho seja o de identificar as instituições, *formais ou não*, de diferenciação de um campo político da justiça estatal, de alcance nacional e capaz de exercer poder sobre esse sistema tão fragmentado, não se pode deixar de considerar os esforços que as elites desse campo político têm empreendido pela institucionalização formal de seu poder centralizado e centralizador, por meio da criação de mecanismos institucionais de concentração do poder jurisdicional e administrativo do sistema em suas posições superiores.

Nesse sentido, os principais resultados da Reforma do Judiciário de 2004 são justamente aqueles que operaram essa centralização formal do poder das posições superiores do campo político da justiça. O primeiro desses resultados da Reforma foi a introdução de mecanismos processuais e jurisdicionais de contenção da produção jurisprudencial das instâncias inferiores, por meio da possibilidade de atribuição de efeitos vinculantes e de repercussão geral às decisões dos tribunais superiores, em especial do STF.

A atribuição de efeito vinculante às súmulas tradicionalmente editadas pelo STF – medida de reforma comumente chamada de *súmula vinculante* – consiste na possibilidade que o Supremo tem de, entre suas *súmulas* (ou seja, os entendimentos jurisprudenciais consolidados e assim expressamente considerados por aquela corte), atribuir a algumas delas, por meio de decisão de dois terços de seus membros, efeito vinculante em relação às decisões de tribunais e juízes inferiormente posicionados na hierarquia jurisdicional – que, a princípio, não podem mais decidir de maneira contrária ao entendimento consolidado pelo STF. Dessa forma, portanto, a introdução das súmulas vinculantes certamente aumenta o poder jurisdicional do STF sobre as posições inferiores do campo jurídico e consolida sua posição dominante no campo político da justiça estatal. As súmulas vinculantes, ao lado do tema do controle externo do Judiciário e do Ministério Público, constituíram certamente a medida mais polêmica da Reforma do Judiciário de 2004 (Sadek, 2004a), tendo sido refutada por magistrados ouvidos em pesquisa de opinião, pela AMB e pela OAB, mas defendida fortemente pelo próprio STF (representado, nos debates da Reforma, pelo seu então presidente Nelson Jobim, que substituiu Mauricio Corrêa, contrário à Reforma) (Sadek, 2004a; Renault; Bottini, 2005). Segundo informações coletadas ao longo desta pesquisa, a divergência em torno da questão da súmula vinculante foi uma das razões para a saída do advogado Sérgio Sérulo da Cunha do Ministério da Justiça, onde era chefe de gabinete do ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos. Liderança histórica da OAB – a quem se alinhou nas críticas a essa medida de reforma –, Sérulo da Cunha (2005) compara as súmulas vinculantes introduzidas pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004 a tentativas anteriores de concentração do poder do STF, aventadas em períodos políticos autoritários:

A súmula vinculante criada pela EC n. 45/2004 vai além dos assentos, e coloca-se acima da lei. Primeiro, porque é próprio da lei ser interpretada, mas é da natureza perversa da súmula proibir a própria interpretação; segundo, porque a lei pode ser mudada ou revogada por outra lei, mas a súmula não. [...]

Não tem Constituição o país em que qualquer pessoa, natural ou jurídica, ferida (ou acreditando-se ferida) em seus direitos constitucionais, não pode ser ouvida pelo juiz do lugar. Regimes de controle concentrado não se estabelecem para a guarda da Constituição, mas para a preservação do poder. (p. 51)

Vencida a posição de Cunha, da OAB e da AMB, a introdução da súmula vinculante na prática jurisdicional do campo jurídico brasileiro encontrou justificação dos especialistas, com argumentos de ordem material (relacionados aos ganhos efetivos trazidos pela medida) e formal (relacionados à legalidade da medida). Veja-se, por exemplo, a opinião de Cândido Rangel Dinamarco (2005), já citado membro da Escola Processual Paulista:

De minha parte, sempre louvei a idéia das súmulas, porque vejo nelas a capacidade de pacificar em tempo relativamente breve a jurisprudência sobre temas relevantes ligados à ordem constitucional, servindo também como instrumento para o desafogo dos trabalhos dos tribunais (especialmente do Supremo Tribunal Federal). Não vejo qualquer ameaça à liberdade dos cidadãos nem à independência dos juízes, porque o acatamento a elas será acatamento a preceitos normativos legitimamente postos na ordem jurídica nacional, tanto quanto as leis; quem emitirá esses preceitos será um órgão expressamente autorizado pela Constituição Federal e essa autorização era e é vital para todos que interessem pela presteza na oferta do acesso à justiça. Sabendo-se que a própria Constituição se preocupa pela oferta de justiça em tempo razoável [...], estão na contramão da História e no contrafluxo das necessidades de aprimoramento da tutela jurisdicional efetiva e tempestiva as opiniões misoneístas voltadas à demonização das súmulas vinculantes. (p. 298)

No mesmo sentido, veja-se a defesa da súmula vinculante feita pelos especialistas em direito constitucional Gilmar Mendes e Samantha Meyer Pflug (2005) – o primeiro, ministro do STF, do qual viria a se tornar presidente:

Esse novo modelo legal traduz, sem dúvida, um avanço na concepção vetusta que caracteriza o recurso extraordinário entre nós. Esse instrumento deixa de ter caráter marcadamente subjetivo ou de defesa de interesse das partes, para assumir, de forma decisiva, a função de defesa da ordem constitucional objetiva. Trata-se de orientação que os modernos sistemas de Corte Constitucional vêm conferindo ao recurso de amparo e ao recurso constitucional...(p. 373-4)

A chamada repercussão geral dos recursos extraordinários consiste também em medida com objetivo de racionalização do trabalho do STF e de aumento de seu

poder sobre o fluxo do trabalho jurisdicional, das instâncias inferiores às superiores. De acordo com essa inovação trazida pela Reforma do Judiciário, para ter seu recurso extraordinário admitido pelo STF, o impetrante deverá demonstrar – entre outros requisitos estabelecidos pelo artigo 103 da Constituição – a existência de repercussão geral da questão discutida. Em outras palavras, para ter seu recurso admitido pelo Supremo, o interessado deverá demonstrar que há interesse geral na análise e na decisão da questão por aquela corte, que, caso considere não haver tal requisito, poderá recusar-se, por decisão de dois terços de seus membros, a apreciar o recurso.

Ainda, no mesmo sentido de fortalecimento do poder central da jurisdição do STF, podem ser consideradas as medidas de reforma que redistribuíram competências originárias entre o Supremo e o STJ – mais especificamente, o STF teve incorporado à sua competência originária o julgamento de ação direta de inconstitucionalidade contra ato normativo estadual, o da validade de lei local contestada em face de lei federal, bem como das ações contra os novos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público; por outro lado, o Supremo teve transferida para o STJ, por meio da Reforma do Judiciário, a competência, que poderia ser considerada “menor”, de homologação de sentenças estrangeiras e de atribuição de exequibilidade a cartas rogatórias (ou seja, os pedidos de tomada de providências judiciais emitidas por judiciários de outros países, no curso de processos judiciais em trâmite na localidade de origem). Ainda no que se refere ao STJ, é importante dizer que a Reforma do Judiciário conferiu-lhe o poder de deslocar a competência, das justiças estaduais para a justiça federal, do julgamento de causas que envolvam graves violações de direitos humanos, com o objetivo de garantir o cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil em decorrência da celebração de tratados e convenções internacionais sobre o tema (Dinamarco, 2005).

O segundo resultado de reforma relevante para a centralização do poder – neste caso, do poder político-administrativo – das cúpulas do sistema sobre suas posições inferiores foi a criação dos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público. Considerada pelos gestores da Secretaria de Reforma do Judiciário como “luta histórica de diversos segmentos de operadores do direito” (Renault; Bottini, 2005, p. 5), a criação de órgão de controle externo do Poder Judiciário foi certamente a medida mais polêmica do processo político da Reforma do Judiciário

de 2004 (Sadek, 2001, 2004a). A OAB sempre se manifestou favoravelmente ao controle externo do Judiciário, acompanhada, na fase final do processo político da Reforma do Judiciário, pela Associação dos Juízes Federais (Ajufe) e pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a maioria dos magistrados ouvidos em pesquisas de opinião, os presidentes e a maioria dos ministros do STF (antes da presidência de Nelson Jobim), do STJ e do TST, por sua vez, manifestaram oposição ao controle externo da magistratura durante todo o processo político da Reforma do Judiciário, inclusive em suas fases finais (Sadek, 2004a).

Segundo Renault e Bottini (2005), já citados gestores da Secretaria de Reforma do Judiciário, a respeito do CNJ,

[...] a composição e as atribuições sempre foram os pontos mais polêmicos a respeito dos quais houve as manifestações mais radicais e apaixonadas dos defensores e dos opositores à criação do Conselho. A proposta finalmente vencedora representa um meio-termo, ponto de equilíbrio, entre as propostas mais radicais e as mais conservadoras – o órgão deverá ser composto por nove magistrados, dois advogados, dois membros do Ministério Público, e dois cidadãos de notório saber jurídico e reputação ilibada, indicados, respectivamente, pela Câmara e pelo Senado, com três competências distintas e complementares: a) organizar e planejar políticas públicas judiciais; b) fiscalizar os atos administrativos do Poder Judiciário; e c) acompanhar o cumprimento das regras disciplinares pelos magistrados. (p. 5)

De fato, como se vê na tabela abaixo, a proposta finalmente aprovada para a criação do CNJ, no que se refere à sua composição, amenizou o elemento “externo” do controle esperado, presente em projetos imediatamente anteriores para a criação do Conselho. Percebe-se, da análise dos dados abaixo, que embora os projetos de reforma apresentados pelos deputados Aloysio Nunes Ferreira e Zulaiê Cobra, bem como o projeto aprovado pela Comissão Especial de Reforma do Judiciário, tenham aumentado significativamente a participação de membros externos ao Poder Judiciário (representantes do Ministério Público, da OAB e da sociedade civil), a proposta aprovada pela Câmara dos Deputados e, posteriormente, pelo Senado reduziu a participação de membros externos a seis e quatro, respectivamente, dos quinze assentos previstos na composição do CNJ (Tabela 4).

Tabela 4**Composição do Conselho Nacional de Justiça nas propostas de controle externo que tramitaram pelo Congresso Nacional (Brasil, 1995 a 2000)**

Projeto	Total de membros	Número de membros externos	Percentual de membros externos
Jairo Carneiro	15	2	13,33%
Aloysio Nunes Ferreira	9	3	33,33%
Zulaiê Cobra	13	6	46,15%
Comissão Especial	14	6	42,85%
Câmara dos Deputados	15	6	40%
Emenda Constitucional nº 45/2004	15	4	26,6%

Fonte: adaptado de Sadek (2001)

No que se refere às atribuições do CNJ, a abrangência do esperado controle externo também foi alvo de disputas pelos agentes do campo e de polêmicas durante o processo político da Reforma do Judiciário. Havia, por trás das objeções à criação do Conselho apresentadas pela magistratura, uma preocupação com a independência dos juízes, especialmente os de primeira instância, e com a possibilidade de que o órgão de controle externo atuasse sobre o conteúdo das decisões judiciais, substituindo os tribunais na função jurisdicional de processamento de recursos. Apesar desse receio, nenhum dos projetos legislativos da Reforma do Judiciário que tramitaram pelo Congresso Nacional até a aprovação da Emenda Constitucional nº 45 de 2004 mencionou essa possibilidade de atuação do CNJ; ao contrário, segundo Sadek (2001), as diferenças entre aquelas propostas legislativas eram secundárias, havendo em todas elas a preocupação com o estabelecimento de atribuições relacionadas ao controle administrativo, correcional e disciplinar de juízes e tribunais da justiça estatal.

Criado o CNJ por meio da Emenda Constitucional nº 45 de 2004, a última frente de batalha de seus opositores foi a interposição, pela AMB, de uma ação direta de inconstitucionalidade, que questionava a adequação da existência do Conselho às regras constitucionais relacionadas à separação de poderes (ameaçada, segundo a AMB, pela presença de membros do CNJ estranhos à magistratura) e ao princípio federativo (no entender da AMB, ameaçado pela existência de um órgão nacional que submeteria ao seu controle os tribunais estaduais autônomos). A ação proposta pela AMB foi, ao final, julgada improcedente pelo STF, mas antes disso a posição dos especialistas em administração da justiça

serviu para dirimir as resistências ao funcionamento do CNJ e para legitimar sua atuação. Veja-se, por exemplo, a opinião do advogado e constitucionalista Luís Roberto Barroso (2005), membro da primeira comissão de especialistas formada pela Secretaria de Reforma do Judiciário, sobre a legalidade (formal) e a legitimidade (material) da criação do CNJ pela Reforma do Judiciário de 2004:

O Conselho Nacional de Justiça é órgão do próprio Judiciário, não de outro Poder, e suas atividades dizem respeito à fiscalização e à supervisão de atividades administrativas, não da atividade privativa do Judiciário. [...]

O Conselho Nacional de Justiça é órgão nacional e não do ente central ou de qualquer dos entes locais, de modo que não há subordinação das estruturas estaduais do Judiciário a um órgão do ente central. De toda sorte, o conteúdo essencial do princípio da forma federativa de Estado relaciona-se com a autonomia dos entes federados – definida pela Constituição Federal – e com a participação deles na formação da vontade dos órgãos nacionais, elementos que em nada são afetados pela criação do Conselho Nacional de Justiça. (p. 82)

Apesar da centralidade do CNJ no noticiário sobre a justiça e nos debates sobre a Reforma do Judiciário, o CNMP parece ter representado processo semelhante de centralização do poder administrativo e correccional do Ministério Público em âmbito nacional. Segundo a ex-conselheira do CNMP entrevistada para esta pesquisa, a resistência maior à atuação do Conselho existiu por parte dos Ministérios Públicos estaduais:

Havia, sim, uma resistência muito grande dos Ministérios Públicos estaduais, não do Federal, né? O Federal, já em 1993... na nossa, no nosso encontro anual, já na carta, né, que sai desse encontro anual, já consta lá que seria recomendável haver um controle externo do Ministério Público, e tal... Isso em 93, né? Então... mas o Ministério Público, os Ministérios Públicos estaduais, eles relutaram muito, no início, porque hã... que eu acho que esse também foi um direcionamento que foi dado pelo Conselho, nessa primeira gestão, que se criou, ali do nada, a respeito do controle administrativo e financeiro. Então, os procuradores-gerais de justiça estavam acostumados a fazer e desfazer, a mandar e desmandar, a não ter ninguém que olhasse pra isso, né? Então, a partir do momento em que vem um Conselho Nacional, e que revoga um ato administrativo, ou que suspende um concurso do... ou que suspende uma promoção porque foi feita sem critério... esses atos que antigamente ninguém ousaria discutir, sequer internamente, né? Então houve uma resistência muito grande dos Ministérios Públicos estaduais, mas depois essa resistência foi sendo vencida, porque eles viram que eles... a gente se empenhou pra isso também, que sim, nós tínhamos função lá, de controle administrativo e financeiro, e tal. Mas nós tínhamos também a função de planejamento estratégico, a função de ser um grande aliado dos Ministérios Públicos, né? (entrevista com Janice Ascari)

A resistência dos MP estaduais ao CNMP ocorreu também em relação à forma de sua composição. O critério original de indicação da Emenda Constitucional nº 45/2004, pelo Procurador-Geral da República, dos membros de MP estaduais que deveriam compor o Conselho foi questionado pela Confederação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), por meio de ação direta de inconstitucionalidade, ao final julgada favorável pelo STF. A Conamp foi representada judicialmente pelo ex-Procurador-Geral da República Aristides Junqueira Alvarenga, que posteriormente, em entrevista a um periódico de associação de membros do Ministério Público, declarou:

Tenho a impressão de que há uma tendência de acabar com o federalismo. A própria Constituição e as interpretações que dela extraímos são, culturalmente, voltadas para um estado unitário e não para um estado federal. Desde a implantação da República nossos estados federados são cada vez menos detentores de poder e de autonomia, ao contrário do que deveria ser. (Alvarenga, 2005, p. 14-5)

Membro da comissão de juristas formada pela Secretaria de Reforma do Judiciário ainda em 2003, percebe-se que esse advogado e ex-membro do Ministério Público tece críticas, em sua resposta à entrevista, à representação desigual dos Ministérios Públicos estaduais na composição do CNMP e ao movimento de centralização política da administração da justiça que, segundo ele, ameaçaria o pacto federativo.

Dos fóruns às cortes

Uma última característica da institucionalização profissional e burocrática do campo político da justiça merece atenção, para se compreender as estruturas de poder e de dominação relacionadas ao aparato estatal da administração da justiça. Refiro-me à divisão entre primeira e segunda instância e, de maneira geral, à relação entre bases profissionais e suas lideranças institucionais formais na configuração de um campo de poder da administração da justiça estatal.

Os dados expostos no Gráfico 59, relativos à composição do STF no período republicano conforme a passagem de seus membros por diferentes instâncias do

Poder Judiciário, demonstram o aumento das proporções de ministros da corte com passagens anteriores por tribunais de diversas instâncias, ao mesmo tempo em que há uma redução da porcentagem daqueles com passagens pela magistratura de primeira instância. Considerando, como demonstrado no Capítulo 8, que há uma progressiva diminuição da participação de ex-magistrados na composição do STF, quando comparados com ex-advogados e ex-membros do Ministério Público, os dados expostos abaixo (Gráfico 59) indicam que a seleção de juristas para uma posição de poder no campo político da justiça – neste caso, representada pelo Supremo – tende a valorizar cada vez mais a passagem por tribunais das cúpulas estaduais e federais da justiça estatal, independentemente da experiência anterior na primeira instância; mais do que isso, os dados indicam uma distribuição razoavelmente equilibrada, já no período republicano da redemocratização, do poder na administração da justiça entre egressos de tribunais estaduais e federais, concomitantemente ao crescimento da valorização do STJ (antigo Tribunal Federal de Recursos) nas trajetórias ascendentes do campo político da justiça.

Gráfico 59

Porcentagens de membros do Supremo Tribunal Federal com passagens por tribunais locais, federais e pelo Tribunal Federal de Recursos/Superior Tribunal de Justiça, e pela magistratura de primeira instância (Brasil, 1889 a 2008)

Fonte: Supremo Tribunal Federal (2009)

Essa valorização das cúpulas dos tribunais na composição dos tribunais nacionais é confirmada quando os dados do STF expostos no Gráfico 59 são comparados com os dados do STJ e do TST relativos às suas composições no ano de 2007 (Gráfico 60). No caso do STJ, sabe-se que aproximadamente 47% dos ministros do STJ no ano de 2007 passaram por tribunais federais, e 35,3%, por tribunais estaduais, totalizando 73,5% de seus membros com passagens pela segunda instância – sendo que 50% de todos os ocupantes do tribunal naquele ano passaram pela magistratura de primeira instância. No caso do TST, 78,5% dos ministros passaram por tribunais de nível federal (mais especificamente, por Tribunais Regionais do Trabalho), sendo que 75% dos ocupantes daquela corte em 2008 passaram pela magistratura trabalhista de primeiro grau.

Gráfico 60

Porcentagens de ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior do Trabalho com passagens pela primeira e pela segunda instância (Brasil, 2007)

Fonte: Consultor Jurídico (2008a)

Parece evidente que a valorização das cúpulas das justiças estaduais e federais, no caso do STJ e do TST, decorre em grande parte das regras constitucionais de sua composição, que preveem cotas de assentos reservados a membros do Judiciário e também a composição pelo mecanismo do quinto constitucional, que será analisado com maiores detalhes no próximo capítulo. De qualquer forma, é interessante observar que, na comparação com o STF (cujas regras de acesso e composição são mais “flexíveis”), o efeito mais visível da regra que privilegia o recrutamento de magistrados de segunda instância, no STJ e no TST, é justamente o de permitir maior participação de magistrados como um todo (ou seja, de qualquer instância); isso porque, como já demonstrei, a advocacia tem participação dominante no STF, mas, quando se consideram apenas os membros com passagens pelo Poder Judiciário, é crescente a participação de ex-membros de tribunais estaduais e federais nas últimas composições da corte –isso, sem que haja qualquer regra que preveja tal participação.

A importância dos magistrados de segunda instância, líderes institucionais dos tribunais estaduais e federais, se faz presente também no campo associativo da magistratura, ainda que se considere que uma das principais frentes de ação das associações de juízes, conforme demonstrado no Capítulo 6, é a de confrontação de caráter sindical que opõe a primeira instância às cúpulas dos tribunais. Segundo a liderança associativa da magistratura federal entrevistada para esta pesquisa, a composição política de acordo com o pertencimento à primeira ou à segunda instância pode variar dependendo da associação de juízes – e ele, o entrevistado, cita, por exemplo, a Associação Paulista dos Magistrados (Apamagis), liderada em geral por desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo e que, por tal característica, se opõe ao modelo das associações regionais de juízes federais, em geral presididas por juízes de primeira instância. Ainda assim, o entrevistado reforça o papel dos desembargadores na composição política das diretorias de associações e na legitimação de suas ações perante a magistratura e o tribunal:

Aqui, na minha diretoria, nós somos em 20, tem 2 desembargadores, né? Já na outra gestão já tinha dois desembargadores. E a gente estabelece aqui um outro padrão de relação, né? A... aqui, democracia interna, as coisas são votadas, né, mas essencial... assim, sobretudo, a associação defende os interesses dos juízes de primeira instância. E muitas vezes nós entramos em conflito com o tribunal. E tem uma característica que eu percebo, como o número de juízes novos é

grande, hã... até por uma questão de representatividade, tem se... eu to cada vez mais vendo gente mais nova presidindo a Associação. [...]

O que acontece é que a AMB, pelo número de associados, ela tem um... um potencial, né, grande... Agora, aqui, por exemplo, eu vou... no... na justiça federal [...] eu preciso do desembargador na minha, na composição da diretoria. Que seja um cara legal, que tenha a ver com nossos princípios, né, etc... mas que dá uma certa legitimidade pra diretoria. Então, um juiz substituto presidindo uma associação que tenha um desembargador... né? Então, isso... isso nos legitima, de alguma maneira. E, o desembargador, também... a gente tem que tomar cuidado pra que ele não se comporte como desembargador na diretoria. Então você tem que tomar um desembargador legal, não é qualquer um. (entrevista com Ricardo Castro Nascimento)

O mesmo sistema de poder estruturado em torno das cúpulas institucionais das justiças estaduais e federais, e que estrutura o campo político da justiça, pode ser visto também na composição do CNJ: embora haja assentos nesse Conselho previamente determinados para magistrados de primeira, segunda e terceira instância, sabe-se que a indicação dos ocupantes desses assentos pelas instâncias inferiores passa necessariamente pela aprovação das instâncias superiores. Desse modo, o assento reservado a juiz estadual será ocupado por magistrado indicado pelo STF, o juiz federal a compor o Conselho será indicado pelo STJ, e o juiz trabalhista, pelo TST. O mesmo ocorre com os membros do Ministério Público e da advocacia, que serão indicados pelo procurador-geral da República e pelo Conselho Federal da OAB, respectivamente. No caso do membro de Ministério Público estadual, a escolha se dará a partir das indicações feitas pelas cúpulas do órgão em cada estado; no caso do Ministério Público Federal (MPF), a escolha do Procurador-Geral se dá entre membros de uma lista tríplice, formada a partir da eleição direta dos procuradores da República.

Sistema semelhante de indicação de membros ocorre na composição do Conselho Nacional do Ministério Público. No caso específico da escolha dos membros dos Ministérios Públicos estaduais para o Conselho, tendo em vista a ação direta de inconstitucionalidade já mencionada, que questionou a indicação direta pelo Procurador-Geral da República, uma reunião entre o Colégio dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPJ) e da Confederação Nacional de Membros do Ministério Público (Conamp) definiu, em abril de 2005, que cada órgão estadual indicaria um nome diretamente ao Senado, que então faria a escolha dos três membros do Ministério Público dos estados com assento no CNMP (Wagner Junior e outros, 2006). Tal episódio ilustra o fato de que

o poder das cúpulas institucionais pode ser confrontado pelo capital político das lideranças associativas, em suas lutas por posições dominantes no campo político da justiça – e, nesse sentido, é importante ressaltar os dados, expostos no Capítulo 6, acerca da representatividade do capital político-associativo nas estruturas do campo e especialmente na composição do CNJ, com cerca de 70% de seus membros no primeiro biênio (2005-7) com passagens por posições de liderança associativa.

Essas diferentes formas de mobilização de capitais políticos, institucionais ou associativos, que serão melhor analisadas nos dois últimos capítulos da tese, combinam-se de maneiras diversas nas trajetórias de membros do CNJ e do CNMP, como é possível verificar nos seguintes exemplos: Ruth Carvalho, promotora de justiça estadual e membro do CNJ em sua primeira composição, foi a mais votada pela Câmara dos Procuradores de Justiça de Minas Gerais, antes de sua indicação pelo Procurador-Geral de Justiça; já o conselheiro Douglas Alencar Rodrigues, membro do CNJ, entre 2005 e 2007, como representante dos Tribunais Regionais do Trabalho, também foi presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 10ª Região; da mesma forma, o conselheiro Paulo Schmidt, indicado pelo TST para representar a magistratura trabalhista de primeira instância, foi secretário-geral da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) e diretor da Associação dos Magistrados do Trabalho do Rio Grande do Sul; por sua vez, o conselheiro do CNJ Eduardo Lorenzoni, indicado pelo Procurador-Geral da República para representar o Ministério Público Federal na primeira composição do Conselho, foi delegado da Associação Nacional dos Procuradores da República no Rio Grande do Sul.

A importância da mobilização de capitais políticos, internos à carreira ou ao grupo profissional, fica mais evidente na análise do depoimento da ex-conselheira do CNMP, entrevistada para esta pesquisa. No caso dela, que representava o MPF no CNMP, a ausência de passagens por funções de liderança associativa (e também de militância estudantil nos tempos da faculdade, o que opõe sua trajetória à trajetória da liderança associativa da magistratura igualmente entrevistada para esta pesquisa) foi compensada pelo acúmulo de experiência anterior em função de chefia administrativa na Procuradoria Regional de São Paulo e pela possibilidade de disputa aberta em eleição direta pelos pares, a fim de compor lista tríplice para indicação final do Procurador-Geral da República; conforme se vê em seu

depoimento, sua ascensão ao CNMP passou também pela articulação com subprocuradores-gerais da República, posicionados no topo da carreira do MPF:

Foi baixada uma portaria aqui, pelo Procurador-Geral da República, na época... e nós teríamos eleição direta. Então, que quisesse ser candidato, tinha um prazo, lá, para inscrições. E, quando surgiu o Conselho Nacional do Ministério Público, alguns colegas vieram conversar comigo. Porque eu tinha três anos de chefia da Procuradoria de São Paulo, então, o que me deu uma visão administrativa do nosso cargo, né? [...] Aí eu comecei a pensar, né, nisso, e até troquei idéias com alguns colegas lá, já subprocuradores-gerais, como que eles achavam que ia ser esse Conselho, tal... Falou: “Ó, não faço a menor idéia, ninguém faz a menor idéia de como vai ser, né?” Então eu falei: “Bom, então o Conselho vai ser como a gente quiser que ele seja, né?” E aí eu em animei com a ideia e me inscrevi, né? Então, na... naquela ocasião foram quatro candidatos apenas, e só uma mulher, que era eu. E aí eu tive perto de 70% dos votos. (entrevista com Janice Ascari)

De qualquer forma, a confrontação e composição entre capitais político-associativos (mobilizados pelas lideranças associativas) e capitais político-institucionais (mobilizados pelas lideranças institucionais das carreiras de juristas de Estado) é apenas uma das dimensões das lutas políticas do campo político da administração da justiça, as quais serão melhor analisadas no capítulo seguinte.

PARTE IV
O CAMPO POLÍTICO DA JUSTIÇA

Capítulo 9. As lutas do campo político da justiça

Todo o esforço desta tese, até o presente momento, vem sendo no sentido de demonstrar a existência de um campo político da justiça estatal, um subcampo do campo jurídico delimitado pela ação de certas instituições e agentes, dotados de estruturas diferenciadas de capitais simbólicos, que, de acordo com sua origem, seu volume e sua distribuição relativa, permitem identificar e medir o poder das elites jurídicas que gravitam em torno do controle da administração da justiça estatal. Além disso, os dados apresentados nos capítulos anteriores, especialmente no Capítulo 8, demonstram como diferentes estruturas de capitais simbólicos, de origens e dinâmicas distintas de produção e reconversão, produzem clivagens significativas no interior desse campo político da administração da justiça, permitindo a identificação de atores em disputa pelo poder de influenciar e dirigir o aparato estatal de oferta de serviços de justiça.

A existência de conflitos entre grupos profissionais, internos ao campo, não é exclusividade, obviamente, desse campo político da justiça. Todo o campo jurídico, ao longo de sua hierarquia, é atravessado por conflitos que definem sua dinâmica interna, e que resultam de sua estrutura, tendo por referências principais, mas não exclusivas, as divisões interprofissionais, intraprofissionais e as disputas por elas geradas.

A partir de uma pesquisa sobre as interações entre profissionais do direito em uma comarca do interior do estado de São Paulo, Bonelli (1999b) identificou conflitos profissionais, em torno da prática judicial cotidiana, entre promotores e juízes (ambos de carreiras jurídicas de Estado, embora em posições diferentes na dinâmica processual de resolução de conflitos); entre advogados e juízes (reproduzindo o conflito entre uma profissão posicionada no mercado e na sociedade e uma carreira jurídica de Estado); entre delegados de polícia (grupo profissional de menor prestígio nas hierarquias do campo jurídico) e promotores (membros de um grupo de institucionalização e acúmulo recente de poder no campo, inclusive com atribuições relativas ao desenvolvimento do inquérito policial e controle sobre a polícia); e entre funcionários de cartório (ocupação correlata ao trabalho da magistratura, mas sem conformação profissional) e advogados (ampliando, portanto, o conflito entre advogados e juízes). Segundo Bonelli (1999b),

Os conflitos profissionais apontam para a existência de maior tensão entre aqueles que estão em posições de fronteira, reforçando a noção de que é a proximidade nos lugares ocupados no mundo do Direito que aumenta a disputa entre eles. É possível detectar a distância entre as posições profissionais, em função da forma mais amena, mais cordial ou mais extrema com que os entrevistados se referem às profissões que atuam neste campo. Ela é observada principalmente na hierarquia ocupacional. O contato entre auxiliares judiciais e juízes é espacialmente próximo, mas é socialmente distante. As questões que provocam a manifestação de opiniões mais veementes e conflituosas são aquelas cuja proximidade profissional as coloca em disputa, seja legalmente, seja negando-lhe a aceitação desejada através da contestação contínua. (p. 26)

Para além da prática judicial considerada em sua generalidade, esses conflitos interprofissionais podem se repetir em áreas específicas de atuação, que trazem novos móveis de luta e visões de mundo específicas em disputa. Analisando as percepções de juízes, advogados e promotores de um fórum criminal na cidade de São Paulo acerca da política criminal e de segurança pública, Sinhoretto e outros (2009) demonstram como a defesa de certas teses jurídicas em matéria penal, aplicadas em casos concretos, opõem advogados, de um lado, e promotores, de outro. Segundo os autores, a incorporação do debate político-criminal de caráter mais teórico ou abstrato à prática judicial cotidiana se faz pela mediação das clivagens e identidades profissionais já consolidadas:

o Ministério Público parece mais identificado às propostas de ampliação do poder estatal e a Defensoria Pública mais preocupada com a defesa de um ideal iluminista que proteja o cidadão do exercício arbitrário e abusivo do poder estatal, enquanto a magistratura parece estar bem dividida entre essas duas posições. Dessa forma, os termos do debate político subjacente às discussões de política criminal se recolocam: há instituições mais afeitas a certas correntes e posições do debate político-criminal – mesmo alegando a necessidade de um distanciamento para a ação prática – e essa afeição está relacionada à identidade profissional e política reivindicada pelas corporações em meio às disputas internas do campo jurídico-penal. E é desse modo que se pode compreender a fala de operadores jurídicos que verbalizam haver políticas criminais “de advogados” e outras “de policiais”. (p. 22)

Disputas profissionais relativas a áreas específicas de atuação podem ser verificadas também, por exemplo, na diferença, identificada por Cátia Aida Silva (2001) em seu estudo sobre a incorporação de novas formas de atuação do Ministério Público, entre *promotores de fatos* (aqueles que lançam mão de expedientes extrajudiciais e da mobilização social para a defesa de interesses difusos) e *promotores de gabinete* (aqueles que se restringem à mobilização dos

instrumentos judiciais, especialmente a ação civil pública). No mesmo sentido, é possível compreender a clivagem entre “legalistas” e “politizados”, que atravessa a magistratura, o Ministério Público e advocacia diretamente atuantes na judicialização de conflitos agrários no Brasil e que os opõem conforme defendam a neutralidade do direito e a observância estrita à norma ou, de outro lado, reconheçam o sentido político de sua atuação e dos conflitos nos quais intervêm (Almeida; Sinhoretto, 2006).

Outra clivagem importante no interior do campo jurídico decorre da politização das carreiras jurídicas e do surgimento de um movimento intelectual de crítica ao direito no Brasil. Essa clivagem entre “tradicionais” e “críticos”, analisada por Engelmann (2006a), tem seu substrato social nos efeitos de diversificação social e massificação das carreiras, promovidos pela expansão do ensino jurídico e pela consolidação do sistema de concursos públicos para ingresso, nos anos de 1960 e 70. Segundo aquele autor, a entrada de novos grupos sociais nos quadros das carreiras judiciárias possibilitou o embate entre visões de mundo diversas e a verificação de estratégias de ascensão e legitimação de novos saberes, competências e ortodoxias por parte daqueles agentes desprovidos dos capitais (sociais, familiares, acadêmicos, econômicos) que determinam a estrutura de poder tradicional do campo.

Por outro lado, a “absorção” da crítica ao direito pelo pólo tradicional do campo jurídico e o reposicionamento dos juristas “críticos” no campo acadêmico do direito, movimentos identificados por Engelmann, reforçam a hipótese, apresentada nesta tese, de que há um campo político da administração da justiça estatal o qual, dotado de autonomia relativa em relação aos conflitos produzidos pelo campo jurídico, apresenta-se de forma relativamente imune a eles. O objetivo do presente capítulo é apresentar a dinâmica, os atores e os móveis de alguns conflitos próprios a esse campo político da justiça, de modo a demonstrar como se dão as lutas políticas em seu interior e como essas lutas definem e redefinem as posições das elites jurídicas da administração da justiça.

Quanto a aspecto, é possível dizer que a predominância da advocacia e da OAB no campo político da administração da justiça, já demonstrada nos capítulos anteriores, não foi conseguida sem conflitos com os demais grupos profissionais – conflitos os quais prevalecem na atual configuração do campo de poder da administração da justiça.

Um exemplo contemporâneo do tipo e do grau de conflituosidade instaurada entre os grupos profissionais que controlam a administração da justiça estatal está na controvérsia em torno do quinto constitucional, que vem se reproduzindo em diversos episódios. Apesar da regra do quinto constitucional prever acesso de membros da advocacia e do Ministério Público aos tribunais de justiça, federais e superiores, sem necessária passagem pela carreira da magistratura, é a participação da OAB que vem sendo questionada com maior rigor no âmbito de alguns tribunais e também pelas associações de magistrados.

O efeito do quinto constitucional na participação da advocacia nas posições superiores das hierarquias do campo político da justiça é perceptível nas composições do STJ e do TST, analisadas no capítulo anterior e que possuem proporções de magistrados de segunda instância superiores às de juízes de primeira instância. Considerando-se que, em tese, a carreira regular da magistratura prevê a passagem da primeira para a segunda instância, a existência, no STJ e no TST, de juízes de segunda instância que não passaram pela primeira instância só pode ser explicada pelo fato de que esses magistrados são originários do quinto constitucional.

Certamente, o evento mais significativo do conflito profissional em torno do quinto constitucional foi a recusa, pelo STJ, de lista tríplice de advogados apresentada pela OAB para que o tribunal indicasse um dos nomes para compor seu quinto constitucional, no ano de 2008. Em defesa de sua posição, o STJ alegou que não estava obrigado a escolher nenhum dos nomes indicados pela OAB, a qual deveria compor nova lista. A OAB recusou-se a renovar a lista tríplice, e a questão foi levada para julgamento pelo STF, que proferiu decisão favorável ao entendimento do STJ.

A posição do STJ também encontrou respaldo na liderança corporativa dos advogados. Segundo Mozart Valadares (citado por Souza, 2008), juiz estadual de Pernambuco e presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB):

Defendemos a extinção do quinto, e não a modificação das regras. Defendemos isso, porque se passaram mais de 70 anos desde que Getúlio Vargas criou o instituto. Eu pergunto: o quinto trouxe mais democracia para o Judiciário? Permitiu maior aproximação do Judiciário com a sociedade? Trouxe mais democracia? Não. Então, não há mais sentido para a permanência desse instituto, disse o magistrado.

A posição da AMB, por sua vez, foi duramente criticada pelo então diretor e futuro presidente do Conselho Federal da OAB Ophir Cavalcanti (citado por Consultor Jurídico, 2008c):

Trata-se de declaração oportunista de quem tem uma visão corporativa da Justiça, não compreendendo que o fenômeno judicante, inclusive dentro dos tribunais, não se faz sem a presença dos advogados [...]

A ministra de tribunal superior, juíza de carreira, entrevistada para esta pesquisa, também manifestou posição contrária ao quinto constitucional. Além da questão do preparo e da dedicação à função jurisdicional, a entrevistada apontou o que considera uma injustiça no acesso diferencial dos membros do STJ às funções de liderança institucional dentro daquela corte:

É porque os membros do... da advocacia, eles chegam muito mais jovens aqui, porque eles não fazem concurso, então chegam aqui aos 45, 46 anos. O magistrado de carreira, para ingressar aqui, não chega com menos de 55 anos. Por quê? Só pode ser desembargador. Pra ser desembargador ele teve que fazer concurso, depois passar pelo estágio probatório, ir para o interior do estado, ser promovido a desembargador, e, desembargador, vir pra cá. E aí, no meio do caminho, ele faz 70 anos [idade da aposentadoria compulsória], e ele não chega à presidência. E a presidência... a presidência, a vice-presidência, a corregedoria [do tribunal], fica tudo na mão do quinto [constitucional]. (entrevista com Eliana Calmon)

Esse aspecto da crítica ao quinto constitucional feita pela entrevistada refere-se especialmente à ascensão de advogados, mais do que de membros do Ministério Público, aos tribunais superiores. Segundo ela:

[...] o Ministério Público, também chega velho, porque a... o Ministério Público é parecido com a gente, a carreira, e ele só pode chegar no último grau de carreira, só pode chegar aqui como subprocurador-geral, como

subprocurador-geral da República; E aí ele chega velho, e aí ele também não chega à presidência. (entrevista com Eliana Calmon)

Também a procuradora da República entrevistada para a pesquisa fez críticas ao quinto constitucional da advocacia:

Se escolhe os advogados, o advogado vai, vira ministro, normalmente, pouco tempo depois, ele se aposenta. Na verdade, é como se, assim, se arrumasse uma aposentadoria pro cara, né? (entrevista com Janice Ascari)

Posteriormente, o episódio repetiu-se no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que também recusou a lista de indicados pela OAB no ano de 2009. Em outra ocasião, já em 2010, o mesmo tribunal decidiu submeter os indicados pela OAB a uma prova técnica, para só então decidir-se pelo advogado a compor a corte. Em reação, Wadih Damous, presidente da OAB do Rio de Janeiro, afirmou que mesmo para magistrados de carreira a exigência de concurso público de ingresso não garante o preparo do aprovado pelo resto de sua carreira. Além de ingressar com pedido de revisão do ato do TJRJ no Conselho Nacional de Justiça –que seria, ao final, acolhido pelo CNJ –, Damous (citado por Cristo, 2010) ameaçou aprofundar o conflito interprofissional, sugerindo retaliações da advocacia às investidas contra o quinto constitucional:

Também poderíamos propor uma Emenda Constitucional que instituisse provas de reciclagem a cada cinco anos aos desembargadores, despreparados em muitos casos [...]

Significativamente, a reação da magistratura ao quinto constitucional se deu após a criação do controle externo do Judiciário, no âmbito da Reforma do Judiciário de 2004. Como já sugerido anteriormente, a criação de órgãos de controle externo do Judiciário e do Ministério Público, com participação necessária da OAB, foi o ponto culminante de uma longa investida da organização profissional dos advogados sobre a autonomia dos demais grupos profissionais que dominam a administração da justiça estatal, conquistada nas lutas corporativas que influenciaram os resultados do processo constituinte de 1988. Em relação ao Judiciário, pude observar em minha dissertação de mestrado (Almeida, 2006) como o discurso dos advogados de apoio à magistratura em defesa da autonomia administrativa e financeira dos tribunais converteu-se, após a conquista formal dessa autonomia na

Constituição de 1988, em um discurso de crítica e cobrança contra a falta de transparência e controle sobre os serviços judiciários.

Em relação ao Ministério Público, a defesa do poder de investigação e a proposição de ações penais por promotores e procuradores, resultantes em ações policiais e penais de grande repercussão no combate a crimes financeiros e de corrupção política, na esteira da ampliação dos poderes constitucionais do órgão em 1988, parecem ter sido os móveis de um conflito entre aquela corporação e a advocacia, a qual, por sua vez, vinha desde os anos 1990 defendendo a restrição dos poderes do Ministério Público e mesmo de suas manifestações públicas, ao defender a chamada “lei da mordaça” (Arantes, 2002). A proposta de “lei da mordaça” – na verdade, várias propostas, reeditadas com alterações desde o fim da década de 1990 até o ano de 2010, quando concluo esta tese, e apelidadas dessa forma pelos seus opositores – busca de alguma maneira limitar o poder dos membros do Ministério Público e, sintomaticamente, surge sempre que ações penais de grande repercussão afetam membros do sistema político.

Conforme relatado por Arantes (2002), na versão de 1997 de projeto de “lei da mordaça”, o jurista-político Nelson Jobim, ex-advogado e então Ministro da Justiça, alegou a necessidade de criação de novas modalidades de crimes de abuso de autoridade, na exposição de motivos da proposta enviada ao Congresso Nacional. Retomado em 1999, o projeto de “lei da mordaça” encontrou em seu relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, o ex-procurador de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro Antonio Biscaia, um opositor ferrenho; por outro lado, advogados parlamentares, como José Roberto Batochio e Zulaiê Cobra Ribeiro, já mencionados nesta pesquisa, defenderam a proposta de restrições ao Ministério Público, no Congresso Nacional. Fora do campo político, a OAB, após algum silêncio sobre a proposta, passou a defendê-la, assim como o então presidente do STF Carlos Velloso.

Nesse sentido, trata-se de um tipo de conflito que opõe o Ministério Público não somente à advocacia, como também ao campo político – cujos agentes afetados pelas ações do órgão, por sua vez, mobilizam seus advogados para que estes falem como atores legitimados no interior do campo jurídico, em defesa da restrição de poderes daquele órgão e em defesa das garantias constitucionais e do direito de defesa. Por outro lado, os juristas com atividade política parlamentar, em geral ex-advogados e ex-membros do MP, reproduzem no interior do campo político

os conflitos interprofissionais entre advocacia e Ministério Público, opondo, para além dos processos judiciais, os grupos profissionais tradicionalmente associados à acusação e à defesa. Em outras palavras, trata-se de um conflito político com tradução no interior do campo jurídico como um conflito interprofissional, e de um conflito jurídico interprofissional traduzido em conflito político, especialmente por meio da ação parlamentar de juristas-políticos e de políticos-juristas.

No início de 2010, proposta de restrição aos poderes do Ministério Público foi apresentada ao Congresso Nacional por Paulo Maluf, político paulista constantemente acusado pelo Ministério Público em ações penais e de improbidade administrativa. Ao contrário do projeto de lei de 1997 (apelidado de “lei da mordça” justamente por focar a manifestação pública de promotores e procuradores), a proposta de Maluf não buscava impedir a manifestação pública do Ministério Público, mas sim a responsabilização civil e penal dos seus membros que propusessem ações contra acusados ao final considerados inocentes; ainda assim, foi imediatamente apelidada, pelos seus opositores no Ministério Público, como “lei da mordça”. Ao defender a tramitação do projeto na Câmara dos Deputados, Maluf (citado por Falcão, 2010) afirmou que

Não é retaliação. Estou propondo que se vote democraticamente. Não querer votação é tirar a democracia do Brasil. Se é desnecessário, por que ser contra? Alguns maus promotores têm medo da Justiça [...]

Em resposta, o Procurador-Geral da República, ao procurar o presidente da Câmara Michel Temer (um político-jurista) à frente dos demais treze membros do Conselho Nacional do Ministério Público, afirmou a inutilidade do projeto, ante a existência de mecanismos de controle das atividades do Ministério Público (como o próprio CNMP) e a lei que prevê crimes de abuso de autoridade. Segundo Gurgel (citado por Falcão, 2010),

Há uma diminuta minoria que às vezes comete os seus excessos, e é necessário que quando esses excessos ocorram, que haja atuação de órgão de controle, no caso o Conselho Nacional do Ministério Público. Reforçamos a capacidade do conselho de atuar coibindo esses abusos, quando ocorrem [...]

À exceção de manifestações isoladas contrárias ao projeto de lei de Maluf (como aquelas das seccionais do Ceará, do Rio de Janeiro e de Pernambuco, que

participaram de atos públicos organizados por entidades representativas do Ministério Público) e da mesma forma como se portou em relação ao projeto de 1997 (Arantes, 2007), a OAB federal manteve-se em posição de neutralidade institucional quanto à nova proposta de restrição dos poderes do MP. Ainda assim, um de seus dirigentes, o ex-secretário-geral do Conselho Federal e advogado criminalista Alberto Toron expôs o conflito interprofissional latente no silêncio da OAB e subjacente ao debate sobre o projeto de lei de Paulo Maluf, ao afirmar não ver vício jurídico na proposta legislativa e defender que é “absolutamente correta e democrática a fixação de responsabilidade” (citado por Ghirello, 2010).

Assim como a resistência da magistratura ao quinto constitucional parece ser uma reação dos membros do Poder Judiciário às investidas da advocacia contra sua autonomia, para se compreender perfeitamente os conflitos entre advocacia e Ministério Público, concretizados em torno das reiteradas propostas de “lei da mordaça” e das críticas da OAB aos excessos cometidos pelos membros daquele órgão contra as garantias constitucionais e o direito de defesa de seus acusados, é preciso levar em conta a crítica do Ministério Público à ambígua posição institucional da OAB entre o Estado e a sociedade e a ausência de mecanismos mais diretos para o controle externo da organização dos advogados. No ano de 2003, o Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria-Geral da República, ajuizou ação direta de inconstitucionalidade sustentando o caráter estatal da Ordem dos Advogados do Brasil, e requerendo que o STF determinasse à OAB a obrigatoriedade de preenchimento de seus cargos administrativos internos por meio de concursos públicos. Conforme relatam Bonelli (2002), Motta (2006) e Taylor (2008), não foi a primeira tentativa de submissão da OAB a alguma forma de controle externo: na década de 1970 houve tentativas infrutíferas de controle da Ordem pelo Ministério do Trabalho e de cobrança de imposto sindical de seus associados, bem como de submissão de suas contas ao crivo do Tribunal de Contas da União. Em 2006, o STF julgou improcedente a ação proposta pela Procuradoria-Geral da República, por oito votos a dois, sendo o relator da ação o ministro Eros Grau, advogado até sua nomeação para o Supremo.

O entendimento de Grau foi o de que, apesar de exercer função pública e se constituir como pessoa jurídica de direito público, não é autarquia nem se vincula ao poder público (Ordem dos Advogados do Brasil, 2007). Segundo Roberto Busato (2007), presidente da OAB à época do julgamento da ação pelo STF,

A tentativa de enquadrar a Ordem dos Advogados do Brasil como entidade estatal não é nova. É mesmo recorrente. Corresponde à visão estreita dos que não se ajustam aos fundamentos essenciais da democracia, que pressupõe o Estado sob controle da sociedade civil – e não o inverso. A esses, a OAB, com sua independência, incomoda.

Em esforço semelhante de controle público sobre a OAB, membros do Ministério Público Federal (MPF) no Rio de Janeiro passaram a requisitar informações e questionar procedimentos internos da seccional da OAB, especialmente no que se refere à organização, aplicação e correção do Exame de Ordem, para admissão de novos advogados. Octávio Gomes (citado por Consultor Jurídico, 2006), então presidente da OAB do Rio de Janeiro, formulou representação ao Conselho Nacional do Ministério Público contra os procuradores da República autores dos requerimentos de informações feitos pelo MPF; segundo esse dirigente da Ordem,

a Ordem não está isenta do cumprimento das leis da República, mas a fiscalização de sua gestão cabe somente a seus próprios órgãos de controle, dentro de sua estrutura hierárquica e federativa.

Em defesa da atuação dos procuradores da República cuja atuação foi questionada no CNMP, o então presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Nicolau Dino (citado por Consultor Jurídico, 2006), alegou que

A OAB não pode ficar acima do bem e do mal. Deve se submeter às leis e ao controle de legalidade como qualquer outra instituição pública ou privada. [...] No Estado Republicano nenhuma instituição está isenta do controle de legalidade e é missão do Ministério Público efetivar esse controle. Isto é inteiramente democrático.

No âmbito do CNMP, a questão gerou polêmica e levou à renúncia do conselheiro Luiz Carlos Lopes Madeira, representante da OAB, que teria deixado o Conselho em decorrência do arquivamento, pelo colegiado, da representação feita pela OAB do Rio de Janeiro contra os procuradores da República. Em seu voto pela admissão da representação, o advogado Madeira sustentou que não cabe ao Ministério Público o controle sobre a OAB. A respeito desse episódio, a ex-conselheira do CNMP entrevistada para esta pesquisa relatou:

É claro que existe sempre... nós tivemos apenas um caso sensível, lá, onde, na verdade, bandeiras que a OAB levanta tentaram ser levadas para dentro do Conselho Nacional do Ministério Público, e como isso não encontrou respaldo, o conselheiro renunciou [...] (entrevista com Janice Ascari)

A ex-conselheira do CNMP entrevistada criticou o posicionamento do conselheiro que renunciou e da OAB acerca dos mecanismos de controle sobre a Ordem (ou da falta deles); segundo ela,

a OAB também é algo incontrolável, né? Que ela não pode ser controlada, que é uma coisa maluca, porque a OAB, quando quer, é uma entidade privada, e quando quer, é uma entidade pública [risos], né? Então, esse híbrido que ela é, né? Hã... Que pra fins de imposto ela não paga porque é entidade pública, mas para fins, outros fins, ela é uma entidade particular, é uma coisa meio esquisita... (entrevista com Janice Ascari)

O controle externo e a institucionalização dos conflitos profissionais

Como se vê do episódio mencionado acima, acerca da tentativa do MPF em controlar a OAB, o acirramento dos conflitos entre OAB e Ministério Público se deu também por meio da transferência das disputas entre as corporações para o âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público. Essa, contudo, não é uma característica apenas dos conflitos entre OAB e Ministério Público, eventualmente levados ao CNMP. O presidente de associação de magistrados entrevistado para esta pesquisa relatou, conforme já exposto anteriormente, a mobilização do Conselho Nacional de Justiça em suas lutas sindicais contra a cúpula do tribunal no qual atuam seus associados. Tal informação é confirmada pelos dados expostos nos Gráficos 61 e 62. Levando-se em conta a pauta de três sessões ordinárias do CNJ, selecionadas aleatoriamente e com lapso de aproximadamente um ano entre uma e outra, percebe-se que os principais demandantes daquele Conselho são juízes de primeira instância, servidores judiciais e serventuários de cartórios extrajudiciais, todos eles política e administrativamente subordinados às cúpulas de tribunais. Associações de magistrados e de servidores e serventuários, bem como representantes da advocacia e do Ministério Público também aparecem com relativo destaque entre os demandantes do CNJ.

Gráfico 61

Porcentagens de procedimentos de controle administrativos e de pedidos de providências, somados, na pauta da 46ª, da 68ª e da 88ª sessões ordinárias do Conselho Nacional de Justiça, por tipo de requerente (Brasil, 2007, 2008 e 2009)

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (2010)

Para essa análise foram considerados apenas os procedimentos de controle administrativo e os pedidos de providência. Segundo Leandro do Nascimento Rodrigues (2008), procedimentos de controle administrativo e pedidos de providência são procedimentos de natureza essencialmente administrativa, mobilizados quando em face de ações ou omissões administrativas (portanto, não jurisdicionais ou disciplinares) de membros ou órgãos do Poder Judiciário. Nesse aspecto, é importante dizer que as principais decisões do CNJ, que firmaram seu posicionamento no campo político da justiça e legitimaram seu poder político-administrativo sobre o sistema de justiça, foram originadas de procedimentos de controle administrativo e de pedidos de providências – como, por exemplo, a resolução que proibiu o nepotismo no interior dos tribunais, a estipulação de limites e controle sobre vencimentos, bem como as decisões que buscaram padronizar e regularizar a progressão de magistrados na carreira e o provimento de cargos em concursos públicos. Ficaram excluídos da análise, portanto, os procedimentos

disciplinares e as representações por excesso de prazo processual, que, embora não sejam menos importantes em termos de legitimação da atuação do CNJ, são mobilizados em geral por advogados e partes processuais com foco específico em demandas processuais aos quais estejam ligados e encaminhados, em sua maioria, à Corregedoria Nacional de Justiça, órgão que compõe aquele Conselho (Rodrigues, 2008); isso não quer dizer que tais procedimentos não se baseiem em conflitos interprofissionais, mas sua exclusão da análise deve-se ao fato de que eles não são necessariamente conflitos mobilizados por elites ou contraelites (lideranças e associações profissionais, juízes e servidores contra suas cúpulas etc.).

Como se vê no Gráfico 61, nas três sessões ordinárias selecionadas para análise, as demandas trazidas por juízes, servidores e serventuários extrajudiciais compuseram a maior parte do trabalho dos conselheiros do CNJ naquele dias. Também nas três sessões percebe-se, como já sugerido, a participação da advocacia, do Ministério Público e de associações de juízes, servidores e serventuários como demandantes do CNJ.

A impressão de que esse perfil das demandas caracteriza o CNJ como um espaço institucional de lutas hierárquicas e interprofissionais é confirmada quando se percebe que, na pauta das três sessões ordinárias analisadas, os principais demandados nos pedidos de providências e nos procedimentos de controle administrativo analisados são tribunais de justiça estaduais, acompanhados de tribunais federais e do próprio CNJ (Gráfico 62).

Gráfico 62

Porcentagens de procedimentos de controle administrativos e de pedidos de providências, somados, na pauta da 46ª, da 68ª e da 88ª sessões ordinárias do Conselho Nacional de Justiça, por tipo de requerido (Brasil, 2007, 2008 e 2009)

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (2010)

A participação predominante dos tribunais, especialmente os estaduais, entre os requeridos nos procedimentos de controle administrativo e nos pedidos de providências confirma, também, uma hipótese já exposta anteriormente, no Capítulo 8: a de que a criação do Conselho Nacional de Justiça representou a centralização política e administrativa do sistema de justiça a partir das posições dominantes do campo político da justiça, em detrimento da autonomia das cúpulas estaduais e federais do Poder Judiciário.

As elites jurídicas na Reforma do Judiciário

A hipótese de um campo político da justiça organizador das relações de poder, ao mesmo tempo estruturante e estruturado pelas hierarquias de poder do

campo jurídico, ganha reforço quando a análise das estruturas de capitais e da dinâmica de interações entre diferentes grupos de elites jurídicas é deslocada dos macroprocessos históricos (associados à própria estruturação do campo, como vem sendo feita ao longo da tese, com foco na evolução histórica das estruturas do campo) e dos conflitos interprofissionais e hierárquicos rotineiros (como os analisados no tópico acima) para um processo político conjuntural, marcado pela mobilização intensa dos agentes do campo político da justiça em torno de projetos de reformulação institucional. Nesse aspecto, a hipótese específica deste estudo para a compreensão do processo político e dos resultados da Reforma do Judiciário é a de um *jogo de elites jurídicas*, ou seja, de um processo controlado e conduzido pelas elites da administração da justiça estatal, cujos resultados foram no sentido de fortalecimento de suas posições de poder.

Como já dito anteriormente, na análise empreendida acerca das relações entre os juristas e a política (Capítulo 6), muito da capacidade do governo federal na interlocução de sucesso com o Congresso e com lideranças do campo político da justiça deveu-se à composição da liderança executiva da Reforma baseada em juristas da política e juristas-políticos, situados na Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, e à sua aliança com políticos-juristas e bacharéis-políticos localizados no parlamento.

Os juristas citados acima associam-se, no processo político da Reforma do Judiciário, à forte presença de lideranças associativas, para caracterizar aquele processo como um *domínio dos práticos*. A oposição entre *teóricos* e *práticos* é, segundo Bourdieu (2007a), característica da constituição dos campos jurídicos e refere-se à diferenciação de dois grupos de intérpretes autorizados:

[...] de um lado, a interpretação voltada para a elaboração puramente teórica da doutrina, monopólio dos professores que estão encarregados de ensinar, de forma normalizada e formalizada, as regras em vigor; do outro lado, a interpretação voltada para a avaliação prática de um caso particular, apanágio de magistrados que realizam actos de jurisprudência e que podem, deste modo – pelo menos alguns deles – contribuir também para a construção jurídica. (p. 217)

No caso da Reforma do Judiciário, esse predomínio dos práticos caracterizou-se pela representação política das carreiras principalmente por meio de suas lideranças e associações corporativas, de livre adesão – como a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Confederação Nacional dos Membros do

Ministério Público (Conamp) –, em detrimento da liderança formal e oficial das carreiras no âmbito do Estado, ou seja, cada um dos tribunais e Ministérios Públicos estaduais e federais – que, num debate amplo, de caráter nacional, poderiam ser representados, por exemplo, pelos Colégios dos Presidentes de Tribunais de Justiça e dos Procuradores-Gerais de Justiça, cuja participação na Reforma, contudo, foi bastante tímida. Como já dito, profissionalismo e burocracia são modos concorrentes de organização do trabalho (Freidson, 1998; Bonelli, 2002), embora as profissões jurídicas, em especial as carreiras jurídicas de Estado, possuam características tanto burocráticas quanto profissionais. Assim, pode-se dizer que a representação dos práticos do direito nos debates da Reforma leva a marca da ideologia profissional, em detrimento de suas características propriamente burocráticas; sintomático desse fenômeno é o fato, por exemplo, de que a presidência da AMB nesse período foi exercida por Rodrigo Collaço,⁵⁸ um juiz de primeira instância que, no exercício de sua *liderança profissional* da magistratura, legitimou-se como interlocutor da Reforma em condição de relativa igualdade com a presidência do STF – que, nesse contexto, exercia a *liderança institucional* do Judiciário, em detrimento das cúpulas de cada um dos tribunais estaduais ou federais. A importância do profissionalismo na estruturação das relações de poder no campo jurídico também é exemplificada pela força da OAB nos debates da Reforma, já que a Ordem dos Advogados é a forma mais “pura” de organização profissional-corporativa, sobrepondo liderança profissional à liderança institucional; além disso, o exercício da advocacia é aquele, entre as carreiras jurídicas, que mais se aproxima do tipo-ideal de profissão liberal.

No que se refere à liderança institucional dos grupos profissionais do campo jurídico é preciso destacar uma característica que diz muito sobre a capacidade dessas lideranças no posicionamento acerca das propostas de reforma e nas disputas com outros tipos de liderança e grupos profissionais: a autonomia da presidência, especialmente no caso da OAB e do STF, que permite ao ocupante dessa função, independentemente do posicionamento da instituição (ou, ao menos, da consulta aos seus membros), posicionar-se em nome da instituição e do grupo que representa. Especialmente no caso do STF, a importância da presidência fica evidente, no processo da Reforma do Judiciário, no efeito da mudança na chefia do Supremo ainda em 2003; com a saída de Maurício Corrêa (resistente à Reforma e

⁵⁸ Rodrigo Collaço é juiz de primeira instância da justiça estadual de Santa Catarina e foi presidente da Associação dos Magistrados Catarinense, antes de presidir a AMB.

crítico feroz das iniciativas propostas pelo Ministério da Justiça) e a ascensão de Nelson Jobim (favorável à Reforma e à coalizão do governo federal) à presidência do Supremo, a Secretaria da Reforma do Judiciário encontrou um interlocutor legitimado por sua posição a falar em nome do Judiciário, sobrepondo-se à oposição da base da magistratura, de membros de tribunais e até mesmo de seus colegas de corte, cujas resistências à Reforma tornaram-se públicas desde os primeiros movimentos políticos no ano de 2003 (Sadek, 2004a).

O efeito de dominação simbólica da presidência do STF sobre todo o Poder Judiciário fica evidente nos trechos do depoimento da liderança associativa da magistratura entrevistada para esta pesquisa, transcritos abaixo. Ao se referir às resistências manifestadas pela AMB às iniciativas de reforma do governo federal, o presidente de associação de magistrados relatou a força da oposição de Maurício Corrêa, à frente do STF, sobre o grupo profissional, em especial sobre a estratégia política da Associação:

O... o movimento dos juízes capitaneado pela AMB cometeu um equívoco, né? Incentivado pelo Maurício Correa, então presidente do Supremo. Que que aconteceu? Tava no começo do governo Lula, um governo... um governo... em início de governo, o presidente tá com popularidade, é o momento de ele fazer as maldades, né? No final do governo, não se faz maldade, só se faz bondade. Então, o Lula tava com uma legitimidade e a cadeira de oposição estava vazia [...] E o Maurício Correa, em virtude de uma, de uma questão menor, ele queria ficar mais cinco anos no Supremo, ele não endossou essa Emenda Constitucional, saiu em oposição ao... ao governo federal. E houve até uma possibilidade de greve dos juízes, né? A meu ver, a correlação de força estava errada, estava equivocada, nós erramos a mão na Reforma do Judiciário, e tivemos uma derrota, especialmente, do ponto de vista corporativo, especialmente em matéria previdenciária, que... era inimaginável, mas foi um erro de postura, ao meu ver. [...]

Mas ali houve uma má avaliação da correlação de forças, e da mobilização dos juízes. [...]

Ela foi contra, e depois perdeu espaço de interlocução. O governo ganhou maioria no Congresso, e foi pra cima. [...] Ela pode ter influenciado um ou outro ponto. Houve um erro na correlação de forças. E a reforma tem coisas boas, tem coisas ruins, né? (entrevista com Ricardo Castro Nascimento)

A importância do pacto político entre as elites jurídicas – mais especificamente, o STF, as lideranças associativas e os juristas situados no Ministério da Justiça e no Legislativo – para a condução da Reforma e a superação do impasse representado por mais de doze anos de tramitação da Emenda Constitucional no Congresso Nacional foi percebida por Joaquim Falcão (2005),

jurista, professor de direito constitucional e diretor da Escola de Direito do Rio de Janeiro da FGV, membro da primeira composição do CNJ e certamente um dos intelectuais-juristas mais próximos do processo político da Reforma. Segundo ele,

O desafio claramente tinha se deslocado: da busca de soluções jurídicas para um acordo mínimo que viabilizasse a adoção de pelo menos algumas das soluções possíveis já existentes. O que antes era uma questão de formulação jurídica apareceu, com toda a força, como um problema de estratégia política.

Não é difícil perceber a extensão da importância da reforma como desafio de estratégia política, ou melhor, de estratégia jurídico-política. Fácil de exemplificar. O impasse só começou a se desfazer quando se ampliou e se deslocou a importância dos atores envolvidos no processo decisório. Quando o atual governo, por intermédio do Ministério da Justiça, elegeu a reforma constitucional como uma de suas tarefas prioritárias – que não foi pouco, tendo em vista que, nos governos anteriores, essa tarefa não apenas não tinha prioridade, como sequer era uma responsabilidade do próprio Ministério da Justiça. Com a criação da Secretaria Especial da Reforma do Poder Judiciário deu-se a operacionalidade necessária à participação do Poder Executivo.

Da mesma maneira, a reforma só foi aprovada quando o Supremo Tribunal Federal decidiu agir junto ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo de modo a obter um mínimo de convergência. (p. 14)

Por outro lado, o domínio dos práticos, mostrado pela aliança delineada acima, foi relativizado, ao longo do processo de Reforma do Judiciário, pela presença de especialistas de diversos tipos, representados pelos teóricos do direito, mas também por especialistas de outras áreas, cuja *expertise* – em ambos os casos – foi utilizada para desqualificar um dos discursos recorrentes de resistência a reformas no aparelho estatal de justiça, bem exemplificado pela afirmação genérica: “quem entende do funcionamento da justiça é quem trabalha com ela”. A participação desses especialistas no campo político da justiça, especialmente durante e a partir da Reforma de 2004, já foi suficientemente analisada no Capítulo 5 desta tese. Mais interessante, porém, é observar a existência de alianças entre grupos de especialistas e grupos profissionais e entre especialistas jurídicos (especialmente processualistas e constitucionalistas) e não jurídicos (cientistas sociais, economistas, administradores), na constituição de uma *intelligentsia* da Reforma do Judiciário.

Por fim, basta reafirmar o que já foi dito no Capítulo 8, quando da análise dos movimentos de centralização política, jurisdicional e administrativa do sistema de justiça promovidos por medidas de reforma implementadas a partir de 2004: súmulas vinculantes, repercussão geral dos recursos e a criação dos Conselhos

Nacionais de Justiça e do Ministério Público foram todas elas medidas trazidas pela Reforma do Judiciário e que, a pretexto de imprimir ganhos de eficiência e racionalidade na função judicial, resultaram em maior centralização do sistema e concentração de poder nas mãos das mesmas elites que conduziram o processo reformista.

As bases profissionais e a “reforma silenciosa” da justiça

Entretanto, tratar a Reforma do Judiciário como um jogo de elites não significa desconsiderar a participação das hierarquias inferiores nesse processo político. Caso não se considere a dominação como uma relação, que produz reconhecimento e legitimidade, o modelo de análise que procurei desenvolver nesta tese seria facilmente substituído pela rasa ideia de “conluio” de elites. Nesse sentido, é preciso destacar, no contexto da Reforma do Judiciário de 2004 e do sistema de relações de poderes consolidado por ela, a mobilização das bases profissionais em torno das estratégias e da agenda reformista das elites.

A incorporação dos estratos inferiores das elites jurídicas – lideranças associativas e juízes individuais, especialmente – pode ser percebida no uso instrumental que magistrados e suas associações, inicialmente contrários à criação do CNJ, têm feito daquele Conselho no contexto de suas lutas corporativas. Também pode ser vista na junção, ainda que após forte resistência, e, ainda assim, com ressalvas, da Associação dos Magistrados Brasileiros aos debates da Reforma de 2004 – aqui, importante assinalar que a AMB tornou-se não só um interlocutor da Secretaria de Reforma do Judiciário durante o processo político da Reforma, mas uma parceira do órgão em iniciativas de sensibilização e de promoção dos resultados da Reforma, especialmente publicações e eventos.

Para além das ações pontuais – ora de parceria, ora de conflito – que colocaram lado a lado bases profissionais e elites jurídicas no processo e após a Reforma de 2004, creio que a mobilização e incorporação dos estratos inferiores das elites jurídicas ao campo político da justiça (e à sua agenda dominante para a reforma e a administração da justiça) pode ser sintetizada na ideia de “reforma silenciosa da justiça”. Associado ao Prêmio Innovare – iniciativa das elites

condutoras do processo da Reforma de 2004 no sentido de premiar iniciativas individuais e de organizações de justiça de gestão e aperfeiçoamento dos serviços judiciários e que conta com apoio da própria AMB –, o discurso da “reforma silenciosa” busca, em última análise, a criação de um espaço de convergência entre ações individuais e pontuais de profissionais e instituições de justiça, posicionados nas hierarquias inferiores do campo, e o discurso dominante das elites jurídicas por racionalização e aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

Nesse sentido, esse discurso aparece também como decorrência do Pacto Nacional por um Judiciário mais Ágil e Republicano, documento assinado pelos presidentes da República, do Congresso Nacional e do STF logo após a aprovação da Emenda Constitucional nº 45 de 2004 e com forte conteúdo simbólico, voltado para a mobilização nacional pela reforma, a legitimação e a ampliação do consenso mínimo das elites alcançado pela Secretaria de Reforma do Judiciário a partir de 2003. Segundo Joaquim Falcão (2005), intelectual-jurista já citado anteriormente, um dos idealizadores do Prêmio Inovare e ex-conselheiro do CNJ,

O Pacto Nacional por um Judiciário mais ágil e republicano, celebrado por representantes dos três Poderes da República em dezembro de 2004, deixou claro que determinados desafios estão acima das divergências políticas e ideológicas. Mais do que questões de governos ou de partidos, são questões de Estado – de Estado e de sociedade como um todo. O Pacto mostra um país agora focado na solução partilhada, deixando para trás clima negativo, problemático e separatista que até então prevalecia. (p. 14)

Percebe-se, portanto, que a ideia de *pacto político* pós-Reforma tem por objetivo negar ou, ao menos atenuar, os conflitos que acompanharam a tramitação e a aprovação da Emenda Constitucional nº 45 de 2004 – e que, como se viu da análise dos conflitos interprofissionais, acima, e do uso instrumental do CNJ pelas bases profissionais, não desapareceram, embora tenham sido canalizados para um espaço de arbitramento composto e conduzido pelas elites da administração da justiça. É a partir dessa ideia de integração (ou cooptação) – feita a partir das elites jurídicas e dos consensos por elas estabelecidos – que o discurso da “reforma silenciosa” da justiça fala diretamente ao magistrado de primeira instância e aos tribunais submetidos à progressiva centralização de poder promovida pela Reforma de 2004. Segundo o mesmo Joaquim Falcão (2006a):

O Judiciário não se encontra mais sozinho diante da tarefa de reforma do sistema judicial. Executivo, Legislativo e a própria sociedade começam a reconhecer sua parcela de responsabilidade – e de possível contribuição. A convergência entre esses diferentes atores, porém, não impede, nem exime os juízes e suas lideranças de continuarem percorrendo os caminhos que, diariamente construídos em varas, juizados e tribunais, independem em larga medida dos outros atores envolvidos na Reforma. Trata-se de decisão que só os juízes podem enfrentar: a Reforma Silenciosa da Justiça. (p. 5)

E prossegue o jurista, reforçando a responsabilização do juiz individual pelos resultados e sucessos da Reforma do Judiciário e incentivando-o à colaboração com o pólo dominante do campo na consolidação das mudanças trazidas pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004:

Com a frente constitucional e a frente legislativa da Reforma do sistema judicial já bem encaminhadas, corre-se o risco de consideramos o trabalho concluído. Não está, embora tenha começado o ano de forma promissora. No Brasil, cada juiz é duplamente responsável pela reforma: na aplicação da legislação que permitirá o desafogamento do Poder Judiciário e na inovação cotidiana que chamamos de Reforma Silenciosa. Indiretamente, na colaboração com a produção de indicadores estatísticos, liderada no âmbito nacional pelo Supremo e pelo Conselho Nacional de Justiça, e diretamente, no tomar para si a responsabilidade de contribuir para a modernização administrativa. (p. 7)

Com a ampliação do Prêmio Innovare à participação de membros do Ministério Público, defensores públicos e advogados, é possível dizer que o discurso da “reforma silenciosa” aumenta seu campo de ação e legitimação da Reforma, ao buscar se sobrepôr, além das hierarquias internas do Judiciário, também às clivagens interprofissionais do campo. Em geral, em suas seguidas edições, o Prêmio Innovare contemplou práticas de gestão de varas e tribunais, conciliação e mediação de conflitos, capacitação e difusão de direitos, que, no conjunto, formam um diversificado repertório de “boas práticas” a serem mobilizadas em iniciativas isoladas ou estruturais de reforma da administração da justiça. Sendo assim, é importante verificar a incorporação do discurso da “reforma silenciosa” na fala do presidente de associação de magistrados entrevistado para esta pesquisa:

Eu acho que a caixa preta se abriu, né? E, evidentemente, quando se abre sai um monte de coisas ruins e boas. Hã... Nós estamos tendo uma revolução silenciosa do Judiciário na primeira instância. O CNJ foi um movimento de democratização. Esses negócios de fixação de metas, meta dois. [...] Mas nós temos que tomar cuidado que o Judiciário não é uma fábrica de parafusos, né? Você tem dois tipos de juízes. Aquele juiz que... processo por processo, cuidadoso, tudo, e aquele que assina qualquer

negócio, que quer se livrar dos processos. Os dois têm sua dose de acerto e de erro, cada um tem... a gente tem que encontrar um meio termo razoável dos dois. Mas é... essa postura do Judiciário prestar contas é positiva, é positiva. Não vejo... eu, como te falei, eu procuro estar antenado no Brasil, no mundo. E eu sou um cara otimista, eu vejo as coisas melhorando. Claro que... é importante ter indignação na vida, isso é muito importante, estar indignado com certas coisas. E tem muita coisa pra cumprir, eu acho que a... a justiça criminal, principalmente pro mais pobre, precisa ter Defensoria rapidinho, nós ainda temos uma justiça de classe, precisa tomar cuidado com isso... Mas o Brasil tá melhorando, e acho que o Judiciário também. Porque eu sou otimista com o devido... sem ser ingênuo, porque na minha idade, e na posição que ocupo, eu não tenho direito de ser ingênuo. (entrevista com Ricardo Castro Nascimento)

Ao fazer um balanço da Reforma do Judiciário, mesmo apontando as medidas que, do ponto de vista de sua base profissional, ele considera negativas (como o excesso de controle sobre a primeira instância e as questões previdenciárias), o juiz entrevistado sugere que as medidas positivas da Reforma (associadas à transparência e à racionalização do trabalho judicial) vão ao encontro do ideal de aperfeiçoamento da justiça mantido pelos magistrados de primeira instância.

Considerações finais. A produção social da nobreza togada e a constituição de um campo político da justiça

O poder das elites da administração da justiça é o poder de seus capitais e das estruturas que permitem a produção, a reprodução, a circulação e o exercício desse poder. É, portanto, um poder acumulado nas trajetórias dos indivíduos e nas estruturas que fizeram essas trajetórias possíveis. A análise de trajetórias de vida de membros das elites jurídicas (ministros de tribunais superiores, lideranças profissionais, especialistas) e de processos de estruturação e diferenciação do campo jurídico brasileiro (relacionados à evolução do campo acadêmico em direito, à burocratização e à profissionalização da divisão social do trabalho jurídico) permite identificar a existência de certas estruturas de capitais simbólicos, produzidos e acumulados ao longo daqueles processos e que permitem aos seus portadores um posicionamento nas hierarquias superiores do campo jurídico. Mais do que isso, a análise integrada daqueles processos estruturais e biografias permite afirmar a existência de um campo político da justiça, um subcampo do campo jurídico delimitado pela ação de instituições formalmente superiores do campo jurídico, mas também daqueles agentes portadores das estruturas de capitais que os distinguem dos demais juristas os quais circulam pelo campo jurídico, e que gravitam em torno do aparato de administração da justiça estatal, disputando sua direção e seu controle.

Capitais herdados e capitais adquiridos

A simples identificação de “quem é quem” ou de “quem governa” a administração da justiça estatal seria possível a partir da mera listagem de presidentes de tribunais e organizações profissionais, lideranças associativas, especialistas e notáveis em geral, conforme apresentados pelo organograma oficial daquelas instituições e organizações, ou conforme sejam consagrados naquelas fontes que procurei analisar no Capítulo 2 desta tese. Entretanto, para fins de uma análise sociológica e política mais consistente e aprofundada, é preciso que se

avance na compreensão da origem do poder daquelas elites e na dinâmica das relações de dominação e de reconhecimento que permitem a ascensão daqueles agentes às posições superiores da administração da justiça estatal.

Assim, os dados apresentados ao longo desta tese permitem afirmar a importância de certos capitais simbólicos e da combinação deles, para o posicionamento de agentes do campo jurídico no círculo de suas elites. Mais especificamente, parece-me que membros de diferentes grupos de elites da administração da justiça compartilham certos capitais simbólicos comuns, o que explica seu inter-reconhecimento e a legitimidade, perante seus pares, de suas posições de poder.

O mais evidente desses capitais parece ser o capital simbólico originário do título de formação superior, do diploma de uma faculdade de direito de elite. A análise de currículos e biografias de membros de diferentes grupos e hierarquias das elites jurídicas, feita no Capítulo 3, permitiu identificar um campo de instituições de ensino superior de elite – as fundadas no Império, as primeiras escolas livres da República e as confessionais católicas, seguidas de poucos cursos privados laicos surgidos antes da massificação do ensino jurídico da década de 1990 –, cujo diploma confere a seus egressos um acesso privilegiado ao campo político da justiça. Isso não quer dizer que todos os seus egressos estejam destinados à liderança da administração da justiça estatal e que não venham, por ventura, a ocuparem posições inferiores no campo, lado a lado com egressos de faculdades de menor prestígio. A reconversão desse capital em uma trajetória ascendente no campo jurídico e no campo político da justiça parece estar associada a disposições específicas para a política, ao acúmulo de capitais sociais herdados do montante acumulado por sua família e das redes de relações construídas por ela, ou a ambos os fatores. Como no caso da liderança associativa da magistratura entrevistada para esta pesquisa (e de grande parte dos membros das elites jurídicas, originários de uma classe média ascendente com base nos investimentos familiares em educação), a ausência de capitais sociais familiares foi compensada pelo diploma de uma faculdade de elite e pelo aprendizado político do movimento estudantil, associados, após sua formatura, ao acúmulo de capital político pela passagem por funções administrativas, de governo e de assessoria política. Já no caso dos ministros do STJ que são filhos de ex-ministros do STF, citados no Capítulo 7, foram os capitais e as redes de relações herdados de suas famílias que permitiram a

ativação do capital conferido pelo diploma e sua reconversão em uma estratégia de reprodução do poder familiar e de manutenção de posições dominantes no campo. De qualquer forma, parece-me que, entre todos os capitais simbólicos identificados e analisados nesta tese, o capital conferido pelo diploma de uma faculdade de direito de elite é aquele mais amplamente compartilhado pelas elites jurídicas – sejam elas lideranças institucionais ou corporativas, especialistas ou ministros da Justiça, estejam elas posicionadas nas instâncias de alcance nacional ou em posições dominantes apenas de sistemas de justiça locais.

Um outro tipo de capital produzido pela institucionalização de um campo acadêmico do direito decorre da posse de títulos de pós-graduação e dos investimentos em pesquisa e publicação em determinadas áreas de conhecimento jurídico diretamente relacionadas à administração da justiça estatal. A análise de *surveys* sobre as profissões jurídicas, bem como de currículos e biografias de suas lideranças, feita no Capítulo 5, permite dizer que os títulos de mestrado e doutorado tendem a ser mais valorizados e mobilizados como recurso de poder nas hierarquias superiores do campo, em detrimento dos títulos de pós-graduação *lato sensu*, compartilhados por parcela considerável das bases profissionais, em busca simplesmente de aperfeiçoamento profissional e melhor posicionamento nas carreiras e no mercado de trabalho.

Seja como pós-graduação em sentido estrito, seja como especialização genérica, os investimentos acadêmicos dos membros das elites jurídicas permitiram identificar também um repertório de conhecimentos jurídicos específicos, mobilizados por seus portadores nas lutas pela direção da justiça estatal e em suas estratégias de ascensão e posicionamento dominante. O mais evidente desses conhecimentos especializados parece ser o direito processual, disciplina jurídica que diz respeito diretamente ao funcionamento da justiça estatal e que no Brasil vem sendo dominada por um grupo com origem na Escola Processual Paulista, analisada no Capítulo 5, responsável pela construção de uma teoria processual consagrada e compartilhada (ainda que como referência para a crítica) por outras escolas⁵⁹. Entretanto, o poder do grupo dos especialistas não decorre apenas da repercussão de sua teoria processual na doutrina jurídica e na produção acadêmica, mas especialmente de seu acesso privilegiado ao processo legislativo brasileiro e à

⁵⁹ Sobre outras escolas processuais no Brasil ver Paula (2002).

produção das normas de direito processual que basicamente definiram o padrão de resolução de conflitos individuais e coletivos pela justiça estatal.

Como se viu no Capítulo 5, a força daqueles processualistas se explica pela combinação de capitais acadêmicos e profissionais de alto poder de reconversão (representados por títulos, produção acadêmica e trajetórias profissionais de sucesso) e por sua constituição original como um grupo restrito, capaz de manter controle sobre sua produção e sua reprodução, mesmo ante as sucessões geracionais, o ingresso de novos membros e a ampliação de suas fronteiras para além da Escola Processual Paulista.

Embora não tenham se constituído em grupos tão coesos e influentes quanto o dos processualistas ligados àquela Escola, outros especialistas têm, de acordo com os dados apresentados nesta tese, acesso privilegiado às posições de poder da administração da justiça estatal: por sua evidente vinculação ao Estado e à organização estatal do poder, especialistas em direito público em geral, mas especialmente em direito constitucional e administrativo aparecem com recorrência no mapeamento de posições e de trajetórias das elites jurídicas analisadas nesta tese. A ampliação do repertório de conhecimentos especializados na administração da justiça estatal para além do saber propriamente jurídico permitiu a incorporação, às estruturas de poder da justiça estatal, de especialistas externos ao campo jurídico, representados principalmente por administradores, economistas e cientistas políticos. Esses novos agentes do campo possuem, todos eles, experiência profissional, conhecimentos e produção científica e acadêmica voltada para a gestão de organizações e o desempenho institucional do Estado, e seu ingresso no campo não se deu em conflito ou reposicionamento, mas em aliança com as elites jurídicas, incluindo os especialistas em processo e direito público. Embora se trate de fenômeno relativamente recente, a participação desses novos *experts* parece indicar a constituição de um novo espaço de poder relacionado à administração da justiça estatal.

Outra forma de capital simbólico dominante no campo político da justiça estatal é o capital profissional, produzido e acumulado pelos diferentes grupos profissionais da administração da justiça e que é compartilhado e transferido a cada um de seus membros. Nesse aspecto, de acordo com os dados coletados e analisados nesta pesquisa, a advocacia parece ser o grupo profissional com maiores quantidades de capital profissional e com maior capacidade de transmissão, aos

seus membros, dos capitais acumulados pelo grupo e, principalmente, por sua organização profissional, a Ordem dos Advogados do Brasil. Como se viu no Capítulo 7, a advocacia tem participação privilegiada nas estruturas de poder da administração da justiça, representada pela grande proporção de membros das elites jurídicas que são ou foram, exclusivamente ou não, advogados. Como procurei demonstrar, o capital profissional acumulado pelo grupo, transferido e compartilhado por seus membros, decorre em grande parte do processo de institucionalização do grupo e de consolidação de seu poder profissional, traduzido por sua autonomia em relação ao Estado e outras ocupações correlatas e por sua capacidade de autogoverno, credenciamento e controle do exercício profissional. No caso do Ministério Público, busquei explicar como sua posição secundária na composição das elites jurídicas pode estar associada, justamente, à sua ainda recente institucionalização e à falta de um equacionamento definitivo de suas relações com o Poder Executivo e o mundo da política. No caso da OAB, ao contrário, a esse capital profissional deve se acrescentar o prestígio acumulado pela entidade junto à sociedade civil, em decorrência de suas ações políticas e de defesa de direitos de cidadania, e a maior mobilidade lateral da advocacia, constitutiva de sua identidade, que permite aos seus membros o trânsito entre os campos jurídico e político, entre a profissão e o Estado.

Além desse capital profissional decorrente de sua institucionalização, o poder de um grupo profissional decorre também de sua composição social e de suas características demográficas, ou seja, dos capitais sociais de seus membros e, além disso, da forma como a organização política do grupo profissional administra esses capitais de seus membros. A questão em jogo, nessa dinâmica, é o equilíbrio e a composição entre o capital profissional acumulado pelo grupo e o impacto dos capitais sociais de seus membros na estrutura global de capitais do grupo, especialmente em contextos de massificação e ampliação de seus quadros. Em outras palavras, o capital global do grupo não é simplesmente a soma dos capitais de seus membros, ou desses e do capital institucional da organização; acredito, ao contrário, que é resultado da gestão que o grupo profissional faz de diferentes formas de capitais produzidos e acumulados pelo grupo, institucionalmente associados à sua própria organização, ou originalmente trazidos por seus membros. Nesse sentido, além da explicação relacionada à institucionalização profissional, busquei associar a posição menos privilegiada do Ministério Público a características

de sua composição social – menos elitizada social e educacionalmente e mais feminina. O mesmo parece ocorrer, por exemplo, com a Defensoria Pública. Por outro lado, parece-me que a OAB, apesar da rápida e vigorosa massificação da advocacia, tem investido em estratégias de contenção dessa expansão (por meio de sua política de controle sobre o ensino jurídico) e de separação de um estrato de elite da profissão, a partir de mecanismos de concorrência e diversificação do mercado de serviços legais, os quais viabilizam o surgimento de uma grande advocacia, cujos padrões de organização de escritórios (sociedades e grandes firmas) e de prestação de serviços (consultoria e assessoramento, em detrimento da advocacia forense tradicional) se constituiu como modelo para todos os estratos profissionais e cujas estruturas de capitais aproxima esse segmento da advocacia do pólo dominante do campo jurídico e do campo político da justiça.

Um dos fatores da composição social dos grupos profissionais, cuja gestão pela organização profissional me parece determinante para a composição da estrutura global de capitais do grupo, tem a ver com o gênero. Como procurei demonstrar no Capítulo 7, apesar das tendências de feminização dos grupos profissionais, apontadas por pesquisas e *surveys*, há barreiras sociais e políticas para a ascensão das mulheres a posições de poder no grupo e no campo político da justiça. Em outras palavras, parece-me relevante, para a análise do poder na administração da justiça, não somente o grau de feminização do grupo profissional, aferível a partir da identificação das proporções de homens e mulheres em seus quadros, mas principalmente as oportunidades que a estrutura de poder do grupo confere às mulheres no interior de sua organização e nas perspectivas de sua carreira. Nesse sentido, procurei demonstrar como a advocacia e a magistratura, apesar da tendência de feminização de suas bases profissionais, mantêm estruturas de poder nas quais os homens são dominantes – na composição dos tribunais, entre líderes associativos e sócios dos grandes escritórios, nas formas de se vestir e de se portar profissionalmente. Por outro lado, esse me parece ser mais um fator capaz de explicar a posição secundária do Ministério Público, especialmente do Ministério Público Federal, no campo político da justiça: além das questões relacionadas à sua recente institucionalização profissional, o MPF parece ser um grupo com maior grau de feminização, seja em sua composição, seja em sua estrutura interna de poder, que tende a privilegiar a participação e a ascensão das mulheres. Junte-se a isso outro fator explicativo, associado à questão de gênero e que associa a posição de

prestígio do grupo profissional à posição de sua clientela: tanto no caso do Ministério Público quanto da Defensoria Pública, grupos com maior participação feminina, há uma dedicação de suas funções ao tratamento de questões e de uma clientela igualmente subordinada – defesa de pobres, curadoria de menores, direito de família, direitos humanos, interesses difusos e minoritários.

A origem geográfica de seus membros também parece ser um fator predominante para o pertencimento dos juristas ao círculo das elites do campo político da justiça. A predominância de trajetórias profissionais e de vida desenvolvidas em estados das regiões sul e sudeste do Brasil, bem como a existência dos principais cursos jurídicos de elite nessas regiões e a formação da Escola Processual Paulista, sugerem a existência de um pólo regional dominante no campo político da justiça estatal e a valoração simbólica, no interior desse campo, do capital de origem relacionado ao nascimento ou ao pertencimento profissional a um desses estados.

As estruturas de capitais simbólicos dominantes no campo político da justiça decorrem também do capital profissional acumulado pelas lideranças institucionais do sistema de justiça, especialmente por aqueles agentes posicionados nas cúpulas das instituições de justiça, mais especificamente a segunda e a terceira instâncias do Poder Judiciário. Não só a passagem por essas posições institucionais é valorizada nas trajetórias de acesso às posições superiores do campo político da justiça (tribunais superiores, STF, CNJ); os dados coletados e analisados no Capítulo 8 desta tese sugerem que o movimento recente de concentração do poder jurisdicional e político-administrativo da justiça estatal tem valorizado cada vez mais as cúpulas institucionais do sistema, por meio de mecanismos como as súmulas vinculantes e a repercussão geral dos recursos ao STF e a participação das lideranças institucionais na composição do CNJ e do CNMP.

Por fim, não se pode ignorar a força dos capitais políticos dos juristas de elite, analisados no Capítulo 6, especialmente os acumulados pelas lideranças associativas do campo e por aqueles agentes com trânsito entre os campos político e jurídico e que alternaram, em sua trajetória, com maior ou menor grau, a dedicação a atividades políticas e jurídicas – ou ambas, como no caso dos assessores jurídicos de governo e de gabinetes parlamentares, que chamei de juristas da política. No caso das lideranças associativas, a força de seus capitais específicos permite-lhes atuar como interlocutores e contendores legítimos do

campo, em condições de relativa igualdade com posições institucionais superiores – como se vê, por exemplo, no caso dos presidentes da AMB, em geral juízes estaduais, e do presidente de associação entrevistado para esta pesquisa, também juiz de primeira instância, todos eles envolvidos em relações e disputas políticas com o STF, o CNJ, a OAB e as cúpulas de seus tribunais.

Já no caso dos *bacharéis-políticos* (graduados em direito, sem maior dedicação profissional à área, mas que usam o título em seu posicionamento no campo político, como a maior parte dos deputados envolvidos com a Reforma do Judiciário no Congresso Nacional), *políticos-bacharéis* (juristas com dedicação predominante à política, como Hélio Bicudo, Zulaiê Cobra Ribeiro, Michel Temer e Nelson Jobim), *juristas-políticos* (profissionais com passagens eventuais ou intercâmbios recorrentes com a atividade política, como José Roberto Batochio e Márcio Thomaz Bastos) e *juristas da política* (os assessores jurídicos da atividade política, bem representados pelos gestores da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça), representados no Diagrama 2 (Capítulo 6) desta tese, é possível dizer que os capitais por eles acumulados estão na base da interdependência entre campo jurídico e campo político, conexão ainda mais intensa no campo político da justiça. Em outras palavras, me parece que são esses agentes, graças aos capitais por eles acumulados, que mantêm como relativa a autonomia do campo jurídico em relação ao campo político – relatividade essa que não deve ser vista como insuficiência ou falha da autonomização do campo jurídico, mas como constitutiva desse processo. Afinal, o direito é uma estrutura de poder e, mais do que isso, do poder do Estado. Nesse sentido, como se viu na dinâmica da Reforma do Judiciário de 2004, a interação daqueles juristas (dotados de capitais políticos) com agentes do campo político e do próprio campo jurídico (em suas posições inferiores) é que permitiu a obtenção de consensos mínimos, jurídicos e políticos para a aprovação da Reforma e para a legitimação tanto de demandas dos grupos profissionais junto ao campo político como das pressões por reforma, vindas do campo político, junto ao campo jurídico.

O campo como espaço da política da justiça

Da mesma forma como a mera listagem de posições institucionais serviria para a identificação das elites jurídicas, ela serviria também para a delimitação formal do espaço institucional do poder de administração da justiça estatal. Entretanto, como sugeri no início deste trabalho, creio que o poder da administração da justiça estatal não é exercido e delimitado apenas por posições e arenas institucionais; em outras palavras, acredito que o espaço de circulação e exercício desse poder que venho chamando de campo político da justiça é estruturado a partir da concentração de diversas formas de capitais – não apenas institucionais, mas também sociais e políticos, como demonstrado a partir das análises de trajetórias – e, principalmente, da articulação que essas estruturas de capitais compartilhados permite entre diferentes posições institucionais, ocupadas por membros com trajetórias e perfis semelhantes. Além disso, como demonstrei na análise do poder dos especialistas, esse espaço de poder inclui, também, posições à margem do organograma do sistema de justiça – embora as comissões de reforma processual, no âmbito do Executivo e do Legislativo, e de um conselho de pesquisas judiciais, no âmbito do CNJ, apontem para considerável grau de institucionalização formal dessas posições de poder.

A existência desse espaço de poder, no qual transitam agentes com estruturas de capitais semelhantes, ajuda a entender como se dá a unidade política nacional de um sistema de justiça formalmente fragmentado, tendo em vista sua estrutura federativa e dual. Nesse aspecto, a criação do CNJ e do CNMP, bem como os mecanismos processuais que aumentaram o poder jurisdicional do STF (súmulas vinculantes e repercussão geral dos recursos), apenas consolidaram, pela via da institucionalização no aparato estatal da administração da justiça, um poder já concentrado em um pólo nacional dominante, estruturado em torno das posições institucionais do STF, do STJ, da Procuradoria-Geral da República e da OAB e de suas relações com as cúpulas dos sistemas estaduais e federal de justiça, bem como de suas alianças com grupos de especialistas tão bem delimitados e concentrados como os processualistas analisados nesta tese.

A existência de uma unidade política e progressivamente institucionalizada do sistema de justiça, contudo, não significa que o campo político da justiça seja um

espaço livre de conflitos e tensões. Ao contrário, conforme demonstrei ao longo da tese, mas principalmente no Capítulo 9, trata-se de um campo clivado por lutas entre diferentes grupos profissionais e entre agentes de diferentes posições hierárquicas nesse campo, em busca de maior participação no espaço de compartilhamento do controle sobre a justiça estatal. Creio que os conflitos mais relevantes nesse sentido sejam aqueles travados entre as lideranças profissionais – especialmente aqueles que opõem a advocacia, representada pela OAB, à magistratura, representada principalmente pelas associações de classe, e o Ministério Público, representado tanto por suas lideranças institucionais quanto associativas – e aqueles travados entre bases e cúpulas profissionais.

Esse tipo de conflito hierárquico me parece mais agudo no interior do Poder Judiciário, como se percebe da mobilização associativa de caráter sindical e do uso instrumental que as associações de magistrados fazem do CNJ, em disputas com suas cúpulas institucionais. Também não se pode ignorar conflitos eventualmente existentes entre agentes de sistemas estaduais e federal da justiça, como ficou exemplificado na resistência de Ministérios Públicos estaduais à ação do CNMP, conforme relatado pela ex-conselheira entrevistada para esta pesquisa; na resistência de tribunais de justiça estaduais às inspeções e resoluções do CNJ; e na resistência de algumas seccionais da OAB à implantação de um exame unificado para admissão de novos advogados, gerenciado pelo Conselho Federal da entidade. Considerando-se que, como procurei demonstrar, as estruturas de capitais predominantes no campo político da justiça são bastante exclusivas e elitizadas, quando comparadas com o perfil social geral dos grupos profissionais, esses conflitos devem ser necessariamente interpretados como lutas de frações da classe dominante, em movimentos contínuos de ascensão, declínio e alternância.

A autonomia relativa conquistada, por meio de suas estruturas elitizadas de capitais, por esse campo em relação ao campo jurídico, e principalmente a valorização de capitais propriamente políticos (associativos ou políticos em sentido estrito) no interior desse campo político da justiça ajudam a compreender a conexão constitutiva do campo jurídico com o campo político, que se dá ao nível de suas elites.

Identificar as elites e as fontes do poder na administração da justiça estatal não é um objetivo que se esgota em si mesmo. Ao contrário, tem a ver com a compreensão da organização do poder em nossa sociedade e na formação do Estado nacional brasileiro. Tem a ver, também, com o funcionamento e a democratização de nosso sistema de justiça. Se a democratização da estrutura social, do Estado e da justiça no Brasil está na pauta das ciências sociais desde pelo menos (mas não somente) a redemocratização política da década de 1980 (Ferreira, 2001; Limongi, 1999; Junqueira, 1996), a questão é: quão democrática é a justiça estatal brasileira?

Há diferentes sentidos da democratização da justiça em disputa no interior do campo jurídico, todos eles de alguma forma inter-relacionados. Um desses sentidos da democratização, que vem dos debates dos anos 1980 e orientou a ativação política de certos grupos profissionais na reformulação de suas práticas jurídicas, é o da *legitimação do Poder Judiciário* por meio de uma maior aproximação com a “realidade social”. É nessa chave de análise que se pode compreender o movimento do “direito alternativo” e todas as outras ações, vindas do interior dos grupos profissionais no sentido da reformulação da prática judicial de modo a melhor atender às demandas sociais por direitos e justiça, em detrimento do dogma clássico da neutralidade da função judicial e da estrita vinculação à lei. Para José Eduardo Faria e José Reinaldo Lima Lopes (1989), se o modelo de direito e de justiça questionado por esses movimentos de reformulação e democratização das práticas judiciais tende a fundir legalidade com legitimidade, a questão está em procurar a legitimidade da função judicial além da simples vinculação à lei positiva; mais especificamente, de acordo com este diagnóstico, trata-se de buscar maior aproximação do Poder Judiciário em relação à realidade social, invertendo assim o descolamento ensejado pelo mito da neutralidade:

A grande questão, na verdade, é aquilo que muitos parecem não ver: o estar formado numa cultura jurídica incapaz de entender a sociedade e seus conflitos e a má vontade em discutir a democratização efetiva deste ramo do Estado.

Como tornar o Judiciário permeável aos anseios de uma sociedade que deseja expor seus conflitos, mas também deseja submetê-los a um

certo ordenamento legal, com a ajuda de instituições capazes de permitir a convivência ordenada – e não só a repressão desordenada? (p. 163)

Outro sentido da democratização da justiça, associado ao anterior, é o da *democratização do acesso* da população à justiça e aos meios pacíficos, judiciais e extrajudiciais de resolução de conflitos, fortemente preconizada por movimentos de juristas “alternativos” ou “democráticos”. Foi dentro desse escopo de democratização da justiça que muitas das reformas institucionais desde a década de 1980 ocorreram no Brasil, com destaque para as já citadas leis dos Juizados Especiais e da Ação Civil Pública e do Código de Defesa do Consumidor. Assim, aqueles movimentos de conversão profissional da magistratura e seus desdobramentos em termos de reformas institucionais podem muito bem ser caracterizados como movimentos de reformas “*a partir de dentro e pelo alto*” (Guanabara, 1996, p. 414), ou de *autorreforma*, sem maior mobilização social nesse sentido (Werneck Vianna e outros, 1999, p. 159); apesar disso, as propostas reformistas trazidas por eles buscam reelaborar a articulação teórica entre *acesso à justiça* e *democratização*:

Segundo a versão elaborada por algumas de suas vanguardas intelectuais, o Judiciário deveria fazer um movimento em direção à sociedade, implementando formas mais democráticas, simples e rápidas de acesso à Justiça. Sua expectativa era a de que essa reforma seria capaz de alterar a ‘mentalidade popular’ quanto à defesa de seus direitos, favorecer o cumprimento mais espontâneo da norma e conferir maior vitalidade à ordem jurídica.

Ao longo do movimento que ensejou a criação dos Juizados de Pequenas Causas, consolidou-se o argumento em favor da extensão do direito às grandes massas, mediante a introdução de um conjunto de inovações no sistema jurídico brasileiro que garantisse a sua efetiva postulação em juízo. Associava-se o acesso desimpedido ao Judiciário à democracia, ‘cujos princípios basilares, compreendem o da proteção judiciária aos direitos individuais’, inclusive da ‘[...] gente humilde, desprovida de capacidade econômica para enfrentar os custos e a demora de uma demanda judicial’, tal como se encontra na Exposição de Motivos da proposta para a criação dos Juizados Especiais de Pequenas Causas (Lei 7.244, de 7 de novembro de 1984). Sobressaía, assim, a expectativa de seus formuladores quanto à natureza pedagógica de suas iniciativas, entendendo a vida social como passível de aperfeiçoamento, sobretudo no que se referia à sua relação com a esfera estatal, reconhecidamente dominada, nas grandes metrópoles, pelas redes clientelistas e por formas de mediação ainda perversas. (Werneck Vianna e outros, 1999, p. 154)

Outra perspectiva para a democratização da justiça é a da *democratização das carreiras*, especialmente das carreiras jurídicas de Estado, no sentido de fortalecimento das garantias funcionais e estabelecimento de condições claras e objetivas de acesso e progressão nas hierarquias internas. Essa dimensão da

democratização da justiça também pode ser considerada decorrência da ativação política dos grupos profissionais da administração da justiça, que está na base dos outros movimentos “democratizantes” mencionados anteriormente e que, nesse caso específico, foi responsável pela mobilização corporativa na Assembleia Nacional Constituinte, na Reforma do Judiciário e no uso instrumental do CNJ pelas bases e associações profissionais em torno de questões como provimento de cargos, progressão na carreira e eleições para órgãos de cúpula. Em comentário às medidas de reforma introduzidas pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004 a esse respeito, o desembargador José Renato Nallini (2005), do Tribunal de Justiça de São Paulo e um dos principais intelectuais da magistratura brasileira, com ampla produção de reflexão sobre função judicial, estabelece a conexão entre diferentes sentidos da democratização da justiça (legitimação social, acesso e relações políticas internas):

O despreço à Democracia como princípio e como regra de convívio entre os profissionais da área tem o seu custo. Reflete-se na incapacidade de enfrentamento endógeno das causas de ineficiência do Judiciário. Impede o debate, a transparência, a discussão profunda e consistente de temática atualizadora da função judicial e a estipulação de alternativas. O modelo de Judiciário brasileiro já teria sido otimizado se as estruturas do Poder não oferecessem resistência ao estabelecimento de maior horizontalidade na tomada de decisões administrativas. A ausência de canais institucionalizados para aferição de múltiplas posturas a respeito de teses de interesse comum – notadamente aquelas providas dos escalões inferiores – excluiu do grande debate a maior parcela dos magistrados jovens e de um funcionalismo que teria muito a contribuir para com a otimização das estruturas judiciais.

A Emenda Constitucional n. 45, de 8-12-2004, por alguns tão criticada, já ostenta uma feição de inegável benefício: propicia a retomada de outra vertente na discussão do tema democratização do Judiciário, com promissoras perspectivas para aqueles que não se resignam com as teses reducionistas. Se estas forem obstadas de prevalecer, como de regra ocorre em instituições bastante estratificadas, o Judiciário brasileiro terá reflexos na concepção do verdadeiro papel do juiz brasileiro, seja na implementação de um Estado de Direito de índole democrática, seja na contribuição para um salto qualitativo na experiência da Democracia brasileira. (p. 161)

Por fim, há uma última dimensão da democratização da justiça, igualmente relacionada às demais perspectivas citadas, e que, não sendo diretamente mencionada pelos próprios agentes do campo, é apontada pelos estudos de ciências sociais sobre as instituições e profissões de justiça. Refiro-me à democratização identificada à diversificação social das carreiras jurídicas e à articulação entre essa diversificação social e as outras dimensões da

democratização da justiça pensadas e propaladas pelos juristas. Segundo Werneck Vianna e outros (1997), a respeito da democratização do acesso à magistratura:

A adoção do concurso público na década de 1930, a institucionalização da carreira, a democratização do acesso aos cursos de Direito em fins dos anos 1960 e, sobretudo, a valorização do papel republicano da magistratura introduzido pela Carta de 1988, instituem novas condições para o exercício da atividade judicante. Nesse quadro, o novo perfil social do juiz, distante das elites fundadoras do país, coincide com um campo jurídico franqueado à inovação, inclusive por estar sob a influência de novas escolas de pensamento que têm dominado o debate internacional e revitalizado o humanismo jurídico, após décadas de supremacia das correntes kelsenianas. Assim, embora se recuse uma implicação determinista entre a origem social do juiz e a sua opinião, é importante considerar que a forma de recrutamento se torna estratégica à configuração de uma magistratura reposta no centro da vida pública – na qualidade, agora, de garantidora do Estado de direito democrático –, especialmente porque inexistem, nela, mecanismos fortes de socialização dos seus membros segundo a cultura de suas hierarquias institucionais. (p. 91)

É nesse aspecto da democratização da justiça que gostaria de me centrar, a fim de responder à pergunta colocada anteriormente, buscando saber o quão democrática é a justiça estatal brasileira. Isso porque, acredito, a democratização associada à diversificação social das carreiras jurídicas está na base das demais dimensões da democratização da justiça sintetizadas acima, e, embora o presente estudo não tenha abordado diretamente o problema do acesso da população aos serviços de justiça ou da qualidade da prestação jurisdicional (uma das vias da democratização da justiça), creio que, ao enfrentar a questão da diversificação social dos juristas, possa fornecer elementos e hipóteses para a análise dos outros sentidos da democratização.

O aumento do pluralismo ideológico, indicado por Werneck Vianna e outros (1997) como decorrência da diversificação social da magistratura foi de fato identificado, para além das fronteiras daquele grupo social e tendo por referência outros grupos profissionais do campo jurídico, por Engelmann (2006a), que associou o surgimento de clivagens ideológicas e de disputas por novos sentidos de justiça e da prática judicial, impulsionados por movimentos como o direito alternativo e o associativismo profissional, à entrada no campo jurídico de novos atores, portadores de estruturas de capitais sociais que os diferenciavam dos juristas ligados ao pólo tradicional do direito, em geral identificados a uma elite social e política mais homogênea. Como apontam os autores citados, o ingresso de novos grupos no campo jurídico, por sua vez, deu-se em decorrência da expansão do ensino jurídico

a partir da década de 1960 e dos efeitos da mobilidade social experimentada pelo Brasil a partir do mesmo período.

Nesse aspecto, é preciso fazer uma primeira ressalva acerca do alcance da democratização esperada (e por vezes anunciada e celebrada) da justiça estatal. Como advertem Werneck Vianna e outros (1997) no trecho transcrito acima, não se pode inferir o posicionamento político dos magistrados direta e linearmente de sua origem social – da mesma forma que não se pode inferir a prática judicial concreta das opiniões expressas por juízes em *surveys*. Daí porque, ao confrontar a literatura que enfoca macroprocessos sociais e políticos de transformação das instituições de justiça a uma literatura que aborda microcontextos e práticas sociais de aplicação do direito e do funcionamento da justiça, Sinhoretto (2007) constata a existência de duas grandes tendências de análise: a primeira (dominante, segundo a autora) tende a valorizar os efeitos de ruptura e de mudança no sistema de justiça, como efeito das mudanças institucionais (especialmente a partir da Constituição de 1988) e da politização dos grupos e das práticas profissionais; a segunda tendência, fortemente baseada em estudos sobre a justiça criminal, tende a valorizar os obstáculos e as resistências a uma efetiva democratização do direito e da prática da justiça e à incorporação de valores democráticos e igualitários pelos agentes e estruturas do campo jurídico. Sinhoretto menciona ainda uma terceira tendência, a qual surgiria de estudos que buscariam justamente explorar as contradições entre as dinâmicas de conservação e de mudança no sistema de justiça, nas práticas profissionais e no funcionamento de suas instituições – e a pesquisa da autora sobre um experimento considerado inovador de reforma da justiça, ao nível de uma política pública local voltada para a periferia e surgido de movimentos progressistas de magistrados, conclui que há “boas chances de que a utopia reformadora ainda continue aglutinando e separando grupos políticos em torno de disputas por conservação, contração ou expansão de conquistas emancipatórias da modernidade” (p. 379).

Não sendo esta tese, contudo, um estudo sobre a qualidade da prestação jurisdicional e o funcionamento do sistema de justiça como prestador de serviço público, não avançarei mais na discussão dessa dimensão da democratização da justiça, tida como decorrência da diversificação social do campo. Por outro lado, no que se refere aos objetivos desta pesquisa, parece-me claro, como já dito, que tal diversificação foi responsável pela ativação política do campo e pela mobilização de atores e recursos políticos internos, em disputas intraprofissionais e

interprofissionais por conquistas que dizem respeito às fronteiras profissionais, às hierarquias das carreiras, ao acesso às posições de cúpula e aos ganhos materiais e simbólicos do pertencimento ao campo jurídico e, no limite, ao campo político da justiça.

Segundo essa percepção, que ignora se o sentido da politização dos juristas é progressista ou conservadora, democratizante ou autoritária, o campo demonstra seu efeito de refração das lutas de classe e frações de classe. Assim, é possível avançar em considerações acerca do grau de democratização da justiça, aferível a partir dos resultados de minha pesquisa. Em primeiro lugar, é preciso ter em conta que os grupos profissionais mais radicais na agenda de transformação da justiça, associados em geral ao movimento do direito alternativo, são visivelmente ausentes das estruturas do campo político da justiça e dos círculos das elites da administração da justiça estatal, que procurei delimitar neste estudo. Segundo Engelmann (2006a), não só os juristas “críticos” foram acomodados num espaço acadêmico contra-hegemônico, sendo portanto deslocados de suas posições e de seu potencial transformador das carreiras e instituições de justiça, como o próprio discurso de politização e crítica à tradição jurídica acabou sendo incorporado pelo campo, de forma mais moderada, passando a compor o repertório dos agentes em luta, especialmente das associações representativas das bases profissionais e de entidades segmentadas de perfil progressista mais moderado, como a Associação dos Juízes para a Democracia e, acrescento, o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

Além disso, é preciso ter em mente o exemplo dos processualistas responsáveis pelo núcleo das reformas processuais, associadas por Werneck Vianna e outros (1999) aos movimentos de democratização da justiça, que se consolidaram, eles próprios, como um grupo de elite da administração da justiça estatal, em aliança com as posições tradicionalmente dominantes do campo. Em outras palavras, parece que a politização da justiça já não possui mais o impulso transformador da mesma intensidade de seus movimentos originários, compondo atualmente o repertório discursivo de profissionais, a respeito de suas funções públicas, e de especialistas e outras elites jurídicas, a respeito de temas potencialmente (e aparentemente) controversos ou críticos do *status quo*, como a judicialização da política e o acesso à justiça.

Em segundo lugar, mesmo que se considerem os avanços da Reforma do Judiciário de 2004 no que se refere à organização das carreiras e da composição das cúpulas dos tribunais e a participação ativa das lideranças associativas no processo político da Reforma e no acionamento do CNJ como instância política de controle do sistema, considero que a ideia de uma democratização interna da justiça deve ser vista com algumas ressalvas. A primeira delas é a de que, como já dito, o processo político da Reforma, mesmo que tenha resultado em inegáveis ganhos de transparência, racionalidade e organização das carreiras jurídicas de Estado, foi todo ele conduzido por elites da administração da justiça cujas posições já eram há muito tempo consolidadas no campo, com participação inclusive na Assembleia Nacional Constituinte de 1986, e cujas características sociais, bastante homogêneas, sofreram poucos impactos em decorrência da massificação e da diversificação social das bases profissionais das carreiras jurídicas nas últimas décadas do século XX. Além disso, o espaço político criado para a atuação das lideranças associativas das profissões jurídicas se deu por meio da centralização do campo político da justiça em torno de suas posições institucionais de cúpula, especialmente aquelas de nível nacional – o STF, a OAB, a Procuradoria-Geral da República, os Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público e, em certa medida, o Ministério da Justiça e sua Secretaria de Reforma do Judiciário.

Isso nos leva à segunda ressalva a respeito da democratização da justiça estatal. Como venho reforçando desde o início desta tese, creio que o poder da administração da justiça estatal organiza-se não somente em bases institucionais, observado o organograma previsto pelo desenho constitucional, mas também a partir daquelas estruturas de capitais dominantes que mencionei logo acima, as quais estabelecem posições de poder que muitas vezes ignoram o desenho federativo e multiprofissional do sistema de justiça. Nesse sentido, como ficou evidente no que se refere à baixíssima participação dos egressos de faculdades mais novas e menos prestigiadas no campo e das mulheres nas carreiras e instituições de justiça, não se trata de restrições institucionais ou de evolução geracional, mas sim de barreiras sociais e políticas; afinal, concursos públicos, direitos constitucionais e leis trabalhistas e critérios de promoção de carreiras permitem condições formais objetivas de igualdade de condições, e, quanto à questão geracional, décadas – tempo suficiente – já se passaram para que os

efeitos da feminização e da expansão do ensino jurídico fossem sentidos também ao nível das elites dos juristas.

No mesmo sentido, veja-se o exemplo do STF, quando comparado com outros tribunais de cúpula analisados nesta pesquisa, tais quais o STJ e o TST. Apesar de estes dois últimos tribunais possuírem critérios rígidos de composição e recrutamento de acordo com o grupo profissional de origem, além de número maior de assentos (abertos, portanto, a uma maior diversificação), sua composição geral mais recente não se diferencia muito do padrão geral da composição social em perspectiva histórica do STF, cuja composição é de livre indicação política, sem restrições quanto ao grupo profissional de origem. Daí porque os esforços reformistas voltados para mudanças objetivas na organização formal das carreiras e na composição das cúpulas das instituições de justiça, embora tenham o mérito de imprimir maiores e melhores condições de igualdade objetiva e transparência na organização dessas instituições, não podem deixar de considerar os efeitos das hierarquias informais que estruturam e estratificam o campo jurídico e o campo político da justiça estatal.

Obviamente, não se pode fazer da ciência social um exercício de futurologia, e, por isso, não se descarta a hipótese de que a consolidação de um campo político da justiça com maior participação das associações profissionais (ainda que por meio de suas lideranças) e as inovações trazidas pela Reforma do Judiciário, em termos de formalização e padronização dos critérios de progressão nas carreiras e de composição dos órgãos de cúpulas dos tribunais e Ministérios Públicos estaduais e federais, sejam capazes de finalmente superar as barreiras sociais e políticas que delimitam o atual estado do campo político da justiça e, por força da sucessão geracional e dos efeitos da diversificação social, alterar também as estruturas de capitais verificadas entre as (então novas) elites jurídicas.

De qualquer forma, ao contrário de Joaquim Falcão (2006b), para quem as juízas jovens (representativas dos processos de juvenilização e feminização da magistratura) tendem “a ser cada vez mais o motor das mudanças do Poder Judiciário” (p. 131), acredito que os efeitos da diversificação social e demográfica dos grupos profissionais, expandidos para todo o campo jurídico, tendem a ser, cada vez mais, o motor dos *conflitos* no interior do campo – e, nesse sentido, as mudanças efetivamente observáveis na administração da justiça estatal brasileira

dependerão sempre da correlação de forças de elites e contraelites nas lutas da política da justiça.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

ABDALLAH, Ariane. Justiça com as próprias mães. **Revista TPM**, março de 2008, ano 07, nº 74. Disponível em: <<http://revistatpm.uol.com.br/74/juizas/home.htm>>.

ALVARENGA, Aristides Junqueira. Contraponto. **APMP em Reflexão**, ano I, n. 8, 2005.

ANÁLISE EDITORIAL. **Análise Advocacia 2007** – os mais admirados do Direito. São Paulo: Análise Editorial, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL (ABDPC).. Disponível em: <<http://www.abdpc.org.br>>. Acesso em 8 de dezembro de 2009.

BARROSO, Luís Roberto. Depoimento. Em FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO (FDUERJ). **Setenta anos de história e memória 1935-2005**. Disponível em: <<http://www.direitouerj.org.br/2005/fdir70/>>. Acesso em 20 de novembro de 2009.

BASTOS, Márcio Thomaz. Entrevista concedida a Daniela Câmara Ferreira, Roberto Salone, Igor Lucato Rodrigues e Mário Rui Feliciani. **O Onze de Agosto**, ano XCVI, jun. 1999, p. 5-11.

BORJA, Célio. Depoimento. Em FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO (FDUERJ). **Setenta anos de história e memória 1935-2005**. Disponível em: <<http://www.direitouerj.org.br/2005/fdir70/>>. Acesso em 20 de novembro de 2009.

BUSATO, Roberto Antonio. Prefácio. Em ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB). **Autonomia e Liberdade**: comentários ao julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3026/STF. Brasília: OAB, 2007. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/oabeditora/users/revista/1205507822174218181901.pdf>>.

CARVALHO, Luiz Maklouf. Pão e glória – De vereador de província a ministro da Justiça, do apoio ao golpe militar ao petismo, da defesa de ACM à de Lula – e de Chico Mendes, Edir Macedo, Roger Abdelmassih, Camargo Corrêa e Eike Batista – as muitas causas de Márcio Thomaz Bastos. **Revista Piauí**, ano 4, n. 39, pp. 28-38, dez. 2009.

CENTRO ACADÊMICO XI DE AGOSTO. Disponível em: <<http://www.xideagosto.org.br>>. Acesso em 20 de novembro de 2009.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br>>. Acessos 10 de dezembro de 2009 e em 27 de fevereiro de 2010.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Plataforma Lattes**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em 22 de novembro de 2009.

CONSULTOR JURÍDICO. OAB-RJ representa contra procuradores por abuso de poder. **Revista Eletrônica Consultor Jurídico**, 7 de junho de 2006. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2006-jun-07/oab-i-representa-procuradores-abuso-poder>>.

_____. **Anuário da Justiça 2007**. São Paulo: FAAP/Consultor Jurídico, 2007.

_____. Escolas tradicionais aprovam mais no concurso MP-SP. **Revista Eletrônica Consultor Jurídico**, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2007-ago-27/escolas-tradicionais-lideram-concurso-mp-sp>>.

_____. **Anuário da Justiça 2008**. São Paulo: FAAP/Consultor Jurídico, 2008a.

_____. **Anuário da Justiça paulista 2008**. São Paulo: Consultor Jurídico, 2008b.

_____. Maioria dos juízes quer fim do quinto constitucional, afirma AMB. **Revista Eletrônica Consultor Jurídico**, 18 de fevereiro de 2008(c). Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2008-fev-18/maioria-juizes-fim-quinto-constitucional>>.

_____. **Anuário da Justiça 2010**. São Paulo: FAAP/Consultor Jurídico, 2010a.

_____. Quem se comunica melhor com a audiência. **Revista Eletrônica Consultor Jurídico**, 17 de abril de 2010(b). Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-abr-17/quem-comunica-melhor-sociedade-segundo-jornalistas>>.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Cursos recomendados e reconhecidos**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em 6 de outubro de 2010.

COUTINHO, Filipe. Senador enfatiza palestras de Toffoli em relatório. **Revista Eletrônica Consultor Jurídico**, 23 de setembro de 2009(a). Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-set-23/senador-enfatiza-palestras-toffoli-relatorio-ccj>>.

_____. Toffoli, aprovado com folga no Senado, vai para o STF. **Revista Eletrônica Consultor Jurídico**, 30 de setembro de 2009(b). Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-set-30/toffoli-aprovado-folga-senado-ministro-supremo>>.

CRISTO, Alessandro. TJ-RJ cria concurso para indicados para o quinto. **Revista Eletrônica Consultor Jurídico**, 2 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-fev-02/tj-rio-cria-concurso-escolher-indicados-vaga-quinto>>.

DEMAREST E ALMEIDA ADVOGADOS. Disponível em: <<http://www.demarest.com.br/>>. Acesso em 6 de novembro de 2009.

ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (DIREITO GV). **Feira de Estágios Direito GV 2008** – avaliação de resultados. São Paulo: Direito GV, 2007. Disponível em: <<http://www.direitogv.com.br/subportais/estagios/Relatório%20da%20Feira%20de%20Estágio%20de%202007.pdf>>.

_____. **Relatório ICJ Brasil** – 4º Trimestre 2009. São Paulo: Direito GV, 2009. Disponível em: <<http://www.direitogv.com.br/subportais/RelICJBrasil4TRI2009.pdf>>.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FDUSP). Disponível em: <<http://www.direito.usp.br>>. Acesso em 20 de novembro de 2009.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO (FDUERJ). **Setenta anos de história e memória 1935-2005**. Disponível em: <<http://www.direitouerj.org.br/2005/fdir70/>>. Acesso em 20 de novembro de 2009.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (FDFPE). Disponível em: <<http://www.ufpe.br/campanhaccj/>>. Acesso em 20 de novembro de 2009.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (FDFRGS). Disponível em: <<http://www.direito.ufrgs.br>>. Acesso em 20 de novembro de 2009.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/direito.html>>. Acesso em 20 de novembro de 2009.

FACULDADE NACIONAL DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (FDFRJ). Disponível em: <<http://www.direito.ufrj.br>>. Acesso em 20 de novembro de 2009.

FALCÃO, Márcio. Autor da “lei da mordaca”, Maluf nega que projeto seja retaliação ao Ministério Público. **Folha Online**, 6 de abril de 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u717056.shtml>>.

FERREIRA, Ivete Senise. Entrevista. **Jornal do Advogado**, ano XXXV, n. 347, p. 12-3, fev. 2010.

FUX, Luiz. Depoimento. Em FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO (FDUERJ). **Setenta anos de história e memória 1935-2005**. Disponível em: <<http://www.direitouerj.org.br/2005/fdir70/>>. Acesso em 20 de novembro de 2009.

GARCIA, Larissa. Conheça as escolas que mais formaram desembargadores em SP. **Revista Eletrônica Consultor Jurídico**, 9 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2008-nov-09/onde_estudaram_desembargadores_tj_sao_paulo>.

GHIRELLO, Mariana. Excesso do MP deve ser punido, como o do advogado. **Revista Eletrônica Consultor Jurídico**, 6 de abril de 2010. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-abr-06/excesso-mp-punido-assim-advogado-toron>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PROCESSUAL (IBDP). Disponível em: <<http://www.direitoprocessual.org.br/site/index.php>>. Acesso em 20 de novembro de 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **ENADE 2006** – Relatório de curso (diversos). Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/enade/default.asp>>. Acesso em fevereiro de 2008.

_____. **Censo da Educação Superior 2007**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/>>. Acesso em 10 de junho de 2009.

_____. **Instrumento de avaliação do curso de Direito** (Subsidia o ato de reconhecimento), Brasília, dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/superior/2009/Direito_Reconhecimento.pdf>.

_____. **Cadastro das Instituições de Educação Superior**. Disponível em: <<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/>>. Acesso em 06 de junho de 2009.

JUS NAVIGANDI. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br>>. Acesso em 10 de novembro de 2009.

LIRA, Ricardo. Depoimento. Em FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO (FDUERJ). **Setenta anos de história e memória 1935-2005**. Disponível em: <<http://www.direitouerj.org.br/2005/fdir70/>>. Acesso em 20 de novembro de 2009.

MIGALHAS. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br>>. Acesso em 10 de novembro de 2009.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Depoimento. Em FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO (FDUERJ). **Setenta anos de história e memória 1935-2005**. Disponível em: <<http://www.direitouerj.org.br/2005/fdir70/>>. Acesso em 20 de novembro de 2009.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB). **Autonomia e Liberdade**: comentários ao julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3026/STF. Brasília: OAB, 2007. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/oabeditora/users/revista/1205507822174218181901.pdf>>.

PEIXOTO, César Santos. **Sentença do processo nº 583.00.2008.158923-0, da 26ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo**. São Paulo, 16 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.qidi.com.br/Ada%20P.%20Grinover/8%20Sentença%20de%201o%20grau.pdf>>.

REALE, Miguel. Depoimento. Em MARTINS, Ana Luiza; BARBUY, Heloisa. **Arcadas – Largo de São Francisco**: História da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: Melhoramentos/Alternativa, 1999.

REVISTA ELETRÔNICA CONSULTOR JURÍDICO. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br>>. Acesso em 10 de novembro de 2009.

SECRETARIA DA REFORMA DO JUDICIÁRIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Diagnóstico do Poder Judiciário**. Brasília: Ministério da Justiça, 2004a.

_____. **Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, 2004b.

_____. **Reforma do Judiciário – perspectivas**. Brasília: Ministério da Justiça, 2005a.

_____. **Análise Judiciário e Economia**. Brasília: Ministério da Justiça, 2005b.

_____. **Seminário “A Reforma do Processo Civil Brasileiro”** – 29 e 30 de março e 1º de abril de 2005. Brasília: Ministério da Justiça, 2005c.

_____. **Seminário “A Reforma do Processo Penal Brasileiro”** – 7, 8 e 9 de junho de 2005. Brasília: Ministério da Justiça, 2005d.

_____. **Seminário “A Reforma do Processo Trabalhista Brasileiro”** – 19 e 20 de maio de 2005. Brasília: Ministério da Justiça, 2005e.

_____. **Acesso à Justiça por Sistemas Alternativos de Administração de Conflitos** – Mapeamento nacional de programas públicos e não governamentais. Brasília: Ministério da Justiça, 2005f.

_____. **Diagnóstico dos Juizados Especiais Cíveis**. Brasília: Ministério da Justiça, 2006a.

_____. **II Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, 2006b.

_____. **Diagnóstico do Ministério Público dos Estados**. Brasília: Ministério da Justiça, 2006c.

_____. **Diagnóstico do Ministério Público do Trabalho**. Brasília: Ministério da Justiça, 2006d.

_____. **Análise da gestão e funcionamento dos cartórios judiciais**. Brasília: Ministério da Justiça, 2007.

SENADO FEDERAL. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/>>. Acesso em 13 de janeiro de 2010

SOUZA, Giselle. Maior rigor com o quinto constitucional. **Jornal do Commercio**, 20 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.amb.com.br/index.asp?secao=mostranoticia&mat_id=12287>.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em 6 de junho de 2009.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acessos em 6 de junho de 2009 e 13 de janeiro de 2010

TAKAHASHI, Fábio; PAGNAN, Rogério. Ação da PM desocupa Faculdade de Direito. **Folha de São Paulo**, caderno Cotidiano, 23 de agosto de 2007.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO (TJRJ). **Ex-presidente José Murta Ribeiro é homenageado no TJ do Rio**. Notícia publicada em 23 de janeiro de 2009. Disponível em: <<http://srv85.tj.rj.gov.br/publicador/exibirnoticia.do?acao=exibirnoticia&ultimasNoticias=12108&classeNoticia=2&v=2>>.

ÚLTIMA INSTÂNCIA. Disponível em: <<http://ultimainstancia.uol.com.br>>. Acesso em 10 de novembro de 2009.

VEJA SÃO PAULO. **Os craques do Direito** – Quem são, como trabalham e como vivem os superadvogados paulistanos. **Veja São Paulo**, ano 39, n. 42, 25 de outubro de 2006.

Bibliografia

ABEL, Richard L. The Underdevelopment of Legal Professions: A Review Article on Third World Lawyers. **American Bar Foundation Research Journal**, v. 7, n. 3, p. 871-93, 1982.

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALBERTI, Verena. Direito e narrativa: entrevista de história de vida com um jurista brasileiro. **Trabalho** apresentado ao IX Congresso Internacional de História Oral "Comunicando a experiência", Göteborg, 13 a 16 de junho de 1996. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/Producao_intelectual/htm/tp_download.htm>.

ALCALÁ-ZAMORA Y CASTILLO, Niceto. Escola Processual de São Paulo. **Revista da Universidade Católica**, São Paulo, 1958.

ALMEIDA, Ana Maria Fonseca de. **As escolas dos dirigentes paulistas**: ensino médio, vestibular, desigualdade social. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

ALMEIDA, Frederico N. R. de. **A advocacia e o acesso à justiça no estado de São Paulo (1980-2005)**. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ALMEIDA, Frederico de; SINHORETTO, Jacqueline. A judicialização dos conflitos agrários: legalidade, formalidade e política. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 62, p. 280-334, 2006.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Recentralizando a federação? **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 29-40, jun. 2005.

ALVES, Vilson Rodrigues. Pontes de Miranda. Em RUFINO, Almir Gasquez; PENTEADO, Jacques de Camargo (Orgs.). **Grandes juristas brasileiros**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ARANTES, Rogério Bastos. Jurisdição Política Constitucional. Em SADEK, Maria Tereza (Org). **Reforma do Judiciário**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

_____. **Ministério Público e política no Brasil**. São Paulo: Educ/Sumaré/Fapesp, 2002.

ASÚA, Luís Jimenez de e outros. **Estudos de direito e processo penal em homenagem a Nelson Hungria**. Rio de Janeiro: Forense, 1962.

AZEVEDO, Eurico de Andrade. Hely Lopes Meirelles. Em RUFINO, Almir Gasquez; PENTEADO, Jacques de Camargo (Orgs.). **Grandes juristas brasileiros**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARREYRO, Gladys Beatriz. **Mapa do Ensino Superior Privado**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

BARROSO, Luís Roberto. Constitucionalidade e legitimidade da criação do Conselho Nacional de Justiça. Em RENAULT, Sérgio Rabello Tamm; BOTTINI, Pierpaolo (Coord.). **Reforma do Judiciário**. São Paulo: Saraiva, 2005.

BENDIX, Reinhard. **Construção nacional e cidadania**. São Paulo: EDUSP, 1996.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Juristas Philosophos**, José Luiz da Fonseca Magalhães, editor, Salvador, 1897. Disponível em: <<http://www.archive.org/download/juristasphiloso00bevigoog/juristasphiloso00bevigoog.pdf>>.

BONAVIDES, Paulo e outros. **As tendências atuais do direito público**: estudos em homenagem ao professor Afonso Arinos de Melo Franco. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

BONELLI, Maria da Glória. Estudos sobre profissões no Brasil. Em MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. v. 2. São Paulo/Brasília: Sumaré/Anpocs/Capes, 1999a.

_____. As Interações dos Profissionais do Direito em uma Comarca do Estado de São Paulo. Em SADEK, Maria Tereza Aina (Org.). **O Sistema de Justiça**. São Paulo: Idesp/Sumaré, 1999b.

_____. **Profissionalismo e política no mundo do direito**: as relações dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado. São Carlos: EdUFSCar/Sumaré, 2002.

_____. Perfil Social e de Carreira dos Delegados de Polícia. Em SADEK, Maria Tereza (Org.). **Delegados de Polícia**. São Paulo: Sumaré, 2003.

_____. A magistratura paulista e a resistência à reforma do judiciário. **Paper** apresentado no Grupo de Trabalho “Conflituosidade social, administração da justiça e segurança pública”, do 32º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, 27 a 31 de outubro de 2008.

BONELLI, Maria da Glória e outros. **Profissões jurídicas, identidades e imagem pública**. São Carlos: EdUFSCAR, 2006.

BONELLI, Maria da Glória e outros. Profissionalização por gênero em escritórios paulistas de advocacia. **Tempo Social**, v. 20, n. 1, p. 265-90, jun. 2008.

BORGES, Vavy Pacheco. História política: totalidade e imaginário. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, 1996. Disponível em <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/283>>.

BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**: Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

BOURDIEU, Pierre. Social Space and Symbolic Power. **Sociological Theory**, v. 7, n. 1, p. 14-25, 1989.

_____. **The State Nobility**. Stanford: Stanford University Press, 1996.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005a.

_____. Da casa do rei à razão de Estado: um modelo da gênese do campo burocrático. Em WACQUANT, Löic (Org.). **O Mistério do Ministério** – Pierre Bourdieu e a política democrática. Rio de Janeiro: Revan, 2005b.

_____. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 8. ed. Campinas: Papirus, 2007b.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo/Porto Alegre: EDUSP/Zouk, 2007c.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRAGA, Sérgio Soares; NICOLÁS, Maria Alejandra. Prosopografia a partir da *web*: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 107-30, jun. 2008.

BRANDÃO, Zaia; LELLIS, Isabel. Elites acadêmicas e escolarização dos filhos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 509-26, ago. 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Empresários e Administradores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

_____. Capitalismo dos técnicos e democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 133-48, out. 2005.

_____. Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 28, jun. 2007, p. 9-30.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **O Direito na Sociedade Complexa**. São Paulo: Max Limonad, 2000.

CARVALHO, Ernani Rodrigues de. Em busca da judicialização da política no Brasil: apontamentos para uma nova abordagem. **Revista de Sociologia e Política**, n. 23, p. 115-26, nov. 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de; SADEK, Maria Tereza. **O Ministério Público Federal e a Administração da Justiça no Brasil.** São Paulo: IDESP/Sumaré, 1998.

CAVALCANTI FILHO, Teófilo (Org.). **Estudos em homenagem a Miguel Reale.** São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais/EDUSP, 1977.

CERQUEIRA, Daniel Torres de. O ensino do direito no Brasil: breve radiografia do setor. **Anuário ABEDI**, Florianópolis, ano 4, p. 85-103, 2006.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo e outros. **Teoria Geral do Processo.** 14. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

CODATO, Adriano. A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 89-105, jun. 2008.

_____. Elites políticas e processo decisório: processos e padrões de divisão do trabalho político e burocrático no Estado pós-oligárquico. **Paper** apresentado no Grupo de Trabalho “Elites e instituições políticas”, do 33º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, 27 a 30 de outubro de 2009.

CODATO, Adriano; LEITE, Fernando. Elites universitárias e o campo da Ciência Política brasileira hoje: um modelo teórico-metodológico. **Paper** apresentado no Grupo de Trabalho “Teoria Sociológica”, do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 28 a 31 de julho de 2009.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

COHEN, Ira J. Teoria da estruturação e práxis social. Em GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje.** São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

CORADINI, Odaci Luiz. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 28, p. 181-203, jun. 2007.

COSER, Ivo. **Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil 1823-1866.** Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. UFMG/IUPERJ, 2008.

CUNHA, Luciana Gross Siqueira e outros. Sociedades de advogados e tendências profissionais. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 111-138, jul.-dez. 2007.

CUNHA, Luciana Gross Siqueira. Rule of Law and Development: The Discourses of Institutional Reforms in the Justice System. **Artigos Direito GV**, n. 21, jun. de 2008. **Working Papers.** (Citado com autorização da autora).

CUNHA, Sérgio Sérulo da. A arcaica súmula vinculante. Em RENAULT, Sérgio Rabello Tamm; BOTTINI, Pierpaolo (Coord.). **Reforma do Judiciário**. São Paulo: Saraiva, 2005.

CUNHA, Sérgio Sérulo da; GRAU, Eros Roberto (Orgs.). **Estudos de direito constitucional em homenagem a José Afonso da Silva**. São Paulo: Malheiros, 2003.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. Antonio Joaquim Ribas. Em RUFINO, Almir Gasquez; PENTEADO, Jacques de Camargo (Orgs.). **Grandes juristas brasileiros**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Os ministros da Nova República: Notas para entender a democratização do Poder Executivo. **Paper** apresentado no II Congresso do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Administração. Brasília, 6 a 8 de maio de 2009.

D'ARAÚJO, Maria Celina e LAMEIRÃO, Camila. As elites sindicais e o governo Lula. **Paper** apresentado no Grupo de Trabalho "Elites e instituições políticas", do 32º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, 27 a 31 de outubro de 2008.

DEZALAY, Yves. Territorial Battles and Tribal Disputes. **The Modern Law Review**, v. 54, n. 6, p. 792-809, nov. 1991. Law and Accountancy.

DEZALAY, Yves; TRUBEK, David. A Reestruturação Global e o Direito – A internacionalização dos campos jurídicos e a criação dos espaços transnacionais. Em FARIA, José Eduardo (Org.). **Direito e Globalização Econômica** – implicações e perspectivas. São Paulo: Malheiros, 1996.

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. A dolarização do conhecimento técnico-profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 43, p. 163-76, jun. de 2000.

_____. **La internacionalización de las luchas por el poder**: la competencia entre abogados y economistas por transformar los Estados latinoamericanos. Bogotá: ILSA/Universidad Nacional de Colombia, 2002.

DIMOULIS, Dimitri. Anotações sobre o neoconstitucionalismo (e sua crítica). **Artigos Direito GV**, n. 17, mar. de 2008. Working Papers. (Citado com autorização do autor).

DINAMARCO, Cândido Rangel. O processo civil na reforma constitucional do Poder Judiciário. Em RENAULT, Sérgio Rabello Tamm; BOTTINI, Pierpaolo (Coord.). **Reforma do Judiciário**. São Paulo: Saraiva, 2005.

DINIZ, Marli. Neomarxistas e Neoweberianos: sobre a Natureza do Estrato Profissional. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 101-37, 1996.

DOLINGER, Jacob. Oscar Tenório. Em RUFINO, Almir Gasquez; PENTEADO, Jacques de Camargo (Org.). **Grandes juristas brasileiros**. Livro II. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DULCI, Otávio Soares. Itinerários do capital e seu impacto no cenário inter-regional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 50, p. 89-102, 2002.

DULLES, John W. F. **A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas: 1938-1945**. Rio de Janeiro/São Paulo: Nova Fronteira/EDUSP, 1984.

ELLMANN, Stephen. Client-Centeredness Multiplied: Individual Autonomy and Collective Mobilization in Public Interest Lawyers' Representation of Groups. **Virginia Law Review**, v. 78, n. 5, p. 1103-73, ago. 1992.

ELSTER, Jon. **Peças e engrenagens das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ENGELMANN, Fabiano. **Sociologia do campo jurídico: juristas e usos do direito**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2006a.

ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. São Paulo: Ensaio, 1991.

_____. Internacionalização e ativismo judicial: as causas coletivas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 69, p. 123-46, 2006b.

ESCOLA NACIONAL DA MAGISTRATURA, INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PROCESSUAL; SECRETARIA DE REFORMA DO JUDICIÁRIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Curso de atualização em Direito Processual Civil – 3ª Etapa da Reforma do CPC**. Brasília: Ministério da Justiça, 2006.

FALCÃO, Joaquim. **Os advogados: ensino jurídico e mercado de trabalho**. Recife: Massangana, 1984.

_____. Estratégias para a Reforma do Judiciário. Em RENAULT, Sérgio Rabello Tamm; BOTTINI, Pierpaolo. **Reforma do Judiciário**. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. Prefácio. Em CENTRO DE JUSTIÇA E SOCIEDADE DA ESCOLA DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A Reforma Silenciosa da Justiça**. Rio de Janeiro: FGV, 2006a.

_____. O múltiplo Judiciário. Em SADEK, Maria Tereza (Org.). **Magistrados: uma imagem em movimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2006b.

FARIA, José Eduardo; LIMA LOPES, José Reinaldo. Pela democratização do Judiciário. Em FARIA, José Eduardo (Org.). **Direito e Justiça: a função social do Judiciário**. São Paulo: Ática, 1989.

FARIA, José Eduardo. **Justiça e conflito**: os juízes em face dos novos movimentos sociais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

_____. O sistema de justiça brasileiro: experiência recente e futuros desafios. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 51, p. 133-25, 2004.

FERRARESE, Maria Rosaria. **L'istituzione difficile**: la magistratura tra professione e sistema politico. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1984.

FERRARESI, Eurico. O “Código de Processo Civil Coletivo” de Antonio Gidi (datado de 5 de junho de 2008). Disponível em: <<http://www.direitoprocessual.org.br/site/index.php?m=noticia&id=256&subm=&width=&mostraData.>>.

FERREIRA, Marcelo Costa. Permeável, *ma no troppo*? A mobilidade social em setores de elite, Brasil – 1996. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 47, p. 141-60, out. 2001.

FRAGALE FILHO, Roberto. Ensino jurídico: as transformações de um processo formativo capturado pela corporação advocatícia. **Paper** apresentado no Grupo de Trabalho “Ocupações e Profissões”, do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 28 a 31 de julho de 2009.

FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 31, p. 141-54, jun. 1996.

_____. **Renascimento do profissionalismo**: teoria, profecia e política. São Paulo: EDUSP, 1998.

FREITAS, Vladimir Passos de. Falta estudo sobre atuação das mulheres no Judiciário. **Revista Eletrônica Consultor Jurídico**, 8 de julho de 2007. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2007-jul-08/falta_estudo_atuacao_mulheres_judiciario>.

_____. Quais as chances do estudante de Direito da Classe C? **Revista Eletrônica Consultor Jurídico**, 7 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-fev-07/segunda-leitura-chegada-classe-ensino-superior>>.

GIDDENS, Anthony. **Política, Sociologia e Teoria Social**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

_____. Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura. Em GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

GIDI, Antonio. **Rumo a um Código de Processo Civil Coletivos**: a codificação das ações coletivas no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

GOMES, Angela de Castro. Política: história, ciência, cultura, etc. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, 1996. Disponível em <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/283>>.

GONÇALVES, José Ernesto Lima. Os desafios de modernizar a Justiça. **Getúlio**, ano 2, mar. 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Clube do Livro, s.d.

GRILL, Igor Gastal. **Parentesco, redes e partidos**: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

GRILL, Igor Gastal e ARAGÃO, Elthon. Bases sociais, alianças e mediação na seleção de elites locais no Maranhão (2008). **Paper** apresentado no Grupo de Trabalho “Elites e instituições políticas”, do 33º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, 27 a 30 de outubro de 2009.

GRINOVER, Ada Pellegrini (Org.). **Estudos de direito processual em homenagem a José Frederico Marques em seu 70º aniversário**. São Paulo: Saraiva, 1982.

GRINOVER, Ada Pellegrini. A necessária reforma infraconstitucional. Em RENAULT, Sérgio Rabello Tamm; BOTTINI, Pierpaolo (Coord.). **Reforma do Judiciário**. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Resposta a um convite (datada de 30 de maio de 2008)**. Disponível em: <<http://www.direitoprocessual.org.br/site/index.php?m=noticia&id=253&subm=&width=&mostraData>>. Acesso em 10 de dezembro de 2009.

GUANABARA, Ricardo. Visões Alternativas do Direito no Brasil. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 403-16, 1996.

GUARNIERI, Carlo; PEDERZOLI, Patrizia. **La Democrazia Giudiziaria**. Bologna: Il Mulino, 1997.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo e outros. **Justiça e segurança na periferia de São Paulo**: os Centros de Integração da Cidadania. São Paulo: IBCCRIM, 2003.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo e outros. **Centros Integrados da Cidadania**: desenho e implantação da política pública (2003-2005). São Paulo: IBCCRIM, 2006.

HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites – à guisa de introdução. Em HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HEINZ, John P. e outros. The Scale of Justice: Observations on the Transformations of the Urban Law Practice. **Annual Review of Sociology**, v. 27, p. 337-62, 2001.

HOLANDA, Ana Paula Araújo. A Escola do Recife e seu papel na construção do ensino jurídico brasileiro: uma ruptura de paradigmas. Em CARLINI, Angélica e outros. **180 anos do Ensino Jurídico no Brasil**. Campinas: Millennium, 2008.

IMMERGUT, Ellen M. The Theoretical Core of the New Institutionalism. **Politics & Society**, v. 26, n. 1, p. 5-34, mar. 1998.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. Los abogados populares: en busca de una identidad. **El Otro Derecho**, Bogotá, n. 26-27, p. 193-227, 2002.

KERCHE, Fábio. Autonomia e Discricionariedade do Ministério Público do Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 259-79, 2007.

LAFER, Celso. Prefácio. Em FERRAZ JR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994 [1987].

LAMAISSON, Pierre; BOURDIEU, Pierre. From Rules to Strategies: An Interview with Pierre Bourdieu. **Cultural Anthropology**, v. 1, n. 1, p. 110-20, fev. 1986.

LAMEIRÃO, Camila Romero; D'ARAÚJO, Maria Celina. Notas sobre a composição dos ministérios e cargos de confiança na Nova República. **Paper** apresentado no Grupo de Trabalho “Elites e instituições políticas”, do 33º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, 27 a 30 de outubro de 2009.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LEITE, Fernando Baptista e CODATO, Adriano. Elites universitárias no campo da Ciência Política brasileira: uma análise da produção acadêmica dos principais periódicos da área (1989-2008). **Paper** apresentado no Grupo de Trabalho “Elites e instituições políticas”, do 33º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, 27 a 30 de outubro de 2009.

LIMA, Renato Sérgio e outros. **Visões de política criminal entre operadores da justiça criminal de São Paulo** – Relatório parcial de pesquisa, IBCCRIM, setembro de 2007. Disponível em: <<http://www.ibccrim.org.br>>.

LIMA LOPES, José Reinaldo de. Uma introdução à história social e política do processo. Em WOLKMER, Antonio Carlos (Org.). **Fundamentos de História do Direito**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

_____. **As palavras e a lei: direito, ordem e justiça na história do pensamento jurídico moderno**. São Paulo: Ed. 34/EDESP, 2004.

LIMONGI, Fernando. Institucionalização política. Em MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. v. 3. São Paulo/Brasília: Sumaré/ANPOCS/CAPES, 1999.

LIPSKY, Michael. **Street-level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Services**. Nova York: Russel Sage Foundation, 1980.

MACIEL, Débora Alves; KOERNER, Andrei. Sentidos da judicialização da política: duas análises. **Lua Nova**, São Paulo, n. 57, p. 113-33, 2003.

MANNHEIM, Karl. **Ensayos de sociologia de la cultura**. Madrid: Aguilar, 1957.

_____. **Ideologia e utopia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARTINS, Ana Luiza; BARBUY, Heloisa. **Arcadas – Largo de São Francisco: História da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. São Paulo: Melhoramentos/Alternativa, 1999.

MARTINS, Rennê. **A construção social da imagem da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na mídia e a consolidação do papel da dupla vocação: profissional e institucional**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Evolução histórica da estrutura judicial brasileira. **Revista Jurídica Virtual**, v. 1, n. 5, set. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_05/evol_historica.htm>.

MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. **Do individual ao coletivo: os caminhos do direito processual brasileiro**. Disponível em: <<http://www.direitoprocessual.org.br/site/index.php?m=noticia&id=254&subm=&width=&mostraData>>. Acesso em 10 de dezembro de 2009.

MENDES, Gilmar Ferreira; PFLUG, Samantha Meyer. Passado e futuro da súmula vinculante: considerações à luz da Emenda Constitucional n. 45/2004. Em RENAULT, Sérgio Rabello Tamm; BOTTINI, Pierpaolo. **Reforma do Judiciário**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

_____. Intelectuais Brasileiros. Em MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. v. 2. São Paulo/Brasília: Sumaré/ANPOCS/CAPES, 1999.

_____. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. Biografia e cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). Em **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001a.

_____. SPHAN: refrigerio da cultura oficial. Em **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001b.

MILIBAND, Ralph. Análise de classes. Em GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

MILLS, Charles Wright. **A Nova Classe Média (White Collar)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

_____. **A Elite do Poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 204-64, jun./jul. 2007.

MORALES, Cesar Mecchi. Carvalho de Mendonça. Em RUFINO, Almir Gasquez; PENTEADO, Jacques de Camargo (Org.). **Grandes juristas brasileiros**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 45-69.

MOREIRA ALVES, José Carlos. Alfredo Buzaid – Uma vida dedicada ao direito. Em RUFINO, Almir Gasquez; PENTEADO, Jacques de Camargo (Org.). **Grandes juristas brasileiros**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme (Coord.). **Os Juristas na Formação do Estado-Nação Brasileiro** – Século XVI a 1850. v. 1. São Paulo: Quartier Latin, 2006. Coleção Juristas Brasileiros.

MOTTA, Marly Silva da. A Ordem dos Advogados do Brasil: entre a corporação e a instituição. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 39, 2006, p. 32-7. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/1674.pdf>.

NALINI, José Renato. José Frederico Marques – O homem continente. Em RUFINO, Almir Gasquez; PENTEADO, Jacques de Camargo (Org.). **Grandes juristas brasileiros**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. A democratização da administração dos tribunais. Em RENAULT, Sérgio Rabello Tamm; BOTTINI, Pierpaolo (Coord.). **Reforma do Judiciário**. São Paulo: Saraiva, 2005.

NEGRETE ROMERO, Roberto. **Niceto Alcalá-Zamora y Castillo (1906-1985)**. Disponível em: <http://derecho.procesal.unam.mx/maestros/pdf/Niceto_Alcala.pdf>.

NERY, Rosa Maria Barreto Barriello de Andrade. Washington de Barros Monteiro – Um professor exemplar. Em RUFINO, Almir Gasquez; PENTEADO, Jacques de Camargo (Org.). **Grandes juristas brasileiros**. Livro II. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

NOBRE, Marcos. O que é pesquisa em Direito? Em NOBRE, Marcos e outros. **O que é pesquisa em Direito?** São Paulo: Quartier Latin, 2005.

NUNES, Edson; CARVALHO, Márcia Marques de. Ensino universitário, corporação e profissão: paradoxos e dilemas brasileiros. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 190-215, jan./jun. 2007.

OLIVEIRA, Luciano. Não fale do Código de Hamurábi! A pesquisa sociojurídica na pós-graduação em Direito. Em **Sua Excelência o Comissário e outros ensaios de Sociologia Jurídica**. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

OLIVEIRA, Vanessa Elias de. Judiciário e Privatizações no Brasil: Existe uma Judicialização da Política? **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 559-87, 2005.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Elites burocráticas, competência técnica e administração pública. **Paper** apresentado no Grupo de Trabalho “Elites e instituições políticas”, do 33º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, 27 a 30 de outubro de 2009.

PARETO, Vilfredo. As elites e o uso da força na sociedade. Em SOUZA, Amaury de (Org.). **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

PAULA, Jônatas Luiz Moreira de. **História do Direito Processual Brasileiro** – das origens lusas à Escola Crítica do Processo. Barueri: Manole, 2002.

PERISSINOTTO, Renato M.; CODATO, Adriano. Apresentação: por um retorno à Sociologia das Elites. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 7-15, jun. 2008.

_____. Marxismo e elitismo: dois modelos antagônicos de análise social? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 71, p. 143-53, out. 2009.

PERISSINOTTO, Renato M. e outros. Valores, socialização e comportamento: sugestões para uma sociologia da elite judiciária. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 151-65, jun. 2008.

PETERS, Gabriel. Configurações e reconfigurações na teoria do **habitus**: um percurso. **Paper** apresentado no Grupo de Trabalho “Teoria Sociológica”, do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 28 a 31 de julho de 2009.

PIETROCOLLA, Luci Gatti e outros. **O Judiciário e a comunidade**: prós e contras das medidas sócio-educativas em meio aberto. São Paulo: IBCCRIM, 2000.

PINHEIRO, Armando Castelar (Org.) **Judiciário e Economia no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 2000.

_____. (Org.). **Reforma do Judiciário**: problemas, desafios, perspectivas. São Paulo/Rio de Janeiro: IDESP/Booklink, 2003a.

_____. Judiciário, reforma e economia: a visão dos magistrados. Em PINHEIRO, Armando Castelar (Org.). **Reforma do Judiciário**: problemas, desafios, perspectivas. São Paulo/Rio de Janeiro: IDESP/Booklink, 2003b.

_____. Reforma do Judiciário: observações de um economista. **Revista do Advogado**, n. 75, p. 17-22, abr. 2004.

REALE, Miguel. Prefácio. Em MARQUES, José Frederico. **Pareceres de José Frederico Marques**. São Paulo: AASP, 1993.

RENAULT, Sérgio Rabello Tamm; BOTTINI, Pierpaolo. Primeiro passo. Em RENAULT, Sérgio Rabello Tamm; BOTTINI, Pierpaolo (Coord.). **Reforma do Judiciário**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as Políticas Públicas. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, p. 11-28, jan.-jun. 2005.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, ideologia e composição social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 31-47, fev. 2002.

RODRIGUES, Leandro do Nascimento. **O Conselho Nacional de Justiça como instrumento de accountability horizontal**: análise do período 2005-2007. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ROLLEMBERG, Denise. Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). Em REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Org.). **Modernidades Alternativas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

RUESCHEMEYER, Dietrich. Doctors and Lawyers: A Comment on the Theory Of the Professions. **Canadian Review of Sociology & Anthropology**, v. 1, issue 1, p. 17-30, fev. 1964.

_____. The Legal Profession in Comparative Perspective. **Sociological Inquiry**, v. 47, issue 3/4, p. 97-127, 1977.

_____. Comparing Legal Professions Cross-Nationally: From a Professions-Centered to a State-Centered Approach. **American Bar Foundation Journal**, v. 11, n. 3, p. 415-46, verão de 1986.

RUFINO, Almir Gasquez; PENTEADO, Jacques de Camargo (Orgs.). **Grandes juristas brasileiros**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Grandes juristas brasileiros**. Livro 2. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SÁ E SILVA, Fabio Costa Moraes de. **Ensino jurídico**: a descoberta de novos saberes para a democratização do direito e da sociedade. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2007.

SADEK, Maria Tereza Aina. O Sistema de Justiça. Em SADEK, Maria Tereza Aina (Org.). **O Sistema de Justiça**. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1999.

SADEK, Maria Tereza. Controle externo do Poder Judiciário. Em SADEK, Maria Tereza (Org.). **Reforma do Judiciário**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

SADEK, Maria Tereza Aina. Estudos sobre o sistema de justiça. Em MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira**, v. 4. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, 2002.

SADEK, Maria Tereza (Org.). **Delegados de Polícia**. São Paulo: Sumaré, 2003.

_____. El Poder Judicial y la Magistratura como actores políticos. Em RODRIGUES, Leônicio Martins; SADEK, Maria Tereza Aina. **El Brasil de Lula: diputados y magistrados**. Buenos Aires: La Crujía, 2004a.

SADEK, Maria Tereza. Judiciário: mudanças e reformas. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 51, p. 79-101, 2004b.

SADEK, Maria Tereza (Org.). **Magistrados**: uma imagem em movimento. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SADEK, Maria Tereza; ARANTES, Rogério Bastos. Introdução. Em SADEK, Maria Tereza (Org.). **Reforma do Judiciário**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

SADEK, Maria Tereza; CAVALCANTI, Rosângela Batista. The New Brazilian Public Prosecution: An Agent of Accountability. Em MAINWARING, Scott; WELNA, Christopher (Eds.). **Democratic Accountability in Latin America**. Nova York: Oxford University Press, 2003.

SADEK, Maria Tereza; DANTAS, Humberto. Os bacharéis em direito na reforma do Judiciário: técnicos ou curiosos? **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 2, p. 101-11, 2001.

SAMPAIO, Helena. **Ensino superior no Brasil**: o setor privado. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2000.

SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. A educação jurídica e a crise brasileira. **Cadernos FGV Direito Rio** – Textos para discussão, Rio de Janeiro, n. 3, p. 9-38, fev. 2009.

SANTOS, André Marenco dos; DA ROS, Luciano. Caminhos que levam à corte: carreiras e padrões de recrutamento dos ministros dos órgãos de cúpula do Poder Judiciário brasileiro (1829-2006). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 131-49, jun. 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHNEIDER, Marília. **Justiça e Política na Primeira República**: história do Tribunal de Justiça de São Paulo. São Paulo: Singular, 2007.

SEIDL, Ernesto. Liderança associativa e lógicas de investimentos em carreiras políticas. **Paper** apresentado no Grupo de Trabalho “Elites e instituições políticas”, do 33º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, 27 a 30 de outubro de 2009.

SHECAIRA, Sérgio Salomão (Org.). **Estudos criminais em homenagem a Evandro Lins e Silva**: criminalista do século. São Paulo: Método, 2001.

SILVA, Cátia Aida. Promotores de justiça e novas formas de atuação em defesa de interesses sociais e coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 45, 127-44, fev. 2001.

SILVA, Evandro Lins e. **O salão dos passos perdidos**: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/FGV, 1997.

SINHORETTO, Jacqueline. **Ir aonde o povo está**: etnografia de uma reforma da justiça. Tese (doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SINHORETTO, Jacqueline e outros. Entre advogados e policiais: opiniões de operadores da justiça paulista sobre justiça criminal. **Paper** apresentado no Grupo de Trabalho “Violência e Sociedade” do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 28 a 31 de julho de 2009.

SKOCPOL, Theda. **Protecting Soldiers and Mothers**. The Political Origins of Social Policy in the United States. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SOUZA, Percival de. **Autópsia do medo**: vida e morte do delegado Antônio Sérgio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000.

SUREDA, Andrés Rigo; MALIK, Waleed Haider (Eds.). **Judicial Challenges in the New Millenium**: Proceedings of the Second Ibero-American Summit of Supreme Courts and Tribunals of Justice (Word Bank Technical Paper n. 450). Washington: The Word Bank, 1999.

TATE, Neal; VALLINDER, Torbjörn. Judicialization and the Future of Politics and Policy. Em TATE, Neal; VALLINDER, Torbjörn (Eds.). **The Global Expansion of Judicial Power**. Nova York: New York University Press, 1995.

TAYLOR, Matthew MacLeod. **Judging Policy**: Courts and Policy Reform in Democratic Brazil. Stanford: Stanford University Press, 2008.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, p. 193-223, 2003.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a Teoria na Prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 27-52, jan./fev. de 2006.

THOME, Joseph R. Heading South but Looking North: Globalization and Law Reform in Latin America. **Wisconsin Law Review**, p. 691-712, 2000.

TILLY, Charles. Itinerários em análise social. **Tempo Social**, v. 16, n.2, p. 299-302, nov. 2004.

TRAGNTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1974.

TUCCI, Rogério Lauria. Moacyr Amaral Santos – Político, mestre, jurista e magistrado a serviço da nação. Em RUFINO, Almir Gasquez; PENTEADO, Jacques de Camargo (Orgs.). **Grandes juristas brasileiros**. Livro 2. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

VANDENBERGUE, Frédéric. Construção e crítica na nova sociologia francesa. **Sociedade e Estado**, Brasília, v, 21, n. 2, p. 315-366, mai./ago. 2006.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 78, abr. 2002.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

VIDIGAL, Luís Eulálio de Bueno. Prefácio da 1ª edição. Em CINTRA, Antonio Carlos de Araújo e outros. **Teoria Geral do Processo**. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 1998 [1974].

WACQUANT, Lôic. O poder simbólico na dominação da “Nobreza de Estado”. Em WACQUANT, Lôic (Org.). **O Mistério do Ministério** – Pierre Bourdieu e a política democrática. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WAGNER JÚNIOR, Luiz Guilherme da Costa e outros. **Poder Judiciário e Carreiras Jurídicas**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

WEBER, Max. Burocracia. Em GERTH, H. H.; MILLS, C. Wright (Orgs.). **Max Weber**: ensaios de sociologia. 4. ed.. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WERNECK VIANNA, Luiz e outros. **Corpo e alma da magistratura brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

_____. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanóide de (Orgs.). **Estudos em homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover**. São Paulo: DPG, 2005.